

ESCRITA

ensaio

ANO III - Nº. 5 - 1979

MULHER BRASILEIRA:



A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO

Agentes de Vendas

**Preste um serviço à cultura brasileira
Seja nosso agente de vendas
em sua cidade, escola, faculdade ou local de trabalho.
Peça Escrita e/ou Escrita/Ensaio pelo reembolso
e se transforme em nosso distribuidor
Pedidos mínimos de 5 exemplares
com 30% de desconto e despesas de correio por nossa conta
Escreva para Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446
05007 - São Paulo (SP)**



CENAP/PAC023

100

ESCRITA

ensaio

ANO III - N° 5 - 1979

*Valentim
58
1979*

MULHER BRASILEIRA:



A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO

Editor
Wladyr Nader

Arte
Roseli Nakagawa, Cristina Villares
Maria Teresa Ribeiro, Kenji (fotos)
Equipe Escrita (diagramação)

Reportagens
Maria Teresa Ribeiro, Fátima Miranda
e Maria Stela Carrari

Composição
Andrade e Barbosa Associados

Direitos reservados à
Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446
Fone: 864-1758
05007 - São Paulo (SP)

Registro na D.C.D.P.,
do D.P.F.
sob o n.º1464 - P. 209/73

Escrita/Ensaio é uma publicação bimestral da revista Escrita

Apresentação

A mulher é o assunto deste quinto número da revista Escrita/Ensaio, que já tratou de cultura brasileira (“Cultura Brasileira”, vol. 1), de crise política, econômica e social (“Crise: o Fim das Ilusões?”, vol 2), de empresa nacional (“Empresa Nacional: a Luta pela Sobrevivência”, vol. 3) e de sindicalismo (“O Poder Sindical”, vol. 4). Em todos esses números, como não ignoram os leitores que têm acompanhado nosso trabalho, procuramos fazer levantamentos tanto quanto possível completos, ágeis e atuais sobre as questões em pauta. O mesmo, acreditamos, ocorre com este, em que, através de ensaios, reportagens e depoimentos, mostramos a situação da mulher brasileira, do ponto de vista do trabalho, de sua conscientização política e social, de sua sexualidade, do tipo de imprensa que tem produzido e da literatura.



Para alcançarmos nossos objetivos contamos com a colaboração de nomes expressivos — mulheres e homens — estudiosos, artistas, políticos, gente das mais diversas camadas e origens sociais. O resultado, como nossos caros leitores e leitoras poderão verificar, foi o melhor possível para a causa da emancipação feminina. (WN)



TRABALHO

Artigos

10 O FARDO DAS BRASILEIRAS
Heleith Iara Bongiovani Saffioti

41 A DISCRIMINAÇÃO COMEÇA NA FAMÍLIA
Irede Cardoso

49 UMA CONTRADIÇÃO QUE NASCE
DA PRÓPRIA REALIDADE SOCIAL
Paul Singer

Depoimentos

53 UMA LUTA COMUM DE HOMENS E MULHERES
Entrevista com Luís Inácio da Silva (Lula)

60 UM SUAVIZA, CONCILIA. O OUTRO DEFENDE, AGRIDE.
Entrevista com o economista Paul Singer

68 FELIZ EM SER HOMEM? SIM.
Entrevista com Fernando Morais

Pesquisa

71 Realizada na região do ABCD, na zona rural e na cidade de São Paulo

CONSCIENTIZAÇÃO

Artigos

- 82 DIREITO DE VOTO
Sílvia Pimentel
- 85 NO CLUBE DE MÃES,
A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA
- 89 NO CDMB, UMA PRIORIDADE: OS FILHOS SADIOS
- 91 (Em Cuba) UMA LIBERTAÇÃO QUE NÃO ESTÁ SÓ NO PAPEL
Maria Teresa Ribeiro

Depoimentos

- 95 IRMA PASSONI: DE UM TRABALHO DE BASE
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- 99 (Em Cuba) ELES NUNCA FICAM NA TEORIA
Entrevista com o escritor Ignácio de Loyola Brandão

SEXUALIDADE

Artigos

- 104 SEXUALIDADE FEMININA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
SOBRE IDENTIDADE SEXUAL E IDENTIDADE SOCIAL
Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy,
Leila Linhares Barsted, Maria Luiza Heilborn,
Mariska Ribeiro, Sandra Boschi

- 108 EM BUSCA DA ANIMALIDADE
Djanira Ribeiro
- 112 O SEXO NAS REVISTAS FEMININAS
Maria Moraes
- 115 GRAVIDEZ, ABORTO, ESTERILIZAÇÃO
- 117 MODA — UM INSTRUMENTO DE ALIENAÇÃO COLETIVA?

Depoimentos

- 120 CONTROLE DA NATALIDADE, PROBLEMA DA MULHER?
Entrevista com o psicólogo Flávio Gikovate
- 123 BELA É CLEMENTINA DE JESUS
Entrevista com Elke Maravilha

IMPRENSA

Depoimento

- 126 NÓS MULHERES, UM JORNAL A SERVIÇO DE UMA CAUSA

LITERATURA

Depoimento

- 134 AS MÁRTIRES DA TRANSIÇÃO
Entrevista com a professora e crítica Nelly Novaes Coelho
por Fátima Miranda



144

O I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA
Maria Teresa Ribeiro

153

O ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES
Maria Moraes



TRABALHO

O FARDADO DAS
BRASILEIRAS

— De Mal a Pior —

Relatório do Movimento Social



foto de Roseli



TRABALHO

O FARDO DAS BRASILEIRAS

— *De Mal a Pior* —

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti



INTRODUÇÃO

Grande parte da literatura sobre a situação social da mulher tenta encontrar explicações de caráter cultural, seja no âmbito da comunidade, da região ou da nação, para a discriminação que pesa sobre os elementos femininos. Ainda que não se possa negar a existência de uma cultura patriarcal e, por conseguinte, machista, nas sociedades ocidentais, assim como suas repercussões negativas na forma de inserção da mulher na sociedade, as explanações exclusivamente culturalistas são profundamente insatisfatórias. Por esta via, deixa-se de perceber e, portanto, de levar em consideração nas formulações explicativas, o suporte material das ideologias. Atribuiu-se ao plano ideológico uma autonomia excessiva que ele, evidentemente, não apresenta. Uma das importantes funções sociais cumpridas pela ideologia reside exatamente em justificar as formas de produzir e as relações de dominação-subordinação nelas implicadas. Aliás, estas últimas estão impregnadas de ideologia e graças a isto sua persistência é assegurada. Basta lembrar que a própria disciplina a que se submete o trabalhador resulta de uma socialização no seio de uma ideologia polarizada pelos conceitos de dominação e subordinação. Na ausência deste fenômeno, a qualificação técnica do trabalhador não apresentaria nenhuma eficácia. Um mínimo de aceitação da ideologia da dominação constitui, pois, condição *sine qua non* para a formação social do trabalhador; é o pano de fundo no qual se constrói o detalhe da qualificação técnica. Enquanto a primeira abrange a totalidade da personalidade, e a segunda não compreende senão um setor limitado desta personalidade. Daí a dificuldade de extirparem-se os preconceitos, aparentemente reponsáveis exclusivos pelas discriminações sociais a que está submetida a mulher.

É preciso atentar, todavia, para o fato de que os prejuízos não têm origem em um vácuo social. Nascem, e quase sempre vigoram, para assegurar a reprodução de um sistema de produção, que apresenta determinados requisitos. Produção material e ideologia, inseridos nesta os preconceitos, imbricam-se profundamente, só sendo separáveis para fins analíticos. Exatamente por esta razão não são válidos os raciocínios que isolam o ideológico, transformando a solução de problemas como a discriminação contra a mulher em questão de “desenvolvimento” ou de mera modernização. Basta consultar os dados sobre esta questão nos Estados Unidos para afastar a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo constitui a solução para o problema feminino. Com efeito, no país mais desenvolvido do mundo capitalista, há um número assustador de estupros, as mulheres ocupam as ocupações menos prestigiosas e pior remuneradas e, quando desempenham a mesma função profissional que o homem, recebem pouco mais que a metade do que percebe este. Tanto é assim que os movimentos feministas norte-americanos e, por vezes, ainda apresentam uma boa dose de agressividade. Esta agressividade nada mais é do que a contrapartida de uma situação de inferioridade brutal da mulher. A imagem da mulher norte-americana livre é falsa para a maior parte da população dos Estados Unidos. No breve espaço de um artigo é suficiente lembrar dois exemplos:

1. Somente dois Estados norte-americanos e Porto Rico dispõem de legislação específica, assegurando licença especial remunerada para gestantes. Apenas cinco Estados e Porto Rico proíbem o emprego de mulheres antes e depois do parto, um outro interditando-o exclusivamente no período subsequente ao parto. Embora freqüentemente os contratos coletivos de trabalho assegurem à mulher o direito de retornar ao mesmo emprego após um ano de seu abandono em virtude de ter tido filho, sem perda das vantagens conquistadas pelo tempo de serviço anterior, a prática da licença-maternidade remunerada não é, como já se expôs, generalizada, não existindo em 45 Estados daqueles país. (*American Women 1963-1968, Report of the Interdepartmental Committee on the Status of Women, 1968.*)

2. Em apenas oito dos 48 Estados norte-americanos (excluindo-se o Alaska e o Hawai), os bens adquiridos pelo casal durante a vigência da sociedade conjugal constituem um fundo comum. Ainda assim, o marido tem a autoridade exclusiva de administrar este fundo, dele podendo dispor livremente, sem o consentimento da esposa. “Nos outros 40 Estados norte-americanos..., a mulher não tem direito legal a qualquer parcela dos ganhos de seu marido ou à propriedade adquirida graças aos esforços conjuntos do casal. Ela tem o direito de ser mantida economicamente, mas o marido tem o poder de tomar as decisões no que concerne ao montante representado por esta manutenção, assim como para o sustento dos filhos.” (*Women Speaking, Pittsburgh, KNOW.*)

É fácil concluir, a partir destes exemplos, que o capitalismo avançado não constitui condição suficiente para resolver a questão feminina. À modernização da economia não corresponde, necessariamente, a eliminação da ideologia discriminatória. Diante desta situação caberia perguntar sobre o porquê da sobrevivência dos preconceitos contra a mulher. Obviamente, existe um poderoso suporte material para a persistência de uma ideologia que, aparentemente, pode ser reponsabilizada pela inferiorização dos elementos femininos. Esta ideologia, por sua vez,

cumpre a função de mascarar as verdadeiras raízes da discriminação contra a mulher. Em última instância, chega-se, ao buscarem-se as causas deste fenômeno, ao plano estritamente econômico das sociedades capitalistas. Uma das formas de preservar o exército industrial de reserva é transformar as mulheres em massa de manobra, mobilizando-as para o trabalho nos momentos de expansão das atividades econômicas e fazendo-as refluir para o lar nos momentos de recessão econômica.

Atente-se para o fato de que não se trata, aqui, de estabelecer uma posição economista. Reconhece-se o peso da ideologia patriarcal na reprodução do modo de produção capitalista. Mais ainda, sabe-se que nenhuma revolução socialista terá pleno êxito na eliminação das diferenças sociais entre as duas categorias de sexo se não atacar, simultaneamente, as contradições entre as classes e as contradições chamadas secundárias. Estas persistiram em todas as sociedades em vias de implantação do socialismo exatamente porque não foram combatidas de forma revolucionária. Cuba, país reconhecidamente machista, apercebeu-se deste problema há mais ou menos cinco anos e começou a enfrentá-lo com coragem. É verdade que a Federação das Mulheres Cubanas foi criada logo após a revolução, com a intenção explícita de promover a mulher. Tratava-se, entretanto, de medida insuficiente numa situação revolucionária. Era necessário ressocializar não apenas a mulher, mas também o homem. A extirpação da ideologia patriarcal exige um grande esforço nacional no sentido de constituírem-se, socialmente, seres humanos novos: uma mulher nova e um homem novo. A redefinição dos papéis sociais femininos demanda a redefinição dos papéis sociais masculinos, se se quiser evitar a dupla jornada de trabalho da mulher. Todos os países que ressocializaram tão-somente a mulher e, conseqüentemente, absorveram contingentes femininos em sua força de trabalho, acabaram adicionando às funções que tradicionalmente as mulheres desempenhavam no lar os papéis modernos que passaram a cumprir na economia pública (por oposição à doméstica). A dupla jornada de trabalho integra o cotidiano das mulheres pertencentes a sociedades capitalistas e representa uma gritante injustiça. O decreto de Fidel Castro, em 1974, obrigando os homens a partilharem dos trabalhos domésticos, constituiu uma medida de um elenco inacabado, ainda em curso, que visa a estabelecer a igualdade social entre os sexos.

A presente discussão deixa claro que a realidade social desconhece automatismos. Não basta eliminar uma contradição, ainda que a principal, para que as outras sucumbam automaticamente. É preciso atacá-las todas simultaneamente a fim de criar situações sociais inteiramente inéditas na história e seres humanos novos, que não encarem as novas condições com as concepções do passado. Os seres humanos são totalidades e é enquanto totalidades que eles devem ser transformados conjuntamente com as mundaças das condições objetivas.

É impossível compreender, agora, que os seres humanos como totalidades integram ao mesmo tempo a infra-estrutura e a superestrutura. Não é possível separar, no homem, sua força de trabalho que, enquanto força produtiva, integra a infra-estrutura, de sua consciência que, impregnada de ideologia, está compreendida na supra-estrutura. A realidade empírica não apresenta separadamente a estrutura material e a ideologia. Assim, infra-estrutura e superestrutura são categorias meramente analíticas, que permitem ao cientista social aproximar-se da realidade.

Embora em última instância a produção material seja o determinante, ela está permeada pela ideologia, sem a qual seria incapaz de se reproduzir. Como modo de produção de vida *lato sensu*, o conceito de modo de produção envolve, necessariamente, as formas de produzir no terreno material e no domínio não material. Desta sorte, as formas de produção do pensamento integram também o modo de produção, pois, sem elas, estaria prejudicada a própria disciplina do trabalhador nas formas de produzir a vida material.

Encontram-se nesta discussão explicações para a fraca identificação da mulher com o mundo do trabalho. Para se estabelecerem as condições de amplas possibilidades de manipulação dos contingentes femininos é necessário instalar na personalidade da mulher a ambigüidade com relação a seus papéis tradicionais e a seus papéis modernos. Evidentemente, na base desta ambivalência está o sentimento de dependência e, portanto, da insegurança típica dos seres heterônomos. Este constitui o caldo de cultura propício ao desenvolvimento do sentimento de culpa, tão conhecido das mulheres. Se elas se dedicam exclusivamente ao lar sentem-se culpadas por não estarem colaborando com renda monetária para a subsistência e/ou promoção da família. Quando se ocupam apenas de tarefas profissionais sentem-se incompletas, uma vez que não estão se desincumbindo das funções caseiras tradicionalmente atribuídas a elas. Quando tentam desempenhar funções domésticas e ocupacionais simultaneamente sentem que deixam a desejar em ambos os setores, ainda que isto represente uma enorme sobrecarga. A oscilação das mulheres em torno destes dois padrões — dona de casa-profissional — é, pois, uma constante, impedindo a constituição de uma sólida e tranqüila identificação seja com a economia doméstica, seja com a economia pública. É graças a esta ambigüidade, nutrida pela sociedade, que os contingentes femininos são seres facilmente manipuláveis segundo as exigências das más variadas conjunturas econômico-político-sociais. O desempenho de uma atividade no seio da economia pública faz parte integrante da personalidade masculina. A tal ponto isto é verdadeiro, que não se concebe um homem que não trabalhe, ainda que se trate de pessoa de posses. Segundo a ideologia dominante, a mulher especialmente a casada e com filhos pequenos, só deve desenvolver atividade econômica extra-lar em caso de necessidade. Só a necessidade econômica justifica a negligência das tarefas domésticas. Esta ideologia da não negligência dos afazeres domésticos por parte da mulher, impele-a a aceitar até condições de existência infra-humanas em conseqüência de sua não participação na força de trabalho. A concepção do homem como o provedor das necessidades familiares é tão difundida, sobretudo nas camadas sociais de mais baixa renda, que as mulheres pobres encaram o casamento como a sua libertação do mundo do trabalho. Em pesquisa recém-iniciada com trabalhadoras rurais, encontrou-se uma família de cinco membros, vivendo com Cr\$ 1.200,00 ao mês, ganhos pelo chefe, único membro economicamente ativo do grupo familiar. A esposa justificou o fato de não desempenhar atividades extra-lar, dizendo: “Si casei é pra tê marido pra me sustentá”. Seu sustento resume-se num barraco de chão batido, de um cômodo, sem água encanada e arroz e feijão de baixa qualidade. Eis aí um exemplo do poder da ideologia. Mas a ideologia dominante é contraditória e, muitas vezes, a mulher está mais prenhe de idéias de promoção social, exaurindo

suas forças numa dupla jornada de trabalho. Ademais, a própria concepção de necessidade varia socialmente, ora impelindo mulheres para a vida economicamente ativa, ora retendo-as no lar. O importante a reter na memória é a ambigüidade da consciência feminina em relação a seus papéis sociais. Esta ambivalência está na base da exploração mais aguda de que é o alvo a mulher.

FORÇA DE TRABALHO FEMININA

No século que medeia entre o primeiro recenseamento brasileiro (1872) e o último censo (1970) muitas mudanças tiveram lugar, no Brasil, no que tange ao emprego da mão-de-obra feminina. Contudo, vários fatos continuaram a ocorrer da mesma forma, assegurando a persistência de uma brutal inferioridade social da mulher brasileira em relação ao homem.

Em 1872, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação. Das mulheres ocupadas, 35,0% estavam empregadas na agricultura, 33,0% nos serviços domésticos 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias têxteis e 6,7% em outras atividades. Em 1970, as mulheres compareciam com apenas 20% dos efetivos de trabalhadores nacionais. Representavam tão somente 9,0% no setor primário da economia, 12,0% do secundário e 38,0% do terciário. O quadro I dará uma idéia da evolução mais recente da força de trabalho nacional.

O período 1940-1970 revela uma nítida tendência à redução da força de trabalho nos setores primário e secundário e uma correlata elevação da mão-de-obra feminina empregada no terciário, já que o número relativo de mulheres economicamente ativas permaneceu mais ou menos estável nestes trinta anos. Os dados da PNAD 1976, porém, discrepam em dos anteriores. A tendência verificada nas três décadas anteriores acompanha normalmente a penetração do capitalismo. Os dados para 1976 apresentam um movimento até certo ponto contrário, na medida em que cresce moderadamente a percentagem de mulheres no terciário, aumenta com mais intensidade o número relativo de mulheres no secundário e mais do que duplica o percentual de mulheres no setor primário. O incremento substancial de elementos femininos na força de trabalho não se distribuiu segundo a tendência verificada já desde 1872 e bem nítida na tabela exposta para as últimas três décadas antes do último censo. O bom senso indica a necessidade de prudência na consideração dos dados da PNAD 1976, já que não se observa um fenômeno que tem acompanhado o desenvolvimento do capitalismo em todas as áreas em que este modo de produção domina. O desenvolvimento do capitalismo sob o modelo *capital intensivo* acentua a incapacidade relativa dos setores primário e secundário de absorver maior quantidade de força de trabalho, o que faz crescer a oferta de mão-de-obra no terciário. Acrescentando-se a isto o fato de muitas mulheres terem baixo nível de escolarização e o fato de ter havido uma acentuada concentração de renda sobretudo a partir de 1960, não apenas se compreende o incremento pronunciado da força de trabalho empregada na prestação de serviços, como é possível inferir que grande parte destes elementos femininos estivesse, em 1960, em 1970, empregado

no setor de serviços domésticos. As mulheres ocupadas na prestação de serviços de consumo individual somavam, em 1970, quase dois milhões. Os elementos femininos representavam, 89,3% do total de pessoas empregadas neste setor de atividades. As empregadas domésticas, naquele momento, constituíam ao redor de 30,0% da força de trabalho efetiva do país, percentual quase idêntico ao verificado quando da realização do primeiro censo, um século antes. Na categoria de empregados domésticos as mulheres compareciam com 97,5% dos efetivos e representavam 31,7% da PEA feminina total, segundo a estimativa do Ministério do Trabalho (MTb, SENAI, SENAC, *A Formação Profissional da Mulher Trabalhadora no Brasil*, 1976.) Em 1970, “dos 6,2 milhões de trabalhadoras registradas pelo censo, 3,2 milhões estavam concentradas em três ocupações... As empregadas domésticas eram 27%; as trabalhadoras de enxada, 18%; as professoras primárias, 8%”. (Adélia Borges, “O Trabalho da Mulher no Brasil”, *Movimento*, n.º 78, 27/12/76.) Como as estimativas do percentual de empregadas domésticas variam de 27,0% a 33,2%, pode-se presumir que, em 1970, elas constituíssem em torno de 30,0% da PEA feminina total. Embora não se disponha de dados para 1976, é possível presumir que esta percentagem não tenha sofrido redução e que talvez tenha até sofrido incremento, já que a concentração da renda tornou-se mais acentuada.

Ora, neste processo de marginalização de parcela da força de trabalho de funções econômicas organizadas segundo o modelo capitalista, a mulher constitui o elemento menos favorecido. Assim é que, “das mulheres que trabalhavam como empregadas, no Rio, 53,8% em 1950 e 48,7% em 1960 se encontravam no setor de prestação de serviços, a grande maioria das quais era constituída por empregadas domésticas. Estas mulheres, cuja grande maioria (89,7) ganhava menos de três quartos do salário mínimo, constituíam nada menos que 11,4% da força de trabalho carioca. Juntamente com os autônomos (12,1%), elas constituíam a massa marginalizada da Guanabara, que representava, então, quase um quarto da população ativa”. (Paul I. Singer, “Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil”, in *Debate & Crítica*, n.º 1, julho/dezembro de 1973).

O tipo de industrialização que vem ocorrendo no Brasil, assim como o aparato institucional que regula a distribuição da renda nacional de forma crescentemente desigual, parecem ser os responsáveis mais diretos pela elevação conjuntural do número de trabalhadores que se dedicam aos Serviços de Consumo individual.

É obvio que uma grande transformação teve lugar para as mulheres que desempenham tarefas domésticas em lar alheio entre 1872 e 1970. No primeiro momento, tratava-se de escravas sem remuneração e hoje trata-se de trabalhadoras assalariadas. Os salários percebidos circulam pelo mercado através da compra de mercadorias que satisfaçam às necessidades das próprias empregadas domésticas e de seus dependentes. O que os patrões compram atualmente é a força de trabalho das empregadas e não sua pessoa. Isto implica um certo grau de liberdade. Esta, entretanto, encontra limites muito estreitos no tipo de trabalho que a doméstica deve desempenhar. Atada ao ritmo e estilo de vida da família à qual presta serviços, a empregada doméstica só tem direito à filiação, à previdência social e a 20 dias de férias após doze meses ininterruptos de serviços prestados ao mesmo patrão. A duração de sua jornada de trabalho não é fixada pela lei, durando, não raro, doze ho-

ras, não existe garantia de uma folga remunerada por semana, não há FGTS e nem férias proporcionais. Trata-se, pois, de uma categoria ocupacional sujeita a uma legislação especial, que protege a pequena, a média e a grande burguesias, em detrimento das camadas mais pobres da população. Tanto isto é verdadeiro que uma das grandes aspirações das empregadas domésticas é ter suas relações de trabalho regidas pela CLT. A possibilidade de que tal medida venha a ser tomada, contudo, é remota, uma vez que o ônus social de uma força de trabalho não registrada ou submetida a esta legislação especial é bem inferior àquele resultante das obrigações compreendidas pela CLT.

Atentando-se para a percentagem de mulheres que se dedicam a trabalhos domésticos remunerados, e ainda que se deixem de lado outras formas de trabalho não capitalistas, localizadas fundamentalmente na agricultura, verifica-se a diminuta participação da mulher na economia capitalista brasileira. Com efeito, se o comparecimento da mulher na PEA total girava em torno de 20%, em 1970, e se praticamente um terço destas mulheres dedicava-se a serviços domésticos remunerados, a presença da mulher brasileira nas atividades econômicas organizadas em moldes capitalistas é bastante reduzida. Isto mostra que a modernização da economia, estando presentes fatores como a alta concentração da renda nacional, baixo grau de escolaridade das camadas mais pobres, industrialização intensiva de capital, não apenas não traz benefícios materiais às mulheres, como também impele-as a aceitar, a fim de assegurarem sua sobrevivência, o desempenho de atividades mal remuneradas e pouco ou nada prestigiadas do ponto de vista social, sobretudo no baixo terciário.

As trabalhadoras brasileiras concentram-se maciçamente nas ocupações de baixo prestígio e reduzida remuneração. O quadro II deixa clara esta afirmação.

Considerando-se que as empregadas domésticas não desempenham atividade organizada em termos capitalistas, pois são remuneradas com renda e não com capital, que é muito grande a incidência de relações não-capitalistas nas zonas rurais e que a quase totalidade das costureiras e bordadeiras trabalham autonomamente, sem vínculo empregatício, pode-se inferir, sem grande margem de erro, que mais de 50% das trabalhadoras brasileiras desempenham suas atividades econômicas em regime de pré-capitalismo. (Para uma discussão deste problema no que tange especificamente às empregadas domésticas, ver SAFFIOTI, Heleieth I.B., *Emprego Doméstico e Capitalismo*, Vozes, 1978). É óbvio que o contingente de mulheres (e também de homens) empregado em atividades econômicas não-capitalistas integra o exército capitalista de reserva. Uma parcela deste contingente é absorvida pelo setor capitalista da economia quando este se expande e reflui para atividades não-capitalistas quando aquele se contrai. A presença da mulher trabalhadora nestes bolsões pré-capitalistas é muito superior à do trabalhador masculino, o que representa uma enorme desvantagem para a parcela feminina desta população economicamente ativa, já que nestas atividades o trabalhador não é protegido pela legislação trabalhista, além de estar sujeito a freqüentes mudanças de emprego.

Se os dados da PNAD 1976 estiverem corretos, o enorme incremento do percentual de mulheres empregadas na agricultura pode ser explicado por duas hipóteses. A primeira diz respeito ao tipo de coleta do material. É sabido que o censo subestima o número de mulheres que se dedicam à agricultura. Sobretudo quando a mulher atua como membro não remunerado da família, não considera *trabalho* a atividade que desenvolve na roça. Responde, portanto, ao funcionário do IBGE, que não trabalha e acaba não sendo computada na população economicamente ativa. O mesmo ocorre com numerosas mulheres que atuam na agricultura em períodos específicos, como da colheita ou da sementeira, não desempenhando atividade econômica de forma sistemática durante o ano. Permanecem também fora do cômputo das pessoas efetivamente ocupadas. É possível que a PNAD 1976 haja levado em consideração estes fatos e por isto a percentagem de mulheres no setor primário da economia tenha sofrido tão grande elevação. Há que se considerar, porém, a hipótese da transformação maciça de trabalhadoras, membros não remunerados da família, em trabalhadoras assalariadas, com acelerada penetração do capitalismo nas zonas rurais. Em pesquisa realizada em Pederneiras ("A individualização da força de trabalho feminino em Pederneiras - SP, mimeo., Seminário A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA, 23-26/11/78, Rio de Janeiro), Maria Coleta F.A. de Oliveira encontrou um acentuado processo de individualização do trabalho feminino, como revelam os quadros III e IV.

O assalariamento de cada membro individual da família está se generalizando em várias áreas do país, sobretudo nos Estados em que o capitalismo penetrou mais aceleradamente na agricultura. A proletarização da mulher é, porém, mais desumana que a do homem. Nas zonas rurais em geral, ela recebe uma diária menor que a masculina e não tem carteira profissional assinada pelo patrão. A pesquisa, já mencionada, em curso nas zonas rurais do município de Araraquara, revela que a quase totalidade das mulheres que trabalham na agricultura só têm direito à previdência social via marido ou pai, uma vez que o patrão se recusa a assinar sua carteira de trabalho. Assim, jamais poderão aposentar-se, já que não recolhem a contribuição previdenciária. Por outro lado, de nada adiantaria atingir a idade para a aposentadoria compulsória, uma vez que o Funrural, em sua misoginia, exclui a mulher casada de seus benefícios individuais. Apenas a mulher só tem direito à irrisória aposentadoria de meio salário mínimo. O processo de proletarização dos contingentes do campo trouxe consequências funestas para a mulher. No regime de parceria e no de colonato, além de dedicar parte de seu tempo às fainas agrícolas, a mulher ocupava-se também da "produção doméstica", como a criação de animais de pequeno porte e o trabalho da horta. Estas tarefas tinham um grande significado para a dieta alimentar dos trabalhadores agrícolas e suas famílias. Pode-se comparar, atualmente, o nível de vida destes contingentes, onde persistem estas modalidades de trabalho, com o padrão de vida dos trabalhadores volantes, sem direito ao cultivo de uma pequena área de terra e sem espaço, nas cidades, para a criação de pequenos animais. A alimentação reflete o nível mais miserável destes últimos. Em extensas regiões do país, a mulher encontra-se, hoje, diante de duas alternativas: ou aceita a proletarização totalmente desumana, sem registro em carteira, ou retira-se da força de trabalho. Evidentemente, é o próprio patrão que arbitra o salário feminino quando as mulheres não têm carteira assinada. Encontram-se mu-

lheres ganhando Cr\$ 250,00 por semana na colheita de laranja do município de Araraquara (fevereiro de 1979). Muitas abandonam o trabalho, por julgarem infima a remuneração e por demais brutal a discriminação. Outras sujeitam-se a trabalhar por este preço durante alguns meses do ano, julgando não valer a pena sacrificarem-se durante o ano todo. Um grande contingente, todavia, sente-se compelido pela necessidade financeira a vender sua força por tão aviltado salário. A discriminação salarial ilegal que grassa no meio rural deve ser acrescentada a discriminação salarial "legal". Embora as leis brasileiras proibam diferenciações salariais na base do sexo, existem numerosos mecanismos especialmente usados para burlar a legislação. Basta por exemplo, dar títulos distintos às funções desempenhadas por homens e mulheres, ainda que o trabalho seja exatamente o mesmo e requiera a mesma qualificação. Como no Brasil, o próprio Estado discrimina mulheres na situação de trabalho, a fiscalização fecha os olhos para as irregularidades encontradas nas empresas em quaisquer ramos. Em indústrias têxteis e de confecções na cidade de São Paulo (pesquisa por redigir), encontra-se mulheres que, embora desempenhasse a mesma função que os homens e ocupassem os mesmos cargos, percebiam salários menores. É por isso que dois terços das trabalhadoras brasileiras recebem até dois salários mínimos apenas. A situação é, ainda, mais grave em certas regiões do Brasil, onde mais de 80% das trabalhadoras recebem até um salário mínimo e quase a totalidade situa-se na faixa de até dois salários mínimos. O quadro V mostra as faixas de renda em que se encontra a maioria das trabalhadoras brasileiras.

Não se observa uma correspondência linear entre mais baixos salários e regiões menos desenvolvidas. Na região VI, Distrito Federal, é menor o percentual de mulheres situadas nas faixas de renda de até dois salários mínimos (64,3%) do que na Região II, São Paulo (71,2%), e do que na Região I, Rio de Janeiro (76,8%). E, entretanto, não se pode afirmar que Brasília apresente maior grau de desenvolvimento que São Paulo ou Rio de Janeiro. Claro que as características de uma capital nacional contribuem para explicar este fenômeno, pois concentra uma grande parte dos funcionários federais, onde a percentagem de mulheres não é negligenciável. Por outro lado, o crescimento das cidades satélites de Brasília indica ser alto o número de mulheres pobres que devem empregar-se como domésticas. As diferenças de percentuais de trabalhadoras de baixas rendas nas Regiões V e VII tampouco se explicam em termos de maior ou menor grau de desenvolvimento. Ambas as regiões são carentes de recursos. Embora o nordeste (Região V) seja mais industrializado que o norte (Região VII), é na primeira destas áreas que a percentagem de mulheres de baixa renda se apresenta mais elevada. Acresce ainda que Minas Gerais e Espírito Santo (Região IV) apresentam maior taxa de trabalhadoras de baixas rendas (88,0%) que o norte (80,8%). Assim, deve haver outros fatores interferindo neste fenômeno.

Que não se diga, todavia, que os salários femininos são menores em consequência da mais baixa escolarização das mulheres, pois não há correlação direta entre estes dois fenômenos. Ao contrário, o que se observa em certas regiões é que o diferencial salarial eleve-se à medida que aumenta o grau de escolarização. Esta

correlação às avessas é quase perfeita no nordeste, ocorrendo, em certa medida, em todas as regiões, como se pode constatar no quadro VI.

Na pesquisa empírica realizada pelo Ministério do Trabalho, pelo SENAI e pelo SENAC, no município do Rio de Janeiro, encontram-se imensôs fossos entre os salários masculinos e femininos. Estes últimos constituíam 57,8% dos masculinos a nível de direção e gerência das empresas, 81,2% a nível de supervisão de produção e de chefias médias, e 63,29 no seio do pessoal de execução em geral. Os salários femininos são sensivelmente inferiores aos masculinos mesmo nas ocupações em que as mulheres predominam. A mulher percebe, em média, 60% do que ganham os homens.

Não há fiscalização da empresa privada no sentido de obrigá-la a cumprir a legislação em vigor porque o Estado não tem autoridade moral para tanto, já que ele próprio transgride as leis. Contrata professores de primeiro e segundo grau a título precário, quando esta figura não existe na legislação em vigor, podendo demitir a seu bel prazer e quando lhe aprouver os bóias-frias do ensino, sem nenhuma obrigação trabalhista. O Banco do Brasil não admitia mulheres em seus quadros até alguns anos atrás. Em outubro de 1975, a Petrobrás impediu que as mulheres se inscrevessem em concurso por ela aberto para a contratação de profissionais na área de geologia. Apesar dos protestos nesta ocasião, a Petrobrás voltou a praticar a discriminação contra a mulher. Uma comissão da empresa dirigiu-se à Universidade de Brasília, em 1976, com o objetivo de selecionar pessoal dentre os formandos do curso de geologia. Restringiu-se ao cargo de paleontóloga as possibilidades de inscrição das mulheres com as mesmas qualificações que os homens.

A discriminação agrava-se ainda mais quando se trata de mulher casada. Conforme levantamento realizado pela advogada Marly Cardone, o problema de maior incidência no que tange ao trabalho feminino, na instância judicial, é a dispensa de empregadas grávidas. Em pesquisa que a mesma advogada realizou junto a 22 empresas comerciais e industriais de São Paulo, verificou-se que apenas sete não despediam a empregada quando do casamento ou da gravidez.

Dados, ainda que espargos, deixam clara a gravidade deste fenômeno. "Em reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, dirigentes sindicais da região do ABC paulista afirmam que 90% das mulheres que dão à luz são dispensadas do emprego logo após o retorno da licença. Este ano, a própria Prefeitura de São Paulo recusou-se a renovar contratos de professoras gestantes. A situação das varredoras de rua de Salvador é dramática: em busca de emprego para garantir seu próprio sustento e o de sua família, elas são proibidas pelo Departamento de Limpeza Pública e Sanitária da Prefeitura de ter filhos. Segundo o *Jornal de Brasília*, de 04/01/75, mensalmente as mulheres são examinadas e qualquer sinal de gravidez significa a demissão automática do emprego. Não contente com a demissão, o Departamento executa um rigoroso controle de natalidade, chegando a distribuir anticoncepcionais entre a garis". (Carmen Lúcia de Melo Barroso, depoimento apresentado, em 28/04/77, à comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Situação da Mulher).

Todos estes casos de discriminação ocorrem ao arrepio da lei e diante dos olhos da autoridade. Há leis que garantem, no papel, a continuidade do contrato de

trabalho para a mulher que se casa ou engravida: a Constituição brasileira , a lei nº .5.473 e a própria Consolidação das Leis do Trabalho. Entretanto, a transgressões sucedem-se diariamente.

A passagem dos encargos da licença-maternidade do empregador para o INPS constitui um passo legal importante, mas não suficiente. Empregadores há que continuam alegando, para dispensar trabalhadoras-mães, o maior absenteísmo destas em relação aos homens. Numerosas pesquisas realizadas em países desenvolvidos revelaram que o absenteísmo feminino deve-se à ausência de uma infraestrutura de serviços que ampare a mulher trabalhadora, ao caráter em geral monótono e repetitivo das ocupações femininas e aos baixos salários geralmente percebidos por mulheres. No Brasil, pesquisa realizada pela Faculdade de Saúde Pública, da USP, de 1970 a 1972, em três fábricas de São Paulo, demonstra que o absenteísmo feminino é praticamente igual ao masculino.

Assim, a mulher está sujeita a toda a sorte de discriminações: desde a aproximação do chefe, na situação do trabalho, que pretende transformá-la em parceira sexual, até as mais violentas diferenças salariais em relação aos homens. Embora as mulheres constituíssem apenas 28,8% da força de trabalho nacional, em 1976, segundo a PNAD, representavam nada menos que 72,0% dos que ganhavam somente até um quarto do salário mínimo. A presença das mulheres vai caindo acentuadamente à medida que se vai subindo na escala salarial. Este fenômeno é generalizado em todo o país. Embora no Distrito Federal elas alcancem a cifra de 8,0% dentre os trabalhadores que ganham mais de vinte salários mínimos, não ultrapassam o montante de 1,8% nesta faixa de renda do norte do país. O quadro VII dará uma idéia precisa deste fenômeno.

E bem verdade que há um grande número de mulheres desenvolvendo atividade econômica em tempo parcial. Elas superam, de muito, o número de homens nas faixas de tempo semanal de trabalho inferiores a 30 horas. Basta comparar estas percentagens com aquelas que representam o comparecimento da mulher na força do trabalho para se perceber que elas estão super-representadas nas ocupações exercidas em tempo parcial. As mulheres que apenas colaboram na agricultura, reservando uma parte do dia para cuidar da casa e dos filhos menores, devem estar pesando nestes dados. Há de acrescentar ainda um bom número de empregadas domésticas, que enfrentam os mesmos problemas domésticos e cujas jornadas de trabalho são inferiores a oito horas. O caso clássico no Brasil é o das funcionárias públicas em geral e, em especial, o das professoras primárias que, em 1970, chegavam, dependendo da escola, a ter jornadas de trabalho de apenas 2h30. Se se observar, contudo, a coluna de 40 a 48 horas de trabalho por semana, verificar-se-á que a presença da mulher se aproxima muito de seu comparecimento na força de trabalho em geral. O quadro VIII revelará os fenômenos comentados.

A julgar pela distribuição da PEA feminina pelas faixas etárias, pode-se afirmar que o número de mulheres casadas na força do trabalho no Brasil está em processo de ascensão. Há trinta anos atrás era muito restrito o número de mulheres casadas na força de trabalho brasileira. Entretanto, nos vinte anos que medeiam entre 1950 e 1970, a PEA feminina sofreu um significativo envelhecimento, em todas as regiões do país. A PNDA 1976 revela o mesmo fenômeno para os seis anos se-

guintes. Este envelhecimento, patente no quadro IX, permite inferir um incremento substancial de mulheres casadas na PEA feminina.

Lamentavelmente, não se dispõe de dados anteriores a 1970 sobre a composição da PEA feminina por estado civil de comparação. Presume-se que haja aumentado a presença da mulher casada na força de trabalho a partir do quadro da composição etária desta massa de trabalhadoras. Considerando-se válida esta hipótese, o comparecimento da mulher casada na força de trabalho anteriormente a 1970 devia ser pouco significativo. Mesmo quando do último censo, a presença das casadas na PEA situava-se em torno de um quarto do comparecimento das solteiras. A PNAD 1976 permite comparação, ainda que seja por um breve espaço de tempo. A comparação, porém, fica um tanto prejudicada na medida em que o censo de 1970 separou as uniões legais das uniões consensuais, categorias reunidas pela PNAD. É possível, entretanto, observar a tendência de incremento, sobretudo das mulheres separadas. O quadro X revelará estes dados.

Os aumentos mais substanciais tiveram lugar, inegavelmente, na categoria de solteiras e na de separadas, o que se compreende facilmente. O incremento das viúvas na força de trabalho é negligenciável. Lembre-se que é mais difícil para a mulher viúva penetrar na PEA, já que a idade de viuvez é muito mais avançada que a idade média de separação.

Mulheres casadas, legalmente ou não, participando de atividades econômicas extra-lar, constituem fenômeno típico de áreas de economia mais moderna. No Brasil, é nas regiões sudeste e sul que este fenômeno aparece de forma mais significativa. A longo prazo, a tendência da PEA feminina é tornar-se mais velha e com predominância de mulheres casadas ou que já o foram, isto é, viúvas, separadas, desquitadas e divorciadas. Esta tendência ainda que incipiente, já está claramente delineada no Brasil.

Infelizmente, não há dados que permitam saber se estas mulheres ingressaram na força de trabalho ainda quando solteiras e nela se mantiveram desde então, ou se interromperam suas atividades durante o período em que os filhos pequenos demandavam maiores cuidados. A interrupção da vida produtiva por um espaço de 10 ou até 15 anos é fenômeno bastante típico das sociedades capitalistas. Tanto assim é que a curva de atividade feminina apresenta um pico entre os 20 e 24 anos, cai abruptamente entre os 25 e 40 anos, para voltar a subir, embora mais modestamente, entre 40 e 60 anos. Há, assim, uma profunda diferença entre a curva de atividade feminina e a curva de atividade masculina nas sociedades ocidentais, já que a vida produtiva dos homens não sofre interrupção. Nos países socialistas, diferentemente, a curva de atividade feminina aproxima-se sobremodo da masculina, pois constituem contingentes bem mais reduzidos as mulheres que interrompem suas atividades econômicas para cuidar de filhos pequenos. O recurso a instituições estatais que se encarregam da guarda e dos cuidados com a infância pode ser usado com muito maior frequência que no Ocidente, já que a infra-estrutura de serviços para auxiliar a trabalhadora casada, embora insatisfatória, é muito mais extensa que no Ocidente. Obviamente, a isto se soma o recurso de utilizar um membro inativo da família para a guarda e cuidados com a infância, tal como se procede no Ocidente.

A análise comparada indica, entretanto, que a existência de instituições responsáveis pela guarda de crianças não responde inteiramente pelo fenômeno da não interrupção da vida produtiva da mulher. Há outros fatores que interferem neste fenômeno. O abandono, temporário ou definitivo, da vida produtiva, ocorre com muito maior frequência dentre as mulheres que ocupam cargos de pequena responsabilidade, que exigem pouca qualificação, parca ou remunerados, ou seja, quando a mulher apenas tem um emprego, mas não faz carreira. Este fenômeno fica bem claro na análise de João do Carmo Lopes e de José Pastore (*A Mão-de-Obra Especializada na Indústria*, IPE, São Paulo, mimeografado). Com efeito, este trabalho revela que as mulheres escasseiam à medida em que se passa dos níveis mais baixos de qualificação para os mais altos. No seio do pessoal não especializado na indústria paulista as mulheres representam um quarto. No nível médio de especialização, entretanto, a relação é de uma mulher para seis homens e no interior do pessoal de nível superior há apenas uma mulher para 19 homens.

Este fenômeno constitui excelente razão para a não identificação de significativas parcelas da população feminina com o trabalho. Na base, porém, desta situação está a socialização parcial da mulher para o mundo do trabalho. A mulher não é, com efeito, primariamente socializada para constituir-se em trabalhadora extral-ar. Sua socialização fundamental prepara-a para assumir, primordialmente, os papéis domésticos tradicionalmente atribuídos aos seres femininos nas sociedades ocidentais. O trabalho extra-lar bem em segundo plano e dependerá dos rendimentos do chefe da família, do número e idade dos filhos, da qualificação profissional da mulher, do nível de aspirações do grupo familiar, da ideologia, enfim, que integra a estruturação das estratégias de sobrevivência das unidades familiares.

Evidentemente, estas estratégias diferirão de acordo com a estrutura da família e a presença de um ou dos dois cônjuges. As estimativas do número de domicílios no mundo chefiados por mulheres situam-se entre 25% e 33% (Buvinic, Mayra & Youssef, Nadia H, "Women-headed households: the ignored factor in development planning, *International Center for Reserch on Women*, Washington, D.C., mimeo., 1978). Através da exposição das numerosas discriminações a que está sujeita a mulher nas sociedades capitalistas, pode-se inferir que parte substancial dos domicílios chefiados por mulheres situam-se nas mais baixas faixas de renda. Perto de um terço da PEA feminina norte-americana, em 1970, era constituído de mulheres sozinhas e que, portanto, chefiavam a família: divorciadas: 6,5%; viúvas: 8,9%; casadas com marido ausente: 13,4% (*Why Women Work*, U.S. Department of Labor, Women's Bureau, 1971). Estas famílias estavam todas situadas na base da pirâmide social. O quadro XI dará uma ideia clara das discriminações sexuais e raciais nos Estados Unidos.

Ele fala por si mesmo. Primeiro, o número de famílias chefiadas por mulheres é muito superior dentre os pobres que dentre todos. Segundo, quer se tomem todas as famílias, quer se tomem apenas as pobres, o percentual de famílias chefiadas por mulheres é significativamente superior ao daquelas chefiadas por homens. Assim, mais da metade das famílias negras pobres está sob a responsabilidade de mulheres que, nos Estados Unidos, ganhavam, em média, cerca de 56% dos salários masculinos. Um terço de todas as famílias chefiadas por mulheres viviam na miséria, em 1970, ao passo que apenas, 7,1% das comandadas por homens

enquadravam-se naquela condição. O cálculo ponderado do número de famílias pobres segundo a representação negra na população norte-americana revela a potenciação da discriminação pela dupla determinação: *sexo e raça*.

O emprego de mulheres que chefiam suas famílias arranca-as, muitas vezes, da miséria. Nem sempre, todavia, a mulher pode trabalhar, ou por razões de saúde, ou por ter filhos menores ou ainda por não encontrar ocupação. Em 1969, dentre as famílias brancas chefiadas por mulheres, nos Estados Unidos, a incidência da pobreza era de 15,0% quando essas mulheres eram economicamente ativas e de 37,0% quando não eram. As percentagens correspondentes para as famílias negras chefiadas por mulheres eram de 38,0% e de 69,0%. A intensidade da pobreza varia também segundo estes dois caracteres naturais escolhidos para operar como seletores sociais: o sexo e a raça. Com efeito, o *deficit*, de rendimentos, em 1970, para as famílias pobres chefiadas por homens era de US\$ 955 dentre os brancos e de US\$ 1.109 dentre os negros. As cifras correspondentes para famílias pobres chefiadas por mulheres eram de US\$ 1.219 e US\$ 1.492. A diferença nos *deficits* médios entre famílias pobres negras e brancas tem sua raiz, em parte, no maior número médio de membros das primeiras. Esta diferença é amplamente acentuada pela grande distância entre os rendimentos efetivos de uma família negra chefiada por mulher e os considerados mínimos para uma existência modesta, pois, na mulher negra estão presentes, simultaneamente, os dois característicos socialmente selecionados para operar como seletores sociais.

Com relação à utilização social dos caracteres *sexo e raça* com o propósito de discriminar, na situação de trabalho, a evolução do fenômeno, revela um abrandamento do preconceito racial e um reforço dos prejuízos contra a categoria sexo feminino. Com efeito, tomando-se o salário como indicador, a situação tem evoluído da seguinte forma: em 1939, em termos de salário médio, o homem branco ocupava o primeiro lugar; a mulher branca, o segundo; o homem negro, o terceiro; a mulher negra, o quarto. Em 1966, o homem negro passa para o segundo posto e a mulher branca para o terceiro, permanecendo o homem branco em primeiro e a mulher negra em último. O quadro XII oferece uma clara visão do fenômeno descrito.

Estes dados refletem, nitidamente, a valorização do elemento negro, homem ou mulher, ocorrida em consequência das lutas das populações de cor. O fator sexo passou, realmente, a operar mais fortemente que o fator raça, trazendo uma significativa desvantagem para a mulher branca. Para a mulher negra, contudo, sobre a qual recaem os dois tipos de discriminação, embora haja ocorrido uma notável melhora, a situação é ainda de profunda injustiça.

O número de famílias chefiadas por mulheres está sofrendo incremento em todo o mundo ocidental, mesmo nas zonas rurais. Em Gana, esta modalidade de família representa quase um terço (31,9) do total (Stanislas D'Souza, *Sex-based stereotypes; sex biases and national data systems*, mimeo., trabalho apresentado no Seminário A MULHER NA FORÇA DO TRABALHO NA AMÉRICA, 23-26/11/76, Rio de Janeiro)

Carmen Barroso no trabalho *Sozinhas ou mal-acompanhadas - a situação da mulher chefe de família*, mimeo., também apresentado no Seminário acima referi-



do, elaborou cálculos a partir do censo de 1970 e das PNADs 73 e 76, cálculos estes que mostram um aumento, ainda que discreto, das famílias chefiadas por mulheres no Brasil. O quadro XIII revela o que acaba de ser afirmado.

É preciso atentar para o fato de que, na realidade, deve ser muito mais alta a percentagem de famílias chefiadas por mulheres no Brasil, uma vez que o IBGE só considera a mulher casada como chefe quando o marido não vive no grupo familiar. Assim, as milhares de mulheres casadas, com marido presente, que efetivamente chefiam a unidade familiar, são deixadas de lado, ou melhor, aparecem nas estatísticas como cônjuges.

“Com uma amostra representativa de Belo Horizonte, Merrick encontrou mulheres chefiando 1/5 dos domicílios. Destes, 41 % estavam no nível de pobreza, enquanto nos domicílios chefiados por homens isto ocorria em 26% dos casos” (Carmen Barroso, citado). Com salários inferiores aos masculinos, as mulheres chefes de família estão mais sujeitas a entrar em nível de miséria. Aliás, no Brasil, esta situação está se agravando na medida em que a mediana dos rendimentos das trabalhadoras não agrícolas caiu consideravelmente entre 1973 e 1976 em todo o país, exceção feita de São Paulo.

Isto ganha uma dimensão dramática quando se pensa que é exatamente nas camadas mais pobres da população que se expande mais aceleradamente o fenômeno de famílias chefiadas por mulheres. É possível que a rede de parentesco auxilie estas mulheres a manterem suas famílias, já que 20% das que chefiam domicílios estão fora da PEA. Há que se atentar também para as crianças como fonte de rendimentos, na medida em que é muito generalizado o trabalho infantil no Brasil. Em pesquisa ora em curso em município paulista sobre o trabalho de crianças, verificou-se que um garoto entre 10 e 15 anos, trabalhando como pacoteiro de super-mercado ganha entre Cr\$ 600,00 e Cr\$ 700,00 mensais (Salário mínimo = Cr\$ 1.560,00). Na pesquisa em execução na zona rural constatou-se que o salário do menor na agricultura assemelha-se ao da mulher. Seja através do auxílio da família extensa, seja com a ajuda do trabalho remunerado de menores, seja com o próprio trabalho, mulheres das camadas mais baixas da sociedade brasileira estão enfrentando um gigantesco problema: chefiar famílias. Dentre as que têm este encargo, aliás, é muito mais alta a participação na PEA, como se pode verificar no quadro XIV.

A participação na PEA por parte das mulheres chefes de família atinge, no caso das viúvas, o dobro do percentual encontrado no mesmo estado conjugal quando há um homem que assuma a responsabilidade de manter a família. Embora a viuvez tenda a ocorrer em idades mais avançadas, tornando mais difícil a penetração da mulher na PEA, quase um quarto das viúvas arrimo de família estão, no Estado de São Paulo, desenvolvendo atividade econômica. É bem alta a participação das que já estiveram casadas e de quase três quartos a representação das solteiras. A necessidade impele a mulher a aceitar funções ocupacionais de pouco prestígio e irrisória remuneração, demonstrando que a sociedade deve chamar a si o ônus da reprodução destas famílias. O fenômeno da miséria em famílias chefiadas por mulheres é universal no mundo ocidental. Basta consultar os dados apresentados por Manuel Barrera (*Diferencias Salariales entre Hombres y Mujeres en América Lati-*

na, mimeo., Seminário A Mulher na Força de Trabalho da América Latina, 23-26/11/78, Rio de Janeiro) sobre os diferenciais de salários entre homens e mulheres na América Latina para se ter uma idéia da gravidade deste problema.

Já que estão em processo de expansão os fenômenos domicílio chefiado por mulheres e participação da mulher casada na PEA, cabe examinar com que auxílios comunitários conta a trabalhadora brasileira para atenuar sua carga doméstica.

INFRA-ESTRUTURA COMUNITÁRIA DE SERVIÇOS

É evidente que com o incremento do número de mulheres, que têm família de procriação (casadas, separadas, desquitadas, divorciadas, viúvas), na PEA agrava-se o problema da dupla jornada de trabalho. Dados da PNAD indicam que entre 1972 e 1973 elevou-se de 26,2% para 33,9% a parcela de mulheres que acumulavam trabalho extra-lar com serviços domésticos. A solução empregada doméstica só é acessível a um número restrito de mulheres, já que, em 1973, 81% das trabalhadoras brasileiras recebiam mensalmente até dois salários mínimos. Ainda que esta percentagem haja sido reduzida para 67,5, a queda do salário real revela que a situação econômica das camadas mais pobres da população brasileira não melhorou.

A situação da mulher casada torna-se mais dramática quando se atenta para o fato de que existem 95 crianças entre zero e seis anos de idade para cada centena de mulheres entre 15 e 49 anos e para o fato de que quase a metade da população feminina economicamente ativa (48,43%) situa-se nas faixas etárias mais férteis (de 20 a 39 anos).

Como a sociedade brasileira não dispõe de uma infra-estrutura de serviços que pudessem auxiliar a trabalhadora em seus afazeres domésticos, boa parcela delas cumpre duas jornadas de trabalho. Não há restaurantes populares, com preços acessíveis para a família da trabalhadora. No máximo, a trabalhadora compra, a preços módicos, sua própria refeição no restaurante da fábrica ou alimenta-se na residência da patroa. Mas, deve levantar-se de madrugada para preparar a refeição dos filhos e do marido, quando não a sua, que leva na marmita. Tampouco dispõe a trabalhadora brasileira de lavanderias a preços populares. Os equipamentos domésticos que aliviam o peso dos serviços caseiros são ainda muito caros para a grande maioria das trabalhadoras. Nem mesmo a geladeira, que poupa trabalho, constitui, no Brasil, peça freqüente na casa das trabalhadoras de baixas rendas. Assim, a dupla jornada é uma constante na vida destas mulheres.

A história demonstra que quando as mulheres são imprescindíveis à economia de uma sociedade, esta se encarrega de criar uma infra-estrutura de serviços capaz de, pelo menos, reduzir sobremaneira os serviços domésticos. Assim ocorreu em vários países durante períodos de guerra em que o homem estava mobilizado nas atividades bélicas e na indústria de armamentos. Terminado o estado beligerante, todavia, desaparece ou se reduz enormemente esta infra-estrutura de serviços, uma



vez que já não se justifica a participação maciça das mulheres na PEA, porque os homens retomaram seus postos. Até mesmo o problema da guarda e cuidados com crianças em idade pré-escolar tem sido resolvido nos momentos em que a economia exige intensa participação feminina. Mas estas instituições não perduram quando cessa a necessidade de grandes contingentes de mão-de-obra feminina. Afora o caso da Suécia, que oferece 36 vagas em instituições para crianças em idade pré-escolar para cada centena de crianças nesta faixa etária, as sociedades ocidentais têm descurado grandemente este problema. Ainda que difícil pela escassez de dados sistematizados, vale a pena fazer uma breve incursão neste terreno, já que no Brasil este problema é seríssimo.

O poder público, a quem deveria estar afeta a questão da guarda das crianças de trabalhadoras, omite-se amplamente. Em 1974, 48% das vagas da pré-escola eram oferecidas por estabelecimentos particulares (Anuário Estatístico do Brasil, 1975).

Uma pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo, junto a 500 trabalhadoras administrativas, adestradas e braçais nas indústrias paulistas, revelou que não somente estas mulheres trabalham para sua própria manutenção e no sustento de sua família, pois apenas 2,1% delas alegaram trabalhar visando sua independência, mas também demonstrou ser muito precário o esquema das casadas para assegurar os cuidados mínimos exigidos pelos filhos pequenos. Dentre as trabalhadoras não solteiras, 72,8% das mulheres investigadas tinham filhos. Destas, 46,4% recorriam a parentes para solucionar o problema da guarda dos filhos pequenos, 2,1% valiam-se do auxílio dos vizinhos, apenas 5,2% podiam utilizar-se de empregadas domésticas, 21,6% deixavam os filhos sozinhos e tão-somente 1,0% valia-se de creches ou instituições equivalentes. Estas últimas desenvolviam, todas, atividades braçais, o que revela que estes organismos não são bem reputados na sociedade brasileira, em parte pelo fato de serem, muitos deles, realmente precários, e que seu número está muito aquém das necessidades do país. Obviamente, ficou claro nesta pesquisa que apenas as empregadas administrativas tinham acesso a empregadas domésticas por causa de seu poder aquisitivo, enquanto 22,8% das trabalhadoras adestradas e 30,0% das braçais lançavam mão do recurso de deixarem os filhos sozinhos.

O Brasil como um todo tem respondido muito mal à necessidade de uma ampla rede de instituições que se encarreguem da guarda de crianças em idade pré-escolar. Este fato não se deve exclusivamente à escassez de recursos financeiros, mas também ao alto índice de crescimento demográfico que faz deste país uma área de mão-de-obra super-abundante. Aliás, as primeiras iniciativas no que tange à implantação de creches partiram de indústrias paulistas e não do poder público, no início do século. Em 1925, o governo paulista regulamentou por decreto as escolas maternas, que deviam funcionar em regime de semi-internato, localizar-se junto às indústrias e cuidar dos filhos dos operários. A nível da nação, só a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, tratou de estabelecer as condições de assistência aos filhos de operárias. Com efeito, em seu artigo 389, § 1º, reza que as empresas com 30 ou mais empregadas com idades superiores a 16 anos devem manter "local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação". No § 2. explicita-se a possi-

bilidade de essa exigência "ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais". A CLT é muito vaga, primeiro porque não define o período de aleitamento, segundo porque mantém a descoberto um enorme espaço de tempo antes da idade escolar da criança. Além de ser insuficiente em sua própria formulação, a CLT não tem sua observância rigorosamente fiscalizada e as multas para as infrações são excessivamente brandas.

A brecha legal da possibilidade da empresa manter creche em convênio permite-lhe fazer acordos com creches fantasmas, já que as mães não recorrem a elas por se distanciarem muito quer das fábricas, quer das residências das operárias. O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou, a 14 de dezembro, de 1976, o caso de uma empresa de tintas, em Guarulhos, que mantém vagas numa creche situada a 10 km da fábrica. Segundo achados não sistemáticos de grupos feministas, as creches fantasmas grassam não apenas em São Paulo, como também no Rio. Em 1969, a imprensa conseguiu detectar apenas 200 creches em todo o país, concentradas em três principais cidades: Rio, São Paulo e Belo Horizonte. O Ministério do Trabalho, o SENAI e o SENAC estimaram a existência, em 1974, de somente 90 creches no município do Rio de Janeiro, isto é, 6.800 vagas para 510 mil trabalhadoras. Em outros termos, apenas 1,3% das trabalhadoras cariocas consegue obter vagas em creches para seus filhos. Dados coletados pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, em 1975, revelam que 73% das empresas daquele Estado, com mais de 30 empregadas com idades superiores a 16 anos, não cumprem o dispositivo legal relativo a creches.

Além do mais, a Portaria nº. 1, de 15/01/69, que reforça a obrigatoriedade da manutenção de creches por parte das empresas que preenchem os requisitos estipulados, é freqüentemente invocada como razão para a dispensa sumária de empregadas que se casam ou engravidam. (Marly Cardone, "Subsídios do Direito do Trabalho para um Debate sobre a Situação da Mulher, in *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, dezembro de 1975). A legislação, além de falha e imprecisa, deixa a descoberto um imenso contingente de mulheres trabalhadoras, para não mencionar a ausência de fiscalização de sua aplicação.

"Além dos limites de obrigatoriedade legal, algumas instituições privadas de assistência têm atuado na área, colocando à disposição da comunidade ou de grupos específicos de mulheres um número limitado de vagas em creches. Muitas delas, geralmente através de convênios, têm recebido apoio financeiro e técnico de instituições governamentais, como é o caso da extinta Secretaria do Bem Estar Social do Município de São Paulo - SEBES - e da Fundação do Bem Estar do Menor do Estado de São Paulo - FEBEM" (Maria Malta Campos, Depoimento prestado, em 28/04/77, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Situação da Mulher).

No Rio Grande do Sul havia, em 1975, apenas 30 creches: 18 localizadas em Porto Alegre e 12 no interior. Em 1976, a cidade de Salvador contava somente com quatro creches. Está ainda por ser feito um levantamento acurado deste fenômeno no Brasil. Na cidade de São Paulo, já há um grupo pesquisando o assunto.

Embora se careça de dados para poder-se estimar com certa precisão o custo médio dos serviços de uma creche por criança atendida por mês, pode-se raciocinar a partir das informações fornecidas pela mesa-redonda "Creches: Prós-e-Contras": Cr\$ 500,00 em creches subvencionadas por entidades assistenciais e Cr\$ 1.000,00 em creches particulares. Ora, estas estimativas indicam que a creche onera menos a sociedade que as diárias hospitalares dos milhares de crianças que necessitam freqüentemente de internação em virtude de subnutrição. (*Folha de S. Paulo*, 01/02/76).

O problema da alimentação no Brasil extrapola os limites da mulher que desenvolve atividade ocupacional. Enquanto o Estado não assumir a responsabilidade pela nutrição dos milhões de crianças menos favorecidas, seja através da assistência direta, seja através de uma distribuição menos desumana da renda nacional, o país continuará ostentando altas taxas de mortalidade infantil, de morbidades e de deficientes mentais. O direito à alimentação, à habitação, ao vestuário, à saúde e à educação deve ser assegurado pelo Estado a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça, sexo, classe social, crença religiosa. Em todos os setores da vida nacional, inclusive o educacional, a mulher sofre discriminação.

A EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL ÀS MULHERES

Evidentemente, num país de tão grandes desigualdades, a educação não é distribuída igualmente a todos os cidadãos brasileiros. A estas desigualdades oriundas das diferenças de classe social somam-se, no caso da mulher, variados preconceitos que, alegando ser a mulher menos inteligente que o homem, interdita-lhe certas áreas de conhecimento. Estas são reservadas exclusivamente ou quase à atuação masculina. Preconceitos desta natureza revelam-se perfeitamente adequados à persistência da fissura existente no mercado de trabalho: um mercado feminino, de baixo prestígio e escassa remuneração, e um mercado masculino, muito mais elástico no que tange à quantidade e à qualidade das ocupações que, via de regra, remuneram melhor e conferem mais prestígio social. Até há 20 anos atrás eram escassas as possibilidades de mulheres freqüentarem escolas. Tanto isto é verdadeiro que, nas gerações mais velhas, o analfabetismo é muito mais pronunciado dentre as mulheres que dentre os homens. Felizmente, esta situação sofreu profundas transformações. Atualmente, nas faixas etárias compreendidas até 20 anos o número de mulheres alfabetizadas supera levemente o de homens nas mesmas condições. Lembre-se, contudo, que mais de 30% das mulheres adultas não dominam as técnicas elementares da cultura - escrita e leitura - e que mais de 20% das que se situavam entre as idades de 10 a 19 anos em 1970 poderão ter o mesmo destino.

Munida de um bom grau de instrução, a mulher já enfrenta dificuldades em encontrar emprego e em retê-lo após o casamento. Analfabeta ou mal sabendo ler e escrever, não resta à mulher senão ocupações tipo emprego doméstico, trabalho de enxada e serviços do gênero, para não mencionar a prostituição, verdadeiro reduto da ignorância. Pesquisa realizada por Adailsa Pires de Araújo Bertero, na zona de

prostituição de Araraquara, no período de 1976/77, constatou alto índice de analfabetismo e de baixa escolaridade dentre as prostitutas, além de mostrar que quase todas são ex-empregadas domésticas.

Em matéria de educação escolarizada, um grande progresso foi percorrido pelas mulheres. Entretanto, a participação feminina no sistema educacional brasileiro continua extremamente seletiva. Com efeito, as mulheres estão confinadas em certas áreas do conhecimento, que conduzem a ocupações tidas, tradicionalmente, como femininas. Através do censo de 1970 pode-se constatar um equilíbrio da distribuição das categorias de sexo quanto ao nível primário de escolarização, predominância de homens com curso ginásial completo, maior número de mulheres com curso colegial completo e acentuada preponderância de elementos masculinos com educação superior completa. Esta situação é cristalina no que tange ao encaminhamento ocupacional dos elementos de diferentes sexos: as mulheres vão situar-se nos postos médios da hierarquia ocupacional, enquanto os homens são preparados para desempenhar as mais altas funções dessa mesma hierarquia. Assim, com educação superior completa, as mulheres, em 1956, representavam tão-somente 26% do total dos brasileiros com escolarização universitária. Esta tendência à rarefação das mulheres é ainda mais pronunciada nos estudos de pós-graduação.

As escolas primária e secundária nada fizeram para contrariar os tão arraigados preconceitos contra a mulher. Ao contrário, reforçaram-nos, quer através de livros didáticos sexistas, quer através de currículos escolares diferenciados segundo os sexos. Antes do advento da lei nº 5.692/71, havia, nos cursos profissionais, perfeita dicotomia entre cursos destinados às meninas e cursos destinados aos meninos: artes industriais e aprendizagem industrial para meninos e educação doméstica, corte e costura para meninas. Semelhante segregação de tarefas escolares canalizava as meninas para as ocupações tradicionalmente femininas, tolhendo-lhes a iniciativa de escolher um campo de atuação consagradamente masculino.

Há sérios riscos de que sob a vigência da lei 5.692, a título de *sondagens de aptidões*, persistam práticas educativas (ou deseducativas) carregadas de discriminação sexual. É bastante discutível que nas faixas etárias em que normalmente os estudantes cursam as últimas quatro séries do ensino de primeiro grau e possa-se, com segurança, orientar os alunos para opções vocacionais. Ao contrário, parece que o ensino se encarrega de ludibriar as vocações através de uma atuação preñe de estereótipos sexistas.

O ensino de segundo grau também reproduz as diferenças sociais e sexuais. O colegial propedêutico destina-se a garotos que continuarão seus estudos nas universidades. O ensino profissional, notadamente o curso normal, destina-se às mulheres pobres, que se profissionalizarão tão logo terminem este nível de escolaridade. Em todos os anos do período 1955-70, dentre os formados do curso colegial secundário, as mulheres representaram, em média, um terço, enquanto superaram a casa dos 90% dos normalistas no mesmo lapso de tempo. O número de normalistas supera o número de elementos femininos em todos os demais cursos do segundo grau em seu conjunto. As normalistas que se profissionalizam em seguida ao término do curso, situando-se no magistério de primeiro grau, além de desempenharem ocupação de baixo prestígio, recebem salários completamente aviltados. As que logram

ingressar numa universidade têm sua carreira limitada quase que exclusivamente ao magistério, já que o próprio vestibular em áreas do conhecimento que demandam preparo específico constitui uma barreira intransponível. No período em pauta (1955-70), as mulheres eram raras no curso científico, podendo, pois, encaminhar-se em muito menor medida às carreiras científicas e técnicas. O comparecimento da mulher é maciço no ensino comercial a nível de secretariado, mas rarefaz-se nos de administração e contabilidade. No ensino agrícola, elas estão concentradas nos cursos de educação doméstica rural.

O quadro exposto até aqui parece ter sofrido muito leves alterações, segundo dados posteriores à implantação da reforma do ensino de 1º. e 2º. graus.

A ampliação das vagas nas universidades permitiu que, no período 1961-71, o número de estudantes universitários passasse de 100 mil para mais de 500 mil. Neste processo, as mulheres conquistaram um significativo espaço, passando a representar, em 1971, 40% dos estudantes universitários. O crescimento do ensino de 3º. grau, contudo, não foi uniforme, pois não obedeceu a nenhum plano. Como a maioria dos estabelecimentos de ensino superior está em mãos da iniciativa privada (73% dos estabelecimentos em 1976), expandiram-se mais as áreas do conhecimento em que o ensino apresenta baixos custos e altos lucros. Assim, cresceram mais aceleradamente, em termos de número de vagas, as áreas de Letras, Ciências Humanas, Filosofia, Ciências Biológicas e Exatas e Educação Física, em detrimento de Medicina, Engenharia, Odontologia e Enfermagem.

Neste quadro, pode-se já vislumbrar o estreito limite das conquistas femininas. A expansão das matrículas femininas deu-se exatamente nas áreas tradicionalmente ocupadas por mulheres, aumentando a concentração destes elementos em verdadeiros guetos do conhecimento. Assim, o comparecimento da mulher na área de Letras passou de 34% em 1956 para 50% em 1971. Ainda que as mulheres hajam aumentado sua participação nos campos de Ciências Exatas, tidas como redutos masculinos, todos os cursos universitários onde é relevante a presença feminina encaminham para o magistério.

Determinadas carreiras continuam tão masculinas quanto o eram há vinte anos. Na área de Engenharia, a presença feminina não ultrapassa os 3%; as mulheres representam 5% dos agrônomos e atingem 8% em Veterinária. Enfermagem já havia se feminilizado. As matrículas femininas no período 1956-71 nunca foram inferiores a 95% do total. Em 1956, as mulheres representavam 77% dos efetivos da carreira de serviço social. Progrediu o processo de feminilização a tal ponto que os elementos femininos já atingiam 95% em 1971. Um certo equilíbrio entre os sexos foi obtido em áreas como Arquitetura, Odontologia e Farmácia, mas as mulheres não chegam ainda, apesar do incremento, a constituir um quarto dos alunos dos cursos de Economia, Medicina e Direito.

“Estamos, portanto, ainda longe de poder falar em igualdade de condições, mesmo dentre aqueles que conseguiram chegar ao topo da pirâmide educacional. Às mulheres reservam-se principalmente as carreiras do magistério, ou aquelas de

caráter assistencial, como o Serviço Social e a Enfermagem, ou ainda aquelas que, por sua natureza, se identificariam mais com os papéis femininos tradicionais, como a Higiene e a Nutrição, Educação Sanitária e Economia Doméstica. Além disso, a probabilidade de que a mulher esteja realizando um curso superior de caráter verbalista e bacharelesco, em escola particular, é maior que a do homem. De modo geral, quando o prestígio e as perspectivas salariais de uma carreira são promissores, as mulheres nela matriculadas são minoria. Por outro lado, carreiras tipicamente femininas são quase sempre as de salários menores que o de outras equivalentes em termos de anos de escolarização, além de muitas vezes apresentarem uma desordenada expansão de matrículas". (Guiomar Namó de Mello, Depoimento apresentado, em 28/04/77, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Situação da Mulher).

Mesmo nas ocupações em que as mulheres predominam, podem-se detectar barreiras à sua ascensão. O estudo de Luiz Pereira (O Magistério Primário na Sociedade de Classes, Pioneira, 1969) bem mostrou que as mulheres constituem a quase totalidade dos professores primários, mas escasseiam à medida que se passa para os postos de direção do ensino oficial do Estado de São Paulo.

À semelhança do que ocorreu no ensino primário, a penetração das mulheres no ensino secundário foi acompanhada de uma desvalorização social desta ocupação e de um profundo aviltamento salarial. Também neste caso as mulheres são raras nos cargos de direção, os mais compensadores em termos salariais.

No ensino universitário, grau mais prestigiado do magistério, a representação feminina é modesta, alcançando, em 1973, a pequena cifra de 23%. Nos cursos de pós-graduação, o comparecimento dos elementos femininos é ainda mais reduzido. Como demonstrou a pesquisa de Carmen Barroso ("A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro", in *Ciência e Cultura*, vol. 27, junho de 1975), as mulheres atingiam somente 15% do corpo docente dos cursos de mestrado e 9% dos professores dos cursos de doutorado. Outros fenômenos interessantes são ainda revelados pelo referido estudo. Sabe-se sobejamente que nem sempre é vantajoso vincular-se exclusivamente a uma universidade. O regime de tempo integral, muito melhor remunerado que o regime de tempo parcial interessa aos professores de certas áreas do conhecimento nas quais são escassas ou inexistentes as possibilidades de desempenho de outra atividade fora da universidade. Nestes campos, a presença dos professores em tempo integral é maciça e a das professoras é rara. Há, por outro lado, áreas do conhecimento, como a medicina e a engenharia, em que é muito mais rentável ligar-se à universidade em tempo parcial, para se dispor de um ambiente em que é possível a atualização, deixando-se tempo livre para o desempenho de atividades em firmas ou hospitais particulares ou ainda em firmas ou clínicas próprias. Nestes campos é muito mais freqüente a mulher em tempo integral do que o homem. Ademais, a presença da mulher nas instituições de ensino superior é inversamente proporcional ao prestígio destes estabelecimentos. A participação feminina, por exemplo, na Universidade de São Paulo, é significativamente menor do que a representação média das mulheres no conjunto do ensino superior brasileiro.

CONCLUSÕES

É extremamente difícil escrever uma categoria de sexo sem ocorrer o risco de má interpretação. No breve espaço de um artigo não é possível atender às diferenças internas de semelhante categoria. Com efeito, uma categoria de sexo é profundamente heterogênea em termos sociais. Comporta mulheres burguesas de vida totalmente ociosa, que transferem a empregadas domésticas o ônus dos serviços caseiros. Comporta profissionais de alto gabarito e polpudos salários que, normalmente, também se valem de mulheres sub-privilegiadas socialmente para a execução dos trabalhos domésticos, evitando, assim, a dupla jornada de trabalho. É integrada por mulheres pertencentes à pequena burguesia, que acumulam suas tarefas ocupacionais com afazeres domésticos. E finalmente, de modo simplificado, é composta de mulheres muito pobres, cuja sobrevivência depende de suas atividades remuneradas. Estas, obviamente, exceção feita dos casos em que uma filha maior desempenha as tarefas domésticas, enfrentam, cotidianamente, a sobrecarga, a fadiga, a exaustão.

A mulher genérica não existe. O que há são mulheres localizadas na estrutura social e arcando com o ônus desta inserção. A intensidade da discriminação, portanto, varia segundo as classes sociais. Cada mulher vive a condição feminina em determinadas circunstâncias, derivadas das diferentes classes sociais. A existência da discriminação, entretanto, é comum a todas as mulheres, independente da condição de classe. A situação de inferioridade social em que vivem as mulheres, todavia, é insuficiente para constituir-se num liame sólido. A pertinência a uma classe social apresenta-se com muito mais vigor na determinação das estratégias de sobrevivência e na luta política. Têm raízes aí as dificuldades do feminismo apolítico, que se pretende acima das classes sociais. Este é o feminismo burguês, fantasiado de a-ideológico. Todos os feminismos têm lugar no interior das classes sociais, pois estas constituem a base das ideologias políticas. Estas nunca poderiam ser informadas por categorias de sexo, que se complementam na reprodução biológica e, via de regra, na produção social.

A dificuldade da análise da categoria *mulher* reside exatamente no fato de que a determinação sexo não é nem a única nem a mais importante. É claro que o sexo ganha novas dimensões na medida em que sofre numerosas elaborações sociais. Mas há que se levar em conta a contradição entre as classes sociais se se quiser atingir o âmago da questão. Nesta medida, a análise da categoria *mulher* torna-se extremamente complexa, porquanto as discriminações especificam-se no interior de cada classe social e mesmo no seio de cada estrato de classe. Uma análise linear, portanto, não extrapolaria o nível cultural, deixando intactas as raízes dos preconceitos contra a mulher. Situar-se a mulher na estrutura social das sociedades de classes constitui, pois, requisito fundamental de uma adequada análise desta problemática, embora haja invariantes que permeiam toda a categoria *mulher*.

Destes quase cinco séculos de história brasileira, é preciso reter, pelo menos, alguns fatos. O primeiro deles diz respeito à posição social da mulher segundo domine este ou aquele modo de produção. Embora muito pouco se tenha dito sobre o

escravismo, pode-se concluir que profundas mudanças ocorrem quando se passa deste modo de produção para o capitalista. A forma e a quantidade da inserção da mulher na força de trabalho sofrem intensas alterações. As mudanças de formas referem-se à passagem da produção doméstica e agrícola para a produção mercantil e industrial. Quanto à quantidade, nem são necessárias estatísticas para provar que o modo de produção escravista absorve muito maior contingente de mão-de-obra feminina que o capitalismo. Basta que se faça a pergunta de quantas mulheres, na vigência do escravismo, podiam dar-se ao luxo de não desempenhar atividade econômica. Nem mesmo todas as mulheres de engenho gozavam deste privilégio, pois bom número delas, além de comandar escravas domésticas, costuravam, bordavam, teciam rendas. Sob o capitalismo, primeiro regime a inventar e utilizar a tecnologia, porém, nem todas as mulheres são necessárias à produção. Há que marginalizar grande parcela de força de trabalho feminina, já que a tecnologia se encarrega de elevar astronomicamente a produtividade dos efetivamente empregados. Esta é uma decorrência normal de uma sociedade que usa a tecnologia, não em benefício do bem comum, mas em benefício de uma minoria privilegiada.

O segundo fato diz respeito à evolução do fenômeno inserção da mulher na força de trabalho no interior do modo de produção capitalista. Faz-se necessário, aqui, distinguir entre o capitalismo hegemônico e o periférico. Neste último são escassas as possibilidades de melhorar, de maneira significativa, a participação feminina na PEA. Entretanto, esta participação pode sofrer incremento dependendo das conjunturas vividas pela sociedade. Não chega, contudo, a igualar os níveis de absorção de mão-de-obra feminina registrados nas sociedades escravistas. As sociedades de capitalismo central dispõem, ao contrário, de numerosos mecanismos de transferência de ônus sociais para a periferia. Nesta medida, não é tão difícil atender aos apelos feministas e ampliar o espaço econômico anteriormente disponível para mulheres. Graças a estes mecanismos, países como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, etc. conseguiram absorver maiores contingentes femininos em sua força de trabalho nas décadas mais recentes. Continua a haver, todavia, uma apreciável distância entre o montante de homens e de mulheres integrantes da PEA. Assim, o sonho da igualdade social das categorias de sexo remete-se para outro tipo de organização da sociedade.

QUADRO I

PEA brasileira, por setor de atividades e por sexo, em vários momentos

SETOR DE ATIVIDADES	1940		1950		1960		1970		1976	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Primário	87,0	13,0	93,0	7,0	90,0	10,0	91,0	9,0	78,7	21,3
Secundário	80,0	20,0	83,0	17,0	83,0	17,0	88,0	12,0	83,8	16,2
Terciário	66,0	34,0	70,0	30,0	70,0	30,0	62,0	38,0	57,4	42,6
TOTAL	81,0	19,0	86,0	14,0	87,0	13,0	80,0	20,0	71,2	28,8

Fonte: *Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, VIII Recenseamento Geral - 1970*, IBGE, Rio de Janeiro, julho de 1971; *PNAD (Pesquisa Geral por Amostra de Domicílio - 1976)*, IBGE, Rio de Janeiro, 1978.

QUADRO II

Distribuição da PEA feminina por algumas ocupações específicas no Brasil

1970

OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS	Nº. ABSOLUTO	PERCENTAGEM
Empregadas domésticas e lavadeiras	1.898.545	30,9
Camponesas	1.134.546	18,4
Professoras primárias	535.493	8,7
Funções burocráticas de escritório	489.395	7,9
Costureiras e bordadeiras	364.304	6,5
Balconistas e entregadoras	193.187	3,1
Serventes	143.883	2,3
Enfermeiras não diplomadas	107.906	1,8
Tecelãs	62.308	1,0
Outras ocupações	1.200.187	19,5
TOTAL	6.165.447	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Brasil, 1970.

QUADRO III

Moradoras e volantes em Pederneiras: ano e tipo de inserção na força de trabalho - mulheres residentes à época em zonas urbanas.

Tipo de inserção na força de trabalho

	ANO	Membro da família não remunerado	trabalhadora individual	TOTAL
Moradoras	Até 1959	87,2	12,8	100,0 (47)
	Após 1959	51,2	48,8	100,0 (41)
	TOTAL	70,4	29,6	100,0 (88)
Volantes	Até 1959	87,1	12,9	100,0 (62)
	Após 1959	44,4	55,6	100,0 (45)
	TOTAL	69,2	30,8	100,0 (107)

QUADRO IV

Moradoras e volantes em Pederneiras: ano e tipo de inserção na força de trabalho-mulheres residentes à época em zonas rurais

Tipo de inserção na força de trabalho

	ANO	Membro da família não remunerado	Trabalhadora individual	TOTAL
Moradoras	Até 1959	50,0	50,0	100,0 (2)
	Após 1959	44,4	55,6	100,0 (9)
	TOTAL	45,4	54,6	100,0 (11)
Volantes	Até 1959	28,6	71,4	100,0 (14)
	Após 1959	13,7	86,3	100,0 (73)
	TOTAL	16,1	83,9	100,0 (87)

QUADRO V

Distribuição percentual das mulheres que trabalham por faixas de renda Brasil - 1976

Região	Até 1 salário mínimo	Até dois salários mínimos
I	45,4	76,8
II	33,2	71,2
III	54,4	83,7
IV	65,7	88,4
V	81,4	92,8
VI	35,5	64,3
VII	60,8	80,8
Brasil	46,4	67,5

Fonte: PNAD 1976

QUADRO VI

Salário das mulheres em relação ao salário dos homens, por nível de instrução, segundo as regiões (Salário dos homens igual a 1) - Brasil - 1970.

Regiões/Estados	Total	Analfabetos	Elementar	Medio 1º ciclo	Medio 2º ciclo	Superior
Rio de Janeiro	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
São Paulo	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
Sul	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
MG e ES	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
Nordeste	0,86	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

Fonte: IPEA/CNRH, apud MTB, SENAI, SENAC, *A Formação Profissional da Mulher Trabalhadora no Brasil*, 1976.

QUADRO VII

Porcentagem de mulheres em relação ao total de trabalhadores, segundo determinadas faixas de renda, por regiões. Faixas de renda em relação ao salário mínimo.

Brasil - 1976										
Regiões	Total	Até 1/4	1/4 - 1/2	1/2 - 1	1 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	+ de 20	
I	29,4	75,3	70,1	43,1	29,5	17,8	17,7	13,2	5,3	
II	29,2	60,6	66,0	49,7	33,8	19,2	15,6	9,0	4,4	
III	30,9	57,6	60,4	35,6	38,7	14,0	10,6	8,1	4,2	
IV	24,7	75,3	53,5	25,8	19,1	12,0	9,6	6,7	3,8	
V	28,2	74,0	47,0	48,0	13,1	12,8	14,7	11,6	3,8	
VI	33,5	72,8	74,6	63,8	34,7	22,4	23,1	15,1	8,0	
VII	29,6	80,8	68,6	39,2	20,9	18,6	14,6	9,9	1,8	
Brasil	28,8	72,0	54,0	30,7	23,8	16,8	14,4	10,2	4,9	

Fonte: PNAD 1976.

QUADRO VIII

Distribuição percentual das mulheres que trabalham em relação ao total de trabalhadores brasileiros, segundo o número de horas de trabalho por semana na ocupação principal. - Brasil - 1976

Nº de horas de trabalho por semana

Regiões	14	15 - 29	30 - 39	40 - 48	49 e +	40 e +	Total
I	72,1	67,0	47,9	27,1	23,1	25,9	29,4
II	73,3	71,6	52,7	28,9	20,8	26,4	29,2
III	75,7	61,8	57,3	33,3	21,0	27,2	30,9
IV	64,8	69,7	52,0	22,4	18,0	20,8	24,7
V	75,9	64,9	52,7	22,5	19,4	21,7	28,2
VI	63,3	71,7	52,9	32,3	23,7	30,1	33,5
VII	74,1	66,9	55,9	25,5	25,0	25,0	29,6
Brasil*	73,4	66,2	53,3	26,5	20,5	24,5	28,8

Fonte: PNAD 1976 + Todas as ocupações.

QUADRO IX

Taxa de atividade feminina por região e por grupos de idade
Brasil - 1950 - 1970 - 1976

Grupos de idade	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste Brasil				Brasil
	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	1950	1970	
10 a 14	4,4	3,2	5,6	14,0	14,0	4,4	9,3	9,6	2,4	3,8	8,8	6,4	10,6
15 a 19	14,5	13,6	14,0	17,3	29,0	29,6	22,6	28,0	6,8	16,8	24,0	24,4	27,6
20 a 24	14,6	20,6	12,1	15,6	22,8	34,7	15,8	28,3	6,2	20,7	19,8	28,7	29,9
25 a 29	11,8	19,1	8,8	18,5	15,5	26,4	10,5	22,8	4,5	17,0	14,7	22,8	27,5
30 a 39	10,8	18,6	7,8	19,9	12,7	22,4	8,4	20,4	4,2	15,6	13,2	20,8	26,3
40 a 49	11,7	18,8	7,8	20,3	11,1	20,5	7,7	19,5	4,4	15,1	12,5	19,6	23,8
50 a 59	11,6	16,3	7,8	17,9	4,5	14,4	6,3	14,9	4,6	11,7	11,3	15,5	19,2
60 a 69	26,1	11,9	6,7	14,1	6,7	7,9	5,9	9,4	4,0	8,7	9,2	10,3	12,1
70 e +	5,4	5,6	3,8	6,6	4,4	3,3	4,0	4,7	3,3	3,9	5,5	4,7	4,3
Ignorada	—	16,4	—	18,1	—	23,5	—	24,8	—	15,2	18,1	16,8	19,9
TOTAL	11,1	14,2	8,8	15,4	20,0	19,3	8,5	19,4	4,6	13,6	14,6	18,6	22,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Brasil - 1950 e 1970.
IBGE - PNAD 1976.

QUADRO X

Taxa de atividade feminina por região e estado civil - Brasil - 1970 e 1976

1970

Estado civil	1970						1976
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil	Brasil
Solteiras	27,5	28,0	44,0	45,0	29,2	37,0	55,2
Casadas	9,1	9,0	10,4	11,8	6,6	9,8	18,2+
Separadas	39,0	45,3	44,0	44,2	41,4	44,4	52,6
Viúvas	21,9	25,5	14,1	20,7	21,6	20,7	21,8
Consensual	4,2	11,5	15,3	14,2	6,0	12,8	
S/declaração	20,0	31,7	25,8	27,8	6,4	26,6	44,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Brasil - 1970.
IBGE - PNAD 1976.

+ Reúne casadas legalmente e em união consensual.

QUADRO XI

Famílias segundo as raças e sexo do chefe. Estados Unidos, 1970.

Tipo de família	Todas as famílias		Famílias pobres			
	Todas as raças	Branco	Negro	Todas as raças	Branco	Negro
Nº. em milhões	51,9	46,5	4,9	5,2	3,2	1,4
Chefiada por homem	88,5%	90,6%	69,4%	62,9%	70,4%	43,3%
Chefiada por mulher	11,5%	9,4%	30,6%	37,1%	29,6%	56,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Fact Sheet on the American Family in Poverty*, U.S. Department of Labor, Women's Bureau, 1971.

QUADRO XII

Percentagem dos salários, segundo a raça e o sexo

	1939		1966			
	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Homem Branco	45,0	60,8	23,0	63,2	57,9	41,1
Mulher branca	74,0	—	37,8	109,0	—	71,0
Homem negro	—	135,0	51,0	—	91,4	65,1

Fonte: Cálculos efetuados a partir de dados extraídos de *Handbook on Women Workers*, U.S. Department of Labor, Women's Bureau, Bulletin 294, 1969.

QUADRO XIII

Percentagens de Mulheres entre os chefes de Família, em 1970, 1973 e 1976, por Região +

Região	1970	1973	1976
I	(2.004.712) 15,00	(2.263.547) 15,33	(2.651.127) 16,75
II	(3.854.327) 10,83	(4.328.188) 10,85	(5.223.048) 13,00
III	(3.256.792) 3,16	(3.617.111) 9,74	(4.379.588) 11,29
IV	(2.469.838) 14,28	(2.649.076) 14,02	(2.985.568) 15,77
V	(5.380.759) 16,00	(5.933.722) 15,91	(6.716.491) 17,84

Fontes: Censo Demográfico - 1970, PNAD-73 e PNAD-76.

Os números entre parênteses são os totais sobre os quais foram calculadas as percentagens.

+ Na época só estavam publicados os dados para as primeiras cinco regiões do país.

QUADRO XIV

Percentagem de Mulheres Economicamente Ativas, segundo o Estado Conjugal e a Posição na Família, no Estado de São Paulo

Estado Conjugal	Chefes de Família		Não chefes	
	Total	% E.A.	Total	% E.A.
Solteiras +	132.992	71,96	3.419.297	42,06
Casadas	—	—	4.234.146	18,80
Separadas, desquitadas divorciadas	163.681	59,42	55.625	40,06
Viúvas	382.429	23,50	281.287	11,80

Fonte: PNAD-76, apud Carmen Barroso.

+ Exclusive meninas de 10 anos.

ESCRITA
ensaio 1

CULTURA BRASILEIRA

Carlos Nelson Coutinho: Notas sobre a «Questão Cultural» no Brasil.

Otto Maria Carpeaux: Notas para o Debate

Nelson Werneck Sodré: Cultura Nacional: Esmagada mas Viva.

Dyonélio Machado: A Literatura como Consciência do Povo.

José Ramos Tinhorão: Crise Cultural é da Classe Média.

Ferreira Gullar: Considerações em torno do Conceito de Cultura Brasileira.

ESCRITA
ensaio 3

A EMPRESA NACIONAL NO BRASIL:

- sua história, seus problemas, seu futuro
- burguesia nacional: uma classe falida ?
- estatização e nacionalização
- burguesia estatal: uma nova classe ?

Em agosto nas bancas

Colaborações poderão ser enviadas, até 20 de julho, ao Conselho Editorial, que se reserva o direito de realizar a seleção final, publicando ou não o material recebido.

Vertente Editora: Rua Monte Alegre, 1434
— 05014 — São Paulo (SP).



III CONCURSO ESCRITA DE LITERATURA

Regulamento

1 — O III Concurso Escrita de Literatura, patrocinado pela Vertente Editora Ltda., oferecerá, como prêmio para os vencedores das cinco categorias abaixo, a publicação de suas obras em forma de livro ou como encarte da própria revista. Trinta dias após a divulgação do resultado de cada categoria, o vencedor receberá a importância de Cr\$ 2 mil como adiantamento de direitos autorais. Se o trabalho escolhido for encartado na revista, seu autor receberá apenas Cr\$ 1 mil a mais, por ocasião do lançamento do número em que ele for reproduzido.

2 — Todos os candidatos ao concurso deverão enviar seus trabalhos sob pseudônimo, em quatro vias, à revista Escrita, rua Dr. Homem de Melo, 446, telefone: 864-0074, 05007 — So Paulo (SP). Em envelope à parte deverão ser colocados o nome real, o pseudônimo, o endereço, dez linhas de dados pessoais, uma foto de no mínimo 5x7 cm e os números da carteira de identidade — com indicação do departamento que a emitiu e da localidade — e do CPF.

3 — Os trabalhos deverão ser datilografados em espaço duplo numa só face do papel, com a média aproximada de 30 linhas por página.

4 — Os textos deverão obedecer às seguintes extensões mínimas:

- a) poesia: 30 páginas;
- b) novela: 30 páginas;
- c) romance: 80 páginas;
- d) estória infantil ou juvenil: 10 páginas;
- e) ensaio literário: 40 páginas.

5 — Independentemente de posterior autorização dos autores, os trabalhos poderão ser publicados tanto como encartes da Escrita quanto como livros da Vertente.

6 — Os trabalhos deverão ser entregues nos seguintes prazos:

- a) poesia: até 31 de maio de 1979;
- b) novela e romance: até 30 de junho de 1979;
- c) estória infantil: até 31 de julho de 1979;
- d) ensaio literário: até 31 de agosto de 1979.

7 — Os resultados serão conhecidos a partir de 90 dias do vencimento de cada prazo.

8 — Para publicação dos trabalhos vencedores em forma de livro, a Vertente Editora Ltda. se reserva o prazo de um ano a partir da publicação do resultado do concurso.

9 — Para cada categoria serão dados um 2.º e um 3.º lugar. A Vertente se reserva o direito de opção, para publicação, sobre esses originais, por 180 dias após a divulgação do resultado do concurso relativo a cada categoria, seja como encarte da Escrita, seja em forma de livro.

10 — Na eventualidade de publicação como encartes de livros classificados em 2.º ou 3.º lugar, o autor receberá direitos autorais proporcionais, tomando por base o número de colaborações da revista.

11 — Os originais apresentados não serão devolvidos.

12 — Os casos omissos serão resolvidos pela direção da revista.

São Paulo, 14 de dezembro de 1978

A DISCRIMINAÇÃO COMEÇA NA FAMÍLIA

Irede Cardoso

As mulheres brasileiras, de modo geral, não sabem quase nada a respeito de sua própria realidade. Mal suspeitam que são tratadas com discriminação. Isso se deve, principalmente, à falta de informação disponível, uma vez que os movimentos feministas, em nosso país, estão re-engatinhando e, além disso, há falta de espaço, nos meios de comunicação, para os assuntos relativos à injustiça generalizada que as atingem, na sociedade como um todo. Todavia, tudo faz supor que a conscientização desses problemas específicos da mulher no mundo do trabalho levará a grandes movimentos reivindicatórios, como tem ocorrido em vários países, especialmente na Europa Ocidental.

Entre nós, inúmeras pesquisadoras e alguns pesquisadores têm se dedicado ao levantamento da questão e a produção científica, na área, vem aumentando razoavelmente. É lamentável, entretanto, que, com exceção de muito poucos, os trabalhos produzidos sejam de diminuta circulação, grande parte deles não sendo senão publicados em revistas científicas. A televisão e o rádio, por seu turno, despejam diuturnamente uma propaganda contra a emancipação da mulher como ser humano, e nos jornais, pouco lidos, as matérias publicadas, na maioria das vezes, exprimem a ignorância e o preconceito que estão emaranhados com a problemática da mulher trabalhadora.

Todavia, a constatação da discriminação da mulher, visível a quem tiver um mínimo de sensibilidade para sentir a injustiça social, só poderá ser uma certeza à medida que os fatos estatísticos ou não, forem sendo do conhecimento dos cidadãos.

A dissertação de mestrado que defendi, na PUC, sobre o tema "Mulher e Trabalho" (o quanto a condição feminina impõe barreiras à ascensão profissional da mulher) é mais uma tentativa de coletar uma parcela da literatura existente sobre o assunto e confirmar as poucas teorias existentes entre nós, através da pesquisa com mulheres que trabalham.

Sem dúvida alguma, é possível perceber, através das representações observadas entre as 126 mulheres pesquisadas, todas trabalhando, a ideologia que absorveram e que levam à alienação, à amargura, a tentativas frustradas de solucionar o problema individualmente, sem que se atente para os problemas estruturais da sociedade, que são; em última estância, as causas da generalizada sensação de auto-desprezo verificada em nosso universo de pesquisa. Com efeito, a tendência pôde ser fortemente captada nas mulheres pesquisadas; afirmam elas que "não têm muito do que se orgulhar"

Saunders, em 1975 (1), diz que “a opinião que as mulheres têm de si mesmas, de suas possibilidades e de seu lugar na sociedade, é um dos fatores que as levam a enfrentar maiores dificuldades na vida profissional, na qual vêm a ocupar, quase sempre, lugares subalternos e mal-remunerados.”

O fenômeno é, pode-se dizer, mundial. Só que, no Brasil, além da mulher ser remunerada, pelas mesmas funções, 57% menos, que os homens, o desemprego feminino é seis vezes maior em comparação com outros países.

Mas ela sempre está ganhando menos que os homens, seja em países ditos socialistas, seja no próprio centro do sistema capitalista. E mesmo quando há igualdade salarial - o que é uma raridade - a mulher ocupa sempre as áreas das profissões menos remuneradas, como na URSS, onde a maioria é médica ou professora, áreas de trabalho pouco reconhecidas. São os chamados “guetos profissionais”, os quais a mulher é levada a ocupar, pressionada, desde a mais tenra infância, por uma ideologia, para que “reconheça seu lugar na sociedade”. Essa pressão, todavia, faz-se dulcoradamente: ser professora é ser mãe (as criancinhas, coitadinhas, precisam de uma mãe que ganhe mal e por elas se sacrifique); ser médica (profissão antes vetada às mulheres) é também uma extensão de maternidade, especialmente quando os salários, na área, ficam cada vez mais desvalorizados.

Tais afirmações podem parecer paranóia, mas as explicações e interpretações desses fenômenos, a meu ver, estão magistralmente colocadas pelas sociólogas Heleieth Saffioti e Eva Alterman Blay. O sistema econômico, segundo a primeira, dispõe de mecanismos bastante eficazes para auto-equilibrar-se em momentos de crise. Por estarem “preparadas” para o sacrifício e a resignação, as mulheres funcionam como verdadeiros “tapa-buracos”, quando o sistema econômico encontra severos problemas à frente. É nesse momento que o imenso exército de reserva formado pelas mulheres é chamado a trabalhar, sempre com salários aviltados, permitindo, assim, um lucro maior às empresas combatidas.

Todavia, passada a crise (guerras ou não), a mulher volta a ocupar seu santo lugar doméstico: ela não disporá mais de creches que se ocupem de seus filhos e muito menos de qualquer tipo de recurso para transferir os encargos domésticos para a indústria social. É preciso assinalar, ainda, que, enquanto trabalha fora — o que é considerado trabalho produtivo — a mulher é levada a ter, no mínimo, uma dupla jornada de trabalho, com os afazeres domésticos, pelos quais nada recebe.

Entretanto, o salário que deve ser pago à dona-de-casa é uma questão bastante discutível, uma vez que tal medida perpetuaria a condição de subalternidade da mulher, encerrando-a em quatro paredes e cortando-lhe a possibilidade de lutar politicamente.

E como reagem as mulheres? Em nossa pesquisa, as representações observadas indicaram que a absorção da ideologia se faz fortemente. A chamada liberação sexual, que nada pretende com relação a mudanças estruturais, o mito do casamento feliz e o da diligente dona de casa, os do consumo, a busca do conforto, estão presentes em nosso universo de pesquisa, o que indica que estamos ainda longe da ampla luta pela emancipação da mulher. Ou seja, as mulheres de nossa pesquisa são verdadeiramente, na linguagem caricatural do feminismo, “porcas chovinistas”. No entanto, necessário se faz relevar que algumas representações em torno da necessidade de as mulheres organizarem-se e lutarem por seus direitos também puderam ser observadas.

A DISCRIMINAÇÃO

É preciso não confundir a questão específica da discriminação contra a mulher trabalhadora (inclusive como dona-de-casa), com os problemas ligados ao domínio do homem na sociedade. O “machismo”, neste caso, também deve ser encarado como um fenômeno resultante da manipulação ideológica e, portanto, a solução da questão feminina não se dará na luta contra o homem, mas, ainda que no terreno da luta de classes, numa instância específica, que vai além dessa colocação.

Marx e Engels abordaram inúmeras vezes a questão da discriminação contra a mulher, embora de forma insatisfatória. Para eles, o problema da discriminação estaria solucionado na medida em que fossem superados os antagonismos de classes. É pretensioso, todavia, afirmar que as classes foram suprimidas nos países ditos socialistas e a experiência da URSS, conforme pesquisas recentes, reabre a questão de forma inquestionável.

É preciso, entretanto, que as posturas de Marx e Engels sejam conhecidas, uma vez que tal teoria fez avançar, notavelmente, a visão do mundo de nossa época. Não só especificamente, com relação à discriminação social contra a mulher, como também com relação à teoria básica da luta de classes.

Pode-se afirmar que, no marxismo, a situação da mulher trabalhadora encontra-se totalmente diluída nos problemas gerais do proletariado. A opressão específica que a mulher sofre jamais foi objeto de estudos exaustivos por parte de Marx, quando consagrou a exploração dos trabalhadores. A propósito, Sheila Rowbotham assinala que, para Marx, a condição feminina não interessava a não ser acessoriamente. Marx não considerava a mulher como um elemento essencial da transformação revolucionária da sociedade, embora apresente análises sobre a opressão exercida sobre a trabalhadora. Todavia, isso não invalida a importância teórica das considerações feitas pelos marxistas, mesmo que a liberação da mulher, nessa teoria, ocupe um lugar acessório, subordinada à liberação da classe operária.

Muitos fenômenos novos aconteceram: a pilula anticoncepcional, a organização das mulheres em grupos feministas. O fato é que o trabalhador do sexo masculino, ao permitir, premido ou não pela necessidade de sobrevivência, que a mulher tenha sob sua responsabilidade uma jornada dupla de trabalho, sendo menos remunerada no trabalho “fora de casa” e nada remunerada nos afazeres domésticos, está mantendo comportamento de tipo explorador, utilizando-se ideologicamente das mesmas posições, ao levar a mulher a aceitar como natural a condição de ser duplamente explorada.

“No lar, a mulher é o proletário e o homem é o burguês” e “a mulher é o proletário do proletário”, são frases dos dois teóricos que assinalam bem sua consciência da situação precisa da mulher.

Engels observa que “...a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar, em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas tempo insignificante. Essa condição só pode ser alcançada com a indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige e tende, cada vez mais, a transformar o trabalho doméstico privado em indústria pública”.

Por esse trecho pode-se perceber que o próprio Engels, vitimado pela ideologia, não pensou sequer um instante que o trabalho doméstico não é da *natureza* da mulher: não falou da necessidade de as mulheres se organizarem para defenderem seus direitos e continua a aceitar pacificamente a idéia de que as tarefas domésticas, por menor tempo que tomem, devem ser feitas pelas mulheres. E só por elas.

A CONTROVÉRSIA

O trabalho que apresentamos foi orientado pela prof^a. Sílvia Lane, coordenadora do pós-graduação de Psicologia Social da PUC. É, pois, do campo da Psicologia Social. A controvérsia científica aqui existente refere-se à delimitação do campo desta área da Ciência, acadêmica, mas interessante. Influenciados pela experiência dos EUA, o Brasil não dispõe de uma Psicologia Social brasileira, por assim dizer. Ligar os problemas econômicos com a Psicologia ainda não é determinação de vários cientistas da área. A meu ver, trata-se de um corte que altera a visão da própria realidade: não podemos dizer, evidentemente, que o sentimento das pessoas se deve, única e exclusivamente, às determinações econômicas, sem levar em consideração essa relação dialeticamente.

Assim, várias indicações são fornecidas partindo-se do que sentem as pessoas e a conexão dessas representações com a realidade econômica.

Os sujeitos observados em nossa pesquisa pertencem à classe média, classe de transição. Trabalham por conta própria, mantêm sua oficina ou negócio, com tendência ao aburguesamento ou à proletarização, dado o desenvolvimento sempre desigual do capitalismo, que produz efeitos diferenciados sobre tais setores. Conforme Agustín Cuevas, no caso da pequena-burguesia, há dificuldades de se perceber as relações sociais imperantes nas formações capitalistas, como relações de exploração; a pequena-burguesia não está em condições de compreender o caráter de classe desta exploração e esta opressão que também padece, às vezes, tanto quanto o proletariado, precisamente porque sofre, através de modos de exploração secundários do capital e não através de uma inserção direta na luta entre o capital e o trabalho. Para ela, é difícil perceber o caráter de classe do Estado burguês, porque tende a ver um poder protetor ilimitado, no governo que os protege das demais classes.

Mas, como diz o próprio Engels, "...tudo é fluido, está constantemente mudando, constantemente tomando forma e passando" e, além disso, "as contradições não são absolutas, mas interpenetram-se mutuamente. Em determinadas condições, um elemento pode transformar-se no seu contrário"— o que nos leva a compreender porque mesmo dentro das condições mais adversas, o sujeito pode transformar-se em agente transformador da sociedade.

Assim, a definição de ideologia feita por Marx, (considerada como fator que dá coesão aos indivíduos em seus papéis, em suas funções e em suas relações sociais e que, numa sociedade de classes, exercer-se sobre a consciência dos explorados para fazê-los aceitar como natural sua condição de explorado e exercer-se sobre os membros da classe dominante para permitir-lhes exercer como natural sua exploração) deve ser considerada dialeticamente, para que a realidade possa ser captada em toda a sua coerente cambiância.

FAMÍLIA

A discriminação contra a mulher começa na família. Esta é um núcleo que reproduz, em escala menor a própria estrutura social. O pai, em casa, vai exercer o mesmo papel que, no trabalho, exerce sobre ele o superior. Exerce assim, um papel repressor especialmente sobre a mulher e os filhos e, especificamente, trata a filha mulher de maneira diferenciada, para incutir-lhe a ideologia de que é transmissor. Engels assinala que, na sociedade capitalista, o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e, nela têm livre curso as contradições de classe e luta de classes que constituem o conteúdo de toda a história escrita até o momento.

Uma frasezinha do higienista sexual alemão Gruber dá bem uma idéia do problema: “Temos que dar valor à virgindade da mulher, como tesouro popular mais elevado e cultivá-la, pois na virgindade da mulher encontra-se a única certeza e garantia de que, realmente, esforçamo-nos e trabalhamos para o nosso próprio sangue; sem essa garantia, no entanto, não existe possibilidade de uma vida familiar segura e íntima, fundamento indispensável para o desenvolvimento do povo e estado. Nisso e não na livre licenciosidade do homem é que as leis e os costumes se baseiam para apresentar exigências mais rigorosas às mulheres, no que concerne à virgindade pré-nupcial e à fidelidade no matrimônio, do que ao homem. Na licenciosidade dela, encontra-se em jogo muito mais que na dele.”

A família monogâmica, assinala Engels, baseia-se no domínio do homem. Assim, a mulher é sempre “castigada” quando tenta fugir das regras estabelecidas. É daí que vão começar as “vocações” ditas tipicamente femininas e que farão da mulher um ser subalterno e sempre mal-remunerado.

Na Igreja Católica — que mais de perto nos interessa — a situação da mulher, oficialmente, não é, nem de longe, lisonjeira. Saffioti diz que, “na questão feminina, a posição da Igreja Católica reflete, de um lado, uma doutrina religiosa na qual a mulher sempre figurou como ser secundário e suspeito e, de outro, seus interesses investidos na ordem vigente, nas sociedades de classe. Neste sentido, o comportamento da Igreja não tem diferido basicamente da atuação dos demais grupos empenhados na preservação do “status quo” capitalista. A doutrina social da Igreja tem reforçado o papel de sujeição da mulher ao homem, no casamento, ao defender sua indissolubilidade, e, ao considerar a sexualidade como suspeita, a não ser quando praticada em função da reprodução, ressalta a função da reprodução, ressalta a função biológica da maternidade como uma das mais importantes da mulher, na sociedade. Essa repressão, dirigida diretamente à mulher e alimentada também pela Igreja, é um dos fortes componentes da ideologia dos dominadores que se exerce sobre a mulher para torná-la submissa e preparada para os papéis que a economia a ela destina e necessita.

Na escola, a mulher é “formada” para figurar como parte de imenso exército de reserva, a ser utilizado em épocas de crise, requisitada sempre tendo em vista o baixo salário que recebe. E aqui, cumpre assinalar, a ideologia vigente cria o mito de que não é a estrutura social que limita a potencialidade humana, mas que são os limites da potencialidade humana reponsáveis pelo pouco desenvolvimento da mulher. Assim, diríamos que o problema do negro na sociedade existe porque o negro tem uma cor de pele

diferente e o problema da discriminação contra a mulher deve-se ao simples fato de que a mulher é mulher. Com isso, embora precariamente, mantém-se o "establishment".

Nos meios de comunicação, a discriminação pode ser observada como verdadeiro "desbunde". A mulher é a mesma coisa que cachimbos e pulôveres ou cigarros, para os homens. Ela é que faz propaganda de detergentes, de limpeza, etc. Ao homem são reservados os papéis mais corajosos, de decisão. Esse preconceito que as nossas crianças recebem desde a mais tenra infância (já transmitido pela família) funciona como formador de personalidades. Vamos encontrar o mito da inferioridade da mulher inclusive nos dicionários, nos livros infantis, nas histórias em quadrinhos; basta observar. Quem fez um belo trabalho sobre a questão foi a psicóloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Fúlvia Rosemberg. Aliás, a Fundação tem se esmerado em produzir excelentes pesquisas sobre a mulher, em nosso país, salientando-se também as pesquisas de Carmem Barroso, sobre a mulher e o trabalho.

Nos meios de comunicação, a mulher aparece sempre exercendo papéis de sedutora, dona-de-casa e mãe, reforçando seus papéis tradicionais, criando condições para que preconceitos e tabus sejam cada vez mais arraigados entre homens e mulheres, adultos e crianças.

No Brasil, as mulheres representam 50,3% da população. Deste total, apenas 6,2 milhões encontram-se registradas no Ministério do Trabalho. Destas, 32% são empregadas domésticas, sem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sem direito ao aviso prévio, sindicalização e com filiação optativa ao INPS; 16% são bóias-frias (empregadas do campo) excluindo-se as que trabalham nas roças dos pais ou maridos; 8% são professoras primárias (no Estado de São Paulo, 80% são admitidas em caráter temporário, sem qualquer proteção da CLT). O IBGE revela que, em 1973, 54% das mulheres que trabalham fora de casa ganham entre zero e um salário mínimo (dos homens, 39,4% estão nessa faixa. Acima de trinta salários mínimos, vamos encontrar 3% dos homens e... 0,005% das mulheres).

O casamento e a maternidade explicam o fato de haver um decréscimo tão notável de mulheres no mercado de trabalho, nas faixas etárias acima de 29 anos, em nosso país. Não há creches e o número de mulheres chefes de família (uma em cada dez mulheres) vem aumentando sensivelmente nos últimos anos; a política do achatamento salarial do trabalhador, a baixa renda das famílias trabalhadoras, levam a mulher a trabalhar fora de casa para obter "um rendimento suplementar".

Se formos analisar as pesquisas existentes, sobre a mulher, no país, desfiliaremos um rosário sem fim de dados que provam a situação de inferioridade em que vivemos. Portanto, não foi de estranhar que as respostas dadas pelas mulheres que pesquisamos revelem a perplexidade em que se encontram; não sabem que são discriminadas, acreditam em valores bonitos, como solidariedade, mas de forma totalmente abstrata. São ingênuas. Querem ser boas donas-de-casa, ter vida confortável, consuir; querem ainda ter filhos, ter um casamento feliz. São servis; acreditam também no sucesso profissional e, ainda, em contribuir para a melhoria da sociedade, só que não conseguirão entender porque não dá para conciliar a dupla jornada de trabalho com o sucesso profissional, sendo assim, as mais atingidas pelo desemprego e insucesso profissional. Com relação ao sexo, grande parte manifesta-se pela liberação, sem contudo ligar o fato com a estrutura social em que vivem. São contraditórias e até "modernosas". Consideram ainda que os homens

rebaixam as mulheres. São ressentidas e desconhecem que os homens também são manipulados e que, portanto, além deles, há algo que precisa ser transformado. Mas também são esforçadas: tentam “dar duro”, para vencer a discriminação, trabalhando dentro e fora de casa, ignorando ainda que não é essa a fórmula para conseguir seus objetivos.

Desprezam-se a si próprias, ao desprezar valores tradicionais femininos, na busca de novos modelos que, geralmente, são masculinos. E se sacrificam.

Mas nem tudo está perdido: as mulheres também estão pensando em organizar-se para defender seus direitos. Além disso, convém ressaltar que a pesquisa realizada refere-se a um universo específico, não podendo suas conclusões ser generalizadas.

A perseguição aos movimentos feministas no Brasil, a falta de literatura de fácil acesso e o bombardeio dos meios de comunicação, todavia, não podem deixar de dar seus resultados.

Lembremos entretanto, do primeiro congresso das metalúrgicas, em São Paulo, em 1978. Muitas trabalhadoras, sem medo de serem punidas — e o foram — expuseram os problemas que sofrem por serem mulheres. As potencialidades estão à tona e, agora, são necessários os meios para exercê-las, o que só as próprias mulheres poderão criar.

ENSAIOS UNIVERSITÁRIOS

Se você é estudante e tem um ensaio literário guardado na gaveta, não perca tempo, envie-o à Escrita.

Mande trabalhos de até 450 linhas, datilografados em papel ofício, com nome completo, pseudônimo, endereço, n.º do CPF, n.º da carteira de identidade com indicação do órgão que a emitiu e cinco linhas com informações sobre a Universidade em que estuda, sobre seus professores, etc.

Também aceitamos ensaios feitos em equipe.

Os trabalhos serão selecionados por Antônio Dimas, professor de literatura brasileira na Universidade de São Paulo, que é o responsável pela seção. Os melhores serão publicados na Escrita e, em princípio, remunerados com uma assinatura anual da revista.

Na

Livraria Escrita

o autor nacional tem sempre

um lugar na prateleira

Rua Dr. Homem de Melo, 446 - Perdizes

05007 - São Paulo (SP)

E mais:

aceitamos pedidos de reembolso

e

funcionamos à noite

Uma Contradição que Nasce da Própria Realidade Social

Paul Singer

A exclusão do trabalho dito “produtivo” é considerado por muitos, e com razão, como uma das raízes da dependência e subordinação das mulheres em relação aos homens. Sendo incapazes de “ganhar sua vida” de modo autônomo, as mulheres recebem sua subsistência, em troca da qual prestam serviços, de homens dos quais dependem: primeiro do pai, depois do marido. Para fugir desta “servidão doméstica” e alcançar a igualdade em relação aos homens, o movimento feminista tem lutado, desde o século passado, principalmente nos países industrializados, pelo direito e a possibilidade concreta de a mulher exercer profissões antes apenas reservadas ao chamado “sexo forte”. Esta luta, que ganhou maior notoriedade em relação ao exercício de profissões liberais, foi vitoriosa sob muitos pontos de vista. As mulheres conquistaram aos homens certos campos de atividade, como por exemplo o ensino primário ou o trabalho em escritório e conseguiram ocupar novos campos que foram surgindo, como por exemplo a biblioteconomia, a enfermagem, o serviço social, etc.

Tanto nos países industrializados como nos que estão recém se desenvolvendo, dos quais o Brasil é um bom exemplo, a irrupção da mulher no mundo do tra-



balho é um fato cada vez mais marcante. Esta irrupção chama a atenção quando mulheres ocupam, pela primeira vez, certas posições de destaque, tornando-se juizes, empresárias, embaixatrizes, ministras etc., etc., mas ela também é claramente revelada pelas estatísticas de ocupação, processando-se num âmbito bem mais amplo do que se poderia pensar à primeira vista.

É preciso considerar porém, que o movimento feminista foi e continua sendo, pelo menos em boa parte, até hoje um fenômeno de classe média e alta. Por isso, o seu esforço no sentido de conquistar igualdade e independência econômica para a mulher se dirigiu a profissões e ocupações de classe média e alta. Também seria ridículo, ou pelo menos supérfluo, clamar pelo direito das mulheres serem empregadas domésticas ou operárias de fábrica. É que há muito tempo mulheres vêm realizando trabalhos desta espécie, não porque desejem ser independentes economicamente e iguais aos homens mas pura e simplesmente porque os "seus" homens-pais, maridos - não ganhavam o suficiente para sustentá-las. Considerando-se os problemas da mulher da camada pobre é fácil de entender que sua aspiração não é a de conquistar um lugar para si no mundo do trabalho, pois ela sempre o teve, mas o de se livrar do trabalho remunerado, de modo a poder se dedicar inteiramente às tarefas de mãe e de dona de casa.

Durante uma longa fase inicial da Revolução Industrial, o salário do trabalhador de sexo masculino, embora algo maior que o da trabalhadora, não permitia sustentar uma família. Ainda, hoje, em países não desenvolvidos, este sói ser o caso. No Brasil mesmo, o salário mínimo é calculado a partir das necessidades de subsistência do trabalhador individual. Nestas circunstâncias, é inevitável que o sustento de uma família pobre requer o trabalho remunerado da mulher e dos filhos. Pesquisas, nos Estados Unidos, por exemplo, mostraram que quanto menor é a renda do resto da família (o que significa sobretudo o salário do marido), tanto maior é a proporção de mulheres casadas que trabalham por dinheiro.

Em condições de pobreza material, o trabalho da mulher casada apresenta inconvenientes sérios para o restante da família e para ela mesma. De um lado, as crianças pequenas não recebem os cuidados de que necessitam, nem as condições de nutrição e higiene do domicílio podem ser mantidas em nível satisfatório. Por outro lado, a mulher passa a ser sobrecarregada por dois tipos de trabalho: o remunerado e o doméstico. Este último não deixa de ficar sob a sua responsabilidade e, mesmo que o marido e os filhos ajudem (o que nem sempre é o caso), a orientação do serviço doméstico e a preocupação com ele continuam sendo da mulher, inclusive quando ela trabalha "fora" ou "para fora".

Não queremos com isso dar argumentos aos que sustentam que "o lugar da mulher é junto ao fogão e ao tanque", mas unicamente constatar que o trabalho doméstico da mulher pobre é pesado e necessário ao bem-estar dos membros da família. Ao contrário da dona de casa de classe média e alta, que faz pouco por dispor de máquina de lavar roupa, assoalho acarpetado ou com "synteko" e empregada, a dona de casa da classe pobre muitas vezes não tem sequer água corrente em casa e por isso sua atividade é o centro de uma produção doméstica indispensável à reprodução normal da força de trabalho.

Como a mulher de classe pobre não vê perspectivas de se livrar do trabalho doméstico, ela deseja muito naturalmente não ter que acumulá-lo com trabalho as-

salariado. Inquéritos junto a operárias casadas feitos na Alemanha Ocidental mostram que a maioria delas trabalha unicamente porque o ganho dos maridos não é suficiente para o sustento da família. Como o nível salarial na Alemanha Ocidental é bem mais alto do que no Brasil, não parece haver dúvidas que inquéritos semelhantes aqui dariam resultados análogos.

Observando a evolução do modo de vida da classe operária nos países industrializados, nota-se que, quando o salário real passou a subir, a partir das últimas décadas do século XIX, as mulheres passaram a deixar o trabalho fabril e o serviço de empregadas domésticas para se tornar donas de casa apenas. Os dados estatísticos indicam que ao longo das décadas a proporção de mulheres nas fábricas diminuiu e o número de empregadas domésticas declinou acentuadamente naqueles países. Durante o mesmo período, porém, houve uma notável entrada de mulheres da classe média e alta no mercado de trabalho, entrada esta que foi muito facilitada pelo crescimento acelerado do Terciário, que multiplicou certas atividades como educação, assistência à saúde, publicidade, meios de comunicação de massa etc., onde o trabalho feminino qualificado passou a ter crescente aceitação.

Outra tendência que contribuiu para facilitar o trabalho remunerado da mulher (inclusive casada) de classe média e alta foi o seu nível de escolaridade. O fenômeno pode ser observado também no Brasil. Nas últimas décadas, a educação de nível médio e superior passou a ser normalmente usufruída pelos filhos da classe média e alta, quase sem discriminação de sexo. As moças desta classe prosseguem freqüentemente os estudos até o colegial e, em boa proporção, vão às universidades. Suas perspectivas de ganho são suficientemente compensadoras para continuarem no trabalho remunerado, tendo condições econômicas para reduzir o trabalho doméstico, graças à utilização de alimentos comprados prontos e aparelhos domésticos, nos países desenvolvidos, e graças ao emprego de criadas, cozinheiras etc., nos países não desenvolvidos.

É claro, portanto, que não se pode encarar o trabalho da mulher como algo genérico, em relação ao qual se pode tomar posição pró ou contra. Para a mulher de classe média ou alta, que tem possibilidades de exercer uma profissão relativamente prestigiosa e bem paga, o trabalho remunerado de fato proporciona independência econômica sendo um passo importante para sua emancipação em relação ao homem. Mas, para a mulher de classe pobre, que tem apenas possibilidade de obter uma ocupação de baixo nível de prestígio e de remuneração, o trabalho remunerado é uma imposição das circunstâncias que traz - a ela e aos seus familiares, sobretudo os filhos pequenos - pesado ônus. Enquanto as diferenças de classe não puderem ser diminuídas ou eliminadas, o melhor seria mesmo que se assegurasse aos trabalhadores a reprodução normal de sua capacidade de trabalho, o que implica um nível de remuneração suficiente para que o pai de família possa sustentar, sem privações, a mulher e as crianças, de modo que estas (e ele também) possam usufruir dos cuidados da mãe e esposa, sem que ela seja extenuada pelo duplo encargo do trabalho dentro e fora do domicílio. Ser a favor do trabalho feminino em certas circunstâncias e contra ele em outras pode ser contraditório, mas é uma contradição que nasce da própria realidade social.

(N. da R.: O título original deste artigo é "Contradições do Trabalho da Mulher", que foi substituído apenas para evitar repetições.)

I CONCURSO INFANTO-JUVENIL VERTENTE DE CONTOS

Regulamento

- 1 — O I Concurso Infanto-Juvenil Vertente de Contos oferecerá 20 pequenas bibliotecas, de 50 volumes cada, a 20 crianças, sendo 10 de sete a dez anos de idade e 10 de onze a quinze anos de idade. Além disso a Vertente Editora Ltda. poderá editar um livro com os 20 trabalhos vencedores, se os julgar de boa qualidade.
- 2 — Os contos deverão ter no máximo 20 páginas, podendo ser acompanhados de ilustrações. Não existe obrigatoriedade de serem datilografados, sendo aceitos, portanto, os trabalhos manuscritos.
- 3 — Os candidatos deverão enviar seus trabalhos em duas vias — original e xerox — à Vertente Editora Ltda., Rua Dr. Homem de Melo, 446 — 05007 — São Paulo (SP), caso residam fora da Capital de São Paulo. Se residirem na Capital, deverão entregá-los obrigatoriamente na sede da editora, no horário comercial, inclusive aos sábados, das 9 às 13 horas. Em envelope à parte, colocarão nome, endereço, título do trabalho, dados sobre o curso que fazem e sobre a escola em que estudam e uma foto de no mínimo 5 cm de largura por 7 cm de altura.
- 4 — Os trabalhos deverão ser entregues até o dia 31 de maio de 1979 e não serão devolvidos pela editora, que os guardará em seus arquivos.
- 5 — No ato da inscrição o candidato recebe de presente um exemplar de livro publicado pela Vertente.
- 6 — Os casos omissos serão resolvidos pela direção da editora.

São Paulo, dezembro de 1978

Uma Luta Comum de Homens e Mulheres

Entrevista com Luís Inácio da Silva (Lula)



E/E - Como se coloca a mulher trabalhadora na luta por melhores salários e melhores condições de emprego?

Lula - Há testemunho dos próprios homens de que as mulheres estão com muito mais coragem de brigar do que os homens. E ainda: isso é importantíssimo porque elas são um estímulo para que os companheiros trabalhadores continuem brigando. Eu acho que a participação da mulher sempre foi e continuará sendo efetivamente igual ou melhor do que a do próprio homem em qualquer tipo de luta que a gente trave em termos de classe trabalhadora.

E/E - Por que você diz que a participação da mulher é um estímulo para o homem?



Lula - Porque a mulher sempre foi tida como o sexo fraco. Acho que em termos de luta de classes ela tem demonstrado exatamente o contrário. A mulher tem tanto ou mais valor que o homem na hora de ir pra briga. A gente tem que aceitar como verdade que a mulher do trabalhador, a esposa do trabalhador, é na verdade um estímulo para o marido continuar na briga porque se a mulher for contrária o marido tende a fraquejar. Se a mulher for favorável, o marido tende a se tornar um baluarte na luta. E a gente tem tido em greves aqui na região alguns casos interessantes. Tivemos o caso de uma mulher que chamou o marido dela de covarde porque estava tentando fraquejar, não estava querendo participar da briga. Então eu acho que a mulher tem um papel preponderante, sabe, nas decisões do homem.

E/E - A mulher trabalhadora tem, naturalmente, reivindicações próprias. Sua luta, por isso seria diferente da do homem?

Lula - Acho que em termos de classe trabalhadora a luta deve ser comum, única, porque não existem dois tipos de exploração. Existe apenas um grupo de trabalhadores, homens ou mulheres, sendo explorados por um patrão. Eu acho que a luta se fixa aí.

E/E - Mas há lugares em que a mulher faz o mesmo trabalho que o homem e tem remuneração inferior.

Lula - É, existem dois aspectos aí. Primeiro, a mulher sofre as conseqüências do hábito da terra, não é, do hábito do país. Aqui ela é uma força de trabalho secundária, ela trabalha normalmente para ajudar alguém, o marido, a casa, e tal, não é aquela força colocada em primeiro plano como o homem. Então as empresas exploram muito esse aspecto, não é, eles contratam uma mulher para fazer o mesmo serviço que o homem pagando muito menos. Por outro lado, as empresas - a grande maioria delas - não estão adaptadas para ter mulheres, porque o banheiro de um homem não é igual ao banheiro de mulher. Não existe nada preparado especificamente para um trabalho feminino, um negócio mais aseado. É, são poucas as empresas que têm o sanitário preparado exatamente para a mulher usar. Então eu acho que existem algumas reivindicações específicas da mulher, mas o grosso da briga da mulher trabalhadora é o mesmo que o do homem. Não existe diferença.

E/E - O fato de ter uma atividade doméstica além de trabalhar fora influi na participação da mulher na luta dos trabalhadores?

Lula - Acho que influi, que cansa muito a mulher. Ela é muito mais judiada que o homem porque, além das tarefas domésticas, caseiras, tem o trabalho. E o trabalho doméstico é mais cansativo até do que muitos trabalhos de fábrica, porque é um trabalho muito repetitivo, quer dizer: é a mesma coisa todo dia, toda hora. Passam meses, anos, décadas, e a mulher fazendo o mesmo serviço. É enjoativo demais. Aí eu tiro pela minha mulher, né. Tenho certeza que ela preferiria estar numa fábrica a estar aturando a limpeza da casa, a bagunça que os moleques fazem.

E/E - Você acha que a mulher deve trabalhar?

Lula - Eu acho que deve trabalhar. Veja, há dois aspectos que eu costumo analisar. Por exemplo, minha mulher trabalhou até nascer a criança. A partir do momento que ficou com três filhos era impossível trabalhar. Portanto, enquanto tiver disponibilidade, a mulher deve trabalhar. O que eu acho é que os filhos não devem ser sacrificados, a educação do filho não deve ser sacrificada pelo problema do trabalho da mulher, sabe? Então quando a pessoa trabalha por prazer é uma

Acho que em termos de classe trabalhadora a luta deve ser comum, única, porque não existem dois tipos de exploração. Existe apenas um grupo de trabalhadores, homens ou mulheres, sendo explorados por um patrão.

coisa, o duro é quando a mulher tem que trabalhar para sobreviver, porque ela coloca em risco a formação da criança. As crianças precisam mais das mães justamente nos primeiros anos de vida, né? Acho que toda mulher deveria evitar trabalhar na época da amamentação do filho, aquele negócio todo. Ou então, ao invés de ela evitar trabalhar, as empresas poderiam se aparelhar para receber a mulher que tivesse concebido um filho há poucos meses.

E/E - Nesse sentido, como é que está a situação das creches?

Lula - Depois do congresso da mulher metalúrgica, o sindicato denunciou isso e passou a reivindicar a construção de creches, no máximo num raio de um quilômetro do local de trabalho. Mas isso não tem acontecido porque a lei permite às empresas fazerem convênio e não existe a menor atenção à mulher.

E/E - As mulheres sabem que têm direito às creches?

Lula - Há um fato muito gozado: quando a gente ganhou a estabilidade da mulher gestante, isso virou uma faca de dois gumes. Porque aí, quando a mulher que está grávida quer ser mandada embora, a empresa fala: Olha, não mando embora porque o sindicato não deixa. Nós já tivemos caso aqui de mulher que veio vazando leite, dizendo pra nós: Eu quero ser mandada embora, não posso trabalhar, meu filho precisa mamar de duas em duas horas e como é que eu vou dar leite pro moleque? Nesse caso, o sindicato é que tem que cavar para a mulher ser mandada embora. O certo é ter uma creche dentro da empresa, um berçário para a mulher ir lá de duas em duas horas amamentar o filho. Quando muito a criança mama 15, 20 minutos. Não seria tão prejudicial para as empresas que elas não pudessem ter creche dentro.

E/E - Como você vê o controle da natalidade?

Lula - Eu sou contra o controle da natalidade aqui no Brasil, que vive ainda com 3/4 da sua extensão territorial ainda por ser habitada. Eu acho que a mulher trabalhadora tem tanto direito de ter filho quanto a mulher que não é trabalhadora, sabe, a arte de ter filho é uma coisa tão sagrada que eu acho que não deve ser proibido por lei.

E/E - Não é melhor ela não ter cinco filhos do que deixá-los passar fome?

Lula - Eu acho que a questão é educar o povo para não ter muitos filhos, não proibir. A formação cultural de um povo é que permite que ele tenha um filho ou 20. É uma questão de consciência, não só da mulher mas do homem também, porque a mulher sozinha não gera um filho e hoje um homem sozinho já gera, é só

Nada daquilo que eu considero meu, principalmente em se tratando de mulher, eu gosto de dividir.

usar o laboratório. Os nenês de proveta já estão aí, porra. Então a conscientização tem que ser muito mais do homem do que da própria mulher. E há inúmeros meios de se evitar filhos sem prejudicar a saúde da mulher como se prejudica hoje tomando anticoncepcionais ou coisa parecida. Se eu tivesse condições de criar, de ter gente pra ajudar a educar, aquele negócio todo, eu seria um cara que tentaria convencer minha mulher - ela também adora criança, como diz o bom matuto, minha mulher é boa parideira. Se a gente vivesse como há 20 anos atrás, com terrenos enormes, sem essa loucura que é hoje, eu seria uma cara que teria pelo menos uns 10 filhos.

E/E - O que você acha da legalização do aborto?

Lula - Eu posso até ser mal interpretado, sabe, mas sou contra a legalização do aborto. Sou contra por dois aspectos, espera aí, sou contra não, minto, minto, minto. Eu sou a favor do aborto. Primeiro porque eu acho que a pessoa pode cometer um erro, às vezes nascer a criança é muito mais prejudicial do que praticar o aborto. O que não adianta é a coisa ficar na clandestinidade e acontecerem milhões de casos. Muitas vezes as pessoas perdem a vida arriscando-se a tomar remédios inadequados, arriscando a se tratar com pessoas incapacitadas. Então seria muito melhor legalizar isso, sabe, dar condições de salvar pelo menos a vida da mãe. Para evitar que as mulheres tomem remédios feitos em casa, tentem ir atrás de feiticeiros, de chá de cobra, de enfermeiros, de parteiros, sei lá. O ideal seria que não precisasse ninguém abortar, mas, como existe essa necessidade, o aborto deveria ser legalizado.

E/E - O que você acha do machismo?

Lula - Olha, eu acho que sou machista, e me orgulho disso, sabe? Penso que o homem não é um ser superior à mulher. Mas ele tem que preservar certas coisas, né? Por exemplo, eu não aceito, por Deus do céu, esse negócio de muita liberdade com mulher minha. Quando eu era noivo eu nunca fui chegado a ir num lugar e vir outro e abraçar minha mulher, beijar minha mulher, sabe? Eu procuro defender aquilo que é meu. Sabe, eu nem sei se isso é machismo, acho que é a arte de gostar. Quer dizer, eu, mesmo quando não tinha caso mais sério com uma mulher, sempre fui chamado de machista. Por que, se ela não quisesse mais nada, então fosse embora, porque eu não sou chegado a - como é que se fala? - dividir. Nada daquilo que eu considero meu, principalmente em se tratando de mulher, eu gosto de dividir. Bem, portanto eu sou machista, sou ciumento, eu não gosto que minha mulher fique zanzando não, não tem esse negócio de ir a festinha sozinha, não tem nada disso. E eu também gosto que minha mulher aja assim comigo. Minha mulher é ciumenta, eu sou ciumento, acho que isso integra muito a gente, faz sentir que a gente quer tomar conta um do outro. O que não pode é largar, como muita gente

Participando de alguns projetos de arquitetura de fábricas, tenho encontrado muitas dificuldades em convencer o escritório e os colegas que trabalham comigo em colocar banheiros femininos nos galpões de produção das fábricas. O que se alega geralmente é que não existem mulheres trabalhando nestes locais. O banheiro masculino é mais simples, pois com um mictório cocho pré-fabricado 10 homens fazem xixi ao mesmo tempo. No caso da mulher, seriam preciso 10 vasos sanitários para resolver o problema. Isso implica num custo maior de execução. Nesse caso, é muito fácil ignorar a presença de mulheres nas fábricas. O que eu ouço dizer, sempre que tento intervir a favor das mulheres nestes projetos, é o seguinte: "Essa fábrica é metalurgia, não existem mulheres metalúrgicas." Assim a mulher continua ignorada desde a concepção do projeto. Nos programas de projeto, os banheiros femininos só são admitidos na parte de escritórios. O que eu fico imaginando é que deve ser muito difícil para mulher operária fazer seu xixi de cada dia. (M.S.C.)

Não entendo bem o que é movimento feminista, eu não sei qual é o seu objetivo.

larga aí, né, e quando vai tentar pegar já não tem mais. Se isso é ser machista, eu sou machista. Penso que tem que ser dividida a responsabilidade: nem a mulher tem que ser mais do que o homem, e muitas vezes querem ser, nem o homem tem que ser mais do que a mulher. Eu, por exemplo, quando minha esposa trabalhava, ela não sabia quanto eu ganhava; e ainda hoje é assim. Não que eu negue pra ela, é que nunca houve necessidade de eu contar. Se ela quiser saber, não tem problema nenhum. Minha mulher, por exemplo, não me pede dinheiro, nunca me pediu. Minha mulher é incapaz de mexer na minha carteira. Se eu mandar minha mulher abrir minha carteira ela não abre, sabe, ela pega para eu abrir. Portanto, num casal deve existir entendimento, isto é, nenhum querer ser mais que o outro, nenhum querer dar provas de que é melhor do que o outro. Os dois unidos serão muito mais fortes do que os dois divididos. Então, se o marido e a mulher trabalham, no fim do mês devem juntar os dois pagamentos, pagar as contas e ver o que sobra ou o que falta.

E/E - O que você acha do movimento feminista?

Lula - Não entendo bem o que é o movimento feminista, eu não sei qual é o seu objetivo. Penso que a mulher pode ser advogada, pode ser médica, um montão de coisas, agora você querer que uma mulher trabalhe numa picareta no meio da rua é querer acabar com a meiguice feminina. Deve existir alguma coisa na mulher pra cativar o homem. Assim, se você pega uma mulher de macacão no meio da rua, qual é o homem que vai sentir alguma atração por ela? E a mulher tem outros problemas: uma mulher que está amamentando um filho não pode estar na rua cavando buraco. Entretanto o homem pode, o homem está livre disso. Daí eu achar que em algumas profissões a mulher tem condição de ser muito superior ao homem, ela tem dado demonstração de que pode, entende? Agora, o que a gente percebe é que algumas feministas, com esse negócio de deixar o cabelo do sovaco crescer, são ridículas, né? Acho que é até questão de higiene. Tenho medo de que esse negócio de feminismo em algumas pessoas seja frustração, sabe? Agora, a mulher deve brigar pela independência dela, é o mínimo que pode fazer. Ela precisa começar a brigar dentro do lar dela, com os pais dela, precisa começar a brigar dentro do seu trabalho pra ser igual aos homens.

E/E - Qual a mulher ideal para você?

Lula - A minha.

E/E - Você gosta de ser homem?

Lula - Se eu tivesse que nascer outra vez eu gostaria de nascer homem, acho que é melhor ser homem.

E/E - Por quê?

A mulher deve brigar pela independência dela.

Lula - Por vários aspectos, sabe? O homem não tem a preocupação de ficar grávido, o homem não tem determinadas preocupações que são próprias da fêmea.

E/E - Quantos filhos você tem?

Lula - Três homens. Um de sete, outro de quatro anos e um de três meses.

E/E - Sua mulher trabalha em casa, não é, cuidando dos três filhos. Que você acha do trabalho dela?

Lula - Olha, eu sinto muita pena do trabalho da minha mulher. Primeiro porque a gente não pode ter empregada, segundo porque eu chego em casa e sinto, na fisionomia da minha mulher, que ela está mais cansada do que qualquer operário que trabalhou o dia inteiro na fábrica. Porque não é brincadeira, não, cuidar da casa, lavar roupa, dar mamadeira, trocar a molecada. Realmente é um trabalho que cansa muito mais que numa fábrica. O trabalho que a mulher tem dentro do lar é muito mais dignificante que qualquer trabalho que outra pessoa possa fazer.

E/E - O trabalho dela é tão importante quanto o seu?

Lula - É mais importante que o meu. Sabe, a dela é a arte da agüentação, que eu não tenho aqui no sindicato, porque eu convivo com muitas pessoas, atendo muita gente, não fico bitolado e em casa a mulher fica bitolada.

E/E - Você acha que o trabalho de sua mulher é uma condição para que o seu possa existir, já que é ela que se preocupa com a casa?

Lula - É, eu acho que é. Eu acho o seguinte: a minha mulher, se fosse pra ser remunerada, deveria ganhar até mais do que eu. Não só minha mulher, qualquer mulher que cuida de um lar deveria ter um salário. A gente fala que é a mulher, mas na verdade as mulheres são tratadas como empregadas. São porque, veja o problema da minha mulher. Eu saio de casa às 8 da manhã e chego em casa meia-noite todo dia. Quer dizer, chego em casa pra tomar banho, trocar de roupa, deixar roupa suja pra ela, sabe, e saio no outro dia de manhã. Não tenho tempo de brincar com as crianças, não tenho tempo de pegar a molecada no colo, quer dizer, praticamente eu só vou lá pra comer e trocar de roupa. Ainda de domingo eu tenho que receber jornalista, tenho que sair não sei pra quê, é aquele negócio todo. Na prática minha mulher não precisa pedir dinheiro pra mim, porque eu vou deixando dinheiro em casa. O meu salário teria que ser dividido: x é teu e x é meu. Não ia mudar nada o tratamento pra com ela. Mas, lamentavelmente, a coisa não é desse jeito, a formação cultural de todo brasileiro ainda não evoluiu a ponto do cara entender melhor o trabalho caseiro, ele desvaloriza muito esse tipo de trabalho e eu digo isso porque às vezes sou obrigado a ficar em casa, né? Quando minha mulher foi ter o último filho eu fiquei em casa com os dois molequês, aí eu realmente fiquei sabendo o que é ser mãe, o que é tomar conta de uma casa.

E/E - Como é a educação de seus filhos?

Lula - É um dos motivos pelo qual eu estou pensando seriamente em largar o sindicato. É que eu percebo que meus filhos sentem muito a minha falta, acho que estou dando muita responsabilidade à minha mulher quanto à educação deles, quando eu deveria repartir essa responsabilidade. E não reparto porque não quero, não reparto porque não estou tendo tempo de repartir esse tempo com minha esposa. Isso pode atrapalhar o crescimento das crianças, a educação delas, e eu preciso ajudar. (M.T.R.)

Dezenove publicitários burlam a censura.

Livres da censura do marketing, da censura da pesquisa e da censura do anunciante, dezenove publicitários escreveram o Conto da Propaganda.

Orígenes Lessa, Ricardo Ramos, Antonio Torres e Domingos Pellegrini, entre outros, mostram nesse livro que publicitário sem censura realmente é ficção.

Não perca. Nas livrarias ou pelo reembolso: Vertente Editora. Rua Homem de Melo, 446, CEP 05007, São Paulo.

Um Suaviza, Concilia. O Outro Defende, Agride.

Entrevista com o economista Paul Singer



E/E - Como é que a mulher está colocada no mercado de trabalho, em que profissões ela é mais constante?

PS - No Brasil a área que mais absorve a força de trabalho tanto feminina como masculina é a agricultura. Nossos dados são um pouco antigos, do censo de 70. O que diferencia a estrutura ocupacional dos homens e das mulheres é o emprego urbano, e não só porque elas trabalham em menor proporção na cidade. No campo a mulher tem condições de cuidar da casa e dos filhos e ao mesmo tempo cuidar de uma pequena criação ou mesmo trabalhar em colheita. Esse tipo de combinação de tarefas domésticas e tarefas remuneradas é reproduzida na cidade no que refere ao trabalho doméstico, que as fábricas ou empresas dão para serem feitas em casa. Isso existe numa escala pequena e é uma forma de extrema exploração do trabalho feminino. Ao nível da remuneração, é extremamente baixo e sem garantias trabalhistas. Então a maior parte das mulheres nas cidades, casadas e mães, tende a ser dona de casa. Há uma proporção maior de homens na indústria e menor em serviços, e com a mulher acontece exatamente o contrário: a maioria das mulheres está nos serviços, entre os quais o mais importante é o serviço doméstico. Em certas regiões do país quase 50% das mulheres que trabalham são empregadas domésticas. Também há outro tipo de atividade chamado classicamente de trabalho feminino, que são derivações de suas atividades domésticas, por exemplo, educação e ensino primário, saúde, enfermagem, que são profissões integralmente femininas.

E/E - O estado civil da mulher no campo influi no seu trabalho? Parece que é muito difícil a mulher casada ser bóia-fria. Isso acontece também na cidade?

PS - Acho que sim, o impedimento é o mesmo. Depois que ela casa, tem filhos e assume uma série de encargos por ser mulher. Isso é um problema cultural, social, não podemos tomar como coisa natural. O homem é o encarregado da parte externa da casa, e a mulher da parte interna. Quando o homem fica desempregado e a mulher tem que assumir o sustento da casa isso é freqüentemente mal visto. O homem que desempenha trabalho de mulher é rebaixado e a mulher que desempenha função de homem não é rebaixada, pelo contrário.

E/E - Uma reformulação política resolveria esse problema da divisão sexual do trabalho?

PS - Que tipo de reformulação política?

E/E - Nos países onde houve uma reformulação socialista, por exemplo, o problema é o mesmo?

PS - Não sei dizer exatamente. Tenho lido, mas não tenho elementos suficientes para dar uma opinião firme. Parece que o problema não foi radicalmente resolvido como eram as expectativas revolucionárias socialistas das mulheres.

E/E - E por quê?

PS - Porque, quando você muda as relações de produção, muda formalmente a direção das unidades produtivas da propriedade privada para a propriedade estatal. É preciso socializar no plano cultural, não só político e econômico. Em todos

os países em que houve revolução socialista vitoriosa, as possibilidades de luta infelizmente são menores que nos países democráticos capitalistas. Essa é que é a verdade. Eles resolveram formalmente o problema de plena igualdade jurídica da mulher e, a partir daí, o movimento de protesto, de crítica, de reivindicação, é proibido. Como esse tipo de opressão não é muito explícito, é necessário liberdade para ser exposto, debatido. Eu desconfio que nesses países as possibilidades são pequenas.

E/E - A luta da mulher, já que ela tem problemas específicos, não é uma luta de classes?

PS - Acho que seria um erro dizer que os problemas da mulher camponesa, da proletária e da mulher da classe média seriam exatamente os mesmos. Por outro lado há problemas específicos por elas pertencerem ao sexo feminino, que não são dos seus homens da mesma classe.

E/E - Você acha que a anticoncepção é um problema da mulher?

PS - Acho que é um problema dos dois. Você tem hoje em dia anticoncepcionais de uso feminino e de uso masculino. A opção por um e por outro é importante, tem conseqüências para a saúde da mulher, tem riscos de gravidez não desejada, não é um problema só dela. O problema de ter ou não ter filho não é um problema só da mulher, acho que interessa ao casal.

E/E - Na nossa sociedade parece que o controle é feito mais pela mulher que pelo homem.

PS - Pelo que sei o assunto preocupa tanto homens como mulheres. O que acontece é que os chamados anticoncepcionais modernos, a pílula e o DIU, são de uso feminino. Todos os outros são de uso masculino, todos que se usaram até agora, a camisinha, o coito interrompido, são do homem. Com a transformação técnica a responsabilidade passou a ser da mulher. Não estou negando o fato de que hoje os anticoncepcionais mais recomendados e que estão ganhando o mercado são de uso feminino e com conseqüências deletérias para o organismo da mulher. Por isso, pessoalmente, sou a favor dos outros. Tem o risco de gravidez, mas não o de saúde, que é mais sério. O problema afeta os dois sexos as mulheres estão por baixo, estão sendo discriminadas, oprimidas, mas os homens exercem um papel nessa discriminação, evidentemente são afetados por ela.

E/E - Por que o mercado de anticoncepcionais está voltado para as mulheres?

PS - É o que ocorre, mas não quer dizer que a resolução de ter ou não ter filhos seja responsabilidade exclusiva da mulher. A gente sabe que existem muitos homens que se recusam a usar anticoncepcionais, que consideram isso um problema da mulher, não dá pra generalizar. Nós temos uma pesquisa grande sobre a reprodução humana no Brasil, aqui no CEBRAP. Os dados estão sendo tabulados. Fizemos muitas pesquisas em profundidade com homens e mulheres e muitas vezes apareceu que a mulher quer ter muito mais filhos que o homem. O tipo de anticoncepcional na moda, imposto de certa forma, joga mais a responsabilidade na mão da mulher.

E/E - Os métodos anticoncepcionais masculinos não são "científicos". Por que será que os primeiros métodos "científicos" foram para a mulher? Será que o organismo dela é mais fácil de controlar?

PS - Eu não sei responder a essa pergunta. Mas veja bem, o condom surgiu com o processo de vulcanização da borracha. Isso não surgiu de repente, era o mais científico que existia há 50 anos atrás. Eu gostaria também de saber as respostas, porque as pesquisas nas últimas décadas foram todas para o lado da mulher, embora haja tentativas de se fazer anticoncepcionais masculinos. Mas não se chegou a nada operacional. Pode ser que haja uma facilidade ou outras razões também.

E/E - Não seria colocar o encargo nas mãos da mulher?

PS - Duas coisas que pesaram em toda essa história foram a teoria neomalthusiana e o grande empenho dos países desenvolvidos em estender a contracepção aos países subdesenvolvidos. Há uma ideologia de que é mais fácil convencer as mulheres. O trabalho de doutrinação de ter menos filhos, embora dirigido ao casal, é em particular dirigido às mulheres, por causa do tipo de anticoncepcional.

E/E - Como você acha que a instituição da "família" serve ao sistema político?

PS - Se você pensar na mais comum, patriarcal, autoritária, ela é um microcosmo de um tipo de sociedade, que é o modelo macro. Então ela educa, ela forma as pessoas para se inserirem melhor nesse tipo de sociedade. Na família, você aprende a obedecer, ela é o grande método de socialização das pessoas. Ela reproduz em si própria uma estrutura de obediência, de autoridade.

E/E - E, quanto à legalização do aborto, o que você acha?

PS - Acho que é uma coisa necessária na medida em que o aborto é um fenômeno que está acontecendo em grande escala no Brasil, ao que tudo indica. Não sendo legal, ele é objeto de exploração muito forte, sobretudo das pessoas que vão fazer o aborto. A resposta pode servir para outras coisas, há uma série de comportamentos sociais que são proibidos, mas não são impedidos realmente. Eu sou contra o aborto. Eu gostaria que quem não quisesse ter filhos pudesse evitar a gravidez. Mas, como a gravidez indesejada também ocorre, é preferível que tenhamos condições decentes, que seja um serviço devidamente fiscalizado, em vez de ser como atualmente, clandestino, feito muitas vezes em péssimas condições.

E/E - Seria possível avaliar a ocorrência de abortos feitos no Brasil?

PS - Não, porque é proibido. As respostas estão sujeitas a dúvidas, mas pelo que sabemos dos abortos feitos em hospital, que são completados em hospital, eles são extremamente frequentes.

E/E - Qual seria sua mulher ideal?

PS - Eu diria que a mulher ideal seria exatamente igual ao ser humano ideal, não faria nenhuma distinção de ser homem ou mulher. Eu gostaria que os seres humanos pudessem ser livres, capazes de criar, de aprender, de serem felizes, de dar e receber. Há uma grande discussão na qual eu não dou muito palpite, de que existem diferenças entre os sexos. Diferenças físicas nós conhecemos, as outras são todas, ao que parece, de caráter cultural.

E/E - Você acredita nessas diferenças?

PS - Acredito que elas existam, e são de caráter cultural, cada cultura, cada sociedade, define seu masculino, seu feminino, de formas diferentes, não existe um padrão masculino pra todos os povos da história, isso varia conforme a época, o

lugar. O que eu não sei é se vale a pena fazer uma distinção entre os homens e mulheres, o que parece que a natureza por si já impõe.

E/E - Você acha que essa diferenciação cultural que existe entre o homem e a mulher vai demorar muito para acabar?

PS - Acredito que sim. Porque ela está extremamente fundamentada em outras diferenças sociais. Elas não vão desaparecer por si só. Você não pode isolar essa diferença social e supor que se possa passar um apagador em cima, enquanto existem as diferenças das pessoas por classe social, que são mais básicas.

E/E - Por que mais básicas?

PS - Porque o sistema econômico e social funciona todo ele à base de classes. Se você não tiver quem tenha que trabalhar por um salário, os que têm o capital não têm quem trabalhe para eles e o capital não será o capital. Essa é a estrutura básica do Brasil de hoje. Mas eu diria que a diferenciação de sexo é quase tão básica quanto a de classes. A própria estrutura da sociedade de classes funciona sobre a base de que as mulheres desempenhem certas funções e os homens não. Eu diria que as diferenciações de homens, mulheres e de classes teriam que ser abolidas juntas, para se ter uma sociedade justa. Você tem uma diferenciação de classes no sistema capitalista, mas há diferenciação básica entre trabalho intelectual e trabalho manual, de quem manda e de quem é mandado. Isso varia conforme os países. Não podemos colocar no mesmo saco todos os países que passaram por uma revolução socialista. Há entre eles graus de diferenciação social de autoritarismo. Socialmente eu diria que em nenhum deles há uma sociedade igualitária. Então, por causa disso, talvez as diferenças de sexo tenham diminuído depois das revoluções, mas nada indica que tenham desaparecido.

E/E - Quais seriam no nosso país as formas concretas de dominação da mulher? O que está segurando a libertação dela?

PS - O básico é essa diferenciação de papéis sociais. Caricaturando, você tem a mulher desde criança sendo preparada para esses papéis. A menina preparada pra ser mãe e esposa, e o menino não é preparado para ser pai e esposo, ele é preparado para ser qualquer outra coisa, operário, camponês, político, general, qualquer coisa. Essa é a diferenciação básica. Agora, existem em muito lugares, sobretudo da classe média para cima, uma certa fuga. A mulher consegue fazer escola, curso superior, etc. Então, a contradição que é evitada enquanto ela é adolescente ressurge quando ela casa. Quando ela casa e tem filhos volta o problema, ela vai desempenhar seu papéis de mulher ou seus papéis de cidadã, ser humano produtivo e assim por diante. Na medida em que ela foge dos papéis femininos, sofre uma série de sanções; no trabalho ganha menos, tem menos possibilidades de avanços na carreira. Ganha menos porque não deveria estar trabalhando, deveria estar em casa cuidando dos filhos. Quando trabalha, é para algum homem, seja ele marido, patrão ou qualquer coisa; um ganho para os alfinetes, é uma complementação, então, pode ser menos. Eu acho que todas as demais formas de discriminação no trabalho decorrem desta básica, que é a mulher ser destinada desde o início a fazer outra coisa.

E/E - O que você acha dos movimentos feministas no Brasil?

PS - Estão começando, são movimentos ainda muito pequenos, englobam um número muito limitado de mulheres, mas apresentam a meu ver um potencial mui-

to grande, sobretudo porque os que eu conheço, basicamente os que estavam ligados às publicações Brasil Mulher e Nós Mulheres, pretendiam trabalhar junto a mulheres de classe pobre e isso lhes deu certo peso, enquanto movimentos junto a mulheres de classe média, muito presas a sua experiência de vida, à problemática de classe média. O chamado duplo encargo as atinge muito menos na medida em que elas podem ter uma empregada, que se encarrega das tarefas femininas, para que as mulheres da classe média se dediquem à sua profissão. O fato desses movimentos feministas irem trabalhar com as mulheres pobres é que enriqueceu sua visão para o problema da mulher, a ligação entre o problema da mulher e o problema da classe. Acho que qualquer movimento de libertação, e especificamente o feminista, cabe muito nisso, tem que começar a pegar aquela parte da população que sofre a problemática de forma mais completa. Embora a disponibilidade de luta seja maior entre as mulheres da classe média.

E/E - Não seria interessante trabalhar mais esse tipo de mulher, já que ela é mais disponível pra lutar?

PS - Não, acredito que a atuação tem que ser nos dois planos. As mulheres dos clubes de mães, por exemplo, das comunidades de base, as operárias sindicalizadas, de alguma maneira já captaram uma dimensão básica de suas vidas, que é a exploração de classes. Elas são muito abertas à colocação feminista. Espontaneamente percebem que, ao lado de seus problemas de classe, elas têm um problema muito sério de opressão, enquanto mulheres, pelos seus homens. E isso aflora de uma forma muito simples, quer dizer, elas percebem que, enquanto militantes, não estão sendo tratadas da mesma forma que seus homens. O homem, tão convicto da necessidade de lutar contra a exploração, não permite que ela participe plenamente porque ela é mulher, mãe, etc. De modo que eu acredito que o trabalho junto a trabalhadoras tende a render muito também. Não é argumento para não se trabalhar junto a mulheres de classe média, evidentemente.

E/E - Na sua opinião, a educação da menina dirigida para os chamados "papéis femininos" pode realmente marcar suas futuras atitudes? Diz um psicólogo que isso não seria determinante.

PS - Eu vou responder como pai. Eu não tenho o menor interesse em educar minhas filhas de forma tradicional, nem minha mulher, elas são pré-adolescentes, têm 10, 12 anos. Mas o que eu percebi é que elas são muito condicionadas aos valores tradicionais femininos pelas novelas, por outros contatos sociais. Elas não são educadas só pelos pais. Eu imagino que as que foram educadas para cumprir papéis femininos e mais tarde se rebelaram sofrem um complexo de culpa muito forte. Em relação aos filhos, por exemplo, eu tenho notado muito isso entre pessoas próximas. Existe uma ambigüidade das que têm uma carreira. De um certo modo elas temem que estejam frustrando seus maridos ou filhos. Eu acredito que, se educarmos as meninas, uma educação diferente será mais fácil, pode ser até que se crie uma geração de mulheres que saibam melhor lutar pelos seus direitos.

E/E - Não houve diferenciação na educação dada a seu filho e às suas filhas?

PS - Intencionalmente não. Eu tentei educá-los no mesmo sentido. Eu acho que o problema é de homens e mulheres. Se os homens não mudarem sua visão, sua expectativa, perante as mulheres, enquanto eles estiverem alimentando a visão de mulher ideal, que é a tradicional, é pelo menos mais difícil para as mulheres lu-



tarem contra isso. Em alguma medida estamos juntos nisso. Temos que educar igualmente os filhos para que eles possam pensar em suas futuras mulheres com outro ponto de vista.

E/E - Você gosta de ser homem?

PS - Eu vou dar uma resposta muito pessoal. Eu fui educado de forma tradicional. Não tinha mãe feminista, nem o resto era. Fui muito condicionado a achar ótimo ser homem. Eu ainda sou judeu, nem um pouco religioso, mas educado de uma forma muito rígida. Os judeus agradecem todos os dias por terem nascido homens, e as mulheres agradecem por terem nascido, e pronto. Eu sou em parte produto disso, inegavelmente. Nesse sentido, provavelmente, eu gosto de ser homem. Racionalmente, objetivamente, não vejo maior vantagem. Claro, há vantagens e desvantagens. Há uma série de experiências pelas quais eu poderia ter passado se fosse mulher, a maternidade inclusive.

E/E - A experiência de Israel é interessante porque parece que a mulher judia foi submissa, mas quando precisou defender seu território ela foi para o exército, quer dizer, num curto espaço de tempo eles reformularam seus padrões sociais.

PS - Não foi um curto espaço de tempo.

E/E - Curto em relação ao nosso. Isso até agora não aconteceu aqui.

PS - Está certo. Eu só queria informar que Israel foi formado por um tipo de movimento que gera uma revolta contra a submissão da mulher e outras diferenças sociais. Nos kibutz, nas várias formas de colonização de Israel, homens e mulheres eram muito mais iguais e menos desiguais do que na sociedade burguesa. No kibutz a mulher e o homem fazem o mesmo serviço e as tarefas domésticas são feitas em comum por homens e mulheres.

E/E - Mas isso porque foi necessário.

PS - Não, isso é ideologia. Era a velha ideologia socialista, que vinha do fim do século passado. Isso não era uma imposição prática. É claro que na prática deu muito certo, dobrou os efetivos tanto no trabalho como para a defesa, mas havia muita ideologia. Foi um passo a frente. Não conheço nada de Israel, nunca estive lá, mas nessas comunidades há menos opressão da mulher. Essas comunidades também não são religiosas.

E/E - A religião é bem discriminatória, não é?

PS - As religiões que não se reformam como a judaica, a muçulmana, são extremamente discriminatórias quanto à mulher. Nas religiões cristãs, a problemática real aparece, mexe com as estruturas, a gente vê as freiras passando a não aceitar seu papel submisso. A religião judaica não tem nada disso, o que acontece é que quase ninguém é religioso, os que são, são fanaticamente. A resposta é essa: eu gosto de ser homem, mas não gosto do papel que a sociedade me atribuiu por ser homem. Não gosto do papel pseudo-privilegiado, que ao mesmo tempo impõe uma série de coisas ao homem. Elas são ruins. O homem é vítima da relação desigual. Só pra dar um exemplo, não é nada original isso, mas a mulher no seio da família e em outras estruturas de grupos sociais tem todo o encargo da emocionalidade: ela é que deve suavizar os choques, os conflitos e conciliar. Ela desenvolve isso com uma grande sensibilidade. O homem desenvolve uma insensibilidade porque ele é o que deve agüentar os choques, ser insensível, agressivo, etc. Nenhum dos dois papéis é muito bom. (F.M. - M.T.R. - M.S.C.)

**LEIA ESCRITA,
A REVISTA
QUE FALA
A SUA LÍNGUA**



EM TODAS AS BANCAS



Feliz em Ser Homem? Sim.

Maria Teresu Ribeiro

“O problema da discriminação da mulher é milenar, é uma herança, um comportamento difícil de mudar. Acredito que não veremos uma transformação desse quadro nem com uma mudança de geração”. A expressão é de Fernando Morais, o jornalista que escreveu “A Ilha” e que foi eleito deputado estadual em São Paulo.

Para Fernando, uma das questões prioritárias da situação da mulher é o fato de ganhar menos que o homem, fazendo trabalho igual. “Esse é um assunto muito discutido e que também acontece, por exemplo, em Cuba. Nem a mudança de regime conseguiu acabar com esse comportamento do homem”. Ele acredita que essa é uma luta muito importante a ser travada, pois “a mulher é uma força de trabalho que deve ser remunerada como qualquer outra”. Por isso incluiu em sua plataforma política, na época da candidatura, algumas reivindicações de grupos feministas, inclusive a de igualdade salarial, e se propõe a continuar denunciando essa situação: “eu defendo a libertação da mulher e estou disposto a receber qualquer grupo feminista organizado que queira usar a Assembléia para se manifestar. Mas, desde que seja um grupo organizado, isso é muito importante”.

Uma coisa que anda preocupando Fernando Morais é que o movimento feminista está partindo para um sentido de classe, em que não há participação do homem. “Isso acontece muito no exterior, principalmente nos Estados Unidos, mas alguns grupos pensam assim aqui”. É bom que isso fique bem destacado: a luta da mulher não é desvinculada do homem.

Totalmente contra o machismo, ele não se considera um machão, mas admite que às vezes é acusado de ser. “Minha própria mulher me acusa de machão, mas é uma questão de hábito. Eu não gosto de fazer coisas de casa, por exemplo, não faço, não fui acostumado a isso”. E, com um sorriso diz que gosta muito de ser homem: “talvez por causa de alguns privilégios”. E acrescenta: “Tem até um amigo meu, um jornalista mineiro, que quando cumprimenta pergunta: Feliz em ser homem? E eu sempre respondo que sim”.

Fernando Morais trabalha em jornal desde os 14 anos. Começou na histórica Mariana, cidade mineira onde nasceu. Depois, percorrendo a rota cultural dos centros urbanos, foi para Belo Horizonte e veio parar em São Paulo, entrando no Jornal da Tarde em 66, onde ficou por 10 anos. Passou também por outras várias redações e atualmente está no Singular e Plural.

Ele conta que, quando começou no JT, "a redação devia ter umas 100 pessoas mais ou menos. Naquela época havia só duas mulheres trabalhando. Hoje, se você for visitar a redação, vai notar que a proporção de mulheres aumentou bastante. O preconceito em relação à mulher jornalista diminuiu muito". O seu ramo — a reportagem — era um dos mais discriminatórios, porque existia a idéia de que a mulher não podia enfrentar determinadas situações, como o meio policial. "Ela não podia, por exemplo, ir para a Amazônia, ficar no meio do mato. Mas isso já está acabando, porque se sabe que a mulher pode fazer a mesma coisa que o homem e, às vezes, até melhor. Acabou aquele mito. A gente pode ver que uma das jornalistas mais famosas., talvez a melhor repórter dos últimos tempos, é uma mulher — Oriana Falacci". Mas mesmo com essas mudanças nas redações, Fernando admite que ainda existe dificuldade para a mulher chegar aos cargos de chefia.

Atualmente, segundo dados do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, existem 711 mulheres sindicalizadas exercendo a profissão e 3.801 homens.

SINDICALISMO
é o tema de Escrita/Ensaio 4
Nas bancas e livrarias



foto de Maria Teresa Ribeiro



foto de Cristina Villares



PESQUISA

Metalúrgicos, feirantes, donas de casa, trabalhadores da zona rural, gente de todas as procedências e camadas sociais - mas residentes no Estado de São Paulo - dão aqui seus depoimentos sobre o trabalho, principalmente o trabalho da mulher.

Entre os Metalúrgicos do ABCD

(A região do ABCD abrange os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, em São Paulo)

**TRABALHAR PRA LARGAR OS FILHOS?
NUNCA**

Esperando por uma consulta médica, a mulher de um metalúrgico (ela tem 27 anos e três filhos) conta que nunca trabalhou fora de casa, "só no sítio, na roça". Mas gostaria de trabalhar se tivesse condições e estudo. Fez até o quarto ano, casou logo e diz que "até agora o salário do marido é suficiente para todos". Porém só trabalharia se o salário desse para pagar uma empregada que cuidasse da casa e dos filhos. "Não compensa ganhar pouco e pagar empregada, pagar pra lavar a roupa, cuidar das crianças. Então, é melhor a gente ficar em casa". Mesmo porque o marido não gosta que ela trabalhe: "ele diz que não dá certo eu trabalhar e largar os filhos". Ela já ouviu falar das mulheres que estão querendo entrar no mercado de trabalho e acha "muito bom, pra quem pode, para quem tem condições de trabalhar".

O marido nunca se preocupou com controle anticoncepcional. O último filho ela "arrumou" porque quis: "fazia sete anos e três meses que eu não tinha, arrumei mais um porque os outros dois iam para a escola e eu ficava sozinha em casa, tem que arrumar mesmo, né, peguei e arrumei". Toma pílula anticoncepcional há sete anos e agora vai fazer o possível para não engravidar até que tenha condições financeiras para realizar a operação de ligamento das trompas: "Os médicos me aconselharam a operar. Uma que sou nova e, graças a Deus, não tenho problema nenhum. Eu já ia operar deste último filho, ia aproveitar a oportunidade. Não tenho vontade de ter mais filho, mas se eu engravidar, tenho e já opero".

ÍNDIA É MAIS LIVRE

Para Lurdes Conceição Ferreira (33 anos, casada com metalúrgico, dois filhos), a índia é a mais livre das mulheres. Dizendo-se de ascendência tupi-guarani de Mato Grosso, mestiça por parte de pai, explica que a índia é livre no sexo, é livre no pensar e não é obrigada a viver com um homem que não queira. Basta chegar ao chefe da tribo e contar que quer separar-se.

Lurdes é auxiliar de enfermagem e está terminando o colegial. Quer fazer cursinho para chegar à faculdade de medicina junto com os dois filhos, "nem que esteja grávida", explica. Trabalha porque *detesta* fazer o serviço de casa, que acha monótono: "Sempre fui e vou ser uma mulher independente, nunca dependi de homem, não". O seu salário dá para pagar Cr\$ 1.400 a uma empregada, uma senhora que foi buscar no interior para tomar conta das crianças e fazer a comida. Para viver sem ajuda do marido (em caso de separação), Lurdes teria que arrumar dois empregos (perfazendo Cr\$ 16.000), um no horário das 6h às 14h e outro das 15h às 23h, o que daria um total de 16 horas de trabalho, fora o tempo de locomoção, e apenas seis ou sete horas para descanso, lazer e outros afazeres.

No momento é ela quem usa anticoncepcional, o supositório Esteril, cinco minutos antes do relacionamento sexual com o marido. Conta que "tem funcionado", usa há um ano. Quando não pode tomar a pílula, que usou durante nove anos, ou fazer uso de qualquer outro método anticoncepcional, ela avisa o marido para "se virar, que mulher não é máquina". Depois que tiver outro filho

(quer uma menina) pretende fazer o ligamento das trompas, apesar de saber dos riscos que vai correr com a operação: "eu vou arriscar. Porque evitar a vida inteira é *fogo*, a gente não se sente a vontade". Não concorda com o aborto porque "quando a gente estuda enfermagem é contra" mas para uma mulher que não tem condições de sustentar a criança não é só a favor como entende que o aborto deve ser legalizado.

NEM UMA MULHER NA ÁREA DE PRODUÇÃO

Helena tem 28 anos e Sérgio 29. Ele trabalha na área de produção, setor onde a firma não permite que trabalhe mulher. Em casa, ele pouco ajuda Helena a cuidar das crianças porque "não sobra tempo para fazer serviço doméstico".

Sérgio não quer que a mulher tenha uma profissão, para os filhos não ficarem na mão de outra mulher, que não a mãe, enquanto Helena está fora. E Helena não quer deixar os filhos em creche porque segundo ela "todas as crianças criadas em creche são revoltadas com os pais, quando crescem".

Dos dois, só Helena usa anticoncepcional. Sérgio "não usa nada", apesar de ela não se dar bem com a pilula: "já tomei várias, uso agora a mais fraca e o médico disse que se eu não me der bem tenho que parar. A gente vai evitar uns tempos, depois arrumar mais um filho e meu marido pretende que eu opere". Sérgio diz que não gostaria que sua mulher fosse esterilizada mas "quem mais quer é ela, né?". "Lógico", responde Helena. Evitar ninguém gosta". Sérgio explica que poderia usar algum anticoncepcional mas nunca recebeu uma informação a respeito. Eles não vão juntos ao ginecologista porque no horário da consulta Sérgio está no trabalho.

AS TABELAS DAS PROFESSORAS DE SEXO

No modo de pensar do metalúrgico Francisco Guimarães (33 anos, casado, três filhos), a mulher depois de casada tem que trabalhar só em casa. Conta que quando casou a mulher tentou arranjar um emprego mas ele falou: "não, você vai ficar em casa". Ela replicou que ficava sozinha, porque naquela época ele trabalhava em outra cidade e só aparecia aos sábados. O marido disse: "Agüenta a mão que vai aparecer logo *alguém* (um filho) por aí. Então, veio a primeira criança".

A mulher reclama do trabalho que os filhos dão mas ele "não esquentava com isso". Mesmo se existisse anticoncepcional para homem não usaria porque acha "esse troço muito prejudicial, tanto para a mulher como para o homem". Segundo ele é melhor usar as tabelas, "como falam as professoras de sexo. Se a tabela falhar, deixa vir".

É contra o aborto: "se a mulher já está grávida, para que fazer aborto?"

Francisco trabalha nove horas e meia e sua mulher umas onze (no serviço de casa), mas ele espera que logo comecem a ser ajudados pelos filhos maiores.

QUESTÃO DE GOSTO

João Aparecido Neves trabalha no setor de fundição de peças da maior fábrica de automóveis de São Bernardo. Veio de Taubaté, tem 21 anos e é noivo. A moça estuda pela manhã e à tarde trabalha.

Embora a noiva já tenha explicado que é *muito chato* só fazer o serviço de casa, João ainda não sabe se vai concordar com que ela trabalhe ou não: "Ela pode até ganhar mais do que eu, porque tem maior preparo". Ele também não sabe se gosta de mulher liberada: "é uma questão de gosto, não se discute. Não sou mulher, pô". (F.M. -M.S.C.-M.T.R.)

Nas Feiras

MELHOR EM CASA

Arlete trabalha de vez em quando com os pais, vendedores de banana, na feira. Tem 14 anos, está na oitava série, é a segunda de três filhas, namora escondido do pai, que desejava muito um filho homem. "Quando meu primo vai em casa, eles brincam o tempo todo juntos", explica.

Ela ajuda nos serviços domésticos mas quando não tem vontade "não faz mesmo", embora a mãe castigue a desobediência.

Pretende casar, ter dois filhos. Talvez trabalhe um período e no outro fique cuidando das crianças.

Lurdes Sanchez Matos, 40 anos, é mãe de Arlete. Trabalha há seis anos na feira, levanta às 5h.

Até nascer a primeira filha trabalhava em fábrica, além de fazer todo o serviço doméstico do qual diz "gostar mesmo, se pudesse ficaria só cuidando da casa". Mas como a despesa da família é grande, "gastamos muito com gasolina para o caminhão e as minhas filhas estão sempre pedindo roupas", precisa trabalhar com o marido na feira. Explica que ele "é bom mas um pouco nervoso".

A iniciativa do controle anticoncepcional foi sempre dela. O marido apenas mandou que ela parasse de tomar pilula com receio de que o uso prolongado do medicamento fizesse mal.

DOIS EMPREGOS

Gilberto é noivo, tem 23 anos e está emprega-

do numa barraca de frutas há cinco anos. Ganha Cr\$ 5.000,00 e por isso sua esposa terá de trabalhar: "mas quando a gente tiver um filho ela vai parar, terei que dar um jeito, arranjar dois empregos".

Em sua opinião, a mulher é quem deve tomar anticoncepcional. Já namorou firme 25 vezes, "fora as outras".

JAPONÊS NÃO DEIXA

Para Rosa Ivamoto, 58 anos (parece ter 70), tudo que falta na vida é conseguir casar os quatro (tem dez) filhos ainda solteiros.

Dona Rosa diz que sempre, desde que casou, "mesmo grávida" trabalhou na feira, vendendo legumes. Faz ainda todo o serviço doméstico e gosta muito de flores. Planta orquideas, e vende, quando é estação.

Não admite de forma nenhuma que algum filho seu fique solteiro. Lembra que uma das filhas, que está na ponta da barraca, ficou noiva e vai casar em julho (Não é exatamente o que afirma a moça. Leia abaixo.).

Rosa Ivamoto (tem o mesmo nome da mãe), 20 anos, trabalha há cinco na feira, com os pais. Estudou até a oitava série e parou porque achava as matérias do colegial "difíceis", embora admita que sinta falta do estudo: "se voltar a estudar vou fazer o curso técnico em computação".

Por razões financeiras não sabe se vai dar para casar ainda este ano. O rapaz tem bar em São Miguel, não vai permitir que ela continue trabalhando: "Sabe como é, japonês não deixa a mulher trabalhar depois de casada". Não pretende ter

dez filhos como a mãe porque "a época é outra", quer só quatro. Já ouviu falar que fazer o ligamento das trompas pode dar problema: "Quando a mulher opera não é a mesma coisa, ela perde a sensibilidade". Afirma que quem disse isso foi um padre, durante um cursinho que fez na igreja.

SEM SUBSTITUTA

Silvia Camargo tem 63 anos e é dona de casa. Nunca trabalhou fora. Tem três filhos, dois casados e uma solteira, que é professora. Fazia feira às terças há sete anos, desde que mudou para o bairro. É difícil o marido acompanhá-la, "ele trabalha". Assim, é ela quem deve providenciar as compras e fazer todo o serviço doméstico. Embora não goste muito disso, "não tem mais ninguém que possa fazer".

Cr\$ 500 POR DIA

Mitsue Uema, 20 anos, vende pastéis na feira há dois anos, ganhando em média Cr\$ 500,00 por dia. Fez até a quinta série e abandonou os estudos, ela prefere trabalhar. Além disso, seu pai faleceu há seis meses e, como ela é a filha mais velha, precisa auxiliar a mãe nas despesas de casa: "mas todos os meus irmãos, menos duas pequenas (somos oito), trabalham". Quanto ao futuro, Mitsue pretende casar, seu namorado é bastante compreensivo, e ter no máximo três filhos embora não conheça ainda nenhum método anticoncepcional: "Se vier mais filho, eu tenho", diz. (F.M. - M.T.R.)

Na Zona Rural

As entrevistas que se seguem foram realizadas no interior de São Paulo, na zona rural de Presidente Prudente, a 550 km da Capital. As mulheres da região ou trabalham esporadicamente na lavoura ou são donas de casa. Já a partir da cidade de Ourinhos (até um raio de 500 km) as terras são cultivadas por bóias-frias, até a divisa com o Paraná.

NA MÃO DAS PARTEIRAS E DO TIO

Dona Maria Aparecida Gouveia, 89 anos, 10 filhos, casou-se aos 15 anos com um capataz de fazenda, contra sua vontade. Nunca deu à luz em hospital, todos os filhos nasceram em casa, com parteira e sem penicilina: "Lembro de uma senhora de Botucatu, um vizinho dela falou que se fosse o pai matava o médico que realizou o parto. A mulher tinha encortinado a casa inteira para esperar o rei, o primeiro filho, mas morreu por falta de medicamento".

Já as filhas de dona Maria Aparecida "não puxam pela mãe": a primeira tem dois filhos e perdeu outros dois e a segunda, por causa de uma

"fraqueza" no útero, também perdeu duas crianças.

Dizendo ter muita dó da filha Isabel, "que queria tanto outro filho", dona Maria Aparecida conta como foi seu primeiro parto (tinha 16 anos): "Só vendo o barulhão que eu fiz, porque era nova. Lembro do tio Zeca, Carlos, papai, todo mundo em volta da cama e eu ruim que tava, a parteira não dava jeito e tio Zê me serviu ainda, subiu na cama, me sacudiu, aí nasceu, mas no meio de todos os meus tios".

Era desagradável ter todos aqueles homens



foto de Maria Teresa Ribeiro



foto de Cristina Villares

em volta da cama, vendo o parto? "Não", diz dona Maria Aparecida. "Não tem vergonha nenhuma, é natural. Eu estava com roupa, o tio trepava na cama e me sacudia, o Osvaldo ficou enroscado". Depois, ter os outros filhos foi mais fácil, ficava grávida a cada um ano e meio, dois anos.

ESTUDO PRA MENINA

A diferença entre ser mulher de um pequeno proprietário de sítio e um "retireiro" (toma conta do gado de uma fazenda) é que a primeira esposa vai ter mais dinheiro e confortos como geladeira, televisão e carro. O número de filhos e o relacionamento conjugal das duas é praticamente o mesmo.

Maria Celeste Ferreira, 45 anos, prendas domésticas, é mulher de um pequeno proprietário. Casou-se aos 14 anos, teve 11 filhos, "todo ano era um". Ela não trabalha com o marido na roça porque o serviço de casa é muito: "Onze filhos, como é que uma mãe dessas vai trabalhar?". De qualquer forma, nunca trabalhou fora mesmo, nem quando solteira: "pra começar nem leitura não sei, nunca fui à escola. Eu bem que queria estudar e papai não deixava. Ele falava que menina mulher não tinha que estudar não, que era perigoso sair sozinha. O povo antigamente não dava estudo pra menina".

Hoje ela não se interessa mais em estudar, começou a fazer o Mobral mas desistiu: "Agora também não interessa: estou cansada, já criciei esses filhos todos".

Nunca usou qualquer método anticoncepcional. Diz que o marido fica conformado de ter tanto filho: "tem hora que aperreia, porque fazem raiva, fazem mesmo. Qual é o pai de família que tem 10, 12 crianças, e não é perturbado?". Maria Celeste não pode dizer que o marido não é bruto: "Isso ele é mesmo. Mas dá pra agüentar mão, a gente se entende. Qual é o casal que não briga? Ele toma umas pinguinhas, ainda hoje ele está assim, ele chega aí e começa a rallar mas eu deixo ele falar sozinho. Deixo para conversar quando ele está são, aí nós se entende".

O marido de Maria Celeste descansa um dia da pinga e começa tudo de novo. Mas ele só estoura se mexerem com ele, do contrário é o "homem melhor do mundo". Bebe, chega em casa, come, enche a barriga e depois vai dormir, ninguém percebe que ele bebeu. Agora, se alguém falar alto, bater numa criança e ela começar a chorar, ou responder rispido alguma pergunta que ele faça, tudo pode acontecer. Nervoso, ele vai logo atrás da pessoa, quer bater e matar.

FILHOS, PORCOS E GALINHAS

Odete de Jesus Oliveira também casou aos 14 anos, com um retireiro. Solteira, chegou a trabalhar, por pouco tempo, na roça. Depois que sua mãe morreu (Odete estava com nove anos), passou a cuidar e cozinhar para os irmãos menores, fazia todo o serviço doméstico. Lavava a roupa, arrumava, varria enquanto os irmãos homens iam trabalhar na roça. Cuidava também de alimentar porcos e galinhas. Com os dentes comidos pelas sucessivas gestações (cinco filhos), aparenta bem mais

que 26 anos e tem uma incômoda barriga que quer saltar do vestido amarrotado e sujo pelo vômito do garotinho que está em seu colo.

O marido ganha Cr\$ 1.700, Odete não quer mais filhos, "por enquanto". Toma pilula anticoncepcional embora se sinta muito mal com o comprimido que ganhou de uma cunhada. Essa parenta ganhou um "punhado de caixas" de anticoncepcionais mas não tomou o remédio direito e ficou grávida.

Depois do parto do quarto filho, Odete quebrou a dieta. Haviam nascido gêmeos e só um sobreviveu, ela ficou nervosa e doente durante muito tempo. Dali a um ano e quatro meses teve o quinto filho e em seguida lhe apareceu um tumor na base da nuca. Doia e coçava, foi inflamando. Ela teve que ir ao hospital rasgar o amontoado de pus. Pensa que a causa do tumor foi a quebra do "resguardo" pós-parto para poder trabalhar no serviço de casa e cuidar dos outros filhos, o marido precisava trabalhar na roça, como ele ia tomar conta das crianças?

BÓIA-FRIA DE ROÇA E ALGODÃO

Laura Assis da Silva é bóia-fria (ela mesma se identifica assim), ela trabalha carpindo algodão nas terras dos rio do Peixe (Paraná). Pega no trabalho às dez para as sete, a mãe prepara o almoço que ela come às nove e meia. depois vai das 10h30 às 13h30 (pausa para o café) e das 14h30 às 17h. Consegue trabalho por indicação de pessoas conhecidas: "Eles vêm me chamar. É um homem da cidade de Regente que leva, sempre ele. Vão uns 40 no caminhão".

Para mulher casada com mais de dois filhos, é muito difícil trabalhar na roça. A maioria das mulheres bóias-frias são solteiras e, de 14 anos em diante, bastante solicitadas para o serviço.

Laura acostomou-se ao trabalho da roça, não quer estudar mais (fez até a metade da 8ª série), nem fazer serviço doméstico. Ganha Cr\$ 360, por semana e com esse dinheiro "compra roupa" ou "dá pra mãe comprar comida". Tem consciência de que se precisasse viver sozinha (dois irmãos é que sustentam realmente a casa), o dinheiro seria insuficiente, embora trabalhe nove horas por dia: "Aí eu tinha que arranjar outro emprego, que desse mais. Trabalharia como empregada doméstica, mas não gosto do serviço de casa, fazer a mesma coisa todo dia é muito chato". Quando acaba o tempo da colheita, Laura fica em casa "sem fazer nada" ou vai trabalhar na olaria: "Mas no tempo da colheita de algodão todo mundo que trabalha na fábrica sai para ir trabalhar na roça, que paga mais".

NEM UM ERRO MAIS

Joana Teixeira tem 25 anos, é mãe solteira (tem um filho e está grávida de outro) e empregada doméstica. Trabalhou oito anos numa casa só. Nesse tempo namorou um rapaz e chegou a ficar noiva mas desistiu. Aí conheceu outro homem, namorou com ele dois anos e teve uma filha. O que ela havia namorado antes foi pedir para o pai da criança, enquanto ela ainda estava grávida, que

não casasse com Joana, que ela não prestava. Mas, no intervalo de tempo entre os dois homens (depois de terminado o noivado e antes de namorar o pai de sua filha), ela conheceu um terceiro, do qual hoje espera outro criança. Quando ficou esperando o primeiro filho, só depois de três meses é que contou para a mãe, o pai não queria aceitá-la em casa. Mas teve a criança e continuou vivendo com os pais, trabalhadores rurais aposentados. Depois do nascimento da filha, Joana ficou mais de um ano sozinha, sem homem, sem namorar ninguém. Na vila onde mora, um solteiro queria casar com ela e registrar a menina mas Joana não gostava desse homem e não aceitou. Começou a namorar esse que hoje é o pai do seu segundo filho. Namoro sério, ele frequentava sua casa todo dia e ela achou que estava tudo certo porque, inclusive, os dois já haviam namorado antes. Quando a mãe dele morreu, há uns quatro meses, o rapaz disse que precisava casar. Os irmãos não tinham quem fizesse comida e arrumasse a casa. A moça ficou animada, achou que ele ia mesmo casar, ótimo porque ela gostava dele. Saíram à noite, iam ao jardim da praça. Com apenas uma relação sexual, ficou grávida: "Foi muito azar, naquele tempo eu não estava tomando nada", explica. Quando a gravidez foi confirmada por um médico o rapaz parou de ir vê-la, começou a se afastar ostensivamente.

"Ele fala que a criança não é dele, não é possível, que só quando a criança nascer é que vai ver se é seu filho", se se parece com ele. Ele não quer mesmo, não posso obrigar, tenho mais de 21 anos, ele não tem obrigação de casar comigo. Minha mãe quando soube ficou apavorada por causa do meu pai", conta a moça.

Joana diz que se tirasse a criança nunca mais queria ver esse homem, esse pai do segundo filho.

Para fazer o aborto, a enfermeira do hospital falou que era preciso Cr\$ 15.000 (Joana ganha 1.200), mas o médico de lá não fazia, porque ele já tem muita idade: "E tem processo, essas coisas, o padre é contra, não está podendo fazer esses abortos, explicou a enfermeira para mim". Ela já procurou outro médico mas ele também não quis fazer, só confirmou sua gravidez de dois meses: "Eu, se tiver a criança, vou para São Paulo e onde tiver a criança eu deixo, não quero esse filho. Onde der: na rua, no hospital. Já que ele nega, que ele fala que não é dele, eu também não quero, não vou fazer uma peça de roupa".

Ela conta que o pai é muito rigoroso e já está meio desconfiado porque o rapaz não vai mais em sua casa, por isso falou a ela que andasse "direito". Se acontecesse de ela "errar" de novo ele ia dar uma surra que iria deixá-la no chão. A mãe completou dizendo que mandaria os irmãos pegá-la e baterem até quebrar. Um dos irmãos, uma manhã dessas estava fazendo arreo de couro quando ela ia saindo para o serviço. A moça passou e ele disse: "Isto é para bater em você, se você errar de novo". Ela ainda vai tentar tomar alguns remédios e principalmente vai provocar, com a ajuda do farmacêutico, a interrupção da gravidez. Porque só assim o hospital está autorizado a completar o trabalho.

Em nosso país o aborto provocado é ilegal. Os artigos 124, 125 e 126 do Código Penal, em vigor desde 1940, prevêm penas que vão de um a três anos para a mulher que o pratica ou consente e reclusão de um a dez anos para o terceiro que o provoque. Excetuam-se dois casos: quando a mulher é vítima de estupro ou quando sua saúde corre grave risco. Nessas situações é possível o aborto em hospitais, com todo a assistência médica. (F.M.)

Diversos

ÀS VEZES DÁ RAIVA

Correndo de uma lado para outro, atenta ao horário e à fome dos fregueses, Luzia Rosa Jesus Maçao, de 20 anos, é a única garçonete de um restaurante popular das Perdizes, que serve refeições a Cr\$ 30,00.

Luzia começa a trabalhar às 8 da manhã: varre, lava, arruma as mesas, para quando chegar as 11h - horário em que o restaurante abre as portas - já estar tudo preparado. Sozinha ela serve uma média de 50 a 60 pessoas em duas horas e meia. Depois tem que deixar o restaurante em ordem, o que exige trabalho até as 17h. Por tudo isso recebe um salário de Cr\$ 2.072,00 e, em média, Cr\$ 20,00 de gorjeta por dia. Do salário só é descontado o INPS, que usou uma vez ("ainda bem que saúde eu tenho").

Ela gosta do que faz, mas acha que é muito serviço: "Tanto faz eu estar sozinha ou com mais uma, eu ganho a mesma coisa. Eles põem muita gente mas não fica ninguém. Não adianta reclamar essas coisas, eu nunca reclamei. Eu acho que eles é

que deveriam reconhecer mas nunca falam nada".

Luzia trabalha como garçonete há um ano e meio. Antes era vendedora de loja mas não achava bom porque era muito parado. "Gosto daqui, tenho amizade com alguns fregueses. Sempre vêm as mesmas pessoas e, apesar de ganhar pouco, o patrão não é ruim, não. Tem lugar em que a gente ganha mais, mas por enquanto vou ficar aqui mesmo".

Normalmente ela dorme no emprego - que também é a casa dos patrões - dividindo um quarto com uma outra moça que trabalha na cozinha, porque é uma forma de economizar o dinheiro que gastaria com condução. "Que eu sei, não pago nada pra dormir aqui, só se eles descontam..."

com uma outra moça que trabalha na cozinha, Luzia ficou orfã aos 14 anos, quando veio de Jurupeba, Estado de São Paulo, morar com a irmã casada e com outra menor, às quais visita três vezes por semana, levando um dinheirinho de vez em quando.

Agora está fazendo planos para o casamento que deverá acontecer lá pra junho/julho, se tudo der certo. O noivo trabalha na padaria em frente ao restaurante - motivo evidente de sua permanência lá. Depois do casamento provavelmente deixará o emprego e voltará aos balcões das lojas, já que o noivo é bastante cuimento e "aqui vem muito moço, fica conversando com a gente, ele não gosta muito". Sua vontade é ter pelo menos um filho, mas não parar de trabalhar nunca: "Eu gosto de trabalhar, às vezes me dá raiva, mas pensando bem, tudo é serviço, é a mesma coisa. E trabalhar dá mais independência, a gente faz o que quer". (M.T.R.)

ARTISTA NÃO

De repente uma loja de roupas infantis. Um ar escuro, soalho de ladrilhos vermelhos desfalcados em alguns pontos, roupas mambembes espalhadas num corredor comprido e largo. Ao fundo uma jovem de aspecto triste aparentando 30 anos. É Rachel de Souza, a balconista, que na realidade tem 19 anos.

Trabalha na loja há dois meses. Antes, era trapezista e domadora de gorilas no Circo Bandeirantes e no Apolo. Depois passou a secretária do circo, época em que ficou grávida de um cantor de fama e teve que abandonar a profissão. Uma história de vida que caberia no horário das sete nas novelas de alguns anos atrás.

Rachel entrou para o circo com 14 anos, viajava com ele interior afora com o consentimento dos pais, que sempre se mantinham informados de seu paradeiro. Com essa vida corrida, ela estudou até o 3º. ginasial por correspondência e parou porque "não estava entendendo mais nada". Agora já não tem condições de estudar, trabalhar e cuidar do filho que tem só três meses de idade.

Ela gostava muito da vida no circo: "O pessoal era muito simples, melhor que muita gente que conheço aqui. Lá ficavam as mulheres de um lado e os homens de outro. Os homens montavam o circo, as mulheres cozinhavam e faziam outras coisas. Era tudo separado, um lugar de muito respeito. Pra você ter uma idéia, tinha muita mulher virgem lá".

Nos últimos tempos seu trabalho era frequentar o Café dos Artistas, contratar pessoas lá e marcar shows nas cidades do interior do Estado. Para isso ela ganhava 10% da renda do espetáculo, oito mil por mês, às vezes dez mil ou mais dependendo do sucesso. E Rachel levava vida sem parada, cujo cotidiano era um redemoinho de novidades, de incertezas, de expectativa. E nesse turbilhão surge o cantor das multidões, e ela cai de amores por ele e o resultado é um filho cuja existência ignora totalmente. "É melhor que ele não saiba de nada. Artista é a última pessoa que eu queria como marido. É uma vida muito corrida. Pra assumir responsabilidade com esse tipo de gente não dá. Eu já vi

tanta menina que vai falar com o cara e ele joga tanta coisa na cara dela e eu não queria passar por isso. Ainda gosto dele".

Agora o moço famoso está prestes a se casar com uma mulher 13 anos mais velha que ele. Ela tem 27 anos e por enquanto é quem o sustenta. "Ele está sossegado recebendo o dinheiro dele lá. Se ficasse comigo, no mínimo ia ter que trabalhar e sustentar o filho dele".

Com essa situação, fez uma opção: resolveu criar o filho sozinha e arrumou o emprego na loja. "Aqui não é bem o ambiente que eu queria, gosto do serviço onde a gente possa falar, se for pra ficar com a boca fechada não dá. Eu pretendo um emprego melhor, que pague mais. Ganho Cr\$ 1.800,00 mais comissão, dá Cr\$ 2.500,00.

Esse dinheiro não dá pra me sustentar. Por enquanto eu estou com minha mãe, está tudo bem mas vou precisar sair porque eles não querem que eu fique em casa por causa do neném. Minha família quer tudo direitinho - eles são crentes - se não casa, também não mora com a família".

Os pais de Rachel são separados. Moram na mesma rua, mas cada um numa casa. O desentendimento aconteceu porque o pai era fotógrafo, começou a arrumar mulheres, aí a mãe o botou para fora de casa. Tem duas irmãs e um irmão, todos mais novos que ela, mas a mãe a proíbe de conversar com eles. "Minha mãe achava errado o tipo de vida que eu levava, ela sempre me proibiu de ter contacto com meus irmãos porque podia levá-los pro mau caminho". Quando apareceu grávida em casa, apanhou muito da mãe e a última surra foi quando faltavam três dias para ter o filho. O pai? Sequer olha para sua cara. (M.T.R. - F.M.)

UM SONHO: VOLTAR PRO SÃO FRANCISCO

José Esperidião da Silva é um alagoano muito simpático, que fica o tempo todo fazendo graça com a freguesia, entre um pedaço de queijo, outro de goiabada, um doce de leite e outras guloseimas que vende há 26 anos em sua barraca na Vila Maria.

José sempre foi homem de negócios. Quando morava em Arapiraca, negociava com farinha e "não fazia nada de errado para não ir preso". Saiu de lá em 48 indo para o Paraná trabalhar na roça. Três anos depois veio para São Paulo, foi cobrador de ônibus até que casou e montou a barraca, mas não usa aliança, "porque o trabalho não deixa". "Tenho uns 14 ou 15 filhos por aí, não sei, não. Mentira, tenho seis filhos".

Sua esposa trabalhou antes de casar, depois ele não deixou mais. Por quê? "Porque eu não gosto de chegar em casa e encontrar as coisas sem fazer. Aí começa a discussão. Sobre o trabalho atual da mulher ele opina: "Minha mulher não faz nadinha nadinha em casa, já mandei embora e ela

não vai" (dá uma risada gostosa). Para Esperidião, o trabalho de casa não é nada. Como não é sua a responsabilidade, acha que não tem importância.

José Esperidião e sua mulher nunca evitaram filhos, ele não sabe se ela já tomou pilula anticoncepcional e acha que "mulher que tem juízo devia aceitar o que Deus dá pra ela. À vezes ela toma esse remédio e fica doente, se faz mal pro corpo não presta". O aborto para ele é um crime. "Se minha mulher tiver feito um aborto e depois precisar de médico, eu não levo pro hospital".

Agora com 55 anos, seu sonho é voltar pro São Francisco. Anda muito triste porque viu no jornal da televisão que o São Francisco está poluído, mas, mesmo assim, quer voltar. "A minha terra é coisa boa. As brincadeiras do norte são melhores que qualquer cinema, lá tem reisado, quilombo, pastoril, cavahada, bumba-meu-boi, mas vocês não conhecem essas coisas". (M.T.R. - F.M.)

LIBERDADE SÓ NO MATO

Maria Aparecida do Amaral, 24 anos, ajunta caixotes, coloca um pano preto por cima e espalha as bijuterias que ela e o marido fazem: pulseiras, broches, brincos, anéis e gargantilhas em latão. Com 17 anos fugiu de casa porque era noiva e a família estava querendo apressar o casamento. Mas ela gostava de outro - seu atual marido - e foi com ele para a Bahia. Por três meses morou em comunidade em Salvador, dois em Aracaju, quatro em Recife e três anos no Rio de Janeiro. Foi assim que aprendeu a fazer artesanato.

Todos os dias ela e o marido saem de casa de manhã e só voltam à noite. Durante todo o tempo ficam fazendo bijuterias, e à noite também, em casa. Para poderem trabalhar, pagam Cr\$ 1.600,00 a uma senhora que cuida dos dois filhos: Pérola, de quatro anos, e Apolo, de seis meses. Eles só se casaram quando nasceu o primeiro filho ("simplesmente por uma questão social").

Em termos de trabalho, ela adora fazer o que faz, "não faria outra coisa". O único senão que encontra é que as pessoas não dão valor ao seu trabalho: "todo mundo compra nossas bijuterias, gente de todas as classes, e são os de classe mais baixa que compram mais. Eles nunca pedem pra abaixar o preço".

Maria Aparecida reclama que muita gente pára para tentar conquistá-la, "um bando de cretinos, até velhos. Alguns perguntam se ele tem maconha pra vender ou outras drogas e ela sempre responde que: "não preciso disso para viver". "Como aquela linda menina, de uns 15 anos mais ou menos, que com uns 500 opialidons na cabeça foi conversar comigo: ela me beijava, me abraçava, falava um monte de coisas, dizia que a sociedade era uma droga e eu, pra não discordar, concordava com tudo. Uma coisa que ela falou e achei lindo era que não deveria ter prédios, que as pessoas deveriam se alimentar de raízes - acho lindo, concordo, se bem que é impossível". Maria Aparecida

acredita que a "liberdade é um mito porque a gente tem contas para pagar, tem imposto de renda, tem um número. Pra mim liberdade é viver no mato".

Muitas pessoas ficam conversando com ela, algumas perguntam se é hippie e ela responde que "o verdadeiro hippie é o norte-americano da década de 60/70, que vive em comunidade, joga bomba em delegacia, eu sou uma simples artesã". E acrescenta que mora numa casa com todos os confortos necessários para manter uma vida sadia. Antes seu tipo de vida era repudiado pela sociedade - "a gente era um bicho de zoológico". Por isso conclui que "geralmente as pessoas da sociedade só pensam em si mesmas" e que a "juventude de hoje está mais amiga", aceitando melhor o fato de algumas pessoas se interessarem por atividades não convencionais.

Uma grande vontade sua é estudar obstetricia, coisa que pretende fazer quando tiver oportunidade, assim que os filhos estiverem maiores. Talvez por isso é totalmente contra o aborto, até mesmo para uma prostituta. Acha que quem quer evitar filho deve tomar pilulas anticoncepcionais. Ela mesma toma, apesar de fazer mal ("dá neurose, oh! dá uns nervos imensos!"). Mas não pode parar porque é a única forma de poder dar condições para os filhos que já tem.

Atualmente o casal está pretendendo montar uma butique de artesanato - coisa que os dois aprenderam sempre juntos. Ai Maria Aparecida do Amaral começa a falar de seu marido. Diz que ele é muito inteligente, calmo, calado, que gosta mais de pensar que de falar: "Acho que é por isso que a minha família não gosta dele, acham orgulhoso. Hoje eu sou super-amiga da minha família, mas do meu marido eles não gostam". Dele, Maria Aparecida não tem nenhum ciúme, mesmo que viva rodeado de meninas que não se inibem nem na sua presença tentando seduzir o moço bonito que faz artesanato. "Eu fico com raiva de existirem mulheres assim. É desagradável para a moça que faz isso. Como uma mulher pode ser tão oferecida"? (M.T.R. - F.M.)

CANSADA DE ITANHÉM

Maria Joceneide Costa Braga veio de Itanhém (interior da Bahia) para trabalhar em São Paulo, depois que levou bomba no primeiro colegial. Mora na Vila Maria com uma irmã casada e agora voltou a estudar: está fazendo o supletivo e pretende chegar a uma Faculdade de Medicina: "porque gosto de ajudar os outros".

Antes de ser vendedora de cosméticos trabalhou na fábrica de brinquedos Estrela, onde vestia bonecas. Hoje ganha Cr\$ 3.000,00 como balconista de uma loja, onde está há dois anos. Com o dinheiro que recebe ajuda a irmã a pagar o aluguel e, embora admita que se tivesse que viver sozinha, o

dinheiro não ia dar, diz que "toda pessoa está sempre insatisfeita com o que ganha".

Joceneide saiu do interior da Bahia porque estava cansada daquele tipo de vida: "Lá é muito acomodado. Não tenho precisão de trabalhar, vim porque eu quis mesmo. Morar no interior não é vida. Aqui em São Paulo a gente pode conhecer gente diferente, novas idéias. Eu gosto de variar tudo: desde a posição dos móveis à comida. Mesmo aqui no serviço eu cismo de mudar os produtos de lugar".

Concorda que as mulheres devem ter direitos iguais aos do homem mas acha que o preço que estão pagando por essa liberdade é caro: "Os homens, quando saem com a gente, querem logo ir para o motel. Homem sempre teve essa liberdade, mulher não. Futuramente ela vai dominar e eu acho bom. Mas o homem não perdeu ainda a mania de ser o chefe".

Embora já tenha namorado e ficado noiva durante um ano e quatro meses, nunca levou um namorado em casa porque o pai lá no interior queria saber se era mesmo sério. Da última vez que esteve em Itanhém, o irmão foi chamá-la a pedido do pai quando conversava com um rapaz. Ele queria saber se ela e o moço estavam a fim de casar. Ela falou que não e ele avisou que só se encontrasse assim com um homem se fosse para casar.

"Casar pra quê"? diz Joceneide. "A vida não é só aquilo, casar para agradar meus pais? Os meus noivos me adoram mas e daí? Acho bonito família grande, se eu tivesse condição de criar, todo ano tinha um filho. Agora, se for pra ter um filho e deixar largado ou criar feito cachorro, sou a favor do aborto". (F.M. - M.T.R.)

A COISA MAIS PERFEITA QUE EXISTE

Para José do Patrocínio, 28 anos, agente de operações do Metrô, "a mulher é a coisa mais perfeita que existe. Se inventarem outra coisa diferente, podem ficar com a outra coisa diferente, que eu fico com a mulher".

José tem uma atividade simples: prestar informações ao público e operar equipamentos. Para ganhar seus Cr\$ 8.000, tem conhecimentos básicos de eletricidade e mecânica e avisa que existem mulheres trabalhando nessa função: "Ganham a mesma coisa que o homem". O que não se pode dizer dos funcionários contratados por uma limpadora, que também trabalham no Metrô. O agente explica que o Metrô paga muito bem à limpadora mas a empresa paga bem menos às mulheres.

Casado, José tem uma filha de quatro anos e quer um menino daqui a um ano. Por isso sua mulher não pode trabalhar. A menina estuda da uma às cinco da tarde, esse é o tempo que a mulher teria para trabalhar, mas não existe firma que admita funcionários nesse horário. "Ela se sente um pouco presa. Mas apesar disso vive uma vida normal."

José admite que a rotina do serviço doméstico faz com que sua mulher fique meio chata: "mas aí eu sei o que faço. Eu falo: vai para a casa da mãe, vai para a praia, entendeu? E ela volta maravilhosa. Eu sou um marido legalzinho".

Segundo ele, o movimento feminista é meio ridículo: "Não vão ser todas as mulheres que vão querer participar. Tinha que ser um movimento muito grande, no mundo todo". Para ele, esse movimento é fuga de alguma coisa que não sabe explicar bem, mas de qualquer forma "não vai adiantar nada os problemas da mulher são dela mesmo". (F.M. - M.S.C. - M.T.R.)

leia boca
revista de história
em quadrinhos
nas bancas



ASSINATURAS DE PUBLICAÇÕES DA VERTENTE

Assinale com X o(s) título(s) de sua preferência:

- Escrita anual (seis números) sem direito a
números atrasados Cr\$ 250,00
- Escrita/Ensaio anual (seis números) sem direito
à números atrasados Cr\$ 250,00

Favor preencher o quadro abaixo:

Nome:

Endereço:

Cidade: CEP

Sigla do Estado

- Segue cheque visado para
- Segue vale postal para

Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446
05007 - São Paulo (SP)



CONSCIENTIZAÇÃO

Diário de Voto



foto de Rivelii



CONSCIENTIZAÇÃO

Direito de Voto

Sílvia Pimentel



foto de Cristina Villares



A primeira tentativa de se conceder o direito de voto à mulher brasileira data de mais de cem anos. José Bonifácio, na primeira Câmara dos Deputados do Império, quando defendia o sufrágio de qualidade, propôs estender, à mulher com instrução superior, o direito de voto.

É questionável o valor deste primeiro brado brasileiro em prol dos direitos políticos da mulher porque àquela época era inexpressivo o número de mulheres com instrução superior. Por ocasião da Constituinte republicana de 1890, o tema foi retomado. Formulou-se emenda ao projeto de Constituição, concedendo-se o direito de voto à mulher portadora de diploma científico ou de professora. Essa emenda foi subscrita, dentre outros, por Epitácio Pessoa, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca.

Em 1919, o senador pelo Estado do Pará, Justo Chermont, apresentou o projeto de lei nº 102, dispondo sobre a capacidade eleitoral da mulher. O artigo único preceitua o seguinte: "São extensivas às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis nº 3.139, de 2 de agosto de 1916, e 3.208, de 27 de dezembro de 1916, revogada a legislação em contrário".

Assim poderiam votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos brasileiros que reunissem os requisitos exigidos pela Constituição Federal e leis eleitorais vigentes.

É interessante ressaltar alguns pontos apresentados por Justo Chermont na justificação de seu projeto, bem como a argumentação contida no parecer nº 22 de 1921 da comissão do Senado que, concluindo pela constitucionalidade do projeto aceita, com restrições, que ele entre na ordem dos trabalhos da casa.

Homenageando os misteres da maternidade, Justo Chermont não os considera incompatíveis com os deveres sociais e políticos da mulher. Argumenta com o fato das nações civilizadas estarem adotando em suas leis essa igualdade de direito. Pergunta, ainda, por que proibir a participação da mulher em regular impostos que deverá pagar? E finaliza dizendo que o voto da mulher será um estímulo ao homem, ao exercício de direito de voto e à regeneração política.

Não menos interessante o parecer nº 22, de 1921, do Senado Federal em que todos os que o subscrevem o fazem com restrições, salientando que não se deverá aplicar à mulher todas as disposições da lei nº 3.208, de 1916, porque não seria razoável que ela fizesse parte das mesas eleitorais como juiz, e nem tampouco presidente da República e dos Estados da Federação.

Tomás Rodrigues apresentou voto em separado dizendo que o projeto é radical e vai ao extremo de sair do nada para conseguir tudo. Pede calma, ponderação e reflexão aos arautos do feminismo e lembra o fato da mulher "ser ainda entre nós, até certo ponto, uma tutelada ou uma curatelada".

Observe-se, aliás, que até 1962 a mulher brasileira era considerada, pelo Direito vigente, relativamente incapaz, sendo equiparada, para os atos da vida civil, aos menores, silvícolas e pródigos.

Ao referido projeto de lei do Senado, foram apresentadas duas emendas.

A primeira, propondo que só às mulheres diplomadas com título científico e às professoras seja concedido o direito de votar e ser votadas, isto quando não esti-

verem sob o poder marital nem paterno, bem como as que estiverem na posse e administração de seus bens.

A segunda, determinando que, em vez de se estender o voto às mulheres maiores de 21 anos, se estendesse às maiores de 35. Ambas as emendas foram rejeitadas por inconstitucionais, através de parecer do Senado Federal, nº. 897, de 1921.

Entretanto, o projeto de 1919 não foi aprovado, como também não o foram os anteriores.

A 12 de dezembro de 1927 é apresentada proposição ao Senado Federal pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Assinada pela presidente Bertha Lutz, grande líder feminista da época, trazendo duas mil assinaturas, vem solicitar o apoio para o projeto que instituiu os direitos políticos da mulher.

Este documento lembra que o recenseamento de 1920 acusa a existência de mais de um milhão de mulheres que exercem ofícios e profissões; que evoluíram as condições do lar e que a economia doméstica e a organização da família estão intimamente ligadas à organização social e econômica do País; que o voto não é um privilégio e nem nocivo à família sendo, isto sim, corolário inevitável do trabalho feminino e da pressão econômica; que em quarenta países as mulheres já possuem direitos eleitorais.

De nada, entretanto, adiantou.

Um ano após, a própria Bertha Lutz, tendo procurado o vice-presidente do Senado, senador Lauro Müller, recebeu o conselho de que seria mais fácil as senhoras feministas tentarem interferir junto aos Estados.

Isto foi de certo modo confirmado. Repetiu-se aqui no Brasil o que ocorrera nos Estados Unidos da América. Também ali o sufrágio feminino surgiu em Estados isolados para somente após ser consagrado pela legislação federal.

No Brasil foi o Rio Grande do Norte, em 1927, por influência de Juvenal Lammartine, sob cujo governo a lei concedendo o direito de voto à mulher entrou em vigor.

Apenas, em 1934, a Constituição Brasileira passou a assegurar à mulher o direito de voto. Porém, limitou este direito aos casos em que a mulher exercesse função pública remunerada.

O artigo 109 daquela Constituição preceitua: "O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar".

Finalizando. Ao tempo do Império, a mulher não podia votar nem ser eleita para cargo público. Só se referiam ao homem, tanto o princípio de isonomia, expresso no art. 179 da Constituição Imperial, como o inciso XIV, preceituando que: "Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença, que não seja a de seus talentos e virtudes".

Pontes de Miranda observa que a Constituição de 1891 não limitava aos varões o direito do voto, porém "a lei ordinária, fugindo à Constituição, nunca atribuiu o voto às mulheres".

A Constituição de 1934 assegurou à mulher explicitamente, o direito de voto. A Constituição de 1937 foi omissa a respeito.

Todas as Constituições brasileiras posteriores garantiram à mulher, em igualdade com o homem, o direito de votar e ser eleita.



Nos Clubes de Mães, a Luta por Melhores Condições de Vida

Depoimento

O Clube de Mães não nasceu por acaso: ele é resultado de um paciente trabalho realizado por diversos grupos assistenciais, não só da Secretaria do Bem-estar Social, que pertence à Prefeitura Paulistana, como da Igreja e de outras organizações isoladas. Mas a grande maioria das mulheres que participam dos clubes não está vinculada a nenhum órgão oficial, pelo contrário, muitas preferem reunir-se em suas próprias casas.

Donas de casa, empregadas domésticas e mulheres que realizam serviços ocasionais para fábricas em suas residências, são as mais interessadas participantes dos clubes. As quartas e quintas-feiras, quando normalmente se reúnem, além de trocarem experiências sobre trabalhos de tricô ou crochê, costumam discutir problemas dos bairros como falta de luz, água ou escolas. Nada impede, porém, que cheguem às questões mais complexas como controle da natalidade ou participação da mulher na vida social, econômica e política do país.

Cada clube tem em média de 15 a 20 mulheres, solteiras ou casadas, mães de família ou não. Só na Zona Sul da cidade de São Paulo existem 30 clubes, com mais ou menos 500 membros. Maria Saraiva de Alencar, casada, 31 anos, mãe de quatro filhos - nossa entrevistada - pertence a um clube da Zona Leste.

E/E - Como surgiu o Clube de Mães?

MSA - No meu bairro a gente fundou o Clube de Mães porque via que tinha muita coisa errada. Tomamos consciência de que no nosso bairro não havia nem luz nas casas, as ruas eram muito ruins de atravessar mesmo a pé, etc. A gente precisava se reunir pra discutir as coisas que nos atingiam diretamente. Por exemplo, quando o clube começou tínhamos problemas de escola, na verdade não tinha escola, eram uns barracos de madeira caindo aos pedaços, chovia mais dentro da classe que fora. Nós começamos a discutir o que as mães achavam das escolas onde os filhos estudavam.

E/E - O que pretende o Clube de Mães?

MSA - A finalidade do clube é - uma vez que a gente como mulher não participa de uma série de coisas porque colocam muita barreira - discutir por baixo o que acontece na nossa vida. A gente pensa: puxa vida, será que não tem saída? Então o que nós pretendemos num clube de mães é avançar um pouco no modo de pensarmos e agirmos.

E/E - O que é necessário para participar do clube?

MSA - O necessário é ter um pouco de interesse, um pouco de boa vontade, porque tudo é difícil pra gente. Por exemplo, os filhos a gente não tem onde deixar e o marido é a primeira barreira que a gente enfrenta em casa. Porque eles não querem que as mulheres participem. Você vê: quando a gente casa o marido acha que é o dono da gente e que a gente só tem que ficar lavando roupa, cuidando dos filhos. A gente precisa ver outras coisas, participar da vida social, do mundo, do que acontece.

E/E - Eles interferem muito?

MSA - Interferem. Por exemplo: quando chegam em casa eles começam a pôr um milhão de obstáculos: "Você não passou minha roupa, você não lavou, a casa está suja (suja não, é que ele quer ver tudo arrumadinho), você não pode deixar as crianças junto com as outras. Você vai pras reuniões e ninguém olha as crianças", etc, etc. Só que não é assim: a gente leva as crianças ao clube, a gente está ali mas está prestando atenção nos filhos.

E/E - Você trabalha?

MSA - Eu não trabalho fora, não. Trabalho só em casa. Eu sou outra que não tenho onde deixar os filhos.

E/E - Qual a ligação entre o Clube de Mães e o Movimento Custo de Vida?

MSA - A ligação é total porque foi do Clube de Mães que nasceu o Movimento Custo de Vida. Foi discutindo os problemas que nós chegamos à conclusão de que os problemas não estavam dentro de casa, mas fora. Por exemplo, o problema de salário: o marido chegava em casa com aquele pouquinho de salário e a gente via que não dava. Se você comprasse uma coisa extra já ficava faltando dinheiro. Então, a gente percebe que o salário do marido é que não permitia que a gente tivesse tudo que precisava.



E/E - Quem organiza os Clubes de Mães?

MSA - Organizadoras não existem, sabe? O que existe é mães que já têm alguma experiência e passam essa experiência pra frente. Existem muitas assim agora, mas dona do clube não existe.

E/E - Não há presidente, diretoras?

MSA - Não.

E/E - Não há uma responsável?

MSA - Também não. O que existe é uma mini-coordenação que representa vários clubes.

E/E - Que tipo de pessoa participa do clube?

IP - Só participam pessoas simples, assim que nem eu, né, dona de casa, mas ele é aberto para todo mundo.

E/E - E mulher casada, sem filhos, participa?

MSA - Participa, participa. Deu-se o nome de clube das mães mas quem quiser participar, participa. Porque, participando, as moças vão adquirindo experiência.

E/E - Por que o nome clube de mães?

MSA - É para as pessoas entenderem que clube não é lugar de tomar banho de piscina. É para elas se reunirem ali e discutir a vida delas. Muitas vezes a gente entra na vida particular delas e elas gostam de falar disso.

E/E - O que vocês acham do movimento feminista?

MSA - Se for assim para separar o homem da mulher, a gente não é muito a favor, sabe? A gente discute isso muitas vezes e acha que o homem e a mulher têm que andar sempre juntos, trabalhar juntos, lutar juntos. E queremos também que eles sejam um pouco menos machões.

E/E - O Clube de Mães tem alguma participação política?

MSA - Tudo que acontece, que sai no jornal, que sai na televisão, a gente discute no clube. A gente conversa e vê, sabe que está participando da vida política. Por exemplo, na época da eleição o que a mulherada trabalhou não foi bolinho.

E/E - Mas só para certos candidatos, não é?

MSA - Candidatos que foram tirados dos bairros mesmo, candidatos populares.

E/E - Quais os assuntos mais constantes das reuniões do clube?

MSA - O que surge, o que a gente sente no momento. Por exemplo, houve um trabalho muito grande sobre o Movimento Custo de Vida, que continua, não com muita euforia mas continua. Houve um trabalho muito grande sobre eleições. Está sendo feito um trabalho por creches, que é um direito que a gente viu que possui. A gente vê também nos nossos bairros muita criança abandonada e ouve os grandes políticos, os grande entendidos nas leis, falarem muito em trombadinhas. Eles sabem a causa disso e não tomam nenhuma atitude, então a gente mostra pra eles porque isso acontece. O governador vem aí, o secretário da justiça vem e fala dos trombadinhas como se eles nascessem para ser trombadinhas, eles não nasceram para isso. É a condição de vida que levam: nos bairros onde nós moramos as mães vão trabalhar e não têm com quem deicar os filhos, eles ficam na rua, só aprendendo o que não é bom.

E/E - Nas reuniões é colocado o assunto do controle da natalidade?

MSA - A gente toca nele. O que cada uma fala é que toma o remédio aí, a pílula, porque não tem outro jeito, mas que não gosta de tomar não gosta, porque sente que não faz bem. A gente acha que só deve pôr filho no mundo se puder tratar dele.

E/E - Vocês discutem o problema do aborto?

MSA - A gente não aceita. Além de estarmos cometendo um crime, estamos prejudicando a própria saúde. Depois de ficar grávidas nós jamais provocamos o aborto. Porque já houve fatos muito tristes lá na zona Leste, onde a gente mora: além de terem cometido um crime, as mães quase morreram.

E/E - E se o aborto fosse legalizado?

MSA - Do meu ponto de vista acho que isso não podia acontecer não, sabe?

E/E - As opiniões dos encontros do Clube são levadas aos políticos, administradores ou a outros movimentos?

MSA - Quando a gente decide fazer alguma coisa, a gente faz. Por exemplo, quando a gente decide ir ao administrador para uma reivindicação de rua, a gente vai, a gente não fica só ali no papo, não. A gente vai em grupo de mãe, vai de casa em casa, convida as pessoas. As mulheres do Clube vão de casa em casa na rua onde moram e levam pessoas e nós vamos até o administrador. Estivemos até com o prefeito,.

E/E - Vocês são atendidas?

MSA - Com muito má vontade mas somos.

E/E - O pedido também é atendido?

MSA - É.

E/E - Houve caso de não ser?

MSA - Houve. Por exemplo, quando a gente foi lá por problema de escola, primeiro houve um trabalho de ir às repartições, à Secretaria, o último escalão foi a Assembléia Legislativa.

E/E - E foi dada uma solução?

MSA - As escolas estão lá.

E/E - Qual a ligação do Clube de Mães com a Igreja?

MSA - O Clube de Mães não nasceu bem na Igreja. A Prefeitura começou com o clube de mães, aquele clube de mães que te dá tudo, só não te dá consciência, te dá esmola. E na Igreja também tinha, sabe. Os clubes da Igreja, em vez de darem consciência, davam o evangelho. Aí a gente viu que ler o evangelho e não pôr em prática não adiantava nada. Primeiro foi a Prefeitura, a gente começou a pressionar. As esposas dos prefeitos, as secretárias, as madames, vinham com roupas, com tapetes pra gente fazer pra elas. Elas diziam que, se não podíamos comer carne, que comêssemos verdura. Então a gente começou a questionar: se nós comemos só verdura por que vocês também não comem só verdura? A gente começava a questionar assim com as pessoas: se a carne até hoje é um direito de todo mundo, por que vocês vêm dizer pra nós que não precisamos comer carne? Aí, a Igreja também começou a mudar e fundou seus Clubes de Mães. Mas antes a gente já dizia que o clube da Prefeitura não funcionava. Hoje a gente trabalha na Igreja mas tem padre que não aceita e tem padre que aceita a gente fazer o que a gente faz, que discute junto com a gente, mas não são todos, chegam só até um certo ponto. (F.M.)

No CDMB uma Prioridade: Filhos Sadios

Uma das questões mais discutidas durante o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, em 1975, foi sua reduzida participação na vida econômica, social e política brasileira. Mudar essa situação é um dos objetivos do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Como explica uma das coordenadoras: "O Centro procura atuar esclarecendo problemas relativos a saúde, educação, participação social, trabalho e comunidade, por meio de palestras e encontros principalmente na periferia". Os debates são realizados junto aos clubes de mães e é bem intensa sua participação em outros movimentos como MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) e seu relacionamento com a imprensa feminina (Nós Mulheres e Brasil Mulher).

O CDMB surgiu após a Primeira Carta de São Paulo, em março de 1975, Ano Internacional da Mulher. A carta é o resultado do levantamento de problemas urbanos realizados pelas SABS (Sociedades Amigos de Bairros), com a coordenação de Antônio Resk, então vereador e recentemente eleito deputado estadual em São Paulo. Esse trabalho foi entregue ao governador Paulo Egídio Martins nos primeiros anos de seu mandato. A partir da Carta, algumas mulheres iniciaram a discussão de problemas comunitários, embora ainda desorganizadamente, e um grupo de 15 resolveu comemorar o Ano Internacional da Mulher.

A melhor forma que encontraram para fazer a festa foi realizar uma pesquisa sobre as condições de saúde materna (não existia um dado concreto a respeito), de março a dezembro de 75. Os próprios estudantes do Hospital das Clínicas trabalharam recolhendo informações. Em outubro de 75, enquanto câmeras focalizavam para o mundo inteiro a mesa do Encontro Internacional da Mulher, realizado no México, por aqui já se sabia que para uma mulher paulista dar à luz em hospital do INAMPS era preciso que percorresse uns três ou quatro.

O centro realmente foi formado a partir de novembro de 75. Isolados, os grupos de mulheres têm levantado uma série de questões que afligem o sexo feminino: a discriminação no trabalho (salário inferior ao do homem de função idêntica, tipo de serviço, relacionamento com chefia), condições de saúde, gravidez de alto risco, melhores condições no bairro onde mora (posto de saúde, asfalto, água), custo de vida, anistia.



Em 78 esses grupos tomaram consciência de sua luta comum e no congresso de março foi proposta a comemoração, por todos, do Dia Internacional da Mulher e das outras datas possíveis. Estiveram representados, numa coordenadoria geral de mulheres, os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, a Associação das Donas de Casa, o Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Mães, a Comissão dos Direitos Humanos, e o CDMB. Na prática, porém, a coordenadoria não funcionou bem e no próximo encontro (março de 79) a idéia deve ser retomada. Por exemplo, não se comemorou o Dia da Criança em 12 de Outubro passado, de maneira que todos os grupos de mulheres participassem. Agora, em 1979, Ano Internacional da Criança, já surgem outras entidades querendo comemorar a data de forma mais organizada.

Ao longo de três anos de trabalho, o CDMB tem algumas posições (que podem ser até comuns a outros grupos de mulheres), que saíram do contato com a realidade das moradoras da periferia. Uma das coordenadoras do Centro explica: "Todas as mulheres têm consciência da luta por uma sociedade mais justa. Porque a luta da mulher, enquanto independente, sem estar inserida, não nos interessa. Nossa luta não é feminista, não interessa a liberação individual, mas a mudança para uma sociedade mais justa. Nunca ninguém na periferia quis saber sobre o aborto, o que elas querem é melhor atendimento médico para os filhos, educação, alimentação por menores preços. Não se toca em machismo, por questão de prioridade. O que interessa é garantir a saúde da menina, para que ela procrie gente sadia. A reivindicação prioritária é por filhos saudáveis". (F.M.)

"Todo menino é Galileo Galilei"

Um livro com onze contos sobre meninos e adolescentes para quem gosta de descobertas e mudanças.

"Todo menino é Galileo Galilei" - diz Pellegrini - "todo menino faz todo dia uma descoberta, e a partir dela vai mudando".

Pedidos por reembolso à:
Vertente Editora Ltda.



Uma Libertação Que Não Está Só no Papel

Maria Teresa Ribeiro



Foto de Fernando Moraes



Para a mulher cubana, a lei não é tudo. Sim, ela protege mas não é suficiente. Tanto isso é verdade que existe uma Federação das Mulheres Cubanas, preocupada com o atendimento de suas necessidades e reivindicações. A Federação vai mais além: procura conscientizá-la do seu potencial e aperfeiçoá-la social e culturalmente.

Apesar disso, ela ainda não ocupa na sociedade do seu país o lugar que merece, seja por sua importância como força de trabalho, seja por um fato reconhecido mundialmente: a revolução cubana foi a única que realmente "acordou" para o papel que a mulher pode desempenhar no futuro. O próprio Partido preocupa-se com seu engajamento no trabalho, para atender não só às necessidades econômicas do país quanto às necessidades pessoais dos cidadãos.

No homem cubano, porém, em que pesem as violentas transformações por que passou a sociedade nos últimos anos, continuam muito presentes certos valores, que ainda o impedem de aceitar integralmente essa nova imagem da mulher.

SOLTEIRAS E CASADAS: DIFERENÇAS

Em Cuba, a mulher casada não é obrigada a trabalhar. Já a solteira trabalha desde que atinja a maioridade, ou seja, 16 anos. A aposentadoria tanto para uma quanto para outra chega aos 65 anos. O censo de 1976 mostrou que a mulher representa 25,3% da força de trabalho, o que equivale a 600 mil pessoas.

A vida de quem trabalha — e é mãe e esposa — porém, não é um mar de rosas: são 13 horas diárias numa empresa, numa fábrica, mais as que ela despende com os filhos e, de modo geral, com a casa. Assim pouco tempo lhe resta para atividades sociais.

Pensando em suavizar essa dupla jornada de trabalho, o Partido Comunista de Cuba tem feito algumas sugestões, que o governo pouco a pouco vai encampando: por exemplo, mudanças de horário de funcionamento do comércio, importação de tecidos semi-sintéticos que possibilitem fácil lavagem, consultas médicas noturnas, etc. Mas tudo caminha lentamente porque as soluções mais drásticas exigem sempre grandes investimentos.

Entre outras conquistas da mulher que trabalha está ainda o direito de deixar os filhos nos chamados círculos infantis durante o período em que estiver no serviço. Há casos de crianças que passam a semana toda nas creches, porque as mães trabalham longe e não podem voltar todo dia para casa. Igual direito tem a estudante que também é mãe, porque uma parte do horário de estudo é dedicada ao trabalho. Existem 645 círculos infantis funcionando a todo vapor para poderem atender a 55 mil crianças. Geralmente eles estão instalados em antigas mansões burguesas.

Uma prova de que é forte ainda a resistência dos homens à ascensão social da mulher é a dificuldade que ela encontra em atingir cargos de direção. Normalmente eles alegam que a mulher precisa desempenhar a contento seu papel de dona de casa, de mãe e esposa, e por isso não teria condições de assumir maiores responsabilidades no trabalho. Chegam a dizer até que a ascensão da mulher pode criar problemas com seu marido. As restrições não param aí: as exigências de moral, seriedade e bom comportamento são mais constantes em relação à mulher. Apesar disso, porém, a cubana não é uma sociedade que ainda possa ser classificada como machista.

A FEDERAÇÃO

Em Cuba, a mulher teve uma participação efetiva mesmo quando a revolução estava começando. Nessa época, quem comandava o abastecimento dos guerrilheiros na selva era Haidée Santamaria, que hoje, com cerca de 56 anos de idade, é presidente da Casa de las Américas, organismo de cooperação cultural internacional. Outra mulher que surgiu da revolução foi Vilma Espin, atual presidente da Federação das Mulheres Cubanas. Houve também um movimento de massa das mulheres por ocasião da invasão da Baía dos Porcos, quando os homens foram para as frentes de luta e elas assumiram seus postos na produção, assegurando toda a retaguarda do exército.

Foi exatamente por causa dessa contribuição da mulher, que Fidel resolveu criar a Federação das Mulheres Cubanas, em 23 de agosto de 1960. Ele pensava tirar a mulher do ostracismo e da opressão em que viveu no sistema capitalista, percebendo que essa questão não era puramente econômica e que havia necessidade de enfrentá-la de uma forma direta, com a formação de um órgão específico. Além do que, 50% da população cubana são mulheres e um país que vive a realidade de um bloqueio econômico quase absoluto não pode ignorar semelhante força produtiva.

Numa tentativa de equacionar a problemática feminina às metas e necessidades da revolução, foram estabelecidos como objetivos principais da Federação das Mulheres Cubanas os seguintes pontos: enaltecer a mulher, conscientizá-la, elevar seu nível ideológico, político e cultural, recolher seus problemas e levá-los ao Partido e aos organismos estatais para possíveis soluções, colocá-la em condição de desenvolver a economia e transmitir às mulheres de outros países de mesmo regime suas experiências nesse setor. Essas propostas surgiram no II Congresso da Federação das Mulheres Cubanas, realizado em 1974, quando foi feito um balanço das atividades durante 12 anos — tempo que o separa do I Congresso, que deu o primeiro passo, estabelecendo os estatutos e o programa da Federação.

Para cumprir as funções que lhe cabem, a FMC tem um esquema burocrático complicadíssimo que em linhas gerais funciona da seguinte forma: o nível superior do Partido, formado pelos ministérios, institutos, etc., determina planos e tarefas para a Federação. Daí ela convoca uma assembléia com os organismos de base, que são pequenos núcleos do povo, ligados à Federação, em diversas localidades do país, o que lhe permite coletar suas opiniões. Isso feito, elabora um plano de trabalho anual de acordo com o que o Partido pediu e com a opinião do povo. Esse plano passa pela aprovação do Comitê Nacional, formado pela presidente da FMC, pelo secretariado nacional e pelas secretarias de cada província. Deve ter ainda a aprovação de cada uma das províncias para voltar a ser discutido em assembléia nacional para aprovação definitiva.

Com toda essa complicação, resta uma dúvida sobre a real participação do povo nas decisões do Partido. Wagner Carelli, jornalista de São Paulo que esteve em Cuba há um ano atrás, esclarece que “os meios de participação popular são muito ágeis. O poder popular é um negócio tão maleável e ao mesmo tempo tão burocrático, tão cheio de tramas, que no final das contas todo mundo pode influir em tudo”.

Do mesmo jeito que o povo participa de tudo, a própria FMC, como organismo, também pode participar. Suas atividades se dirigem principalmente aos movimentos de superação cultural como o alfabetismo, por exemplo. Existe inclusive

uma revista chamada *Mulheres*, editada pela Federação. Nela, são tratados os assuntos mais diversos como higiene, saúde, notícias gerais, política, poesia. Um fato curioso num sistema como o cubano é que a moda para mulheres e crianças ganha várias páginas da revista. As cubanas são mulheres muito vaidosas, segundo Carelli, "lindíssimas, bem tratadas, muito sensuais, muito voluptuosas. São uma coisa bem latina. Os negros, as mulatas, são lindos também. A vaidade é incentivada em Cuba. Nas lojas de roupas femininas existem uns letreirinhos assim: "o vestido não é tudo", tente usar um brinco, vá ver nossa seção de pinturas".

Chega até a assustar essa preservação de certas peculiaridades femininas tão costumeiras do lado de cá. Outra atividade que tem o incentivo da FMC é o corte-e-costura. Existem academias especiais, a que o Partido dá uma grande importância, para onde tentam encaminhar o maior número de mulheres possível. Isso porque o homem cubano é machista, não gosta que a mulher saia de casa e, como esse é um serviço tradicionalmente feminino, é aceito sem maiores problemas. É uma forma de instruir a mulher em outra atividade e de doutriná-la quanto aos princípios da revolução. Para atrair as mulheres às academias, eles usam um alibi proclamando a necessidade de elevar seu nível cultural e porque são elas as maiores responsáveis pela educação de seus filhos (isso ao mesmo tempo que existe um Código de Família, criado a 8 de março de 1975, que postula igual responsabilidade do homem e da mulher diante dos filhos). Os cursos atraem também as camponesas, que numa média de 10 mil jovens se deslocam por três ou quatro meses até Havana. Além de corte-e-costura, estudam e são orientadas sobre as propostas revolucionárias.

A FMC tem atualmente seis milhões de federadas entre 14 e 63 anos. Para se filiarem à Federação, elas pagam uma taxa mensal de mais ou menos Cr\$ 5,00. Nestes 19 anos de existência, a FMC conquistou muitas vitórias: foi a grande responsável pela total alfabetização do povo, pela reabilitação da empregada doméstica, que constituía 70% das mulheres que trabalhavam antes da revolução, pela criação das creches e pela erradicação da prostituição, que exigiu um grande trabalho.

Em Cuba — que era chamada de Bordel do Caribe — havia 100 mil prostíbulos e quase 500 mil prostitutas. Para mudar essa realidade, a FMC organizou equipes de psicólogos, médicos, professores, etc., que iam aos bordéis e ensinavam vários tipos de atividades para que elas pudessem se entrosar no novo sistema revolucionário. Depois de todo esse trabalho, as prostitutas foram remanejadas para outras cidades a fim de evitar discriminação. Isso não quer dizer que acabou a prostituição por lá. Ela ainda existe numa proporção mínima e às vezes se vê uma ou outra prostituta rondando o porto.

Na Cuba revolucionária, apesar de todas as garantias constitucionais de igualdade entre o homem e a mulher, o machismo ainda é um fato, mas ele não é agora nem tão firme, nem tão forte quanto neste canto da América Latina.

Nota da Autora: Esta matéria só foi possível graças às informações do jornalista Wagner Carelli e à leitura dos seguintes livros: "El Empleo Feminino en Cuba", de Ramiro Pavón Gonzales, Editorial Ciencias Sociales, Havana, 1977; "Contenido del Trabajo de la Confederación de Mujeres Cubanas", Editorial Orbe, Instituto Cubano del Libro, 1975; "Sobre el Pleno Ejercicio de la Igualdad de la Mujer, Tesis y Resoluciones", Departamento de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1976.

Irma Passoni:

De um Trabalho de Base à Assembléia Legislativa

Depoimento

E/E - Como você resolveu entrar na política ?

IP - O processo começou em 1968 com um trabalho na periferia de São Paulo, pegando toda a região sul. Esse trabalho que a gente fazia era ligado às comunidades de Igreja. Mas uma Igreja onde, em primeiro lugar, o pessoal fazia um levantamento da própria problemática que enfrentava. Tentávamos a partir daí encaminhar soluções para esses problemas. Por exemplo, a luta por ônibus, que é uma necessidade premente da região em que estou morando agora, fez a gente realizar um trabalho longo, que chegou à Secretaria de Transportes. E houve a luta da cre-

che, com a Secretaria do Bem-estar, a do custo de vida, que fez a gente perceber as causas que levaram à atual situação. Sabe, nós enfrentamos Prefeitura, governo do Estado, Brasília. Com posto de saúde foi o mesmo processo. Todas essas lutas fizeram com que a gente compreendesse que o governo que está aí não é um governo preocupado com a situação real do povo. Em 74/76 decidimos, na região, apoiar alguns deputados bons que estivessem dispostos a ajudar a gente na luta. Em 76 vimos que o importante seria lançar alguém de nós, do trabalho mesmo, que estivesse preocupado, que tivesse uma visão global da situação e fosse um elemento a mais na conquista desses direitos naturais que nós tínhamos. Seria normal que o governo colocasse infra-estrutura nos bairros para atender às necessidades que a gente tem, mas na verdade isso ele não faz. A gente precisa provocar e gritar muito alto, senão não dá pra escutar, né? Portanto em 76 surgiu a idéia de que eu deveria ser lançada como candidata e em 77 retomamos o processo, fizemos inscrição no MDB, etc. Durante o processo de escolha, a gente realizou muita discussão nos bairros e nos grupos, isso de novembro até abril do ano passado, e as idéias eram muito confusas - se valia a pena, se não valia, o que é o MDB, o que é ARENA. Um pessoal muito simples participava das discussões, ouviu, um pessoal totalmente massacrado, né, operariado mesmo. Saem às quatro e meia da manhã e voltam às dez da noite. Esse pessoal é envolvido pelo trabalho em horas extras e em condução, que consome mais ou menos uma hora cada viagem. Então, com mil dificuldades, o nosso trabalho foi andando numa tomada de consciência lenta, mas que a gente considera muito importante. Quanto às controvérsias, a gente respeitou e foi tomando posição à medida que o pessoal ia se decidindo. A decisão final foi numa assembléia no dia 27 de agosto, com umas 300 pessoas representando 62 entidades, quando íamos resolver se a gente lançava ou não minha candidatura. Cada entidade trouxe uma carta por escrito.

E/E - Que entidades são essas?

IP - São comunidades de base, sociedades de amigos, clubes de mães, grupos de alfabetização. Essas eram mais ou menos as mais representativas. Então o pessoal tanto da Zona Sul como da Zona Leste veio até a gente representando Campinas, colocou a necessidade do lançamento da candidatura. Em decorrência disso, assumiram toda a campanha e até agora a gente está no mesmo processo.

E/E - Só você foi eleita?

IP - Não, eu e o Aurélio Perez para deputado federal, no mesmo processo de escolha.

E/E - Você acha que sua eleição é uma vitória do Movimento Custo de Vida, em que você vem lutando?

IP - Realmente, a minha candidatura não veio do Movimento Custo de Vida. O custo de vida foi um dos trabalhos que ajudaram. Porque lá nunca foi discutida em nível de coordenação ou mesmo de setor, de região, ou global, a nossa candidatura. A gente achava que o custo de vida era um trabalho bastante abrangente, tinha gente apoiando vários candidatos e seria absurdo pedir um apoio claro, específico, desse movimento mais amplo, apesar de termos participado dele desde o primeiro dia. O apoio do Custo de Vida foi indireto e, como estávamos ligados ao Movimento, a candidatura se ampliou. Realmente, o pessoal que trabalhou, deu vida à campanha, não foi do Movimento Custo de Vida em si.

E/E - O que você pretende fazer como deputada?

IP - Agora está amadurecendo a idéia de como seria o papel da gente. O que estou percebendo já, é que existem vários campos de trabalho e o político abre um campo em todas as áreas possíveis, né, de educação, de saúde, em campanhas salariais. Ao mesmo tempo discutimos como é que está a situação política. A idéia é definir as áreas em que cada um esteja mais ligado e trabalhar em conjunto com outros deputados, porque é impossível a gente abarcar todas as propostas que vêm vindo.

E/E - No caso você ficaria com que área?

IP - Olha, é um processo que ainda está sendo discutido. Depende da formação da mesa na Assembléia, da formação das comissões e é claro que eu vou pegar áreas em que eu esteja ligada, por exemplo, a educação ou problemas urbanos, aquilo que a gente vem desenvolvendo. E assim que se definam os problemas essenciais, os mais comuns, a gente pretende definir projetos em que a maioria possa participar. É claro que a tribuna sou eu que vou assumir, mas espero que haja gente que esteja ali para dizer que aquele projeto não é só meu, mas de todo mundo. Estamos fazendo um estudo das áreas que necessitam de projetos mais imediatos.

E/E - Você não acha que, se sua candidatura fosse para deputada federal, seria mais abrangente?

IP - Acho que, se você quer fazer um trabalho, já há muito em área estadual. Não é o cargo que faz a gente ser mais ampla ou não, sabe, eu acho que é a forma como você leva o trabalho. Se você pega o problema de educação e o centraliza na área de São Paulo, ele atinge o contexto Brasil, né? Se você pega a mulher, você tem todos os níveis: todas as preocupações, as áreas de trabalho, as questões salariais.

E/E - O que você acha do movimento feminista?

IP - Pode ser justo, não sei. Eu tenho medo, não concordo muito com uma linha mais ou menos fechada, sabe, que defenda apenas o feminismo. Eu acho que a gente tem problemas comuns, um sistema político, econômico, social, comum a homens e mulheres e realmente um movimento que encaminhe para alguma coisa tem que ser feito em conjunto. Então a área feminista pode acompanhar, pode dar sua colaboração, as outras áreas específicas, as minorias, como o pessoal chama, né, podem ajudar, mas se não unificarmos essa luta de homens e mulheres não há possibilidade de fazer mudanças.

E/E - Você acha que a mulher dever resolver seus problemas específicos paralelamente à resolução dos problemas do homem em geral?

IP - Eu acho que existe uma fase onde você aprofunda o problema específico da situação da mulher. Porque esse problema, se for visto só no nível feminino, ele não consegue ter uma análise global. Que tenha um grupo de mulheres que se preocupe com a situação da mulher, tudo bem, acho isso válido, acho isso importante, porque a gente é explorada em todos os sentidos mas não temos dados reais, porque o mundo é dominado por pesquisas masculinas, por chances masculinas também. Agora, esses grupos que se preocupam em levantar a realidade da situação da mulher não podem fazer isso isolados do contexto e não podem ter propostas isoladas do conjunto.

E/E - Você acha que o movimento feminista poderia ter a função de conscientizar a mulher de seus problemas sociais, políticos e econômicos?

IP - Ele pode colaborar bastante desde que não se feche numa proposta feminista, porque aí se cria um gueto, aí você não avança, pelo contrário, a gente vai ter mil inimigos.

E/E - O Movimento Custo de Vida tem mais mulheres em suas fileiras ou estamos enganados?

IP - Acho que isso é muito relativo. Tem muitas mulheres participando. À medida que você bifurca as lutas do custo de vida, por exemplo salário, aí você pega uma área bem masculina e a luta operária. O movimento foi proposto pelas mulheres, mas a primeira carta que foi feita foi discutida com homens também.

E/E - O Movimento Custo de Vida significaria uma espécie de basta das donas de casa - as pessoas mais diretamente ligadas ao problema - ao governo, às leis que regem a matéria?

IP - Eu acho que nós demos uns passos bem importantes dentro do movimento. A tomada de consciência foi global, a partir das assembléias que nós fazemos e dos mutirões de pesquisa. A outra fase foi o aprofundamento do estudo que realizamos sobre as causas do custo de vida. Aí entraram a inflação, a dívida externa, o problema do campo, a indústria e toda a problemática que para o pessoal era muito difícil. E mesmo para nós, quando fazíamos boletins colocando esses assuntos. Foram estudos que levaram muito tempo para que a gente chegasse a uma conclusão. E foram discussões que atingiram os bairros, diversos setores, as regiões, a coordenação do Movimento. Então, o Movimento Custo de Vida ajudou a gente a tomar uma consciência global da situação econômica e política do governo. Acho também que a imprensa teve um papel importante na divulgação e quem tem acesso a ela pode ter alguns dados. O movimento provocou a opinião pública, o país inteiro ficou sabendo dele e aí as coisas se ampliaram bastante.

E/E - O Movimento Custo de Vida apareceu através dos clubes de mães ou das sociedades de bairros?

IP - A gente tinha clubes de mães organizados para o ensino de trabalhos manuais, para palestras sobre vários assuntos como saúde, por exemplo e ao mesmo tempo para o levantamento da problemática de cada bairro. Assim, cada um escolhia uma prioridade e começávamos a enfrentar o problema. Um dos bairros propôs documento relativo ao problema do custo de vida e aí vários clubes assumiram a idéia, e o documento, a carta, acabou saindo.

E/E - O que o Movimento Custo de Vida conseguiu até agora?

IP - Se você for considerar em termos de propostas, foram só três: abono salarial, abono de emergência e congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade. Disso nós não conseguimos nada, mas o que a gente ganhou em nível de participação, de consciência, de divulgação do problema, não tem tamanho, né? Realmente o problema do custo de vida é um problema brasileiro, não adianta você fazer só em São Paulo. Então só vai ser encaminhada alguma solução quando a gente tiver um movimento muito amplo. Agora a batalha mais prática da gente é assumir a luta por cinco gêneros de primeira necessidade: arroz, feijão, óleo, leite e carne. Essa agora é uma luta bem específica. (M.T.R)

Eles Nunca Ficam na Teoria

(Entrevista com Ignácio de Loyola Brandão)

O escritor e jornalista Ignácio de Loyola Brandão esteve em Cuba o ano passado, a convite da Casa de las Américas. A par de uma intensa programação cultural, Loyola realizou um interessante trabalho jornalístico, que resultou no livro "Cuba de Fidel", lançado pela Cultura, de São Paulo.



E/E - O que você viu de mais importante em relação ao trabalho da mulher em Cuba?

ILB - O que eu acho importante a respeito de Cuba é que eles nunca ficam na teoria. De repente você fala assim: o problema da mulher cubana é x. Então se estuda o x. Forma-se uma comissão de estudos para saber o que é x, definir e ver como é que se resolve. A partir do momento em que está definido, eles passam a estudar medidas práticas para resolver aquele problema. Então, a grande diferença entre Cuba e Brasil nesse aspecto, em legislação, por exemplo, é que aqui você faz mil comissões de estudos pras coisas e as comissões não dão absolutamente em nada. Quer dizer, não se toma depois nenhuma medida para solucionar e nem se vê nenhum resultado, inclusive da comissão. Então, quando lá se fala que o problema da mulher é o lar, imediatamente eles começam a estudar de que forma se pode atenuar o trabalho da mulher no lar para que ela seja também uma força de trabalho. Se ela não pode fazer compras à tarde, o supermercado fica aberto à noite. Se ela não tem com quem deixar o filho, organizam-se creches. Ela tem problemas de comida, então comem em restaurante ou na fábrica. Se tem problema de escola, então vão arranjar um horário para ela estudar: aí trabalha um determinado tempo e depois estuda. Então, quando pegam uma questão, um assunto, eles vêem o assunto inteirinho e em seguida passam a tomar medidas práticas.

E/E - Como é que o homem vê isso? Não existe divisão do trabalho na casa?

ILB - Não, por enquanto eles estão com problemas grandes, porque, poxa, é um país que tem uma revolução de 20 anos, e em 20 anos você não derruba o machismo que está instalado há 400. O próprio Fidel, o próprio governo, as pessoas mais esclarecidas, denunciam o machismo, e às vezes os próprios machistas denunciam o machismo mas continuam a praticá-lo. De qualquer modo, é um regime que, apesar de toda a ideologia avançada, ainda se defronta com essa coisa que é a ideologia própria, do povo, do temperamento do povo, que eles estão querendo derrubar. Esse povo hoje tem uma puta dignidade e isso foi conseguido num espaço muito curto de tempo. Então eu acredito muito que o sistema consiga resolver também esse problema do machismo. Eu conto isso no meu livro "Cuba de Fidel": ao lado da série de depoimentos de jovens casados que dizem que lavar e passar é coisa de mulher, há outros que dizem que ajudam a arrumar a cozinha, a casa, "porque é uma coisa dos dois".

E/E - Você acha que o homem tem mais facilidade de se especializar do que a mulher?

ILB - Não, absolutamente. Admitir isso é admitir o velho preconceito da superioridade do homem sobre a mulher. O que ele pode ter é mais força física, mais resistência para trabalhar.

E/E - Quer dizer que em Cuba as mulheres costumam fazer as mesmas coisas que os homens?

ILB - Fazem sim, a gente viu muita mulher dirigindo trator, caminhão basculante, trabalhando naqueles guindastes, etc. É verdade que é uma coisa que não exige muito esforço físico, é só manobrar alavanca. Também há muitas mulheres de fuzil na mão defendendo fronteiras, elas atiram tão bem quanto o homem e têm a mesma coragem. E isso, sabe, sem deixar de ser mulher. A gente pode achar que ela é menos feminina por isso? Não, não tem nada que ver, ela continua a ser mu-



lher. Uma mulher muito consciente do papel dela. Então eles não têm problema de feminismo. Não, não, é outra coisa.

E/E - O problema do feminismo não seria mais um problema de classe, de sociedade burguesa? Quer dizer, a partir do momento em que você tem que trabalhar e o país está precisando da sua força de trabalho, ele deixa de existir.

ILB - Ai o governo tem que fazer leis para obrigar os homens, porque eles tentam opor resistência a que as mulheres ocupem cargo de chefia.

E/E - Não existe nenhuma possibilidade de burlar a legislação?

ILB - Não, porque eles se autovigiam, não como espionagem, mas como defesa natural do regime. Você ver uma coisa ser burlada é a mesma coisa que você ver um cara roubar, um cara corrupto. Você denuncia e ele acaba sendo castigado porque está prejudicando o bem público, e o bem público é você também. Então é uma defesa, quer dizer, quando há uma denúncia é uma coisa muito correta, sabe?

E/E - É uma coisa que sai em jornal?

ILB - Inclusive no jornal você vê cartas com vários tipos de denúncia, sobre falhas da legislação, falhas da administração, etc. E há denúncias de discriminação em relação às mulheres.

E/E - Geralmente elas são discriminadas como?

ILB - Quando são impedidas de chegar à chefia, de subir na hierarquia do Partido, esse tipo de coisas. A esta altura, graças às próprias mulheres, existe a Federação das Mulheres Cubanas.

E/E - Isso tudo veio do sistema ou é resultado de reivindicações das mulheres?

ILB - Partiu primeiro do sistema, daí foi entendido e empreitado pelas mulheres. Partiu do sistema no momento em que o governo compreendeu que a mulher é igual ao homem, principalmente como força de trabalho. Eu acho que realmente existem diferenças físicas, há determinados cargos que a mulher não pode desempenhar. Por exemplo, numa indústria de tóxicos, porque a mulher tem útero, tem isso, tem aquilo, o que pode vir a afetar a concepção.

E/E - Isso está especificado na legislação?

ILB - Está sim. O Partido edita sobre cada problema específico um caderno. Há um só sobre a mulher.

E/E - A que preço são vendidos esses cadernos?

ILB - Eles custam barato, cerca de Cr\$ 4.

E/E - E todo mundo se interessa?

ILB - Nossa! E muito. Os cubanos sabem bastante a respeito de si próprios e estão interessados nisso. Acho que é por essa razão que se mantêm com unidade. Eu disse outro dia que só vi dois povos com essa idéia de nação e unidade: Cuba e Israel. Israel precisa dessa unidade para se defender porque está cercado de árabes, e Cuba na verdade está com um monstro em cima dela, os Estados Unidos, não é? Eles sabem que não podem se dividir porque da unidade depende a sua sobrevivência. O incrível foi conseguirem essa mentalidade coletiva, que é muito difícil.

E/E - E o Loyola escritor como vê tudo isso?

ILB - Claro que eu não admitiria uma arte que pregasse a queda do regime, porque se trata da sua própria sobrevivência. Mas acho que tem que haver a arte engajada e a arte pela arte. Ou seja, cada um faz aquilo que quiser. Prefiro uma li-

teratura política, uma literatura de denúncia social, mas tenho que aceitar aquele que faz um texto mais bonito, aquele que quer só contar uma estória. Não vou ser eu a reprimir. Você pode dirigir tanto a arte que ela pode morrer como morreu a literatura russa.

E/E - Passando para outro assunto: o aborto é legalizado em Cuba?

ILB - É, e se faz normalmente no hospital. A mulher que não tem razões sérias não pode ir chegando e dizendo que quer tirar. O aborto é legal se você não puder ter filho, mas não por preconceitos burgueses, porque seu pai vai ficar bravo ou você vai ser desonrada. Isso não existe. Não existe mesmo porque o amor é livre.

E/E - E o controle da natalidade, como é que é feito?

ILB - Não há. Cuba dobrou de população em pouco espaço de tempo mas só deveria haver controle, acho, por um problema em relação à área física do país. Quanto ao resto não existe problema: seu salário dá para você viver dignamente. Você tem escola de graça, você tem médico de graça, você tem hospital de graça, você tem casa praticamente de graça, você não tem impostos, você tem condições de criar os seus filhos. Então a pessoa não tem que se limitar, tomar pílula, etc., isso é para outro contexto. O que espanta a gente é a absoluta tranqüilidade que aparece no rosto das pessoas em relação ao futuro, o emprego delas está garantido desde que elas trabalhem. A escola do filho está garantida, o futuro trabalho do filho está garantido. Se a pessoa ficar doente, não tem nem que ir pras filas do INPS, nem que gastar milhares de cruzeiros à toa. Ela vai ao médico, é atendida, é medicada. O problema básico está resolvido, você não vê aquela angústia, aquela tensão. O problema social foi resolvido. Eles acabaram com as prostitutas? Não, elas acabaram por si mesmas. Ainda existem algumas, existem porque elas querem ser.

E/E - Cuba é um país pequeno e isso torna as coisas mais fáceis, não é?

ILB - Mais fáceis e mais difíceis ao mesmo tempo, porque o que eles tiveram de bloqueio, de infiltração, e de contrarrevolução, foi terrível. Quando foi decretado o bloqueio, os navios americanos passaram a interceptar e afundar os navios russos que iam levar trigo e petróleo. Eles são muito agradecidos, é evidente, porque os russos salvaram o país da fome, levando alimentos. Essas coisas não foram noticiadas, porque as agências são UPI, France-Presse, etc., e elas não vão dizer isso. Cuba quase morreu de fome, mas hoje os cubanos vão para a África, para a Etiópia, para Angola, por princípio de solidariedade. Quer dizer, eles foram salvos pelo princípio de solidariedade e tentam também aplicar o princípio para salvar os outros países. Então esses países, esses povos liberados, precisam de ajuda, esses povos em estado de liberação precisam de ajuda, e Cuba está lá, com a experiência que tem. Sabe, eu acho isso bonito.

E/E - E você, pessoalmente, como se posiciona diante da mulher?

ILB - Do ponto de vista pessoal, meu casamento começou a cair na hora em que eu comecei a possuir coisas. Eu tinha que pagar a chácara, os empregados da chácara, os impostos da chácara, a prestação do apartamento da Caixa Econômica Federal, o imposto do apartamento, o condomínio do apartamento e de repente, só pra pagar aquilo, eu trabalhava a noite toda, fazia free-lance, fazia não sei o quê. (M.T.R. -M.S.C.)

SEXUALIDADE



foto de Roselli



SEXUALIDADE

Sexualidade feminina: Algumas Considerações Sobre Identidade sexual e Identidade Social

O presente trabalho representa as conclusões parciais da pesquisa "Sexualidade e Identidade Social: uma análise das representações das mulheres sobre a sexualidade feminina", em andamento, financiada pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo, em convênio com a Fundação Ford.

Branca Moreira Alves, cientista política

Jacqueline Pitanguy, socióloga

Leila Linhares Barsted, cientista política

Maria Luiza Heilborn, historiadora

Mariska Ribeiro, psicóloga

Sandra Boschi, psicóloga

I. Introdução

"E você acredita que eu não sabia que o negócio era assim, sabe? Foi mesmo de uma vez só. Aquilo parece que me estourou tudo. Eu dei um grito grande mesmo. Gritei mesmo. Gritando e ele tampando a minha boca. Que era parede fina. Não grita não que é feio. Aí ele ficou aqui em cima de mim. Aí ele acabava e tornava a ficar outra vez. Aí eu olhava assim, tudo amarelo. Será que era isso mesmo? Apanhei. Aí fiquei com medo dele."

Este trecho, extraído do depoimento de uma mulher, empregada doméstica, favelada, do Rio de Janeiro, relata, com um realismo incômodo, a experiência do seu defloramento. Expressa de forma dramática a vivência de uma relação sexual, não como um encontro amoroso compartilhado, mas como uma relação de poder onde o pênis "se erege" em arma. Este relato situa-se no limiar da dramaticidade de uma relação de poder e, diferentemente do que se possa imaginar, está mais perto do comum do que da exceção, comum este que toma diversas formas, dependendo da situação sócio-econômica em que se inscreva.

A condição de dominada da mulher, assim como a de raça, não pode ser explicada limitando-se a análise a uma situação de classes. Com referência ao sexo feminino, a situação de dominação, se, em última instância, se inscreve numa estrutura econômica, tem, no entanto, como condicionante básico o papel cumprido pela

mulher na estrutura familiar. A posição fundamental e valorizada da mulher na sociedade diz respeito à sua condição de mãe e de dona de casa⁽¹⁾, posição em que ela atua a um só tempo como vítima e transmissora da ideologia de discriminação. Na medida em que os indivíduos são condicionados desde cedo para cumprir papéis específicos, a relação do homem e da mulher com a sua identificação do sexo está sujeita à definição de um papel determinado: a mulher estando ligada à estrutura e à organização familiar e o homem à estrutura e organização social. A estas diferentes atribuições correspondem espaços sociais diversos: ao homem a amplidão do mundo externo, à mulher a circunscrição da esfera doméstica.

Sendo o papel da mulher desvalorizado pela cultura, sujeito a diversos tipos de restrições e a uma esfera muito limitada de ação, a relação que se estabelece entre os sexos é fundamental se quisermos dar conta de um espectro mais amplo das relações de poder existentes numa sociedade.

Ao trabalhar especificamente com mulher, metodologicamente estamos nos utilizando de uma das categorias sociais discriminadas em uma sociedade hierarquizada estruturalmente em termos de classes sociais. Às categorias sociais dominadas é própria a elaboração de uma linguagem particular que marca sua ação de forma característica, e que as liga verticalmente através das diferenças de classes. Socializadas por uma cultura que não as aceita como iguais, estas categorias são alijadas da possibilidade de criar uma visão do mundo própria pela repressão que sofrem por parte da ideologia dominante. Os condicionamentos inculcados nestes grupos levam-nos a interiorizar sua condição subordinada e a transmitir a mentalidade de sujeição, perpetuando a situação de inferioridade, aceitando como natural o que não é mais do que uma criação da ideologia dominante.

Albert Memmi⁽²⁾, falando da condição dos povos colonizados, reconhece o quanto é fundamental a recuperação da identidade, mutilada e sufocada pelo colonizador. Seu relato deste processo angustiante de busca assemelha-se em muitos pontos ao que o sexo feminino e os membros de grupos étnicos inferiorizados sofrem, também eles criados numa cultura que não os reconhece como iguais, e que faz deles uma imagem à qual devem moldar-se.

II. Pesquisa

“Eu tô pensando que toda mulher sofria a mesma coisa. É por isso que a gente agüenta, entendeu?”

A tomada de consciência e o questionamento de uma ideologia de dominação impõe-se como tarefa para nós, um grupo feminista, e é com este objetivo que estamos realizando uma pesquisa levantando o depoimento de mulheres de diferentes gerações e estratos sociais. Esta pesquisa nos tem permitido descobrir que grande parte dos problemas individualmente vividos pelas mulheres são, na realidade, problemas coletivos. Esta descoberta do “eu coletivo” é o primeiro passo do processo de conscientização, pois leva ao questionamento das raízes da discriminação.

Até o momento temos concentrado as entrevistas em empregadas domésticas, que constituem um dos segmentos ocupacionais mais expressivos na alocação da mão-de-obra feminina urbana. Das entrevistas realizadas vamos destacar algumas

questões que aparecem com maior frequência e nitidez no material já recolhido.

A caracterização do ambiente social onde se desenrolam as entrevistas é importante. Trata-se de um morro carioca, encravado num bairro de zona sul, sob ameaça de desapropriação.

As mulheres entrevistadas são moradoras antigas no local, oriundas de um meio rural. São, portanto, migrantes que vieram para o Rio para se empregarem em "casa de família" como domésticas. Seu nível de instrução é de primário incompleto e a faixa etária situa-se em torno de 45 anos, mais ou menos.

Como dado explicitado ou não, a vivência no morro significa o acionamento de redes de relações⁽³⁾ que se configuram num sistema de parentesco e de vizinhança muito intenso. As próprias condições precárias de vida explicam essa necessidade de se recorrer aos parentes e vizinhos, ficando o modelo de família nuclear relegado a plano secundário no que diz respeito à sobrevivência física e social do grupo e à socialização de seus membros.

As entrevistas foram orientadas em torno dos seguintes temas: menstruação, defloração, gravidez, parto, prazer sexual, menopausa. Ao falar sobre esses momentos de sua vida, as entrevistadas permearam seu discurso, o tempo todo, com informações que nos remetem ao contexto sócio-econômico e cultural em que vivem e às redes de relações que acionam.

Em todos os relatos está presente a constatação do "desconhecimento" e da "ignorância" como elementos explicativos de todos os males. Na medida em que a relação da mulher com o mundo externo é mediatizada pela figura do homem, o seu destino foge ao seu controle, e não só o seu destino social, mas o destino de seu corpo. Nesse sentido as categorias "desconhecimento" e "ignorância" se constituem em instâncias externas que ela aciona como que para explicar o inexplicável.

O desconhecimento do corpo explica, desse modo, a perplexidade diante da primeira menstruação, do relacionamento sexual, da gravidez, do parto, da menopausa. Desconhecimento este que tanto pode traduzir uma situação real, quanto pode ser utilizado como recurso para que o discurso se ajuste a uma imagem de pureza - sexo não assumido - percebido como próprio à cultura feminina. "Eu não tinha maldade então, eu não sabia como é que era as coisas".

Esse desconhecimento tem como consequência uma manipulação simbólica ou real do corpo da mulher por parte:

1. dos agentes socializados primários (famílias e vizinhança)⁽⁴⁾;
2. dos homens (namorados e maridos);
3. do sistema assistencial (médicos, enfermeiras, assistentes sociais, religiosas);
4. das "patroas"

Uma mulher nos diz por exemplo:

"Eles fizeram o exame local e terminaram o troço lá. Aí eu saí. E eu estava conversando na casa da comadre M. quando me deu aquela cólica que eu me torci. Nem no banheiro eu cheguei... e me abaixei com aquela cólica doida que quando caiu aquele troço de dentro de mim, uma posta de sangue... Aí acabou-se a hemorragia. Olhe só o que tinham colocado dentro de mim sem me avisar. Então a enfermeira explicou - isto é DIU que os médicos colocaram em você."

Essa manipulação real ou simbólica faz com que a relação da mulher com seu corpo seja mediatizada por sentimentos de culpa expressos em termos como "man-

cha”, “anormal”, “gasto”, termos que indicam sentimentos de impureza, de diminuição, de desonra e de vergonha. A vergonha de estar menstruada, a vergonha de não ser mais virgem, a vergonha no exame ginecológico, a vergonha de solicitar ajuda na hora do parto, a vergonha de não ter na certidão do filho o nome do pai, a vergonha de não estar vivendo bem com seu parceiro sexual.

O sentimento de culpa e de vergonha em relação ao seu corpo e à sua sexualidade leva a mulher a uma situação de solidão, de passividade e de conformismo perante o seu destino.

Esses sentimentos são acionados e reforçados através de uma rede de informações sobre o corpo que se caracteriza na transmissão de informações de caráter restritivo (“não pode.”) e punitivo (“se fizer isso, acontece aquilo.”)

Essas informações originam-se dos agentes socializadores primários, dos homens, do sistema assistencial, das “patroas”. Através de tais informações, a identidade sexual e social da mulher é moldada para atender a um sistema de dominação familiar e social. O medo, e insegurança e a vergonha extravasam do sexual para a atuação no social, num sistema de realimentação constante.

A identidade de mulher é representada numa situação limite de estigma. Estar menstruada é estar manchada, ter relações sexuais antes do casamento é estar “gasta”, reclamar da brutalidade do ato sexual “é feio”, não ter o nome do pai na certidão do filho é motivo de vergonha e culpa perante todos.

Nesse sentido, procurando se afastar do estigma ⁽¹⁾, a mulher desenvolve uma personalidade submissa aos modelos do grupo, escondendo seu corpo e sua sexualidade, origem primeira e mais importante do estigma de ser mulher. De fato, entre as entrevistas realizadas despertou atenção um aspecto que poderíamos chamar de visibilidade do sexo, e que é interdita, já que é preciso esconder a menstruação, esconder o defloramento, esconder o orgasmo, esconder a dor do estupro, esconder a gravidez fora do matrimônio. Para essas mulheres foi ensinado que o valor de uma mulher está na honra, um conceito sexualmente localizado. A honra significa ou a virgindade ou o casamento. Ou seja, a honra é dada ou pela ausência do homem (virgindade) ou pela sua presença legítima (casamento). O homem é, nesse sentido, legitimador da honra, da moral e, até mesmo, da identidade social da mulher.

Na medida em que este artigo representa parte de uma pesquisa em andamento, será interessante comparar esses depoimentos de mulheres empregadas domésticas com os de mulheres de outras categorias sociais. Através desta comparação poderemos inferir as regularidades do discurso feminino sobre a sexualidade.

Notas

(1) *Embora exista um contingente de mulheres que contribuam no processo produtivo, enquanto geradoras de valor social, ideologicamente tal realidade é minimizada frente ao papel que a mulher ocupa na estrutura familiar.*

(2) MEMMI, Albert, *The Colonizer and the Colonized*. Boston, Beacon Press, 1965, pp.87/88.

(3) BOTT, Elizabeth, *Família e Rede Social*, Rio, Livraria Francisco Alves, 1976.

(4) *Empregamos para vizinhança esse conceito levando em conta que estamos tratando de um contexto social de intensa interação entre vizinhos.*

(5) GOFFMAN, Irving, *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio, Zahar Editores, 1975.



Em Busca da Animalidade

Djanira Ribeiro

Pais e educadores sempre se viram às voltas com a curiosidade sexual infantil e nem sempre sabem responder à questão de que se deve ou não “dizer a verdade às crianças”. Já em 1907 Freud escrevia um artigo, “O Esclarecimento Sexual das Crianças”, em que colocava esta curiosidade intelectual como forma de obter respostas às interrogações inconscientes, primeiras manifestações do instinto do saber, e a estreita relação desta satisfação com o desenvolvimento normal da personalidade. Recentemente vem-se acentuando um debate sobre um projeto de implantação de programas de educação sexual nas escolas. Pergunta-se: qual a verdade a ser dita às crianças e adolescentes? A quem interessa falar sobre sexo?

Hoje está sendo travado um debate político em que também se abre um espaço para a discussão da moral e da moral sexual. De forma cada vez mais radical alguns homens e muitas mulheres questionam a moral sexual dominante, e estão na prática adotando uma nova moral, baseada nos sentimentos e emoções, na intimidade, e modificando atitudes e comportamento repressivos.

O que mudou e está mudando? Já não se acredita mais na concepção de que se deve chegar virgem ao casamento, ou de que relações sexuais são impróprias aos adolescentes. Afasta-se, assim, a contradição de uma vida social e afetiva da qual se elimina sistematicamente o sexo. Cada vez maior número de pessoas conquista o direito de viver uma vida sexual ativa e satisfatória, independente da idade, fora da

instituição do casamento. No entanto, não é a todo mundo que interessa a liberação desta força e, antes que ela tome rumos desconhecidos, é preciso controlá-la. Diz Carmem Barroso, psicóloga, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas: "criam-se instituições, normas, regras e sansões que o canalizem e o domesticuem" (1). Interfere-se então nesta prática social e sexual, através do discurso da escola. Pensa-se em dar educação sexual nas escolas.

Não é de hoje que as escolas da rede privada e mesmo algumas escolas da rede pública têm a preocupação em fornecer informações acerca da fisiologia da sexualidade. O que é recente, ao que parece é a preocupação em unificar, torná-la um programa específico para crianças e adolescentes. Tanto assim que a Secretaria de Educação do Município de São Paulo iniciou, em agosto último, um programa piloto em três escolas da rede municipal. Embora não tenha sido divulgado oficialmente o conteúdo desses programas, sabe-se que a intenção é ministrar conhecimentos acerca da fisiologia da reprodução, "sexo para a reprodução" - como é chamado. Diz ainda Carmem Barroso: "Uma forma de educação anti-sexual é a reprodução do sexo aos seus aspectos puramente biológicos. Não que esses objetivos não sejam úteis - pelo contrário, não se pode negar que sejam válidos em si mesmos - mas porque reduzir o sexo aos seus aspectos biológicos é destituí-lo daquilo que tem de mais valioso, seu significado, sua inserção na complexidade do relacionamento entre seres humanos, que são históricos e sociais".

A quem interessa falar sobre sexo? Às crianças e adolescentes interessa mais fazer do que falar sobre. Não quer dizer que a informação deva ser sonogada. Mas, com o sexo reduzido a aspectos biológicos, o que fica encoberto é o prazer, a noção de que o corpo é fonte de prazer e conhecimento.

É na relação com a mãe e com a família que as crianças têm suas primeiras vivências sexuais, que são enfim sua experiência de relacionar-se com os outros e com o mundo. Se foi uma vivência de liberdade, de respeito pelos outros, inclusive pelos impulsos sexuais, certamente ela estará apta para relacionar-se livremente. E o exercício da liberdade das crianças implica no exercício da sexualidade. É físico, é concreto tanto quanto brincar, comer. A criança e sua animalidade ("o homem compartilha o essencial de sua organização com os animais superiores" - Freud, in O Esclarecimento Sexual das Crianças") conhecem perfeitamente o que fazer em sexo, como fazer. Pode não saber, se em casa ninguém fala sobre isso, que aquele lugar de sensações tão especiais se chama vagina, xoxota, pênis, ou o que for, mas isto pouco lhe importa. Em comunicação com as outras acabará por aprender até mesmo como funciona seu corpo. Se, pelo contrário, a criança em casa viveu um ambiente de proibição onde seus desejos foram tolhidos, a curiosidade bloqueada por respostas falsas e recusas, ela poderá ter estruturado uma atitude de frustração, medo e insatisfação que lhe tornarão muito difícil o relacionamento com os outros e consigo mesma. Procurará meios menos naturais de satisfazer-se e isso é o que se pode chamar de desvio.

Agora, para os pais que se distanciaram dessa animalidade, que têm sentimentos culposos em relação ao sexo, e ignorância, certamente teria validade saberem que masturbar-se não mata, que Deus não está preocupado em controlar o caminho das mãos, e saberem orientar os filhos adolescentes a terem relações sexuais sem o risco de gravidez indesejada. Assim poderiam deixar as crianças em paz.

Esta informação biológica, "tecnocrática", não é a mais essencial às crianças hoje. Além do que, já é dada e pode ser aprofundada nos cursos existentes - biologia, ciências. Mas que seja dado nome aos bois: biologia é uma coisa. Educação sexual o que é?

Institucionalizando-se o conhecimento e a prática sexual através da escola, se regula e orienta e sexualidade dos jovens dentro de padrões ditados pela escola, pelo Estado, dentro do que é tido como certo, bom, adequado. Dentre as críticas feitas ao projeto, ressalta-se a possibilidade da educação sexual ser mais um instrumento repressivo do Estado. Esta questão foi colocada à sexóloga Maria Helena Matarazzo, assessora junto à Secretaria de Educação do Município quanto ao projeto de educação sexual e coordenadora da parte científica do I Congresso de Educação Sexual realizado em São Paulo, no Anhembi, em novembro passado: "Eu não entendo educação como repressão. Para mim é um processo gradual de conscientização, de abertura do indivíduo, que dá condições para ele pensar e depois fazer escolhas livres e conscientes. Um indivíduo que compreende sua sexualidade tem muito mais controle sobre ela. É muito diferente você ensinar uma pessoa a escolher o que é bom, o que é adequado, ou doutriná-la a agir de uma certa forma que você gostaria que ela agisse." No entanto, o que é bom e adequado para quem ensina pode não sê-lo para quem é ensinado. E geralmente é isso que ocorre. Essa noção de adequado exige complemento, senão é vazia. O projeto de implantação de educação sexual nas escolas pode aparecer aos menos avisados como uma iniciativa revolucionária, ao mesmo tempo em que se pretende isento de ideologia. Mas é ingênuo pensar que não há interesse por parte das autoridades do sistema escolar em veicular conceitos morais, normas de sexualidade".

Ainda Maria Helena Matarazzo fala: "Em um geração de 20 anos tudo passou a ser permitido, se não era permitido, passou a ser feito. Do não, não, não, a mulher, a sociedade, passou ao sim, sim, e isso é quando o pêndulo vai para outro extremo num curto espaço de tempo. Caímos num desrepressão brutal e agora talvez estejamos caminhando para o centro, uma posição intermediária que não é mais a de negar a sexualidade nem de cair numa permissividade exagerada".

O que seria essa permissividade? Maria Helena Matarazzo responde: "Seria quase um comportamento indiscriminado, onde tudo é válido, não importa onde, como, quando, por quê. Estaríamos caminhando para um posição de equilíbrio onde diríamos sim, o sexo é válido, é bom, é positivo, é prazeroso, mas sim, se, você estiver na hora certa, no lugar certo, pelas razões certas: depende. Isso é o que se chama a nova moral, a moral circunstancial. É como o dinheiro. Sexo é como dinheiro, não é bom nem ruim. Depende do que você faz com ele".

Será esta a noção que merece ser passada às crianças e adolescentes? Coisificar o sexo é uma prática do mundo do trabalho, da produtividade, do capital, ao qual a escola serve tão bem. À grande massa interessa a discussão de que há estreita relação entre prazer e liberdade, prazer e independência, felicidade; a discussão sobre a igualdade social dos sexos, salientando as diferenças exatamente onde se situam, p. ex. que a mulher menstrua mensalmente e que durante este período tem direito a pelo menos dois dias de repouso remunerado; que o orgasmo feminino tem fisiologia diferente do orgasmo masculino, o que implica numa forma diferen-

te de sentir prazer; que é impossível falar-se em amor, prazer, enquanto as relações humanas se basearem na exploração de um sexo pelo outro; que o sexo é parte da individualidade das pessoas e das relações que elas estabelecem.

A ideologia vigente vincula sexo e amor, quando na realidade estes elementos podem não ser coincidentes. Podemos ter uma relação sexual prazerosa e saudável sem que tenha esse amor idealizado. A sociedade é que faz esta junção sobretudo em nome da moral, da família, do casamento tradicional, monogâmico, repressor.

A discussão sobre a sexualidade, se pretende transformar comportamentos existentes, passa necessariamente pelo questionamento dos valores em que funda a sociedade atual, que tem no casamento tradicional o modo mais ostensivo de dominação de um sexo pelo outro. Freud chama atenção dos pedagogos e reformadores quanto à instrução elementar que estará incompleta se não incluir o referente à vida sexual e acrescenta: "Naqueles Estados que abandonaram a educação nas mãos de Ordens religiosas, não cabe, naturalmente, suscitar a questão. O sacerdote não admitirá jamais a igualdade essencial do homem e o animal, pois não pode renunciar à alma imortal, que lhe é necessária para fundar nela a moral. Fica assim demonstrado, uma vez mais, o quão estúpido é colocar um remendo de pano novo numa roupa destroçada e quão impossível levar a cabo uma reforma isolada sem transformar as bases do sistema".

Quer dizer, a questão da educação sexual vai mais além do que transmitir informações sobre reprodução humana. Deve questionar o papel da mulher, forjado pela cultura como sendo um papel de passividade, e o papel do homem como ativo e dominador. Tem de questionar este mundo do trabalho, da eficiência, onde não temos tempo e condições de vivermos nossa intimidade, em relações sociais e sexuais de igualdade. Discutir sobre a exploração social da mulher que se vê sempre dividida entre casa, filhos, e o desejo de projetar uma vida exterior à casa, uma vida prazerosa e criativa. Isto tudo interessa sobretudo à mulher e àqueles que desejam viver novas formas de relações sociais, portanto, sexuais.

"A grande revolução do século vinte não é a droga, não são os meios interplanetários, mas é a reivindicação ao prazer exercido pela mulher. E a reivindicação da mulher que cessa de ser um objeto e frente a isso o homem se torna menos "o macho", ele é cada vez mais disvirilizado, e esta sim é a revolução fundamental" (afirmação feita pelo Dr. Claude Olivenstein, psiquiatra francês, em entrevista publicada no Folhetim, suplemento dominical do jornal Folha de S. Paulo).

O poder, a opressão, a exploração do trabalho humano, a tortura, a destruição da natureza, são males da sociedade machista, construções do homem pelas quais as mulheres só em parte são responsáveis. Elas viveram sempre nas sombras. A sociedade cristã, ocidental, têm sido até hoje uma sociedade machista onde a prática social é ditada pelos homens. E a prática sexual também. Como diz Michel Foucault, História da Sexualidade. 1 - A vontade de Saber: "Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se justifica ruidosamente por sua hipocrisia, fala com prolixidade de seu próprio silêncio, se encarna em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce, e promete liberar-se das leis que a têm feito funcionar".

1) Leia, 15/02/78 - artigo "Educação Sexual ou Anti-sexual?"

O Sexo nas Revistas Femininas

Maria Moraes



A crescente popularidade do tema *sexo*, demonstrada por sua presença obrigatória nos artigos, entrevistas, do correio do coração e outras seções das revistas



femininas, corresponde a um fato novo, dos anos recentes. É a resposta contraditória às aspirações conflitantes: de um lado, as mulheres cada vez mais insatisfeitas, buscando a saída para o que consideram como “o meu problema pessoal” - por se tratar do se. e descontentamento com a sua própria vida -; do outro lado, a imprensa especializada procurando dar respostas às solicitações das leitoras - mas dentro das regras do jogo vigentes.

A primeira destas regras, evidentemente, é manter a leitora na convicção de que está mesmo vivendo problemas cujas soluções dependem exclusivamente de si mesma, no estilo de “se seu casamento falhou a culpa é sua”. Afinal, por que as revistas femininas iriam engrossar a perspectiva das militantes feministas, que consideram as dificuldades em se conhecer uma relação amorosa plena e gratificante como expressão das próprias barreiras levantadas pela realidade social - por vivermos em uma sociedade em que as mulheres são reprimidas social e sexualmente?

Trata-se mais de acompanhar as exigências do mercado consumidor e de ter presente que a receita editorial dos anos 60 - a melhoria da qualidade dos serviços domésticos e contos e fotonovelas românticas - já caducou parcialmente. Pois a dona-de-casa perfeita, mãe-extrema e esposa-dedicada sente-se qual “pequena rainha triste”, na já consagrada expressão de Carmen da Silva.

O sexo pode ser a fórmula salvadora, aplicado “sabiamente” e levando em conta os níveis de renda e a faixa etária do público leitor. Assim, vendendo mais de 300 mil exemplares, *Carícia*, cujas leitoras são jovens de 15/19 anos, oferece conselhos e informações sobre a vida sexual. A linguagem acompanha os últimos modismos e o tom é progressista: “o namoro existe para duas pessoas se experimentarem. Com jeito, com calma. Tem o carinho em que se pode confiar e tem também aquele que não é lá de muita confiança. Mas só namorando é possível “sacar” quem é quem. Namoro é também a procura de um entendimento físico” (*Carícia*, n.º. 47)

O namoro, a masturbação, o primeiro beijo, a perda da virgindade são alguns dos assuntos tratados, de forma aberta. Só que sem tirar as conseqüências dos próprios conselhos dados: como a jovem pode desfrutar tranqüilamente do início de sua vida sexual adulta quando o peçigo da gravidez está rondando por aí? O que fazer quando os anticoncepcionais não foram corretamente empregados ou falharam? Como falar em “solte seu corpo, deixe sua sexualidade desabrochar”, quando mais de dois milhões de abortos clandestinos são praticados, anualmente, neste país? Não dá para ignorar que a sexualidade “bem transada” supõe a existência de condições que antecedem e sucedem ao ato sexual...

Para um público mais adulto, de mulheres que ultrapassaram os 20 mas não chegaram aos 30 anos, *Nova*, tem sua proposta de “liberação sexual”. Só que na forma de “Exercícios sensacionais para desenvolver a sensualidade e ajudar você a sentir mais prazer” (*Nova*, n.º. 70) ou de conselhos dos profissionais das “terapias de casal”, em que muito se fala de novas maneiras de manipulação física do corpo do parceiro, sem nunca se tocar no delicado problema de que, muitas vezes, trata-se mesmo é de mudar de parceiro. A mulher-Nova é amestrada para ser “femininamente” agressiva: ser o objeto-sexual que tem o prazer em sê-lo.

Cláudia e suas irmãs de estilo - *Mais*, *Desfile*, etc. - são revistas que tratam do sexo de forma “séria”: artigos pretensiosos e longos de especialistas diplomados.

Na revista *Mais*, por exemplo, Flávio Gikovate cultiva uma seção, "*Psicologia*", em que alerta para os riscos da emancipação feminina, saudando os bons tempos em que as mulheres dependiam mais dos maridos e os filhos dos pais. Agora, "a tendência é pois para o término deste longo período da história em que os seres humanos se organizavam em grupos unidos por laços de sangue. As ligações afetivas deverão se empobrecer..." (*Mais*, nº 65).

A vertente conservadora dos "doutores-conselheiros" se expressa também na modalidade de respostas aos "casos" das leitoras. Tenta-se aplicar a fórmula do "tentar fazer o omelete sem quebrar os ovos": erotizemos o casamento, soltemos um pouco a sexualidade feminina mas deixemos tudo o mais intocável. É quando aparece a seção "Salve seu casamento", na *Cláudia* onde a leitora conta a sua estória e a sexóloga dá o veredicto dos porquês dos erros, de forma que todas as mulheres possam aprender uma lição a partir do caso exposto.

E o sexo, canalizado para a salvação do casamento, é da mesma maneira objeto da "saudável troca de informações" entre leitoras que *Cláudia* recém começou a patrocinar, "com o objetivo de estreitar o relacionamento com seu marido". Estes são alguns dos treze itens propostos pela leitora de janeiro de 1979: "A mulher deve procurar, sempre que possível, não se despir na frente do marido, pois se o fizer com muita freqüência ele se acostumará com sua nudez e passará a não valorizar o seu corpo (atenção na palavrinha mágica: *valorizar*). Contudo, se não tiver outra alternativa, ela deve estar preparada, vestindo por exemplo um belo conjunto íntimo, como uma tanga bem insinuante"; "A mulher deve ler jornais, revistas e livros para se inteirar dos acontecimentos do mundo. Isso facilitará o diálogo com o marido"; "Jamais deixe seu marido inferiorizado diante de terceiros, mesmo quando estiverem discutindo um assunto que você domina melhor"; e, finalmente: "Procure estar sempre arrumada para aguardar a chegada de seu marido. Quando encontram mulheres cheirando a cozinha ou com panos na cabeça, os homens geralmente procuram se distrair com outras coisas".

Pois é. As mulheres são "coisas" que competem com outras "coisas" (bares, boliche, televisão), usando "coisas" que valorizem seu corpo, lendo "coisas" que proporcionem assunto e tentando sempre ser atraentes e agradáveis. Nunca, em tão poucos conselhos, resumiu-se melhor a perspectiva alienada, coisificada, das mulheres de classe média. As burguesas - da pequena à grande burguesia - possuem esta especial candura em dizer (ufanando-se) que "ser mulher é saber agradar ao marido", custe o que custar. E são mestras em se comparar a mercadorias que precisam ser valorizadas para arrumar logo um comprador: reduzem a sexualidade feminina ao despertar a atração de outrem.

Mas a questão da sexualidade está sendo colocada e isto já representa um avanço. Ademais, os pretensos canais que nossa sociedade pode proporcionar, para a satisfação das necessidades de seus membros, terão logo suas limitadas dimensões reveladas, pois as condições para o exercício de uma sexualidade ativa e agradável supõe não somente o fim da miséria e de todas suas seqüelas (ignorância, brutalidade, etc.) como a própria redefinição do que hoje conhecemos como "masculino" e "feminino". Enfim, supõe bem mais do que o sistema e seus defensores têm condições de conceder. O feminismo, em contraposição, luta para que o prazer transforme-se em uma conquista de massa e não privilégio de poucos mais afortunados.

Gravidez, Aborto, Esterilização

Fátima Miranda

Os ginecologistas concordam, em sua maioria, que a pilula, o DIU e o diafragma são anticoncepcionais de 85 a 90% seguros. Os demais métodos, inclusive a "camisinha de Vênus masculina", têm larga faixa de ineficiência. É muito comum o "caso desesperador" de uma paciente que corre a um consultório assustada, porque o preventivo do parceiro se rompeu num de seus dias férteis e há perigo de engravidamento.

O aborto, segundo os ginecologistas, não representa nenhum dano irreparável à saúde da mulher, nem impede gestações posteriores. É o último recurso de que a mulher dispõe para controlar sua prole, uma vez que os métodos anticoncepcionais em uso são precários e inseguros. Entretanto, o aborto mal realizado, na maioria das vezes por quem nada entende de medicina, pode ocasionar dois problemas ao organismo: o primeiro é lesar o útero, por imperícia do "cirurgião", o segundo, no caso da não-prescrição de antibióticos, pós-cirurgia, a inflamação das trompas com posterior obstrução, que impede a passagem do óvulo das menstruações seguintes; o resultado é uma infecção generalizada. Nesse caso é preciso outra cirurgia, delicada, para desinfecionar as trompas ou o resultado é a esterilidade compulsória, permanente. Fora esses inconvenientes, o aborto traria dilemas psicológicos àquelas mulheres que desejassem ter a criança. O que, convenhamos, já é um quadro bem manuseado pela moral em vigor, onde surge a cena de "homicídio", de assassinato do feto.

A "OPERAÇÃO"

Para as mulheres que querem se ver livres dos efeitos colaterais da pilula e do DIU, ou da falha de pomadas e diafragmas, resta o "ligamento das trompas", a vulgar "operação". Nos Estados Unidos, a esterilização cirúrgica é hoje o primeiro método para o controle da natalidade. É obrigatório citar o modelo americano porque é de lá que partem os programas de controle demográfico. E a Food and Drug Corporation é a grande responsável pelo tipo de anticoncepcional que usamos.

No Brasil, a "operação" vem sistematicamente sendo feita há pelo menos 10 anos. Cerca de cinco milhões de mulheres sexualmente ativas já foram "operadas" nos Estados Unidos, nesta década. Entre nós não há nenhum levantamento a respeito, mas o total deve ficar pouco abaixo daquele, pois as tendências, principalmente entre as mulheres cujos maridos ganham de um a cinco salários-mínimos, é aproveitar o 4º ou 5º parto e pedir ao médico que faça a "operação", aproveitando a anestesia.

A esterilização feminina consiste no amarramento, no corte ou na obstrução de alguma forma das trompas de Falópio. E aqui cai com toda simplicidade uma das hipócritas alegações da não-legalização do aborto. É preciso lembrar que o aborto *poderia, quando* feito em condições de *má assistência médica e hospitalar*, causar justamente a obstrução das trompas, e *isto* é o objetivo deste "amarramento". O que está por trás da não-legalização do aborto é todo um conjunto de preconceitos, ignorância, a afirmação religiosa de que o feto já tem alma, interesses político-sociais escusos e... muito dinheiro. Hoje um aborto está em torno de 10, 15 mil cruzeiros.

A fertilização dos óvulos pelo espermatozóide masculino, vale lembrar, ocorre nas trompas. A "operação" não permite que os espermatozóides cheguem portanto até o óvulo, impedindo permanentemente a fertilidade. As várias técnicas de esterilização feminina variam na eficiência e na possibilidade de complicações. Assim, a *laparotomia* envolve uma grande incisão abdominal, seguida pela amarração e pelo corte das trompas. Entretanto, mesmo com esta operação, quatro entre mil mulheres engravidam. A *laparoscopia* exige o uso de um instrumento iluminado que dá ao cirurgião uma visão das trompas através de uma curta incisão na parte inferior do umbigo. Introduzindo o laparoscópio cirúrgico, há cauterização das trompas ou fulguração. Os danos às trompas são extremos e a possibilidade de reversão é reduzida, mas esta operação é muito eficiente na prevenção da gravidez. Além disso, as mulheres que se submetem à "operação" já têm três ou quatro filhos e já deram portanto sua contribuição social.

Os efeitos a longo prazo da esterilização nas mulheres, depois de anos de realização, têm sido períodos menstruais extremamente dolorosos que podem exigir uma *histerectomia* (remoção total do útero). Mas os médicos são cautelosos e unânimes em afirmar que é preciso um estudo mais profundo e sistemático a respeito dessas consequências. Reverter a esterilização feminina é difícil e delicado, é necessária uma microcirurgia. Segundo dados fornecidos por médicos norte-americanos, não mais que 25% das mulheres que tiveram suas trompas religadas são capazes de engravidar novamente. Em nosso país a reversão dessa cirurgia raramente é feita.

REEMBOLSO POSTAL

Experimente nosso serviço de reembolso. Não somos perfeitos mas temos condições de atender a quase todos os pedidos que você fizer.

Sugestões:

- 1 — Feira Brasileira de Opinião — Carlos Henrique Escobar / Carlos Queiroz Telles / Dias Gomes / Gianfrancesco Guarnieri / João das Neves / Jorge Andrade / Lauro César Muniz / Leilah Assunção / Márcio Souza / Maria Adelaide Amaral — Cr\$ 120,00
- 2 — A Unidade Operária Contra o Fascismo — Dimitrov — Cr\$ 60,00
- 3 — Cuba de Fidel — Ignácio de Loyola Brandão — Cr\$ 80,00
- 4 — Escritos sobre Sindicato — Leon Trotski — Cr\$ 70,00.
- 5 — O Conto da Mulher Brasileira — Edla van Steen, Lygia Fagundes Telles, Néllida Piñon, Hilda Hilst e outras — Cr\$ 120,00
- 6 — Mulheres da Vida — Norma Bengell, Socorro Trindad, Ana Maria P.F. de Castro, Leila Miccolis e outras — Cr\$ 70,00
- 7 — O Ponto — Clá e Zélio — Cr\$ 45,00
- 8 — Angústia e Conhecimento — Samuel Rawet — Cr\$ 35,00
- 9 — O Tarô — Alberto Consté — Cr\$ 170,00
- 10 — A Greve — Eduardo Maffei — Cr\$ 100,00
- 11 — Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo — Lenin — Cr\$ 70,00
- 12 — As Três Fontes do Marxismo — Lenin — Cr\$ 50,00
- 13 — Vida de um Revolucionário — Agildo Barata — Cr\$ 185,00
- 14 — A Natureza da Agressividade Humana — Ashley Montagu — Cr\$ 150,00
- 15 — Filosofia de Mao Tse Tung — Cr\$ 60,00
- 16 — Memórias do Exílio — coord. Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Jovelino Ramos — Cr\$ 90,00
- 17 — Materialismo Dialético e Materialismo Histórico — Stalin — Cr\$ 40,00
- 18 — 1964 — Golpe ou Contragolpe? — Hélio Silvã — Cr\$ 250,00
- 19 — Encontros com a Civilização Brasileira — Cr\$ 50,00 cada número
- 20 — Permissivo Amor — J. B. Sayeg — Cr\$ 40,00
- 21 — Sugar Blues — William Duffy — Cr\$ 95,00
- 22 — O Jogo do Contrário — Jandira Mansur — Cr\$ 25,00
- 23 — A Curiosidade Premiada — Fernanda Lopes de Almeida — Cr\$ 25,00
- 24 — Singular e Plural (revista) — Cr\$ 35,00
- 25 — Los Comics de Mao — G. Nebillo, J. Chesneaux, U. Eco — Cr\$ 460,00
- 26 — Sobre Literatura e Arte — Marx e Engels — Cr\$ 170,00
- 27 — Sobre o Conceito de Consciência de Classe — Georg Luckacs e Adam Schff — Cr\$ 45,00
- 28 — Casamento Indissolúvel ou Relação Sexual Duradoura? — Wilhelm Reich e Claude Alzon — Cr\$ 120,00
- 29 — O Que é o Consciência de Classe? — Wilhelm Reich — Cr\$ 45,00
- 30 — A Crise da Social-Democracia — Rosa de Luxemburgo — Cr\$ 75,00
- 31 — Os Subterrâneos da Liberdade (três volumes) — Jorge Amado — Cr\$ 285,00
- 32 — O Capital (seis volumes) — Marx e Engels — Cr\$ 1.200,00
- 33 — O Manifesto — Marx e Engels — Cr\$ 90,00
- 34 — A Dialética da Natureza — Marx e Engels — Cr\$ 130,00
- 35 — As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje — N. Poulantzas — Cr\$ 150,00
- 36 — A Crise das Ditaduras — N. Poulantzas — Cr\$ 80,00
- 37 — Poder Político e Classes Sociais — N. Poulantzas — Cr\$ 145,00
- 38 — O Estado em Crise — N. Poulantzas — Cr\$ 160,00
- 39 — Lições sobre o Fascismo — P. Togliatti — Cr\$ 90,00
- 40 — Que Fazer? — Lenin — Cr\$ 100,00
- 41 — Escritos Políticos — Lenin — Cr\$ 78,00
- 42 — Materialismo e Empirocriticismo — Lenin — Cr\$ 195,00
- 43 — O Estado e a Revolução — Lenin — Cr\$ 70,00
- 44 — O Problema Agrário — Lenin — Cr\$ 78,00
- 45 — Rua dos Artistas e Arredores — Aldir Blanc — Cr\$ 96,00
- 46 — Teatro de Gianfrancesco Guarnieri (Eles não Usam Black Tie e Gimba) — Cr\$ 150,00
- 47 — O Intelectual Brasileiro — Dogmatismos e Outras Confusões — J. Teixeira Coelho Neto — Cr\$ 65,00
- 48 — Um Rubi no Umbigo — Ferreira Gullar — Cr\$ 80,00
- 49 — Sociedades Camponesas — Henry Mendra — Cr\$ 120,00
- 50 — O Fim dos Ricos — Alfred Sanny — Cr\$ 120,00

Preencha o quadro colocando:

N.º dos títulos a serem adquiridos:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Sigla do Estado

Remeta para a Livraria Escrita

Rua Dr. Homem de Mello, 446

05007 - São Paulo (SP)

Moda

Um Instrumento de Alienação Coletiva



La Moda, Comunicación o Incomunicación, de Margarita Rivière, lançada pela Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 1977, faz um estudo sociológico da moda. Abrindo, com um histórico as origens obscuras do fenômeno que sustenta a produção têxtil e a indústria da confecção, analisando por etapas (aristocrática, burguesa e consumista) a transformação do vestuário, sempre entretanto, condicionada “e

imposta pela classe dominante”. Em seguida encontra os responsáveis atuais (o criador de moda e o grupo de indústrias têxteis) pela existência da moda e das “modas” e faz uma esquemática tipologia do público a que estão dirigidas (uma grande maioria se submete à moda, são poucos os rebeldes ou a vanguarda, que está sempre um pouco além da indumentária do momento). A última parte do livro é dedicada a uma análise da moda na Espanha.

Segundo Rivière, de uma necessidade funcional — a roupa pode ser considerada um produto das oscilações do clima pré-histórico — o traje vai se tornar a confirmação externa do nível individual de poder; quando o homem se sedentariza em pequenos povoados e comunidades mais definidas. O que a autora denomina *etapa aristocrática* é o período seguinte, que vai do comércio e fomento da produção têxtil (e da institucionalização do costume da mudança periódica de roupa) até o momento da Revolução Industrial e a tomada de poder pela burguesia. A nobreza, conta Rivière, queixava-se ao rei, ao final do século XII, que o aumento no preço das peles não era justo porque “a plebe estava podendo se vestir melhor que os nobres só porque possuía mais dinheiro”. É o início da *etapa burguesa* da moda.

Rivière explicita que é da burguesia a invenção da “alta costura”. Os primeiros “grandes costureiros” aparecem quando o domínio social dessa nova classe é um fato irreversível, no império de Napoleão III; o auge será a “belle époque”. A expansão da indústria têxtil, a partir da Revolução Industrial, irá determinar o aparecimento da indústria de confecção. Esta, por sua vez, para dar escoamento à produção de diversos tipos de tecidos, tem sempre em vista as grandes temporadas (duas). Sobre essas bases tem início a *etapa consumista* da moda, da qual Margarita Rivière refuta a “democratização”, porque, segundo ela, não basta suavizar as diferenças entre as classes sociais por meio de uma roupa massificada, “colocando a moda ao alcance de um público majoritário”.

“A quem interessa a moda?” pergunta a autora à pg. 105 e conclui: “O fato da existência da aceitação maciça de uma determinada moda reflete a maleabilidade e a possibilidade de manipulação de um público. O conformismo, a aceitação, por esse público, de uma moda incômoda (vestidos justos, saltos altos, etc.) podem servir de permanente indicativo da capacidade de alienação coletiva.

Uma das tentativas de fugir desse quadro foi a *anti-moda* (leia entrevista de Barbara Hulanicki, a seguir), que surgiu na década de 60, do movimento hippie: era o protesto social e político através do vestido. Margarita Rivière afirma que a anti-moda foi prontamente assimilada pela moda oficial embora “a integração da moda *anti* à moda oficial não signifique absolutamente que as *idéias anti* tenham passado a fazer parte do *stablishment*”.

Em sua “anticonclusão” a autora procura saber como a moda poderia deixar de escravizar-nos. Diz ela que o movimento da contracultura tem a respeito uma resposta curiosa: “um ato revolucionário seria cada indivíduo fazer seu próprio traje”. Um pouco reticente, a autora considera a saída interessante. “Abolidas as classes sociais, a moda talvez pudesse ser um veículo de comunicação a serviço da espontaneidade”.

A MAIS RÁPIDA DO MUNDO

Barbara Hulanicki, antiga proprietária da Bibba inglesa, está agora fazendo

moda no Brasil. Moda, na sua opinião, é “estar fazendo sempre alguma coisa nova”. Estabelecendo um paralelo entre fazer moda no Brasil e na Inglaterra, Barbara Hulanicki afirma que a mulher inglesa “não se preocupa com moda. Ela não tem tempo de se vestir bem, cuidar da casa e trabalhar. Ela não tem uma classe abaixo da sua (as empregadas domésticas) que por um salário razoável possa resolver seus problemas de casa. E ocasiões especiais que exigiriam roupas especiais, como casamento, natal e festas familiares, são mais frequentes no Brasil, onde a estrutura familiar ainda é muito rígida”.

Barbara está há três anos em São Paulo, veio porque “tinha esperanças de que aqui as coisas fossem dar certo, porque é um país em crescimento. Isso significa uma grande faixa de jovens que são consumidores em potencial. Atualmente existe aqui uma corrida para a moda, tanto quanto nos Estados Unidos, talvez mais”. Os jovens ingleses e americanos, segundo ela, já foram bons consumidores de moda: “o ponto máximo foi nos anos 60 quando surgiu uma enorme população de jovens que foram concebidos durante a guerra: os pais estavam muito atrás em matéria de mentalidade. Foi aí que a família começou a se desintegrar. Esses jovens pela primeira vez começaram a viajar e conhecer o resto do continente. A moda era fantástica. Eles eram muito criativos, gostavam de vestir coisas novas que eles mesmos criavam. Depois que essa geração ficou mais velha, se tornou igual a de seus pais e sumiu do mapa”.

Barbara Hulanicki afirma que os desenhistas de moda “sérios” não incorporam as modas marginais “porque só faz isso quem produz em massa e fica procurando idéias”.

Existiria, ainda, alta costura? Na Inglaterra, diz Barbara, “o pessoal rico não tem bom gosto. A nobreza não tem dinheiro. Os novos ricos se vestem em Paris. E a rainha tem seu desenhista exclusivo”.

Para Barbara quem lança moda são os Estados Unidos, especificamente Nova York e Paris. Ela tem uma experiência pessoal do processo de lançamento de moda: “Eu trabalhei na França por uma longa estação e pude observar como são tomadas as decisões. Em primeiro lugar, existe uma estrutura bem montada de criação; para você ser forte na moda é preciso ter 20, 30 desenhistas de nome trabalhando em conjunto. E uma enorme quantidade de fábricas de tecidos, botões, acessórios, a seu serviço. Em Paris, quando você vê um tom de cor, todo mundo passa a usar aquela cor. É como se eles tivessem um telégrafo que espalhasse qual iria ser a cor daquele ano. Isto quer dizer que esta estrutura organizada dita realmente a moda. Eles decidem o que vai ser usado no próximo ano, e ponto final. É lógico que por trás disto estão os fabricantes de tecidos, que são um grupo muito forte. O mundo inteiro sofre essa influência.

No Brasil, o tempo da duração de uma moda é dois meses: “É incrível. Tudo novo, novo, novo. A mulher brasileira consome rápido. Às vezes um estilo é lançado, ainda faltam alguns acessórios interessantes para completá-lo e já surgiu outro. Barbara acha que a roupa produzida nessas condições (muito depressa) “não fica tão bem feita. A roupa não é testada”.

A melhor mulher para vestir, na sua opinião, é a magra e sem busto e, no Brasil, a de classe média alta”. (F.M. — M.S.C.)

Controle da Natalidade, Problema da Mulher?

Entrevista com o psicólogo Flávio Gikovate

Fátima Miranda

*Flávio Gikovate é médico formado pela Universidade de São Paulo. Trabalhou como **clinical assistant** no Institute of Psychiatry, da London University. Atualmente, com clínica particular na cidade de São Paulo, dedica-se à psicoterapia.*

Preocupado com as relações homem-mulher, deterioradas pelas contingências da época, tem quatro livros de sucesso onde expõe sua experiência como analista de problemas ligados à sexualidade e ao amor.

*No seu último livro, **Sexo e Amor para os Jovens** (MG Editores Associados, 2ª edição, São Paulo, 1978), discute as questões ligadas à sexualidade feminina, relacionamento sexual, homossexualidade, gravidez, aborto, pornografia. Em relação ao aborto afirma na pg. 222: "O aborto praticado por médicos tem um risco zero, pois com a devida curetagem de toda a parede interna do útero não sobram restos além de se usarem medicações complementares que impedem posteriores sangramentos exagerados(...). Em poucas palavras, o aborto é uma técnica de interrupção da gravidez que, quando executado por médico, é um procedimento muito simples, rápido, fácil e de risco inexistente". Gikovate talvez se mostre pouco interessado em outros métodos anticoncepcionais pois, na sua opinião, o controle da natalidade caberia exclusivamente à mulher, uma vez que é o corpo dela que engravida, cabendo-lhe total decisão sobre o fato de ter ou não a criança.*

E/E - Os métodos anticoncepcionais, atualmente em uso no Brasil, predis põem a uma liberação satisfatória da sexualidade? Existe pílula, DIU, a famosa tabelleira. Isso não é suficiente?

FG - O que seria suficiente, então?

E/E - O controle exaustivo por conta da mulher não gera nenhum problema?

FG - Não sei, não tenho nada contra o feminismo, mas por razões orgânicas é óbvio que o controle tem que ser feminino, porque o organismo da mulher é muito mais fácil de ser controlado (em termos anticoncepcionais) do que o do homem. Existe a pílula feminina e não existe a pílula do homem, porque o mecanismo hormonal feminino facilita a descoberta do anticoncepcional. Eu acho que o controle da gravidez ou a separação entre sexo e reprodução tem que ser absolutamente da mulher. Não é dominação do homem fazer com que a mulher use anticoncepcionais, quando ele também poderia usar; primeiro, ele não poderia usar porque não existe a não ser soluções radicais, que não tem mais sentido, do tipo da cirúrgica

(vasctomia). E, segundo, eu acho que o controle da natalidade é problema feminino, da mulher, e ela tem que ter isso na mão, decidir o que vai fazer com o corpo dela. De modo que tentar passar o recurso anticoncepcional pro homem na verdade é o oposto da própria "doutrina" do feminismo, que quer a mulher dona de si. O problema de gravidez é dela. O corpo dela é que fica grávido e eu acho que a decisão final sobre o assunto é da mulher.

E/E - Até que ponto o problema da gravidez interfere na vida sexual da mulher?

FG - Da mulher, muito pouco. Francamente, eu ouço muitas histórias e vejo as pessoas buscando explicações para dificuldades sexuais em todas as áreas. O sexo, com os recursos anticoncepcionais modernos, se separou definitivamente da reprodução.

E/E - E os efeitos colaterais?

FG - Os efeitos colaterais dos anticoncepcionais variam de pessoa para pessoa. Há pessoas que usam a pílula, há longos anos, sem problemas, outras se dão muito bem com DIU, outras ainda com o diafragma. A maioria das mulheres pode controlar perfeitamente a gravidez com o recurso das tabelas. Agora, existe no Brasil, isso sim, um enorme preconceito ligado à idéia do que seja uma relação sexual. Existe uma idéia profundamente arraigada da importância do organismo vaginal e, principalmente, da ejaculação do homem dentro da vagina da mulher, de modo que com um controle anticoncepcional mais sábio nós podemos imaginar qualquer outro tipo de ejaculação que não dentro da vagina. Obviamente, o que falta é liberdade sexual afetiva, que permitisse às pessoas um tipo de intimidade onde a ejaculação vaginal não seja obrigatória. Não acho que a sexualidade se comprometa por problemas de gravidez, penso que a sexualidade na maioria das pessoas é comprometida por dificuldades no plano amoroso, problemas da dinâmica da relação marido-mulher. E também não acho que usualmente sejam os problemas de que as pessoas falam hoje: marido autoritário, machista, nada disso, besteiras de época, porque a dificuldade sexual é muito antiga. Hoje os homens são bem mais dóceis e o número de mulheres frígidas é o mesmo, não mudou nada.

E/E - Onde então estaria a gênese do desajuste sexual?

FG - Dificuldade de relacionamento "humano", incapacidade usual de se relacionar, uma tendência a uma postura narcisista da mulher que "não se entrega", que não se dá.

E/E - Por medo de quê?

FG - Não é medo de nada. É imaturidade emocional.

E/E - A mulher é muito repromida pela educação em nossa cultura?

FG - Não é pela educação: ela foi sempre reprimida, mas há mulheres que, educadas em colégios de freiras, têm uma vida sexual normal. Eu conheço mulheres educadas num ambiente incrivelmente liberal, que são frias. Não existe nenhuma relação entre repressão na infância e capacidade de se entregar sexualmente. Onde existe amor, o sexo é subalterno e subordinado às regras do amor. Quem se entrega, se entrega de corpo inteiro, de corpo e alma. A mulher que não se entrega de alma não se entrega de corpo também, é isso.

E/E - Em um trecho do seu livro "Dificuldade do Amor", citando Masters e Johnson, está dito que a vagina estaria mais equipada para as funções da reprodução do que para o prazer sexual. Por quê?

FG - É verdade. Não existe enervação vaginal, a vagina foi feita para deixar passar, na hora do parto, uma cabeça de criança que tem 15 centímetros de diâmetro. Se fosse uma zona muito enervada e muito sensível, a dor do parto seria enorme, insuportável. Então é bem possível que a vagina tenha sido construída mais com finalidade reprodutora. Quer dizer, a parte mais sensível do aparelho genital feminino, para fins sexuais, é o clitóris.

E/E - Mas a civilização tem como grande mito sexual a vagina.

FG - A idéia da vagina como fonte de sexualidade tem a ver com a ligação de sexo como reprodução, o que sempre existiu. E até de certo modo ligar muito o sexo à reprodução é uma forma de reprimir a sexualidade. No passado, o medo maior ligado a sexo, que fazia as pessoas muito bem comportadas, era o receio de uma gravidez. Era bom até que se associasse, era conveniente, a idéia de sexo com vagina, que aumentava a contenção. Existe também uma idéia do orgasmo simultâneo entre homem e mulher e nesse caso o clitóris seria uma coisa "imprópria". Mas, na realidade, o orgasmo vaginal pode existir também, embora mais raro e de menor importância para a mulher. Esta foi uma das importantes descobertas acerca da fisiologia sexual da mulher, nestes últimos dez anos. É uma coisa fundamental.

E/E - Na sua opinião, a menina é reprimida sexualmente?

FG - É reprimida sexualmente mas não por isso é fria depois de grande: O que aconteceu na minha infância tem que determinar meu resultado adulto final? E, além disso, a repressão sexual diminuiu e a frieza sexual continua a mesma. Isso é suficiente para mostrar que é uma falsa idéia esse determinismo. A verdade é que sexo é subordinado às leis do amor. A pessoa capaz de se entregar sentimentalmente tem vida sexual normal. O que eu posso afirmar é que uma educação sexual repressiva "não leva à frigidez na vida adulta". Na verdade quem tinha mais razão era Freud: o que existe é uma relação entre maturidade emocional e capacidade para ter orgasmo, ou seja, a mulher capaz de amadurecer sentimentalmente é capaz de satisfação sexual.

E/E - Quando a menina estaria apta para manter uma relação sexual?

FG - Eu acho que os meninos devem se iniciar com as meninas, ambos por volta dos 17 anos. O homem se inicia por volta dos 14 anos de idade, contra a sua vontade, por pressão social. Ele está apavorado, não é uma situação boa para ele, é uma pressão da cultura que o obriga a uma experiência para a qual não está pronto.

E/E - O movimento feminista colaborou para a mudança dos padrões sociais?

FG - Não. Na minha opinião, todos os movimentos recentes, originados dos Estados Unidos, ou melhor, movimentos de classe média americana, são movimentos de desespero de gente que, tendo resolvidos seus problemas de sobrevivência, esbarrou com a problemática existencial e tem tratado de lidar com essa problemática da maneira mais primária, ingênua e bem simplória, bem ao gosto dos americanos. Sempre que aparece um problema encontra-se uma fórmula rápida e fácil para resolver. Feminismo é um movimento de classe média abastada norte-americana. Não ajudou nem atrapalhou em nada, serviu para fazer um pouco mais de confusão na cabeça das pessoas.

Bela é Clementina de Jesus

(Diz Elke Maravilha)

E/E - O que você acha da mulher brasileira hoje?

EM - A mulher brasileira está tendo filho para segurar marido e querendo arrumar marido por dinheiro, pra ser sustentada. A mulher está preocupada com a aparência. Tem muita mulher se plastificando (nesse momento Elke estica o rosto), elas acham que não podem ter ruga, cabelo branco. Eu acho que a mulher ainda é objeto. Eu não ligo pra essas coisas, não. Não tenho medo de ficar velha, de ter ruga, de nada. Tá aí a Clementina. Existe mulher mais linda que Clementina de Jesus?

E/E - E o movimento feminista, Elke?

EM - O movimento feminista tem que ser para a liberação dos dois sexos, porque homem é uma delícia, não é, minha nega? E não se pode chegar ao ponto de anular o homem. Tem que se chegar à perfeição do ser humano, não do homem só e da mulher só. Por isso eu acho a Xênia um barato total. Ela me ensina a dizer as coisas, sabe? Porque eu não sei muito falar as coisas, sabe? A Xênia me ensina muito. Sou louca por ela.

E/E - Como estão a mulher e sua liberação?

EM - Eu acho que a mulher ainda é muito vendida. São poucas as que se libertaram disso e muitas confundem liberdade com sair dando por aí afora, mas eu acredito que elas estão caminhando para se valorizar.

E/E - Fale um pouco de você nesse sentido.

EM - A minha transa, quando eu entrei para a TV, era muito despretensiosa. O pessoal da televisão quis me transformar em objeto sexual mas eu nunca permiti. As pessoas me acham estranha e diferente. Eu nunca deixei nem fui marcada como mulher bonita. Sou diferente. Nasci como um árvore de natal. Eu sei que essa casca vai acabar, e nessa hora vou continuar sendo eu. Quero ficar com 130 anos fazendo xixi na rua, é por isso que nunca entrei em esquemões. O pessoal da tv quer impor tudo. Até peido que você dá eles impõem. As pessoas lá gostam de rótulos. Nunca permiti que me rotulassem como mulher bonita. Essa não é a minha. Beleza pra mim é Clementina de Jesus. (M.T.R.).

**Tudo
o que você quer ler
está na
Livraria Escrita**

**autores brasileiros, contemporâneos,
clássicos, imprensa alternativa,
prosa e poesia marginal,
literatura hispano-americana,
americana, espanhola, inglesa,
italiana, alemã, russa,
os melhores títulos
de ciências humanas.**

**Aceitamos encomendas, reembolso postal,
pedidos por telefone e
também cedemos espaço para lançamentos**

**Rua Dr. Homem de Melo, 446 (porão),
a 100 metros da PUC
05007 - São Paulo (SP)**



IMPRESA

Nos Mulheres

Um Jornal e Serviço de uma Classe



Foto de Roselli



Nós Mulheres

Um Jornal a Serviço de uma Causa

O debate aqui reproduzido foi realizado em 3 de março de 1978 na Livraria Escrita, em São Paulo. Da equipe do jornal Nós Mulheres estiveram presentes Maria Inês Castilho, Carolina Macedo, Bia Kfourri e Marli Gonçalves. Norma Bahia Pontes, sua convidada, apresenta ao final do debate o resumo de um estudo que fez sobre a sociedade das amazonas.

E/E - Em princípio, gostaríamos que vocês contassem quem são e o que representa o jornal Nós Mulheres.

NM - Nós todas pertencemos ao jornal Nós Mulheres, e a Norma Bahia Pontes é nossa convidada pois tem uma pesquisa interessante em relação às amazonas. 1975 foi o Ano Internacional da Mulher e mobilizou muita gente em torno da questão feminina. Por isso resolvemos fazer um jornal, já que na imprensa oficial não havia espaço para o problema da mulher. Começamos com muita dificuldade, pois não sabíamos muito bem o que queríamos, a coisa era ainda incipiente, mas tínhamos bem claro que a mulher sofria uma pressão social, basicamente uma dupla pressão: ela trabalha fora de casa e é explorada enquanto classe, se a gente falar em termos de população brasileira, e, além disso, é a única responsável pelo trabalho de casa, pelos filhos, etc. Então a mulher desempenha uma função de uma especificidade bem clara. Nós nos unimos muito em torno dessa idéia. O primeiro número do jornal foi lançado em junho 76, procuramos manter a periodicidade de dois meses, às vezes conseguimos, outras não e assim chegamos até setembro de 77. Aí lançamos um número e paramos um pouco porque nossas idéias entraram num processo muito grande de debate. Além disso, havia as questões econômicas e de distribuição, para a imprensa alternativa o anunciante não existe e o trabalho é feito como atividade paralela às nossas atividades comuns, emprego, estudo, família. A luta é terrível, os distribuidores somem com o dinheiro da gente, os donos de banca praticamente boicotam pelo fato de ser um jornal feminista e por ser imprensa independente. Acredito que o Wladyr tenha o mesmo problema com a Escrita. Com isso a gente foi refletindo sobre a questão da mulher, algumas com uma formação teórica maior, muitas com nenhuma formação, mas com uma intuição, uma vivência e a sensação de que a situação da gente não está tão confortável, com muita coisa nos oprimindo de uma forma sutil, outras vezes não tão sutil. O que a gente po-



de falar sobre os pontos principais da opressão da mulher? Como dona de casa, ela trabalha muito, o serviço não acaba nunca e, se alguém perguntar para uma criança se a mãe trabalha, ela vai dizer que não. No entanto essa mulher trabalha muito, e é um trabalho não reconhecido socialmente. O PNB não inclui absolutamente o trabalho da mulher, mas ela está mantendo a força de trabalho social, ela está re-produzindo a força de trabalho. Evidentemente, o marido pode ganhar menos, pois não precisa pagar para lavar roupa, etc. Isso na classe trabalhadora, que é a maior parte da nossa sociedade. No caso da mulher burguesa, a mulher de classe média, ela tem condição de arrumar uma empregada e então é a opressão da opressão. Há casos incríveis, de gente que larga filho amarrado ao pé da mesa ou, como acontece na zona rural, enterrado até a cintura com um prato de comida do lado, e vai tratar do filho da outra, com um salário muito baixo, que às vezes não representa em 10% do orçamento familiar. A mulher que trabalha parece que tem um momento em que se lança na briga, ela sente a barra, tem que chegar em casa, dar um jeito de cozinhar, arrumar a casa, toda responsabilidade cai sobre ela. Mesmo que tenha empregada, é responsável. Se a empregada falha, ela tem que se virar. A sociedade não oferece creches, com quem ela vai deixar esses filhos? Estão surgindo hoje em dia cada vez mais creches particulares, berçários, mas por preços altíssimos. Creches gratuitas existem pouquíssimas, que atendem 10% da população necessitada. E a mulher que trabalha começa a notar que, primeiro, ela não tem profissionalização. ela não foi criada para trabalhar, foi criada para casar, cuidar de panela, tanque e criança. Ela já entra no mercado de trabalho com uma desvantagem em relação ao todo e vai receber menos pelo mesmo trabalho. Há um excesso de mão-de-obra, desemprego. A mulher é o exército de reserva de mão-de-obra. A mulher entrou no mercado de trabalho nas épocas de guerra, quando o homem estava guerreando. Aí muda o conceito do que é feminino porque feminino culturalmente é a mulher que não trabalha, que se arruma, etc. Mas no momento em que a guerra aparece — e falta braço para o trabalho, você pega toda a literatura feminina no Brasil correspondente ao Capricho, por exemplo — o homem começa a chamar a mulher para fora de casa. Quando chega o fim da guerra, essa mesma ideologia começa a querer a mulher de volta para casa. Ela é usada conforme o sistema necessita. Isso aqui é muito visível no Brasil. Por exemplo, a lei de trabalho noturno ou construção civil. A mulher por lei não pode executar trabalhos pesados. Chegou um momento em que Brasília precisou de braços femininos. O homem começou a se especializar e já não quer mais certo tipo de trabalho e aí aparecem, por exemplo, as “margaridas”, as varredoras de rua. Então a coisa já muda. Já é possível à mulher trabalhar na construção civil. A mesma coisa está acontecendo nesse momento com relação ao trabalho noturno, que era proibido para mulher e de repente, por interesses do sistema econômico, começa a ser cogitado. Agora, eles não vão por causa disso dar creche, condições para ela dormir de dia. Ela vai trabalhar à noite e continuar cuidando da casa e das crianças. Houve recentemente um congresso da mulher metalúrgica em São Bernardo do Campo, onde as operárias se colocaram contra a igualdade com o homem, que é competitiva. Talvez nem o homem devesse trabalhar à noite, seria melhor um tipo de sociedade onde todos

A grande imprensa é tipicamente machista.

trabalhassem de dia e dormissem à noite. Elas se colocaram totalmente contra, e evidentemente ninguém tomou conhecimento disso e a lei está passando. É óbvio para todo mundo que a mulher tem um caminho pré-determinado, a gente nasce já põem cor-de-rosinha na gente, dizem que isso é pra menina, isso não é pra menina e de certa forma até a maneira da gente se mover acaba sendo condicionada por estas coisas. Condicionamento meramente cultural, porque não foi sempre assim. Parece que é um momento de crise desta civilização e a gente está retomando a questão, talvez tenhamos um papel muito importante na saída dessa crise. Eu gostaria de saber o que as pessoas tem a dizer.

Público - Você falou que o último número do jornal foi fruto de um debate interno. Eu gostaria de saber o que vocês discutiram. Por que um jornal, que surgiu exatamente para solucionar tudo isso, teve que parar?

NM - Eu não diria que o jornal surgiu para solucionar, mas sim como instrumento dentro da luta da gente. Seria o veículo natural para discussões, visto que na grande imprensa este espaço não é colocado. Agora sim, está havendo uma abertura e essa abertura de espaço talvez se deva aos jornais alternativos. Quanto à nossa crise, foi muito em torno do seguinte: Nós nos definimos no começo como um jornal das mulheres das classes trabalhadoras. Não só as trabalhadoras, mas também as esposas dos trabalhadores. Então, deixamos de lado secretária, estudante, profissionais liberais, etc. Com o passar do tempo começamos a pensar que a mulher da classe burguesa e de outras camadas sociais também sofre opressão, e não poderíamos deixá-las de fora. Foi essa a questão. O cruzamento da questão de classe e da questão de sexo. É uma coisa importante que começamos cada vez mais a aprofundar, pois quem está aqui debatendo feminismo hoje são mulheres de classe média. A mulher da classe trabalhadora está preocupada com questões mais prementes, tipo esgoto, custo de vida. Então firmamos uma posição: não deixaríamos de transmitir essa luta da classe trabalhadora, mesmo porque ela não está preocupada só com isso, ela também está preocupada com problemas dentro da família, sexualidade mesmo, etc. Então, tentaríamos incluir em nosso jornal a preocupação com mulheres de outras classes, já que há uma identidade. Existe a separação por classe, mas também existe uma coisa comum entre as mulheres que nós chamamos assim de democratas. Nós não vamos nos preocupar, claro, com o que está pensando a primeira dama do país. Não estamos preocupadas com essa mulher, mas não poderíamos deixar de lado a mulher que está preocupada com uma transformação social de várias camadas sociais.

Público - Como tem repercutido o trabalho de vocês e como é feita a divulgação?

NM - Não sei se vocês sabem da existência dos clubes de mães e das associações de donas de casa, na periferia. São pequenas organizações que estão geralmente em torno da Igreja. Bom, o jornal tem servido a essas comunidades como instrumento de discussão. A gente tentou muitas vezes tratar de assuntos sugeridos por elas, depois avaliavam o jornal, diziam o que gostavam e o que não gostavam, propunham matérias, enfim, sempre tentamos exprimir aquilo que as preocupa. Vender em porta de fábrica não vendemos porque não dá. Fizemos uma matéria com as mulheres da indústria eletrônica. Quando mostramos o jornal, a primeira coisa que elas fizeram foi olhar as fotos e dizer que pareciam mulheres na prisão. E

eram elas próprias. Teve uma repercussão muito boa. A gente deveria fazer isso muito mais, porém temos uma precariedade de recursos absurda, que nos impede de nos mobilizarmos e arranjarmos tempo.

Público - Vocês não acham que, dirigindo o jornal para a classe média, conseguiriam uma tiragem maior?

NM - Essa foi uma preocupação que surgiu, fazer uma embalagem bonita, tratando de assuntos da classe média e mantendo os que a gente se propôs. Nós aventamos essa hipótese, mas com isso teríamos que entrar no esquema comercial com tudo.

Público - Pois é, se você aborda problemas das classes trabalhadoras, o jornal tem que ser muito barato.

NM - O jornal custava até setembro de 77 Cr\$ 5 em banca. Na periferia era vendido por Cr\$ 2 ou Cr\$ 3. Evidentemente não cobre as despesas. Finalmente, no esquema comercial nem temos condição de entrar. Teríamos que profissionalizar algumas de nós pra sermos remuneradas e dedicarmos um tempo pra isso.

Público - A maioria das mulheres da classe operária não tem condições de comprar Nós Mulheres, no entanto tem poder aquisitivo para comprar Capricho. Então, se vocês fizessem uma embalagem estilo Capricho, num formato atraente, com fotos, talvez desse resultado, não?

NM - Sai caríssimo. Nós tentamos no começo fazer uma fotonovela, mas não deu. Nós vivemos das sucatas das grandes empresas.

Público - Vocês querem atingir a classe trabalhadora, e muita gente é semi-analfabeta, não lê qualquer tipo de notícia, ainda mais algo tão específico.

NM - Veja bem, elas não tem muito tempo, no entanto no ano passado nós fizemos uma comemoração na Penha através de clubes de mães, para comemorar o Ano Internacional da Mulher, e foram mais de 500 mulheres. Essa sua posição é meia preconceituosa, pois a posição delas é muito premente para elas não participarem.

Público - Nesse caso o problema seria econômico.

NM - Elas não têm condição de sustentar o jornal da gente.

Público - Talvez falte organização no jornal de vocês. Eu trabalho no Estádio e muitas colegas já tentaram entrar em contato com vocês para vender jornal, colaborar de alguma forma, e não conseguiram encontrá-las.

NM - A gente nunca se organizou a ponto de manter uma secretária ou alguém de plantão, isso devido ao fator econômico. Com isso perdemos muitas colaborações. Não temos condições de absorver as pessoas interessadas no jornal, através do próprio jornal, porque é uma coisa muito técnica, é preciso escrever, etc., então resolvemos dar existência a uma coisa que existiu sempre nominalmente. O jornal é editado pela Associação das Mulheres. Então a gente diversificou as atividades, atualmente tentamos organizar ciclos de debates, tentamos levar filmes à periferia, eventualmente realizar algum filme. Temos também um grupo de pesquisa, que está aberto pra qualquer tema, quem estiver a fim de estudar creches ou matriarcado, o caminho está aberto. E há também um grupo de trabalho de base que procura contato com mulheres de diversos setores. Isso dá mais opções para absorvermos as pessoas interessadas. A gente se reúne uma vez por semana.

Público - À primeira vista, então o problema é um só, tanto da mulher operária quanto o da classe média.

NM - Eu concordo em termos com isso, mas a gente vive numa sociedade de classes. A mulher operária tem o maior número de problemas, mas também toda a força. Adianta, sim, ela pedir creches. A maior força está nas mãos dela.

Público - Talvez exista uma potencialidade que a gente não imagina, agora trazê-la à tona, explorá-la, não deve ser uma coisa muito fácil. Concordo que a gente tenha necessidade de ajudar aquelas mulheres mais carentes financeiramente, no entanto não se pode pôr de lado a mulher classe média. Muitas vezes essa mulher está numa pior e a resolução dos problemas dela não se limita a contratar uma empregada.

NM - Nós abrimos a nossa proposta às mulheres de classe média, pois elas também sofrem opressão em termos de discriminação no trabalho. Além de ganharem salários menores, nunca chegam a cargos de chefia. A família é que é o núcleo central da opressão feminina, onde ela tem uma posição passiva desde a educação até especificamente a questão sexual: ela continua não tendo controle do próprio corpo, continua tendo que fazer abortos. O Brasil é o país em que mais se fazem abortos, mas não se toca no assunto, e essa é uma questão da classe média, da classe baixa, de todo o mundo.

Público - Acho que o melhor caminho seria conquistar um lugar em todos os veículos que a mulher consumisse. Capricho, jornais, etc.

NM - Essa foi uma questão que a gente levantou. Fazer uma central de matérias que seriam distribuídas para os diversos veículos, mas ainda assim não conseguimos abdicar do nosso plano.

Público - Não seria justo a mulher receber um salário pelo trabalho doméstico?

NM - Há um grupo de feministas no Brasil, que reivindicam salário para a dona de casa na base de Cr\$ 3.000. Agora, existe outra corrente que diz o seguinte: com isso nós vamos perpetuar essa divisão de trabalho sexual. Eu não tenho uma opinião formada a esse respeito, mas acho que o ideal é que cada um cuide de si próprio em todos os níveis. Isso não é possível para o cara que trabalha na fábrica o dia todo, nem para a mulher desse cara.

Público - A mulher sempre usou determinados artifícios para conseguir o que queria, principalmente a sedução. A maioria das mulheres de classe média abusa disso. Já a mulher sem atrativos tem uma série de problemas: ou tenta fazer mil plásticas ou perde a segurança. O homem fica numa posição cômoda diante disso, e uma de suas saídas é ridicularizar os movimentos feministas. Vocês têm uma linha de ação a esse respeito?

NM - A gente se preocupa basicamente com a conscientização da mulher, e através dela o homem vai se conscientizando do problema.

Público - O homem é um ser muito inseguro, ele se sente muito bem tendo alguém dependente dele.

Público - Eu acho que esse desespero estético está no homem também.

Público - O nu masculino não atrai como o nu feminino. O homem não é usado como capa de revista.

NM - Existe uma pesquisa feita pela Fundação Carlos Chagas mostrando como são os apelos feitos em propaganda para a mulher. São sempre em função da beleza, boa dona de casa, boa mãe e mulher sensual. Os homens são muito mais ligados a status e a dinheiro.

Público - Enfim, como vocês pretendem continuar tocando o jornal?

NM - Nós resolvemos pedir verbas a fundações fora do Brasil.

Público - E a possibilidade de terem um patrocinador?

NM - Não temos sequer infra-estrutura. Somos de 10 a 15 mulheres com responsabilidades de trabalho, estudo, e não temos condições de partir para uma batalha profissional.

Público - Como vocês começaram?

NM - Em 1975 a ONU se viu obrigada a institucionalizar O Dia Internacional da Mulher já que a situação era premente. Em países como o Brasil se formaram diversos núcleos, como o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e o Centro do Desenvolvimento da Mulher, aqui em São Paulo, que organizou uma semana chamada Semana do Diagnóstico da Mulher Paulista. Ali surgiu a idéia. Em torno dessa idéia começou a se aglutinar gente. Depois disso houve alguns debates no Sindicato dos Jornalistas. Em junho de 76 conseguimos reunir o grupo e discutir. Ninguém era jornalista com exceção de mim (*N.R.: Maria Inês Castilho*), que também estava sem exercer a profissão por algum tempo. A maioria era de sociólogas ou estudantes ainda. A dificuldade era muito grande pois, além do conceito de feminismo, ninguém sabia muito bem o que fazer além de repelir a repressão. Mas conseguimos finalmente fazer um número e aí foi. Em 76 a gente comemorou o Ano Internacional no MASP: conseguimos reunir o Grupo Feminino pela Anistia, o Centro de Desenvolvimento da Mulher, e o Nós Mulheres, que já estava constituído como um grupo. Houve uma série de colaborações e também conseguimos naquele momento um financiamento de Ruth Escobar. Depois tivemos contatos com Elis Regina, que ofereceu financiamento parcial para o segundo número. Aí vimos que não dava para manter esse esquema de viver de doações aqui e ali. No terceiro número tentamos um auto-sustento, cada uma se comprometeu a vender pelo menos uns 100 números a preço de capa, não a preço de periferia, e com essa grana tentamos fazer o número seguinte. E assim a gente foi até o quinto número. Aí já estávamos devendo dinheiro para a gráfica. Fizemos uma festa de aniversário para comemorar um ano de jornal, levantamos doações de artistas gráficos para pagar o quinto número e fazer o sexto.

Público - E o Brasil Mulher?

NM - O Brasil Mulher não surgiu do feminismo e sim do Movimento pela Anistia, muito mais voltado para as questões sociais como um todo do que para as questões específicas da mulher. Em seguida elas reformularam a linha e se definiram como feministas. Hoje trabalhamos juntas com muita frequência.

Público - O jornal Nós Mulheres é distribuído na classe operária, no entanto a linguagem não é fácil para a mulher operária. Não se encontrou a fórmula de atingir a mulher operária. Gostaria que você nos desse a idéia do problema.

NM - A gente meio que falava sociologuês e foi difícil conseguir uma linguagem simples. Por outro lado, o jornal que a gente faz não chega a ser para a mulher de periferia, mas para a liderança dessas mulheres, porque percebemos que qualquer conceito introduzido teria que ser exaustivamente explicado antes de uma mulher de periferia pegar e ler. Então ele é usado como instrumento das lideranças para discutir com os grupos mais de base. As sugestões partem dos grupos de base e são trazidas a nós.

Público - As lideranças são tantas a ponto de vender seis mil exemplares?

NM - O jornal é vendido em outros estados fora do Brasil, mas o problema continua colocado, o problema da vendagem.

Público - Vocês tiveram algum problema com a censura?

NM - Não, Brasil Mulher já teve e Movimento teve um número inteiro que falava da mulher cortado. Mas a gente talvez pela incipiência do movimento nunca foi tocada. Brasil Mulher teve problema quando fez uma matéria sobre a zona rural de Londrina. Como foi numa cidade pequena, mexeu com problema de terra, a censura caiu em cima.

Público - Enquanto o jornal é divulgado através de clubes de mães e da Igreja, você acredita que não surjam problemas?

NM - Se a gente for vender em porta de fábricas... Eu gostaria de colocar que a Associação está aberta para quem estiver interessado em participar. Eu gostaria agora de dar a palavra à Norma, que tem um estudo sobre sociedades matriarcais, a sociedade das amazonas.

NBP - Eu tenho um estudo sobre as mulheres amazonas e o tipo de sociedade que elas criaram, e isto vem de encontro às teorias que falam da tendência biológica das mulheres. A mulher nasceu pra ser mãe e se identificar com isso. As amazonas tinham filhos, mas não se organizavam como mães mas um tanto como bichos. Têm filhos, cuidam, mas depois se desligam de sua prole. É muito interessante pesquisarmos estes aspectos biológicos e também de alguns animais para percebermos que as características que são atribuídas às mulheres são na maioria das vezes imposições sociais.

Público - Vocês acham que o intelectual homem pode contribuir para a libertação da mulher ou isso é uma conquista somente feminina? Existe um texto maravilhoso do Marx em que ele diz que o homem só vai encontrar sua identidade natural quando a mulher estiver livre.

NM - Não há a menor dúvida de que é da mulher que vai partir a libertação. Não há liberdade outorgada, há liberdade conquistada. Evidentemente vários homens como Marx, Engels, Sartre, deram sua contribuição. O Chico Buarque, por exemplo, se coloca na posição da mulher através de suas músicas. Ele é um homem constantemente preocupado com o problema da mulher. Outra coisa: eu ouvi essa moça dizer no começo do debate que feminismo não existe. Você quer falar por quê?

Público - Eu acho que a mulher tem que se libertar, no entanto esse negócio de feminismo às vezes me parece um tanto ridículo.

NM - Porque é a visão que a grande imprensa dá para as pessoas. A grande imprensa é tipicamente machista. O Paulo Francis, por exemplo, escreveu um artigo no Times sobre um congresso feminista em Houston, onde ele exacerbava os aspectos irrelevantes da questão e passava por cima de coisas importantíssimas, para dar um ar pueril e ridículo ao movimento. Essas informações são manipuladas. E, por outro lado, se você vê um grupo de mulheres como as portuguesas, as Três Marias, que usaram a queima de sutiãs. O sutiã é um símbolo. Se você tomar a coisa como um símbolo, quem tem pouco peito tem que aumentar, quem tem muito tem que diminuir, para obedecer a um padrão masculino, aí a coisa tem sentido. A grande imprensa tomou isso e ridicularizou. Assim acontecem as coisas.

As Mártires da Transição

Entrevista com Nelly Novaes Coelho

E/E - Que imagem da mulher foi projetada pela literatura, da Renascença até o Romantismo, e daí até nossos dias?

NNC - De uma maneira geral, até o século XX, a partir da literatura medieval, nós vamos encontrar basicamente uma imagem da mulher que podemos chamar de tradicional, resultante dos valores patriarcais, cristãos e burgueses que vão servir de base para toda a era clássica e, depois, eclodir no Romantismo. Em que pese as grandes mudanças havidas entre o mundo clássico e a eclosão do mundo romântico, do qual somos herdeiros, uma coisa não mudou: a imagem da mulher. Quer dizer, a imagem mudou do período medieval para o Classicismo, devido à valorização da mulher. Essa valorização se dá por dualidade. A mulher é o ponto final da realização do homem, ela é idealizada, vista como superior, o amor é platônico, ela é um ideal a atingir. A Igreja desempenhou um papel enorme na criação dessa imagem tradicional da mulher. Depois, o Concílio de Trento vem reforçar essa idealização e valorização, evidentemente porque na Idade Média a mulher era um simples objeto de conquista. Então, vamos dizer, que com toda esta idealização, que começou com o culto à Virgem, a mulher passou de presa e conquista ao pólo oposto, aquele inalcançável, inatingível, uma espécie de deusa, a cujo amor o homem tinha que se render numa relação de vassalo. E o amor tinha que ser platônico. Aí nós vemos a raiz daquilo que vai se firmar como imagem da mulher burguesa. Foi para dominar os chamados apetites baixos, que surgiu toda uma literatura idealizante: então temos as novelas de cavalaria, a poesia trovadoresca nas cantigas de amor — onde a dona nunca é alcançada corporalmente — toda a poesia camonianiana, onde a heroína predominantemente é a amada inatingível. Fixa-se o aspecto da mulher como ideal supremo e valor absoluto que o homem deve atingir para se realizar completamente. Ao mesmo tempo vemos que na vida prática vai se instalar o sistema dos valores burgueses, patriarcalistas, baseados no indivíduo e na autoridade suprema. Do ponto de vista ideal, a mulher é pedestalizada. Agora, na verdadeira relação do sistema familiar-patriarcal, é absolutamente submissa, vive num plano secundário. Ora, foi esta mulher que nós herdamos, ela atravessa o Barroco, sempre oscilando entre deusa e pecadora. Isso, a grosso modo, persiste até a entrada do nosso século. No Romantismo vamos encontrar o apogeu dessa dualidade. E só pegar “Senhora”, de Alencar: Aurélia é superior a Seixas, porque ela tem dinheiro. Esse desequilíbrio o sistema burguês realmente não poderia aceitar porque a mulher na realidade tem que ser submissa, casta, e a vontade dele é absoluta. Aurélia, embora superior a Seixas, deve ser submissa, se não pelo dinheiro, pelo amor. E é exatamente o que acontece. Seixas só se realiza quando supera o

A mulher hoje só é livre à custa da escravidão de uma outra mulher, seja avó, empregada ou mãe.

dinheiro de Aurélia e ela por amor se submete. Outro romance é “Luciola”, em que há a tentativa de valorizar a mulher marginal. Havia, pois, consciência de que era uma injustiça diminuir a mulher pecadora.

E/E - Mas no caso a mulher é sacrificada e deve passar por um martírio para voltar a ser pura, não é?

NNC - Exato, para a valorização da heroína o autor a apresenta como casta, pura e submissa. A “Dama das Camélias” era de uma pureza incrível, não é, mas, no fundo, a Luciola — que eu considero de muito maior valor literário que o romance de Dumas — é o protótipo de destruição daquela imagem tradicional. Na época os escritores estavam ainda imbuídos da imagem ideal da mulher. É o mesmo caso da valorização da raça negra, por exemplo em “A Escrava Isaura”, de Bernardo Guimarães. Ele empresta à heroína, que é de sangue negro, todas as características dos brancos, porque no fundo acreditava na superioridade da raça branca. Nessa tentativa de quebra da imagem tradicional, quer dizer, a mulher submissa, sem vontade própria, casta, sexo não fruído com prazer, servindo unicamente à procriação, dependente economicamente, isso é fundamental. São os elementos que caracterizam a imagem tradicional: tanto o homem vê a mulher assim como ela se vê desse modo e só se respeita no momento em que tem um homem que responda por ela.

E/E - E os novos escritores?

NNC - Na nossa literatura há uma quebra consciente dessa imagem num livro que praticamente ninguém conhece porque surgiu um pouco antes do Modernismo, “Madame Pommery”, de Hilário Tácito. É o elogio da alta prostituição, uma sátira violenta a esta imagem ideal e antinatural das relações homem-mulher. O romance não repercutiu porque o pessoal da época se reconhecia nas personagens: é uma linguagem grandiloquente, uma verdadeira sátira à Rabelais. Atacando de frente esta imagem tradicional da mulher nós temos “Amar, Verbo Intransitivo”, de Mário de Andrade, de 1927. “Madame Pommery” é de 1919. Mário não só cria uma personagem liberta de preconceitos — aliás é uma alemã — como raciocina, fala com seus leitores, entra na narração, ele está consciente de que está tocando num tabu que serve de suporte a toda uma sociedade. Você me pergunta dos autores novos. Sem mencionar nomes, para não correr o risco de citar uns e não outros, os novos autores, de uma maneira geral, estão tratando a mulher liberada como ela mesma está tentando a sua liberação: pelo sexo. Eles estão vendo a mulher predominantemente como objeto de fruição. Na grande maioria o que predomina, na quebra da imagem tradicional, é exatamente a mulher que se tornou independente economicamente, exercendo uma profissão e se liberando dos bloqueios da sociedade patriarcal. Só que ela se liberou mas, na maior parte dos casos, não para enfrentar a profissão, mas para poder se entregar aos homens com facilidade. A nova imagem começa por aí e portanto há predominância de heroínas que são livres sexualmente. Estamos saindo de uma sociedade sexófoba. A sociedade burguesa precisou bloquear a energia sexual porque tinha que canalizar toda a energia criadora para a construção. Mas, quando entramos no século XX, entramos numa fase de



destruição, passando até para uma sociedade sexófila, uma explosão de sexo. Dai as anti-heroínas.

E/E - Além desse relacionamento amoroso e sexual, quais os problemas existenciais colocados pelos novos autores?

NNC - Vamos dizer que só agora nós já estamos em condições de perceber uma Nélida Piñon que apresenta com uma grande consciência do que são a energia e realização da mulher nos seus planos profundos. Uma Hilda Hilst também faz isso. Não estou me lembrando de heroínas desse tipo na obra de escritores-homens. Em Loyola aparece a fruição da mulher que se liberta. Num Ary Quintela, que escreveu "Sandra Sandrinha", exemplo típico da libertação, a personagem é uma criatura amoral. No Realismo a mulher ainda é mostrada como imoral, depois ela nem tem mais consciência, vai se entregando a um relacionamento que não conduz a nada. Quem num conto colocou isso muito bem, denunciando esta pseudo-libertação, foi Sônia Coutinho, em "Cordélia, a Caçadora" (N.R.: Faz parte de seu livro "Os Venenos de Lucrecia", Ática, e da Coletânea "O Conto da Mulher Brasileira, Vertente, 2ª. edição.), de uma maneira irônica, contundente e, no fundo, trágica: é o duplo jogo que a mulher está fazendo agora. A grande maioria não anda assumindo a liberdade que alcançou, então quer a liberdade para sair de casa, para se encarregar mais da engrenagem familiar, que é um negócio cacetíssimo mas que tem que ser feito. A mulher só está podendo ser livre à custa de outra: ou ela tem uma mãe ou avó ou uma empregada, é preciso haver uma mulher escravizada para outra ser livre. Nós estamos vivendo no Brasil um período extremamente difícil, não há uma fórmula geral, só há fórmulas particulares, cada um está resolvendo o seu problema. O que pode dar muito certo para uma mulher, para outra já não dá. A maioria está se libertando só na superfície, o que aparece na literatura, por isso não temos heroínas conscientizadas: o que nós temos é uma mulher liberta sexualmente, que se entrega a este, aquele, mas não está consciente de seu papel base, de pedra fundamental. A liberdade pode ser igual se a própria natureza fez diferente? O homem pode estar durante uma hora com quantas mulheres ele puder, potencialmente pode engravidar todas elas. Uma mulher pode estar durante uma hora com quantos homens ela quiser, um em seguida o outro, só um vai engravidá-la, portanto aí já temos uma diferença. Depois, grávida, ela vai ficar durante nove meses à espera da criança e o fulano nem fica sabendo. Então, como podemos bloquear esse elemento básico? A mulher é a pedra fundamental da sociedade. Ela é responsável agora, mas como nós vamos resolver o problema? Voltar a ser aquele objeto totalmente passivo na mão dos homens não é possível e isto ainda existe: nós temos uma maioria esmagadora procurando tal coisa, por incrível que pareça, haja vista as novelas de televisão, o sucesso que fazem e o exemplo que dão. Todas as moças, desde as mais novas até as mais velhas estão sempre à procura de um homem, por exemplo naquela "Dancin' Days", eu sigo novelas justamente para ver o que está acontecendo, fora disso não vejo televisão. A par de uma Carminha que trabalhava e que não quis aceitar dinheiro do Franklin, tínhamos outras, por exemplo, a principal da novela, uma vigarista de alto porte, uma criatura que não considerava ninguém, uma presidiária egocêntrica que era a Júlia, que foi uma marginal, que teve uma filha que deixou com a mãe, assassinou um homem, etc. Quer dizer, ela só estava preocupada consigo própria, a novela toda

Os novos autores, de uma maneira geral, estão tratando a mulher liberada como ela mesma está tentando a sua liberação: pelo sexo.

estava na dela, Júlia explorava o coitado do Bira com a maior tranqüilidade, e essa personagem ainda foi tratada de uma maneira positiva. Ai é que está o problema. Em "O Astro", que era um vigarista, o Francisco Cuoco foi tratado de uma maneira positiva. Então, o que está fazendo a telenovela? Está indo de encontro ao gosto da massa, que ainda é do fulano que tem sucesso, não importa por que meios, e da mulher que tem sucesso, tem dinheiro, posição, liberdade, tem amor, mas da maneira mais errada e mais imoral que pode existir. E essas são personagens que estão sendo tratadas de forma positiva. Sônia Braga encarnou o protótipo do que a mulher nunca poderá ser e nunca poderá fazer. Ela só pensou em si, da primeira à última cena. E o Cacá, que era um diplomata, rompeu com tudo pra ficar com ela por amor e então voltamos a um idealismo anacrônico, do Romantismo: um amor e uma cabana e está tudo resolvido, mas que loucura! Agora essas novelas são vistas por uma esmagadora maioria de mulheres, que sonham em ter um Cacá e não fazem mais nada na vida. O sistema conservador tenta manter a imagem da mulher tradicional porque não vai ser fácil realmente pro homem enfrentar: a pseudo-liberação é mais fácil porque eles estão com tudo, quer dizer, eles estão com as mulheres à sua disposição mas não as respeitam e, na hora de casar, com raríssimas exceções, eu posso jurar que ele vai buscar aquela que não cedeu ou que não passou de mão em mão, porque ele mesmo continua com aquela mentalidade de que sexo é tabu, pecado. No momento de descobrir seu verdadeiro valor é a mulher quem vai descobrir, não é o homem que vai descobrir por ela — por essa razão é que estou preocupada com a literatura feita pela mulher. Eu não estou preocupada com o que os homens estão dizendo das mulheres, porque na verdade o homem é aquilo que a mulher faz dele. Eu acho assim, acredito nisso e a vida tem me ensinado que é isso, daí estar preocupada com as mulheres e não estar mais preocupada com os homens. Eles que aguardem, que nós vamos arrumar um mundo melhor pra eles.

E/E - A visão da mulher na literatura seria sempre condicionada à ideologia da época? Não há autores que escapam disso?

NNC - Sempre condicionada ou ele arrebenta, como é o caso de Hilário Tácito, que faz sátira, mas a ideologia está presente e ele desafia, denuncia, se põe contra ou adere. São essas definitivamente as posições que eu assumi, quer dizer, não existe literatura descompromissada por mais que a ideologia não esteja patente. Pegue um Hilário Tácito e um Mário de Andrade, eles eram amigos, escreveram praticamente na mesma época, um em 19, o outro em 27. Ambos estavam sob o mesmo influxo de forças novas. Um faz sátira, utilizando toda linguagem grandiloqüente, retórica. Conscientemente volta a uma estrutura de romance anterior ao Romantismo, bem próximo, vamos dizer, das novelas de cavalaria, misturada a uma narrativa irônica e alegórica à Rabelais. Ele se põe contra, não fica dissertando sobre valores, mas nas situações que ele cria está implícita a denúncia que faz das hipocrisias que estavam pontificando ali: faça o que eu digo mas não faça o que eu faço. O que se exigia do homem e da mulher na época era algo antinatural.

A liberdade pode ser igual se a própria natureza fez diferente?

E Mário de Andrade, já dentro dessa denúncia, não vai pela sátira, ele vai pela análise, ele entra na narrativa e vai filosofar com o leitor. Escritores populistas da linha de João Antonio chamam de alienada a literatura que se preocupa com valores existenciais, mas não é alienada coisa nenhuma, só está preocupada com os valores ocultos, enquanto a outra está trabalhando com os valores da práxis. Então, hoje nós temos duas diretrizes bem distintas: aqueles que trabalham com o que está arrebatado no plano do cotidiano e denunciam a miséria, a degradação moral, e aqueles que trabalham naquilo que está oculto. Porque não é mudando um forma econômica, uma forma política ou um partido que nós vamos mudar o relacionamento homem-mulher, mas é mudando a mentalidade. Então, a literatura que se volta para as relações do homem-mundo no plano do enigma, e que pode ser metafórica ou não, não tem nada de alienada, pelo contrário, acho que ela está mudando a criação, provocando o surgimento de um novo sistema com muito mais força que a literatura populista está denunciando. Então existem denúncias, vamos dizer, no plano econômico-político, e outras no plano dos valores existenciais, éticos, aqueles que realmente vão estar na base do novo sistema econômico, político, social.

E/E - E quanto à qualidade literária dos textos de mulheres?

NNC - Não se pode entrar em questão de valor, dizer que as mulheres estão escrevendo de forma literariamente superior aos homens. Pode ser que em número haja mais escritores-homens que mulheres, porque é evidente que as mulheres começaram muito mais tarde. É óbvio dizer que não há diferença entre literatura de homem e mulher sob o ponto de vista do valor literário. Por exemplo, eu não posso dizer que uma Clarice Lispector, que é uma escritora existencialista, escreve melhor que um Vergílio Ferreira, que também é um escritor existencialista. O que eu tenho condição de afirmar é que Clarice escreve melhor que muitos escritores contemporâneos a ela. Não é o fato de ser homem ou mulher que dá valor à sua literatura, mas a criatividade, a nova linguagem, os novos problemas, a forma com que são tratados.

E/E - A literatura feita pelas mulheres aborda problemas que não foram abordados pelos homens?

NNC - O que é evidente é que a mulher pode sentir muito mais fundo, por exemplo, o problema da paixão, da importância da descoberta do sexo, numa dimensão quase metafísica, como aparece na "Casa da Paixão", de Nélida Piñon. Eu não me lembro de nenhum escritor homem mostrando tal descoberta como um valor imenso, isso só pode estar num livro de mulher. Nem de um homem qualquer, talvez um psicanalista, que conseguisse mergulhar numa vivência que ainda não foi codificada e que está sendo vivida. Claro que filósofos e psicólogos já analisaram a dimensão diferente da natureza feminina e da masculina.



Do ponto de vista ideal, a mulher é pedestalizada. Agora, na verdadeira relação do sistema familiar-patriarcal, é absolutamente submissa, vive num plano secundário.

E/E - Por que só agora, depois da explosão da literatura brasileira, apareceram muitas mulheres escrevendo?

NNC - Isso é uma questão inclusive de evolução econômica, porque só a partir da II Grande Guerra é que a mulher começou a poder escrever. Ela precisou trabalhar, um número cada vez maior de mulheres precisou ir pras ruas, foi a mola que permitiu que ela se tornando independente ou, pelo menos, pesando na balança econômica, contribuísse com a sua parte. A sociedade de consumo, com todos os malefícios de que é capaz, trouxe também alguns benefícios e um deles foi obrigar a mulher a sair de dentro de casa. Quer dizer, passamos a viver uma situação de desequilíbrio: a mulher deixou de ser amparada. O marido dava lá seu ordenado e ela tinha que se virar: de repente a mulher foi jogada nas ruas, foi obrigada a ganhar. Mas há também uma necessidade de realização, então não é só a realização no lar que a mulher quer. Depois dos anos 50 e a partir da grande quebra de 68, quando ocorre toda a eclosão do pensamento universitário, a mulher passa realmente a tomar consciência de si. Começa a crescer incrivelmente o número de universitários. Ora, é exatamente estudando que a mulher pode saber. Já se foi a época do Romantismo, quando a fulana tinha que casar. Eu atribuo essa conscientização da mulher ao fato de ela ser obrigada a trabalhar e, depois, de ser atraída para o estudo. Hoje, uma escritora precisa ser uma mulher de cultura, precisa conhecer a literatura do passado, precisa saber o que houve antes. Hoje, para o escritor trabalhar com fragmentos, precisa ter conhecido muito bem a coisa antes de fragmentada. A improvisação de maneira nenhuma pode ser tolerada, em homem ou mulher.

E/E - A visão da mulher fornecida pelas "Novas Cartas Portuguesas" é bastante significativa. Nada semelhante houve por aqui, não é?

NNC - É mesmo, isso nós não tivemos aqui ainda. Mas foi uma situação que elas estavam vivendo em seu país: mulheres todas universitárias, que já se tinham liberado do ponto de vista existencial, intelectual e que continuavam num sistema que era muito mais rigoroso, muito mais machista. O marialva é muito mais um senhor absoluto do que o machão brasileiro, o machão brasileiro perde longe para o português. Então é evidente que, para uma revolta, a reação sempre é em função do obstáculo. Nós na verdade temos machões brasileiros mas acho que é mais maqueação que instinto. Já o português tem por tendência ser o senhor da mulher. As mulheres portuguesas se rebelaram contra um sistema armado que Salazar conseguiu manter por 50 anos, com toda a firmeza. Por aí se pode entender a virulência das "Novas Cartas", que inclusive tinham uma tradição. Nenhuma monja brasileira, que tivesse pelo menos escrito as cartas, podia ter feito o que fez a Sórora Mariana. As portuguesas tinham já uma tradição literária e uma vivência. Conheço pessoalmente as Três Marias, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno. São três mulheres realizadas do ponto de vista existencial, inte-

A quebra da imagem tradicional da mulher não vai ser provocada pelo homem. A mulher é que tem que oferecer a ele sua nova imagem.

lectual e de consciência política. Então se entende, dentro de um sistema repressor, que impedia qualquer manifestação da palavra, a violência com que as "Novas Cartas Portuguesas" foram escritas. É o caso do nosso Modernismo. Ele teve a violência do Modernismo europeu? É evidente que não: nós não tínhamos que arrebentar as muralhas de pedra que existiam na Europa, contra a criação nova. Conosco a coisa foi bem mais suave, não havia aquela estrutura rígida. Quando criticam a amenidade do nosso movimento modernista é preciso verificar que a força de qualquer reação se faz em função da força do obstáculo que se lhe impõe. Para derrubar uma muralha de pedra é preciso dinamite. Agora, para derrubar uma cerca de palha, basta um empurrão.

E/E - Existiria uma literatura de linha feminista, assim como existe uma de caráter político?

NNC - Ah, existe sim. Estou me lembrando daquela Marta Anthiero. Mas claro que ainda não existe, com a mesma ênfase com que o homem faz política. Eu não conheço. Já existe o problema político, mas não tenho condições para responder isso, porque eu precisaria ter lido tudo que as mulheres estão escrevendo. A quebra da imagem tradicional da mulher não vai ser provocada pelo homem. A mulher é que tem que oferecer a ele sua nova imagem. Para isso ela precisa assumir a responsabilidade de ser mulher, tem de assumir a difícil responsabilidade de ser livre, de optar. A maioria esmagadora das mulheres que conhecemos luta pela liberdade mas está ainda em busca de um homem que agüente essa liberdade e que as proteja. Porque elas ainda são o resultado da imagem da mulher que só se respeitava quando tinha um homem que fosse responsável por ela. E era o pavor da solteirona: a mulher que não tem um homem responsável por ela não vale nada. Entre as marginais, há sempre aquele homem que garante a zona, elas pagam para o sujeito defendê-las. Até há pouco tempo era uma questão de honra entre as prostitutas. Isto é o resultado deformado de um fato que foi necessário até um certo momento. A mulher tinha que desempenhar seu papel numa área e o homem na outra. Temos que aprender a viver num mundo totalmente diferente, num mundo aberto. É o mundo da era eletrônica, o mundo da máquina, onde tudo se alterou. A gente não está ainda preparada para isso, muito menos a mulher. Ela vive hoje um verdadeiro paradoxo: ela quer a liberdade de um lado e por outro quer a escravidão, quer estar submissa a um homem, quer ter um homem dela. E que a sustente. E que a defenda. E seja o seu homem, marido ou não, mas que seja o seu homem e que ela possa ser respeitada então como mulher. Ora, não é essa a única via. É evidente que a realização total do homem ou da mulher tem que ser pela complementarização. O homem tem que entender que a mulher é o pólo oposto. A união fará a integração ideal do conjunto mas isto não quer dizer que, se a mulher não encontrar um homem, ela não possa realizar. A mulher é que tem que conseguir sua liberdade e saber o que fazer com ela. Não estou falando de uma mulher que tenha como homem um déspota, um marido que não admita que ela dê um palpite, então não é possível. A liberdade, na verdade, é mais um estado de espírito que uma questão

econômica ou política. Se você não tem liberdade, no plano político, de dizer ou fazer o que você quer, a sua liberdade, que é um estado de espírito, fica embotada. Assim ela tem que procurar outros canais de realização. A situação da mulher é extremamente difícil hoje: ela tem todos os encargos que o homem tinha antes, trabalha fora, a maior parte das vezes é obrigada mesmo a contribuir economicamente, continua responsável pelos filhos, pela roupa lavada e passada na gaveta, pela comida, pela empregada, etc. Porque o marido está ainda, com raras exceções, fazendo parte daquele sistema tradicional onde o homem tinha que ser servido. Ele ganha o dinheiro lá fora, provê o sustento e, em casa, é a mulher que garante. Só que agora mudou: ela tem que ser a amante, a companheira, saber tudo que se passa fora, tem que ser a esposa, tem que ser a mãe, ela tem que ser a irmã, ela tem que ser... tudo. É uma loucura. A mulher conquistou direitos mas não foi aliviada das tarefas antigas. A engrenagem que nós temos não permite isso, não existem lavanderias, não existem cozinhas coletivas. No momento em que se puder criar essa infra-estrutura, a mulher poderá se libertar desses encargos, se estiver dotada para coisas melhores. Porque eu conheço uma infinidade de mulheres que estão perfeitamente felizes, realizadas, como mães e donas de casa. Porque não é todo homem que tem inquietudes existenciais. Absolutamente. Não é a maioria que se pergunta de onde eu vim, para onde eu vou e que estou fazendo no mundo. A gente sabe muito bem que é uma minoria que faz essas perguntas. Claro que com o crescer da humanidade está crescendo o número dos que perguntam. Então, quando se fala da mulher, pensa-se que todas as mulheres são iguais: não são. E muitas não gostam realmente de sair de casa, gostam de bordar, de costurar. Por exemplo, eu gosto de bordar, costurar e tal, mas também gosto do meu trabalho. Uma coisa não invalida a outra. Machado de Assis foi um dos que perceberam a mulher como uma complexidade enorme e não segundo aquela imagem maniqueísta. Dentro do sistema atual ela tem que ser uma verdadeira heroína. tinham que levantar estátua em praça pública, porque a mulher adquiriu direitos novos, deveres novos, e está com todos os deveres antigos daquela que só ficava em casa. Tem que ir para a rua mas não pode deixar faltar nada em casa. E daí a massa enorme de desquites: chega uma hora em que a mulher começa a se sentir injustiçada, que diabo, eu tenho que dar e não me dão nada? Há realmente uma diferença entre homem e mulher, só que o sistema não está organizado no sentido de permitir que ela continue com suas funções de mulher, mãe, que é fundamental, de orientadora de seus filhos e de profissional. Como eu disse no início a mulher hoje só é livre à custa da escravidão de uma outra mulher, seja avó, empregada ou mãe. Ela, por enquanto, depende de outra mulher, porque o nosso sistema não prevê uma saída diferente: ou você põe uma mulher no seu lugar ou você não vai para a rua. O marido não vai fazer nada, vai? É um problema existencial, ético, político, econômico, um problema de evolução. Por enquanto o que podemos ter são soluções individuais. Conheço uma infinidade de mulheres que estão perfeitamente integradas: não têm tempo nem para dormir mas estão dando conta do recado. São as mártires realmente desse período de transição. Hoje não tem saída: ou a mulher vive com relativa folga e é só profissional e deixa o problema do homem de lado e tem eventuais aventuras, não tem filhos, ou permanece na sua, aceitando as coisas como elas têm sido há muito tempo. (M.T.R. - F.M.)

Complete sua coleção

Números atrasados de Escrita (1 a 27)

Escrita/Livro (1 e 2) e Escrita/Ensaio (1 a 3)

" a Cr\$ 10,00 o exemplar

E da Ovelha Negra (Especial, 5,6 e 7) também,

a Cr\$ 5,00 o exemplar

Por reembolso postal, pedidos mínimos de Cr\$ 30,00

Escreva para Vertente Editora Ltda.

Rua Dr. Homem de Melo, 446

05007 - São Paulo (SP)

APÊNDICE



*Dia 3 de março (das 9 as 17 horas)
Trabalho doméstico e mulher que
trabalha fora, creche*

*Dia 4 de março (das 9 as 17 horas)
Educação, centro de saúde, habitação,
serviço de participação política da
mulher*

*Dia 8 de março (20 horas)
Resoluções do Congresso
e comemoração do Dia Internacional
da Mulher*

1º CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Dias 3, 4 e 8 de março - Teatro Ruth Escobar - Rua dos Ingleses, 209 - Bela Vista

ORGANIZAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA • MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA • FRENTE NACIONAL DO
TRABALHO • CENTRO DE DESENV. DA MULHER BRASILEIRA • SOCIEDADE BRASIL. MULHER • CLUBES DE MÃES
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES • CASA DE CULTURA DE GUARULHOS • OPOSIÇÃO SINDICAL SABESP/CETESB.

Co-patrocínio Teatro Ruth Escobar



O I CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Maria Teresa Ribeiro

Os dias 3 e 4 de março foram de grande agitação para quem participou do I Congresso da Mulher Paulista, no teatro Ruth Escobar, em São Paulo. Cerca de 500 mulheres se reuniram para discutir seus problemas, suas dificuldades, suas carências, num clima exaltado, emotivo, onde palmas inflamadas cortavam discursos entusiasmados, quando não eufóricos. As salas, corredores, escadas e até o porão do Ruth Escobar, tão habituados à intelectualidade paulistana, acolheram um público jamais visto por ali e ouviram verdades que ator nenhum conseguiu transmitir tão fortemente.

Nos dois dias, elas chegaram por volta de 9 da manhã, em 12 ônibus especiais, e saíram ao fim da tarde com uma pausa ao meio-dia para lanche — sanduíche, suco e fruta. Para agrupar tantas mulheres cheias de filhos, a comissão organizadora se incumbiu de distribuir as crianças pelas creches Carinha de Esquilo e Menino Jesus — de uma paróquia próxima ao teatro — e pelas casas de algumas pessoas que se propuseram a ajudar. As creches só não receberam os bebês, pendurados o tempo todo no colo das mães. No primeiro dia foram 100 crianças, no segundo 240, e havia leite, bolacha, pão de mel e outras guloseimas para todas.

Na produção dessa maratona, foram gastos aproximadamente Cr\$ 50 mil incluindo doações e empréstimos feitos pelas entidades patrocinadoras: Associação das Donas de Casa, Movimento Custo de Vida, Frente Nacional do Trabalho, Casa da Cultura de Guarulhos, Sociedade Brasil Mulher, Centro de Desenvolvimento da Mulher e Associação das Mulheres.

REALMENTE REPRESENTATIVO

A proposta básica do congresso era promover um encontro que fosse realmente representativo da mulher paulista. Afinal, onde está a mulher paulista? perguntaria Eneida de Castro Solero, presidente da mesa e uma das organizadoras do congresso. E ela própria daria a resposta:

“Como retrato da mulher brasileira, ela é basicamente a dona de casa. E está vinculada à forma mais primária de associação de mulheres, que são os Clubes de Mães. Primária tanto pela proximidade geográfica, quanto pelas dificuldades comuns que têm.”

Eneida, publicitária, divulgadora de peças teatrais e há dois anos membro da Frente Nacional do Trabalho, é de opinião que as mulheres que saem de casa para trabalhar fora, em sua maioria, se encaixam em profissões que são extensões do trabalho doméstico, por exemplo, a de professora primária, e a de empregada doméstica. Foram principalmente para esses setores que o congresso procurou dirigir suas atenções. “O objetivo era chegar a 500 mulheres e isso foi conseguido,” diz ela. “Queríamos pessoas representativas de grupos para levantar as reivindicações comuns. A gente não queria uma participação dos outros setores, a gente sabia da importância da vinda das mulheres da periferia.”

A idéia de fazer um Congresso da Mulher Paulista surgiu em outubro de 78, mas só começou a se concretizar dois meses antes da data prevista, “quando a idéia já estava amadurecida e as entidades organizadoras puderam determinar seus objetivos com maior firmeza”; disse Eneida. “Eu não sabia se fazer o Congresso era um ato de loucura ou coragem”, afirmou durante a sessão de abertura do encontro”.

Em seguida, ilustrando o tema reservado para a parte da manhã, "O Trabalho Doméstico", falou Aparecida, da Associação das Donas de Casa: "O trabalho doméstico tem que ser valorizado. Afinal, está indiretamente ligado à produtividade. Com o trabalho em casa, a mulher ajuda o marido a recompor a força dispensada na jornada de trabalho. Para a sociedade é fácil tachar a mulher de rainha do lar, esposa e mãe, apenas para colocá-la no exército da reserva. Ela é tapa-buraco. Não lhe dão valor no emprego porque o trabalho fora é encarado como extra do que faz em casa. Ela não é levada a sério como profissional. A mulher vai tapar buraco, trabalha igual ao homem, porém o salário é desigual, não tem creche para deixar o filho, ninguém reconhece seu valor. E, como nunca participou de nada, afinal foi criada assim; se submete. A gente lava, passa, dá forças ao marido para que ele enfrente o trabalho do dia seguinte e produza o seu tanto e ninguém reconhece. A mulher não quer ser a rainha do lar no dia 8 de março pra no resto do ano ser a escrava do lar." Aparecida falou ainda não só das dificuldades que a mulher tem para trabalhar, como também para se profissionalizar, porque as empresas lhes fecham as portas. E isso acontece mesmo que elas tenham o curso do SENAI.

Em seguida, foram formados 25 grupos identificados pelas letras do alfabeto e, fora desse esquema, um grupo de homens. Todo discutiram questões sobre o trabalho doméstico, previamente elaboradas pela comissão organizadora: Trabalho doméstico é trabalho? Quais os meios possíveis para aliviar esse trabalho? A socialização seria uma solução de responsabilidade do Estado? A mulher merece um salário por sua função de dona de casa?

O tema deixou as mulheres bastante empolgadas, fazendo com que o encontro já começasse quente: "Trabalho doméstico é trabalho sim, são 16 a 18 horas por dia, sem férias. É um trabalho não reconhecido, que não aparece. A mulher que vai trabalhar fora, trabalha dobrado e a que fica em casa, perde contato com o que está acontecendo lá fora", afirmou uma das relatoras. Uma outra observou que isso é escravidão, lembrando que, se a dona de casa tem que ser remunerada, precisa receber salário de cozinheira, faxineira, lavadeira e também para criar filho, porque criar filho no Brasil é trabalho".

De modo geral, as participantes do congresso se manifestaram contra o salário para dona de casa, porque significaria a institucionalização da profissão. Discutiu-se a possibilidade da criação de lavanderias e restaurantes coletivos sob a responsabilidade do Estado e, como solução imediata, a redução da jornada de trabalho fora de casa, a garantia de educação igual para todos, a criação de creches nos bairros e a divisão de tarefas com o marido. Até mesmo a substituição das telenovelas por programas educativos foi objeto de discussão.

A MULHER QUE TRABALHA FORA

Na parte da tarde foi examinada a "Situação da Mulher que Trabalha Fora". Maria Moraes, economista, lembrou que, de cada 100 mulheres que trabalham, 80 têm as seguintes profissões: empregada doméstica, trabalhadora da roça, professora primária, costureira, tecelã, lavadeira ou enfermeira. As empregadas domésticas são em maior número: vivem "em quartos minúsculos e usam elevadores especiais". As trabalhadoras da roça vêm em segundo lugar: "a rainha do lar é na verdade trabalhadora de enxada", disse Maria Moraes. "E, a professora primária, se realmente é a segunda mãe, pra quê salário?" Ela falou ainda das condições de trabalho da operária, lembrando que as máquinas são construídas para homens, que em média têm 1,70 de altura, enquanto as mulheres que têm de 1,50 a 1,60, precisam fazer um esforço dobrado para obter igual rendimento.

A esse se seguiu o acalorado e muito aplaudido depoimento de Lea Aparecida de Oliveira, metalúrgica e membro do Sindicato de Santo André. "Quando o governo bradava sua insatisfação contra a nossa greve, em 78, a mulher estava lá, negociando com os sindicatos e com os patrões", disse Lea. Nossos companheiros ficaram espantados com a nossa força. Foram as mulheres que saíram de porta em porta chamando os companheiros para a greve e dizendo: "Pombas, vocês não são homens?"

Na seqüência, mais dois depoimentos sobre creches, normalmente prejudicados por conversas paralelas de mulheres que, muito inquietas, queriam falar de seus problemas e dificuldades. Quase não se ouvia as vozes das expositoras, que, sem microfone, gritavam para abafar o murmúrio das demais. Liberado o debate, pela mesa, a situação voltou à normalidade.

A dificuldade de profissionalização por falta de tempo e dinheiro para estudar — outro assunto da pauta do congresso — levou suas participantes a sugerir às mulheres ricas, que ensinam tricô e crochê nos Clubes de Mães, que, ao invés disso, levassem um profissional para ensinar-lhes uma profissão. "A mulher, por não ser especializada, é a primeira a ser botada pra fora e a última a ser admitida", dizia uma das participantes do congresso. "A mulher é uma mão-de-obra barata, então o Estado não tem interesse de dar estudo pra ela. Homens e mulheres são vítimas do sistema e o homem foi a grande vítima disso, a mulher tem que ajudar o companheiro para seu bem e para o bem da humanidade."

Foi feita também uma denúncia sobre o caso das margaridas: quando começaram as obras do Metrô, o varredor de rua que ganhava Cr\$ 1,80 por hora, preferiu ganhar 50 centavos a mais, trabalhando lá: surgiram então as margaridas, que passaram a receber Cr\$ 1,70 por hora.

SEM GARANTIAS

Mas os debates não ficaram nisso, ao contrário. O pior de tudo é que levaram à conclusão de que a mulher não tem suficientes garantias no trabalho. E há as pressões que não são exclusivamente de caráter funcional (por exemplo, as "cantadas dos chefes"). Se ficar grávida, a mulher corre o risco de perder o emprego, se tiver filho, precisa abandoná-lo porque não tem com quem deixar a criança. Às vezes, basta ter marido para enfrentar uma série de problemas, como é o caso de Aparecida Malavasi, metalúrgica de São Paulo, que é registrada como solteira "porque a empresa não quer ter trabalho com mulher casada".

Outra mulher que contagiou a grande platéia com seu entusiasmo, principalmente quando falou da questão das garantias, foi Ana de Souza, de cerca de 60 anos, vinda da roça de Minas Gerais e hoje dona de casa em Mauá, Estado de São Paulo. "Quem garante nosso trabalho? Não temos garantia nenhuma, nem homem nem mulher", disse ela. "As mães saem pra trabalhar e se preocupam o tempo todo com as crianças, que ficam à mercê dos marginais. Os políticos não fazem nada, só prometem. Vamos acabar com essa imuidicie que nós elegemos. Nem temos liberdade de eleger nossos representantes. Depois eles chamam a gente de marginal, marginal é a nossa sociedade, vamos nos unir pra fazer creche, bater de porta em porta, fazer abaixo assinado. E a gente não deve mais aceitar a mulher rica que vai tentar ajudar com tricô e presente. O pobre não precisa de esmola, o pobre precisa é de um salário justo".

"Os grandes somos nós juntos, em grupo", disse D. Rosa, amiga de D. Ana. "Eles dizem que têm força, mas se nós nos juntarmos, por exemplo, para essa luta de creches, eles têm que ouvir. Vamos ficar na porta do prefeito, vamos pegar no pé do prefeito. Eu peço aos clubes de mães da periferia pra lutar pelas creches. Tem uns dois homens aí, um punhadinho (referia-se ao grupo de homens), e se os homens ajudassem a gente, ia ser melhor, vamos pegar no pé do marido pra ele ajudar a gente, que o filho não é só da mulher não".

Outras participantes propuseram que as mulheres lutassem em todas as frentes, clubes de mães, sociedades amigos de bairro, sindicatos, ou qualquer grupo organizado, para que seja cumprida a lei que determina que as firmas com mais de 20 mulheres, tenham uma creche. Elas querem também que as creches sejam contruídas nos bairros. Por outro lado, criticam a propaganda do ano Internacional da Criança feita pelo rádio e TV: a campanha para dar esmola à criança. Argumentam que a criança não quer esmola, mas condições: "fica o Roberto Carlos se promovendo na televisão enquanto no Parque Dom Pedro tem criança dormindo e não tem Roberto Carlos pra ver", disse uma delas.

Já o problema da frigidez da mulher foi colocado por Daise Beker, médica-psiquiatra do Serviço de Orientação Familiar (SOF) há sete anos, período em que trabalhou com quatro mil mulheres. Daise fez uma pesquisa em 1971, sob a orientação de Cândido Procópio, com 317 mulheres de baixa renda familiar, das quais 50% eram frígidas. Uma delas dizia: "sou fria porque tenho medo de ficar grávida". "Ele não me agrada, só eu que agrado ele; só eu que evito filho, ele só quer saber de boa vida". Além desses, outros problemas levantados foram o medo do parto difícil e as dificuldades financeiras.

O Congresso concordou e adicionou outras causas da frigidez, como a presença dos filhos no quarto, a vergonha do marido, a falta de informação e o cansaço causado pelo trabalho excessivo: "Com todo um dia de trabalho com hora extra é impossível alguém ser bom na cama", dizia uma delas. Foi também levantado o problema da moral religiosa no que ela tem de repressiva. E uma outra proposta bastante aplaudida: que se cortasse o himem da mulher na hora do nascimento.

SEXO

Falar sobre sexo ainda parece ser uma coisa difícil para a mulher. Nos grupos de trabalho, perderam muito tempo discutindo a educação repressora que coloca o sexo como "pecado, sem-vergonhice", em vez de abordar o assunto diretamente. "É muito difícil para a mulher falar dessas coisas. Eu ouvi, em cursos de sexualidade no bairro, muita mulher dizer que achava que o homem fazia xixi dentro dela", dizia uma congressista. Algumas chegaram a fazer declarações pessoais: "A gente tem que servir o marido, ele casa só pra ter de graça algumas tarefas, e na cama é a mesma coisa. A gente tem muito sentimento de culpa e de vergonha. Eu passei dois anos sem conseguir. Tinha vontade, mas não conseguia. Fui em médico, fui em psicólogo, não deu jeito. Quando ficava nervosa, não adiantava que eu não conseguia, tinha muita pra fazer, muito com que me preocupar". E outra mulher, opinando sobre

essa dificuldade, afirmou: "Acho que a gente tem é que falar qual o jeito que a gente prefere, porque ele tem que adivinhar, coitado? A educação diz que o sexo é sujeira, é pecado, não é coisa de mulher direita; a brasileira não tem direito a desejar um homem nem liberdade nenhuma, vai demorar muito pra ter prazer".

O MEDO DA GRAVIDEZ

Filho na barriga e fora dela é a grande preocupação dessas mulheres que não tem dinheiro para comer e nem assistência médica decente para si própria e para os filhos. O medo de engravidar é a preocupação diária da mulher da periferia: é mais uma boca, é mais um para levar às filhas do INPS, para ir à escola, para ficar na rua.

O governo acredita ter achado a solução para controlar a natalidade no Brasil: o Plano de Gravidez de Alto Risco. Sobre ele, falou Albertina Duarte, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira: "O governo está distribuindo pílulas para garantir a gravidez de alto risco. Mas quais são os verdadeiros riscos a garantir, senão saúde, boa alimentação e condições de vida, garantia no parto e no atendimento pré-natal? No Brasil, a cada mil crianças que nascem, morre uma mãe no parto. Das 11 consultas necessárias no período pré-natal, a maioria das mulheres faz no máximo quatro e 20% não fazem nenhuma. Hoje, só um terço das mulheres têm filhos com médicos, o resto é com parteiras, que vão gritando a um amontoado de mulheres: "Força, dona, que a senhora fez esse filho, agora não adianta reclamar do sofrimento".

Foi feita uma denúncia contra a Bensen, multinacional que já esterilizou mais de duas mil mulheres no Nordeste. As cesarianas feitas sem necessidade também foram muito combatidas. Foi aprovada ainda, uma denúncia ao projeto do deputado Gilvan Rocha, do MDB, que quer proibir o uso do DIU no Brasil (DIU, dispositivo intra-uterino anticoncepcional).

Com esse retrato calamitoso da maternidade foi feito um protesto exigindo condições para a mulher ter ou não ter filhos, conforme sua necessidade. "Querem acabar com os pobres, não com a pobreza. É preciso exigir condições de evitar o filho, não de abortá-lo. A mulher trabalhadora não pode ligar as trompas grátis, não tem métodos eficientes de evitar filhos. Quando está grávida não consegue emprego. Não faz aborto porque é caro e por causa da religião".

NA SOCIEDADE E NO PROCESSO ELEITORAL

Na hora do almoço do segundo dia de discussão, ninguém queria saber de desfazer os grupos. O entusiasmo dessas mulheres dos mais diversos cantos da cidade se manteve vivo o tempo todo. Ficavam sentadas no chão, enquanto as organizadoras passavam com sanduíches, copos, garrafas e baldes de leite para as crianças amortecidas nos colos de suas mães, que entre uma mastigadinha e outra continuavam falando, com simplicidade e firmeza.

A "Participação da Mulher na Sociedade" foi o tema seguinte, que mereceu de uma das coordenadoras, Raquel Moreno, este comentário: "O trabalho da dona de casa não tem valor e essa sociedade só dá valor aquilo que dá dinheiro. Também foi discutida nesse Congresso a questão da friquidez da mulher. São problemas sociais, que condicionam os problemas pessoais. Há diferença salarial porque nessa sociedade interessa a muita gente que se ganhe pouco pra dar lucro pro patrão. A mulher tem que mudar isso. Se é trabalhadora, existe um sindicato, e, se ele não atende suas reivindicações, ela tem que entrar lá dentro. Tem que participar de todos os movimentos, da anistia, do custo de vida, etc. As brigas da mulher interessam à sociedade e, se mudarmos essas condições da mulher, estaremos mudando a sociedade. Como participar de movimentos grandes? E ir lá e levar a contribuição feminina".

A proposta de Raquel foi bastante aplaudida e as mulheres também aprovaram uma participação maior no processo eleitoral, maior liberdade de organização e a formação de um partido que represente o povo. Fizeram também sugestões sobre o atual funcionamento dos Clubes de Mães, aos quais a grande maioria está ligada. Os clubes, a seu ver, devem comprar jornais para que possam discutir seus assuntos e participar da vida política do país ativamente. Na opinião delas, os clubes deveriam ser menos conservadores.

NO DIA 8

No dia 8 de março de 1908, em Nova York, 109 operárias foram queimadas vivas pela polícia na fábrica têxtil Cotton, onde trabalhavam. Elas tinham reivindicado a diminuição da jornada de trabalho de 14 para 10 horas, aumento salarial e melhoria nas péssimas condições em que viviam (conta-se que

algumas delas chegavam a ter o filho dentro da fábrica). Como não conseguiram ser atendidas em nenhum de seus pedidos, ocuparam a fábrica e a solução encontrada pelos poderosos foi matá-las.

Em homenagem a essas mulheres, foi criado a 8 de março o Dia Internacional da Mulher — comemorado no mundo inteiro.

A cidade de São Paulo teve uma comemoração diferente este ano. Aproximadamente 800 pessoas foram ao Teatro Ruth Escobar ver o resultado do Primeiro Congresso da Mulher Paulista, que aconteceu no mesmo local, nos dias 3 e 4 de março.

Para comemorar junto com elas o marco das reivindicações femininas, convidaram Clarice Herzog e Teresa Fiel, mulheres que tiveram seus maridos mortos pela repressão política e guardaram um lugar simbólico para Flávia Schilling, brasileira presa no Uruguai.

Logo na entrada, alguns homens e muitas mulheres receberam um questionário formulado pela equipe organizadora, sobre o aproveitamento do Congresso quanto à organização, atendimento dado aos filhos nas creches, temas discutidos, satisfação em participar e sugestões de encaminhamento das reivindicações no Congresso. Mas apesar dessa preocupação das organizadoras, a grande maioria das "companheiras" que participaram do encontro do fim de semana não estava lá. A platéia era predominantemente de classe média.

Presidiu a mesa uma representante do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, fazendo os agradecimentos de praxe, anunciando as moções de apoio, as entidades presentes e apresentando as diversas mulheres, representantes ou não de grupos, que fizeram seus discursos, cujos trechos mais aplaudidos transcrevemos abaixo:

"Tá faltando comida no prato do trabalhador. A gente tá morrendo é de fome. Vai no médico e o médico fala: 'coitadinho tá resfriado'. É fome. Não há doença que pegue quando a gente tá alimentado. Precisa lutar muito, gente, mas tudo unido. União com a camponesa que tá lá plantando a comida que a gente come. Ninguém lembra dela. O braço direito da gente é o camponês que planta e o esquerdo é o operário". (Ana de Souza, dona de casa, cerca de 60 anos de idade).

Dinha, metalúrgica, pediu "liberdade, direito de greve, CLT, aumento geral de salário, Constituinte, estabilidade no emprego e salário igual pra trabalho igual".

Dona Rosa, dona de casa, falou sobre as creches: "Como o trabalhador pode trabalhar? Nós não temos creche. Há três anos lutamos pela creche, fomos no prefeito, cadê a verba? Vai pro carnaval, pro Metrô. O Metrô serve pra gente, gente? Não, nós ficamos aí, jogado no mundo".

Dona Maria, de 65 anos, mora no Jardim Brasília onde participa dos Clubes de Mães. Disse ela: "Temos que acabar com a pobreza que está sendo desrespeitada aqui. Outro dia vimos um patrão matar o operário que quis reivindicar seus direitos. A classe patronal sobe às custas do operário. Não podemos parar a luta porque atrás dele vêm outros. Vamos lutar pra acabar com esse regime que tá aí!"

Rosa, do Brasil Mulher, homenageou as companheiras que morreram por participação política, como representante do CBA de São Paulo. São elas: Heleni Nazaré, Lígia Nóbrega, Iris Dias de Oliveira, Ana Rosa Kusinty, Maria Rosa Puti, Aurora Furtado, Morrone e outras.

Amelinha, do Brasil Mulher, fez uma homenagem "a uma mulher com mais de 60 anos, Elza Monerat, a única que está presa aqui em São Paulo e que sempre dedicou sua vida à luta dos oprimidos".

O depoimento de Clarice Herzog foi o seguinte: "Queria agradecer a homenagem, que vejo como solidariedade e apoio à luta que a gente está travando por respeito aos direitos humanos. Estendo essa homenagem a todas as mulheres que tiveram arrancados seus maridos e filhos. Agora, como mulher que luta também, quero deixar claro que essa é uma luta mais ampla, onde estão sendo questionados problemas políticos. O problema da mulher é basicamente econômico, a hora em que ela tiver condições de igualdade, outros problemas serão resolvidos ou minimizados. É uma luta árdua, precisa garra, mas isso a gente tem, eu senti isso nos depoimentos".

Encerrando a sessão, todos leram de pé, com os braços estendidos e punhos fechados as palavras de ordem do documento.

AS CRIANÇAS

Uma das organizadoras, que passou toda a tarde de domingo cuidando das crianças, fez algumas entrevistas para saber o que elas desejavam para o Ano Internacional da Criança. Meninos e meninas, de 9 a 11 anos responderam: área verde nos bairros, escola boa, tratamento melhor pelo governo, comida, creches, luz e asfalto nas ruas, guia nas ruas, menos poluição, condução e alimento mais barato, mais roupa, gasolina mais barata, terrenos pros favelados fazerem casa de tijolo, mais guardas no trânsito, maior salário pro operário, contas de luz e água mais baratas, águas encanadas para todos, maior salário para os professores, merenda escolar, maior salário para todos e hospital grátis para todos.

OS HOMENS DO CONGRESSO

"Minha mulher é metalúrgica e participa do Congresso, soube através dela. Fiquei olhando as crianças até meio-dia e depois participei. Antes de qualquer discussão sobre a participação da mulher na luta geral, quero deixar claro que não é o homem vá dar a liberdade, o papelzinho que dá a liberdade à escrava. O homem tem que assumir a metade das tarefas em casa, dos filhos, etc. Sem isso o resto é tudo papo furado. Eu, por exemplo, vou no Sindicato, chega de noite tenho reunião, vou rodar boletim. E a mulher? Tá lá em casa lavando macacão, preparando marmitta. Não é questão de dar, mas de fazer um dever: se ela quiser ficar se masturbando, lendo o "Relatório Hite", o problema é dela. Se ela quiser fazer revolução, é dela também. O homem sempre se aproveitou de uma escrava doméstica, uma prostituta barata com quem ele não tem que perder tempo, resolve logo e paga no fim do mês". (Vitor Giannotti, 35 anos, dois filhos, metalúrgico em São Paulo.)

Um grupo de homens se reuniu durante todo o Congresso para discutir os problemas da mulher e apresentar suas posições. Os homens se reuniam no porão do teatro e sempre eram os últimos a falar na plenária, desencaixados da estrutura de grupos por ordem alfabética que servia às mulheres. E não gostaram muito disso, não: "nós estamos aqui de penetra, o homem e a mulher devem resolver seus problemas em conjunto, jamais um congresso poderia ser só de mulher".

Sobre a separação entre os homens e as mulheres, Eneida de Castro Solero, presidente da mesa, disse: "Nas reuniões do Jardim Vista Alegre, por exemplo, as mulheres quando estão na presença de homens não falam. Elas foram acostumadas pela própria educação a ajudar o homem, a dar apoio, não ir contra. Ai, na presença delas elas se calam e eles acabam dominando a situação. Então eu acho que as mulheres precisam conversar entre si. Assim elas vão indentificando seus problemas, sem esperar que os homens os resolvam".

No sábado compareceram 18 homens, que souberam do Congresso através das participantes ou por curiosidade e interesse.

O tema inicial foi "O Trabalho Doméstico", um tema bastante difícil para a maioria dos homens, que acabaram por responder às perguntas do questionário de "um jeito curto e grosso", como a comissão organizadora já tinha pedido, porque não chegavam a nenhum acordo.

Ora eles assumiam posições favoráveis à mulher, ora desfavoráveis, mas, por consenso geral, ficou claro que o serviço doméstico deve ser repartido com a mulher. Manifestaram-se ainda contra o salário para a dona de casa e a favor de que a "mulher assumia a vanguarda na luta pelos seus direitos à creche, igualdade salarial e condições de trabalho". Isso porque eles concluíram que "atrás de um homem de sucesso está uma mulher, pois o trabalho doméstico interfere indiretamente na produção porque supre a necessidade da família. Cria a infra-estrutura para o homem no dia seguinte".

Nessa altura, um dos homens exigiu a retirada das jornalistas presentes, porque aquele era um grupo de homens e não deveria haver mulheres ali. Todos foram contra essa interferência, que não foi a única manifestação machista. Outras desse tipo foram feitas, como a de um homem que só louvava a participação política da mulher, se ela ajudasse o marido a participar também. Outro exigia a possibilidade da dona de casa se documentar: "Por exemplo, ela seria registrada como mulher do teclado".

Como proposta final, sugeriram a redução da jornada de trabalho para que homens e mulheres pudessem participar juntos de todas as atividades, salário igual para função igual, porque a precariedade da situação da mulher que trabalha fora se dá "pela incapacidade do regime não ter uma política econômica favorável à mulher".

No segundo dia do congresso o grupo de homens era maior: 24 participantes. O ponto alto do dia foi a friquidez feminina, tratada de todas as maneiras.

Alegaram eles que a friquidez da mulher está ligada ao seu engajamento no mercado de trabalho. Ela decorreria da falta de tempo e do excesso de horas trabalhadas. Houve também uma tentativa de localizar o problema junto ao homossexualismo e ao lesbianismo, que recebeu o protesto de um representante dos homossexuais. E não faltou espaço para o aspecto político da questão: "Tudo acontece por causa da repressão exercida pelo Estado. O sexo é um diálogo onde existe a necessidade de reivindicar. O medo que as pessoas têm hoje em dia impede que se faça qualquer tipo de diálogo", disse um deles. E outro: "Gente de esquerda fala em libertar o proletariado, mas a classe operária não está se libertando dentro das suas próprias relações pessoais. Não é só porque cai o Figueiredo que automaticamente todos os homens desse país vão lavar pratos em casa. O machismo é interior ao capitalismo e serve de instrumento de dominação e alienação das pessoas".

No meio dessas tentativas de cercar as causas da friquidez da mulher, um dos participantes sugeriu que se discutisse até que ponto o homem é culpado pela frieza da mulher. Então surgiu uma pergunta: "Qual de nós aqui conhece a curva de prazer da mulher?". "Não é só pôr dentro e gozar, é necessário carinho, entender, dialogar sobre os problemas sexuais".

O problema da sexualidade feminina, pelas declarações feitas, deixou Ubiraci, o coordenador do grupo dos homens, um pouco preocupado. "Acho o congresso um primeiro passo importante, mas se pode incorrer em algumas confusões que podem colocar vários sindicalistas contra a gente. Não devemos querer transformar o departamento feminino dos sindicatos em porta-voz da luta contra a friquidez. O sindicato é órgão de luta e defesa da classe operária, e é preciso respeitar as funções de cada entidade. Sei que as companheiras operárias, além de serem exploradas como toda a classe trabalhadora, têm também a falta de creche, salários mais baixos, a exploração dos chefes, mas o departamento feminino deve discutir apenas essas questões".

Os homens propuseram ainda, uma semana de estudos sobre a sociedade machista — "A semana do Macho" — a ser organizada pelas mulheres. Fizeram uma homenagem às mulheres que lutam contra as ditaduras na América Latina, Ira, Vietnã e Nicarágua. E exigiram a modificação da definição de mulher no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda: "Mulher (Do lat. *muliere*.) s. f. 1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade. (a. um.: *mulherão, mulheraca, mulherona*.) 2. Esposa (l.). - Mulher-à-toa. *Bras. Pop. V. meretriz*: "Papai fica na igreja vigiando: se entra mulher-à-toa, corre com ela". *Branca Bela*. p. 63) - Mulher da comédia *Bras. SP. Pop. V. meretriz*. - Mulher da rótula. *Bras. RJ. Pop. V. meretriz*. - Mulher da rua. *Bras. V. meretriz*. - Mulher da Vida. *Bras. V. meretriz*. - Mulher da zona. *Bras. V. meretriz*. - Mulher de César. *Mulher de reputação inatacável. Mulher de má nota. V. meretriz*. - Mulher de ponta de rua. *Bras. N. e N.E. V. meretriz*. - Mulher do fado. *Bras. SP. Pop. V. meretriz*. - Mulher do fandango. *Bras. SP. Pop. V. meretriz*. - Mulher do mundo. *Bras. Pop. V. meretriz*. - Mulher do pala aberto. *Bras. SP. Pop. V. meretriz*. - Mulher do piolho. *Bras. Fam.* - Mulher muito teimosa. (Us., em geral, comparativamente: *Ó velhinha teimosa! é pior que a mulher do piolho.*) - Mulher errada. *V. meretriz*. - Mulher fatal. - Mulher particularmente sensual e sedutora, que provoca ou é capaz de provocar tragédias: "Cadê Maria Rosa, /Tipo acabado de mulher fatal/Que tem como sinal/uma cicatriz./Dois olhos muito grandes, uma boca e um nariz". (Da marcha *Cadê Maria Rosa?* de Nassara e J. Rui.) - Mulher perdida. *V. meretriz*: "Custava-lhe acreditar que o filho a houvesse enganado, abusando do seu estado para meter em casa uma mulher perdida." (Coelho Neto, *Turbilhão*, p. 169)."

O DOCUMENTO

Depois de dois dias de reuniões, as participantes do I Congresso da Mulher Paulista elaboraram o seguinte documento:

“Marginalizadas no trabalho, sem condições mínimas de ter e educar nossos filhos, fazendo o verdadeiro milagre de conseguir, com os baixos salários e as péssimas condições de nossos bairros, garantir que os trabalhadores, de hoje e de amanhã, possam trabalhar e produzir, nós, mulheres brasileira, sofremos duplamente todas as conseqüências de miséria e opressão a que está submetida a maioria do povo.

O desemprego, problema geral da população, no nosso caso é ainda mais sério. Não conseguimos ter uma profissão. Somos educadas apenas para executar as tarefas domésticas e ser mãe. Só conseguimos emprego com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas - o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Não temos onde deixá-los quando saímos para o trabalho, pois não nos dão creches e escolas em quantidade suficiente e de qualidade que nos tranquilize, como se fôssemos as únicas responsáveis pelo cuidado de nossos filhos.

E tem mais: nosso trabalho é utilizado de acordo com os interesses de lucro dos patrões e do Estado. Por isso, somos as últimas a conseguir emprego e as primeiras a ser despedidas. E o nosso trabalho doméstico, necessário para toda a sociedade, não é valorizado, muitas vezes, nem pelo nosso companheiro.

Mesmo para ser mãe - a tão falada função principal da mulher - não contamos com as mínimas garantias. Pois, quando estamos grávidas, corremos o risco de não chegarmos ao término da gestação, em função do nosso precário estado de saúde e falta de assistência médica. Por outro lado, se estamos empregadas, nos ameaçam com a demissão no emprego. E não adianta sair em busca de outro: os patrões não aceitam as mulheres grávidas.

Se resolvemos evitar filhos, não encontramos métodos anticoncepcionais garantidos. O uso indiscriminado das pilulas, sem nenhuma assistência médica, é abertamente promovido pelo governo. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o único recurso é se submeter à indústria clandestina do aborto ou a curiosas que, utilizando sondas ou outros meios mais grosseiros, põem em perigo as nossas vidas.

Completando o quadro da nossa situação de discriminação e opressão, existem ainda os preconceitos tradicionalmente divulgados, de que nós não temos direito ao prazer sexual e que nossa função no sexo é, unicamente, ter filhos.

Aliado a isso, a falta de condições de moradia - dormindo toda a família no mesmo quarto ou na mesma cama - e o trabalho absorvente a que estão submetidos tanto a mulher quanto o homem, não nos permite o direito ao prazer sexual.

Apesar disso, rompemos nosso isolamento e saímos para a luta como estão fazendo também outros setores oprimidos da sociedade. Assim, desde o início nos organizamos em pequenos grupos de mulheres (Clubes de Mães, Associação de Donas de Casa, grupos femininos e, mais tarde, imprensa e grupos feministas) discutindo e denunciando os nossos problemas específicos e a situação dos bairros em que vivemos e nos propondo a ações concretas em torno dessas questões.

Foi a partir da mobilização das donas de casa de periferia que surgiu e cresceu nacionalmente o movimento contra a carestia. Iniciamos também em 75 a campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita a todos os brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Em 78, quando as lutas dos operários e trabalhadores em geral ganharam as ruas, nós, mulheres, tivemos um papel de destaque no movimento grevista de operários, professores, bancário, etc.

A participação em todos esses movimentos populares nos deu força e possibilitou a ampliação do movimento por nossas reivindicações específicas, cujo ponto de partida foi este nosso I Congresso.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher - já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sua sorte.

E, em todos os grupos de discussão do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos. Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais conseqüentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que "os outros" não tem tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que os seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Apoiaremos esses movimentos não mais como companheiras, mas como mulheres orgulhosas de sê-lo, como companheiras que também têm suas lutas específicas que a todos devem interessar.

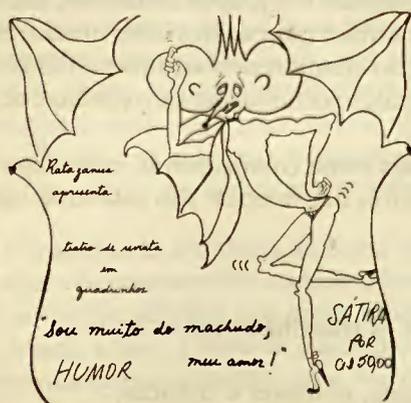
Portanto, nossa luta é:

- por melhores salários para todos os trabalhadores;
- pelo direito de greve;
- por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças;
- contra o trabalho noturno para ambos os sexos;

- que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos;
- por melhores condições de vida, moradia e trabalho;
- pela profissionalização das mulheres;
- pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas;
- pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego;
- pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;
- contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente;
- pelo direito de ter os filhos que desejar;
- pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;
- pelo direito de se organizar e expressar livremente;
- pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

- 1º. Creches - totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.
- 2º. Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, por salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.
- 3º. Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco - pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida."



CHEGOU RATAZANUS, O RATO BUFÃO!
 NA REVISTA EM QUADRINHOS
 "SOU MUITO MACHUDO, MEU AMOR!"
 HUMOR - SATIRA
 À VENDA, EM SÃO PAULO?, NA LIVRARIA ESCRITA,
 RUA DR. HOMEM DE MELLO, 446 - PERDIZES - FONE: 864-1758
 E, POR CARTA,
 PEDIDOS À AUTORA, BERUJA CORREIA DE SOUZA,
 ATRAVÉS DE CHEQUE VISADO,
 À RUA ALBUQUERQUE LINS, 801, APTO. 24 - FONE: 66-2552
 01230 - SÃO PAULO (SP)



O ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES

MARIA MORAES

"COMPANHEIRA,

Nos dias 8, 9, 10, 11 de março será realizado no Rio de Janeiro o Encontro Nacional de Mulheres promovido pelo Centro da Mulher Brasileira. Este encontro se reveste para nós mulheres de grande importância, já que é o 1º depois de muitos anos de silêncio. Acreditamos que será um momento onde os grupos femininos e feministas poderão manter um contato mais profundo, relatando sua prática e concepção de trabalho e tentando estabelecer para o futuro uma atividade mais solidária."

Este foi o convite e a tônica do Encontro, em que grande parte do tempo foi consumida na troca de experiências e informações de mulheres representando grupos ou entidades de diferentes pontos do país. Nesse sentido, travou-se relação com o jornal Geração, editado em Maceió, "que se propõe a levar informação, perguntar sempre por que a mulher tem sido posta em segundo plano, e defender direitos que forem justos. É um jornal feminista, sim, mas não se assuste! Não pense imediatamente que quem está aqui por trás são mulheres frustradas ou masculinizadas. Por favor, não pense que o movimento feminista seja isso! Vamos nos apresentar: somos três jornalistas, de três Estados diferentes do Brasil (Alagoas, Goiás e Rio de Janeiro) casadas e com preocupações comuns a muitas de vocês. Se iniciamos uma luta pelos direitos da mulher, iniciamos também uma luta pelos direitos de qualquer ser oprimido e sofrido. É esta, essencialmente, nossa posição", como aparece no editorial do primeiro número, de dezembro de 1978. Estas jornalistas vendem seu produto de mão em mão, aproveitando para dar seu recado pessoalmente. Com isso, vão levantando a questão da mulher em Maceió.

Outros tipos de trabalho foram apresentados, como o do grupo Ação Mulher, de Pernambuco, atualmente desenvolvendo uma pesquisa sobre o aborto; a atuação de feministas brasileiras residentes em Paris, organizadas no Círculo das Mulheres Brasileiras; os novos núcleos do Centro da Mulher Brasileira — agora também na baixada Fluminense e em Niterói, e o interesse da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEM), conforme resolução de seu Congresso de 1977, em trabalhar conjuntamente com o movimento feminista e criar a Comissão pelos Direitos Cívicos da Mulher. Ademais, a representante do Movimento Feminino pela Anistia, da Bahia, falou da vontade de muitas associadas em aprofundar os objetivos desse Movimento, voltando-o também para outras reivindicações das mulheres. E as hospedeiras — ou seja, o Centro da Mulher Brasileira — fizeram o relato de seus grupos de trabalho e reflexão e de sua experiência acumulada desde 1975, como uma das maiores entidades de mulheres do país.

As discussões centraram-se nos problemas relacionados à organização do movimento de mulheres:



o tom de justificativa utilizada pelas redatoras do Geração, como vimos acima, encontra eco nas dificuldades enfrentadas pelo grupo de feministas de Porto Alegre, que enfatizaram a grande resistência em "encarar o assunto com seriedade, considerando mesmo um meio de pessoas relativamente esclarecidas. As reações variam desde a agressividade até a ironia e o sarcasmo, passando pelas diversas gradações entre um e outro. No início, tínhamos profundo receio de usar a palavra "feminista", pois com ela poderíamos espantar as pessoas". Estas são, pois, barreiras levantadas pelo conservadorismo e pelos interesses dominantes à luta das mulheres por sua emancipação, mas que não impedem, evidentemente, que o movimento feminista ganhe força no país.

Mas nem tudo foi unanimidade e concórdia no Encontro. As divergências se fizeram sentir, não só entre as próprias associadas do Centro da Mulher Brasileira, como, entre as demais participantes das assembleias, girando em torno da definição do feminismo e das bandeiras de luta. Mais uma vez, pronunciou-se o indefectível discurso economicista, no estilo de "as sociedades tem uma base econômica — a infraestrutura — que determina a superestrutura e a ideologia; logo, precisamos primeiro mudar a infraestrutura para depois tratar da discriminação da mulher". Ademais, algumas das catedráticas em "dialetriz" as questões informaram a platéia sobre "os quatro modos de produção que caracterizam a formação social brasileira" para, então, falar do problema da mulher negra. Sem se dizer daquelas que se arvoram em defensoras dos explorados, garantindo que a operária não se preocupa com o problema sexual, pois tudo o que ela quer são melhores condições de trabalho" e, com isso, reduzindo a classe operária à mera função produtiva. Finalmente, muitas intervenções contrapunham as "lutas específicas" das mulheres às lutas sociais", demonstrando certa incapacidade em traduzir as palavras de ordem genérica em termos dos interesses objetivos de uma classe e de um sexo.

Ora, o movimento de mulheres organiza-se a partir do conjunto de reivindicações comuns a todas as mulheres, tendo como base a opressão específica do sexo feminino. Ele mobiliza as mulheres em função de uma proposta progressista, que é a igualdade de direitos econômicos, sociais e políticos. Assim, a questão que se coloca é a seguinte: na conquista de sua emancipação, todas as mulheres caminharão juntas? Além disso, pode o movimento das mulheres, isoladamente, conquistar todas as condições que permitam superar as determinações econômicas e ideológicas de sua opressão?

As respostas a estas questões passam pela compreensão de que existem reivindicações comuns a todas as mulheres, tais como a igualdade de direitos (abrangendo desde os direitos trabalhistas — igualdade nas oportunidades de trabalho, no acesso à qualificação profissional, nos salários, etc. — até os direitos civis — igualdade de direitos e deveres no casamento, divisão das tarefas domésticas, etc.) e a abolição de leis retrógradas (principalmente no que concerne aos obstáculos legais à livre disposição do próprio corpo e ao aborto) que, não somente devem ser colocadas, agora, como também podem ser atendi bitavelmente, melhorarão a situação da mulher mas que ainda são insuficiente para implicar no término bitavelmente, melhorarão a situação da mulher mas que ainda são suficientes para implicar no término da opressão.

A opressão da mulher precede ao capitalismo: em outras palavras, o patriarcado e a submissão do sexo feminino ao masculino, assumindo formas diferentes segundo cada sociedade concreta e cada período histórico, acompanham a história da humanidade. A mulher, mesmo usufruindo de direitos iguais ao homem, como trabalhadora e como cidadã, continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada por uma revolução cultural. É preciso uma nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos, onde a agressão sexual (do gracejo ao beliscão no traseiro, das pequenas violências cotidianas ao estupro) seja considerada tão selvagem como o canibalismo. Mas esta revolução cultural não supõe, apenas, a luta ideológica; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem. Enquanto houver miséria na existência humana, haverá também a violência, incluindo esta de caráter sexual. Logo, a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato de que nenhum homem será explorado por outro; de que terminou o reino da miséria. É por isto que o feminismo, objetivamente interessado em uma série de reformas sociais, luta, ademais, por uma transformação radical da sociedade.

Neste sentido, o movimento de mulheres integra-se na luta dos explorados e oprimidos pelos objetivos mais avançados a se colocarem para a humanidade. Ao mesmo tempo, o feminismo defende a bandeira do fim da opressão da mulher pelo homem, problema cuja resolução é condição sine qua non para que as relações sociais mudem de qualidade.

A compreensão da perspectiva radical do feminismo e da amplitude de seus objetivos transparece já no documento do I Congresso da Mulher Paulista, quando fala que as mulheres querem mudar a sociedade "porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos". E esta foi a grande contribuição das paulistas ao Encontro Nacional: uma plataforma de lutas que, por iniciativa dos grupos lá representados (Nós Mulheres, Brasil-Mulher, Centro de Desenvolvimento da Mulher, Associação das Donas de Casa e Associação das Mulheres) foi apresentada como proposta de ação para o movimento de mulheres em todo o país. Ou seja, as resoluções do I Congresso da Mulher Paulista, síntese das aspirações e reivindicações de milhares de mulheres, transformaram-se nas bandeiras de luta das brasileiras.

**Do “Chi King”,
compilado por Confúcio,
a Mao Tse Tung,
quarenta séculos de uma poesia
que ainda hoje encanta os ocidentais**

**CEM POEMAS
CHINESES**



HUGO DE CASTRO



**Nas livrarias
ou
por reembolso postal**

**Pedidos à
Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446**

05007 - São Paulo (SP)



ESCRITA

Ano IV N.º 28

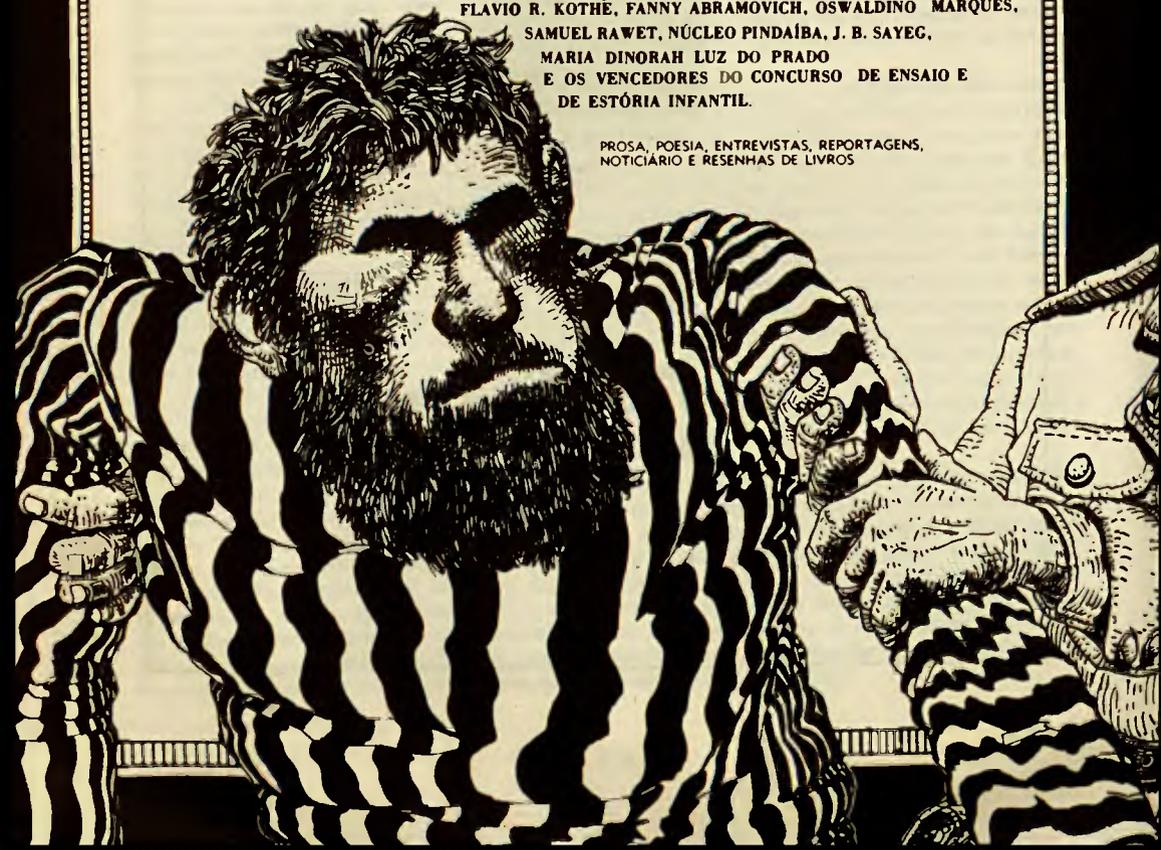
Revista de Literatura

O LOUCO DO CATI—
um romance sobre
perseguição política

HIROITO, O DELINQUENTE
QUE "NÃO DÁ MAIS TIRO"
A POESIA DAS MULHERES DA VIDA

E MAIS: HENRY KUTTNER; PAULO LEMINSKI, FLAVIO AGUIAR,
FLAVIO R. KOTHÉ, FANNY ABRAMOVICH, OSWALDINO MARQUES,
SAMUEL RAWET, NÚCLEO PINDAÍBA, J. B. SAYEG,
MARIA DINORAH LUZ DO PRADO
E OS VENCEDORES DO CONCURSO DE ENSAIO E
DE ESTÓRIA INFANTIL.

PROSA, POESIA, ENTREVISTAS, REPORTAGENS,
NOTICIÁRIO E RESENHAS DE LIVROS





Um leão que gosta de massa e de um bom vermute. Um touro que não se chama Ferdinando nem gosta de flores. Tudo isso e ilustrações coloridas de Rubens Matuck e Sandra Abdalla.

Nas livrarias ou por reembolso postal. Pedidos à Vertente Editora, Rua Monte Alegre, 1434 - 05014 - São Paulo (SP).

DUAS ESTÓRIAS DO AUTOR NORTE-AMERICANO JAMAIS PUBLICADAS EM LIVRO.

Ano 1 N.º 1 1977 C 1525

ESCRITA LIVRO

FICÇÃO BRASILEIRA HOJE

Osman Lins Samuel Rawet
Ivan Angelo Moacyr Scliar
Ricardo Ramos Gilberto Mansur

ESCRITA LIVRO

THOMAS DE VINCE
CONFISSÕES DE UM COMEDOR DE OPIO
COMENTADO POR BAUDELAIRE



LANÇAMENTOS

A mulher põe o dedo na ferida.



Cr\$ 150

Dezenove estórias amargas
sobre a condição feminina.
Escritas por dezenove mulheres.

A poesia libertária de dez mulheres brasileiras.



Cr\$ 70

Nas livrarias ou por reembolso postal
Pedidos à Vertente Editora Ltda.
Rua Dr. Homem de Melo, 446 - Fone: 864-0074
05007 - São Paulo (SP)



DA VERTENTE

Uma lição, uma brincadeira?



Cr\$ 50

**O Ponto é isso e muito mais.
Cica escreveu, Zélio ilustrou.
E as crianças vão ler e gostar.**

**“Eu pertenço à raça daqueles,
benditos ou malditos,
que precisam conhecer melhor
os recursos de sua consciência
para viver.” (Samuel Rawet)**



**Um ensaio denso
e instigante
do autor de Diálogo
Cr\$ 35**



Um lançamento da Vertente

O Louco do Cati

Vertente

2^a
Edição

Dyonélio Machado



O CONVENTO DAS ALARMADAS




Vertente Editora

Sérgio
Martagão Gesteira



CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
E PESQUISA
DA UNESP

CEDEM

Este número foi feito entre outros por:

Helelieth Iara Bongiovani Saffiotti
Socióloga, Professora da UNESP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, Estado de São paulo) e autora de "A Mulher na e "Emprego Doméstico e Capitalismo".
Sociedade de Classes - Mito e Realidades"

Irede Cardoso
Psicóloga social e jornalista. Defendeu recentemente a tese de mestrado "A Mulher no Trabalho", na PUC de São Paulo.

Paul Singer
Economista, professor universitário, membro do CEBRAP e autor, entre outros, dos livros "Desenvolvimento e Crise" e "A Crise do Milagre".

Luis Inácio da Silva (Lula)
Líder sindical, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em São Paulo.

Fernando Moraes
Jornalista, autor de "A Ilha, e deputado estadual em São Paulo.

Sílvia Pimentel
Advogada, professora da PUC paulistana e autora de "A Evolução dos Direitos da Mulher".

Irma Passoni
Professora e deputada estadual em São Paulo .

Ignácio de Loyola Brandão
Jornalista e escritor, autor de "Cuba de Fidel", "Zero" e "Dentes ao Sol", entre outros .

Branca Moreira Alves
Cientista política.

Jacqueline Pitanguy
Socióloga.

Leila Linhares Barsted
Cientista política.

Maria Luiza Heilborn
Historiadora.

Mariska Ribeiro
Psicóloga.

Sandra Boschi
Psicóloga.

Djanira Ribeiro
Assistente social, com estudos de pós-graduação em sociologia e educação na França.

Maria Moraes
Jornalista e uma das fundadoras do jornal Nós Mulheres.

Flávio Gikovate
Psicólogo, autor, entre outros, de "Falando de Amor".

Elke Maravilha
Atriz.

Nelly Novaes Coelho
Professora de literatura na Universidade de São Paulo e crítica .

Maria Teresa Ribeiro
Repórter.

Fátima Miranda
Repórter.

Maria Stela Carrari
Arquiteta e escritora.

